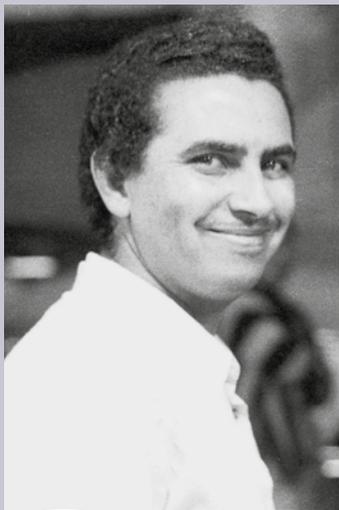


PRÊMIO
VLADIMIR
HERZOG
2005



LUCIANA DIAS
JÔ AZEVEDO
NAIR BENEDICTO

Santo Dias

QUANDO O PASSADO
SE TRANSFORMA EM HISTÓRIA

2ª EDIÇÃO

LUCIANA DIAS ■ JÔ AZEVEDO ■ NAIR BENEDICTO



Santo Dias

QUANDO O PASSADO
SE TRANSFORMA EM HISTÓRIA

2ª EDIÇÃO

 FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos
Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
f: 11 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Editora Expressão Popular
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
01319-010 São Paulo – SP
f: 11 3105 9500 – 3522 7516
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
www.facebook.com/ed.expressaopopular

Luciana Dias
Jô Azevedo
Nair Benedicto

Santo Dias

Quando o passado se transforma em História

2ª edição

São Paulo, 2019

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Santo Dias: quando o passado se transforma em História
Luciana Dias, Jô Azevedo, Nair Benedicto



Com a primeira edição deste livro, Jô Azevedo venceu o 27º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2005), promovido pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, categoria Livro-Reportagem.

Equipe de produção (1ª edição):

Edição e copy-desk: Alípio Freire

Pesquisa e documentação: Vanessa Myiashiro

Organização documental: Eduardo Marcos Fahl

Fotos: Nair Benedicto e álbum de família

Fotos de Santo Dias na fábrica e na rua do Carmo: fotogramas do filme Braços Cruzados, Máquinas Paradas (1979) cedidos pelo diretor, Roberto Gervitz

Digitalização de imagens: Dudu Cavalcanti e N-Imagens

Apoios gráficos: Márcia Marques e Carlos Arce

Equipe de produção (2ª edição):

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Preparação de originais: Carmen Teresa da Costa

Revisão: Claudia Andreotti

Capa e projeto gráfico: Caco Bisol

Este volume obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2008).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CD541s Dias, Luciana.

Santo Dias : quando o passado se transforma em história / Luciana Dias, Jô Azevedo, Nair Benedicto. – 2. ed. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2019.
456 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN 978-85-5708-145-1 (Fundação Perseu Abramo)

ISBN 978-85-7743-369-8 (Expressão Popular)

1. Silva, Santo Dias, 1942-1979. 2. Trabalhadores - Biografia - São Paulo (SP). 3. Trabalhadores - Atividades políticas - São Paulo (SP). 4. Sindicatos - São Paulo (SP). I. Azevedo, Jô. II. Benedicto, Nair. III. Título.

CDU 929:331(81)

CDD 923.31

AGRADECIMENTOS 1ª EDIÇÃO

Agradecemos a todos que nos ajudaram nesse percurso:

Ana Dias, pela coragem de mãe e lutadora, pois sem sua ajuda, este trabalho não seria realizado; Dom Paulo Evaristo Arns, por acreditar em nosso projeto inicial; Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, pelo apoio financeiro crucial para a realização deste livro; Padre Luiz Giuliani, pelo incentivo e apoio financeiro; Alexandre Bisca, pelo companheirismo e pela paciência; Dona Maria, avó que cuidou das três netas nos momentos de dedicação ao livro; Santo Dias Filho, pela confiança e pelo apoio cuidadoso nos momentos finais; Nelson Nakamoto e Eunice Campanha, pelas informações sobre o que viveram Vicente Garcia Ruiz, pela leitura crítica dos textos; Vanda Gama, pelas lembranças, como amiga de Santo Dias; Roberto Gervitz, pelos fotogramas; István Jancsó, pela publicação de *Rebeldes Brasileiros*; José Luiz Nogueira Ohi, pela atenção gráfica preciosa; Paulo Maldos, pelo apoio constante; Paulo Pedrini, pelas dicas e contatos; Conceição D’Incao, pela atenção; Paolo Nosella, pela cessão de direitos de uso do seu livro; Alípio Freire, pelo cuidado na edição e pelos conselhos; Olga Melzi, pela memória do contexto rural; Grupo da Cinemateca – Fernando Fortes, Karina Seino e Ana Viegas, pelo cuidado técnico; Dona Cida e seu Amaro, pelas lembranças de Santo Amaro; a todos os que ajudaram a construir a realidade aqui retratada, e de quem não pudemos registrar o depoimento por motivos diversos, pela compreensão; e finalmente àqueles poucos que acreditaram na importância deste projeto, pelo ânimo nas nossas horas difíceis.

AGRADECIMENTOS 2ª EDIÇÃO

Para que esta nova edição se viabilizasse, contamos com o apoio precioso e preciso de: Miriam Cortez, da Editora Cortez, que liberou os originais da primeira edição; Rogério Chaves, da Fundação Perseu Abramo, que abraçou nosso projeto e criou condições para viabilizá-lo; Miguel Yoshida, da Editora Expressão Popular, parceiro da FPA nesta empreitada; Jacy Barletta, do CEDEM-UNESP, parceira fiel desde a primeira edição; todos os amigos do Comitê Santo Dias, que mais uma vez contribuíram com suas memórias para que este livro pudesse ser atualizado.

SUMÁRIO

- 11 PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO
DOM PAULO EVARISTO ARNS
- 13 PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO
DOM ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO
- 17 INTRODUÇÃO À 1ª EDIÇÃO
LUCIANA DIAS
- 21 INTRODUÇÃO À 2ª EDIÇÃO
LUCIANA DIAS
- 25 CAPÍTULO 1
TERRA ROXA
(VIRADOURO, SÃO PAULO)
- 65 CAPÍTULO 2
SANTO AMARO
(SÃO PAULO, CAPITAL)
- 109 CAPÍTULO 3
JARDIM SANTA TEREZA, JARDIM SANTA MARGARIDA
(SÃO PAULO, CAPITAL)
- 187 CAPÍTULO 4
VILA REMO
(SÃO PAULO, CAPITAL)
- 247 CAPÍTULO 5
CAPELA DO SOCORRO 1
(SÃO PAULO, CAPITAL)
- 293 CAPÍTULO 6
CAPELA DO SOCORRO 2
(SÃO PAULO, CAPITAL)
- 333 CAPÍTULO 7
CONSOLAÇÃO
(SÃO PAULO, CAPITAL)

- 361** CAPÍTULO 8
OS AMIGOS DO OPERÁRIO LUTAM PELA MEMÓRIA
- 377** CAPÍTULO 9
EM NOME DE SANTO DIAS
- 419** ANEXOS
- 449** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
1ª EDIÇÃO
- 453** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
2ª EDIÇÃO
- 454** SOBRE AS AUTORAS

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

SANTO DIAS: UM NOME PARA PERMANECER, UM EXEMPLO PARA SEGUIR

O livro que vocês vão ler agora não é apenas um relato sobre um cristão que sacrificou sua vida numa caminhada para que o nosso Brasil fosse mais justo. Junto com a história de Santo Dias, este livro registra também a vida de seus companheiros, da comunidade que ele ajudou a criar, da vivência de uma porção do Povo de Deus que deu testemunho do Reino trinta anos atrás, sob uma ditadura feroz. Esses tempos fazem parte da história que não pode ser esquecida e do heroísmo que esse operário pai de família demonstrou diante da iniquidade. A morte de Santo Dias repercute, ainda hoje, em todos os cantos deste país e em outros lugares do mundo. Lembro-me, como se fosse hoje, daquele 30 de outubro, há 25 anos, quando o corpo de Santo chegou à Catedral da Sé, vindo da Igreja de Nossa Senhora da Consolação, acompanhado por duzentos padres, onze bispos e toda aquela população incontável que acompanhava o cortejo. Diante da barbáridade que foi seu assassinato, São Paulo parou para protestar.

Não podemos esquecer Santo Dias. Mais que nunca, é preciso manter viva a chama de sua memória. Por isso, dizemos: é hoje que iniciamos. Nós não desanimamos. Já tivemos tempos piores que este,

ameaçadores a ponto de a vida de Santo Dias e de outros terem sido ceifadas pela injustiça. Não devemos e nem podemos esmorecer! Os tempos são outros, mas os trabalhadores continuam sofrendo. Por isso, precisamos continuar lutando. Apesar das ameaças, do desemprego intolerável que há mais de dez anos aniquila a vida de tantas famílias, temos que continuar agindo para que o Brasil seja realmente um país como Deus o predestinou a ser: modelo de tolerância, de amizade, de colaboração, de riqueza para todos, não só para alguns!

Está na hora de lembrar Santo Dias da Silva e tomar coragem para uma nova fase. Coragem, gente! Temos que ir para a frente. Mais uma vez. É o momento de dizermos que o sacrifício de um operário – exemplo em todos os sentidos, tanto como esposo e pai quanto como agente participativo em todas as situações de seu tempo – não foi em vão. Santo Dias permanece em nossa ação cotidiana, em nosso olhar atento, em nossa caminhada por dias melhores.

Todos nós queremos aquilo com que Santo sonhou: um Brasil de todos e não só de alguns; um país que vai para a frente e não uma nação que se deixa orientar por qualquer país dominador. Nascemos para a independência e a liberdade, para afirmar a dignidade humana. Somos capazes de fazer com que as coisas mudem, e mudem para melhor. Não há nada que possa destruir a fé e a esperança em nosso coração. Estas se alimentam com o exemplo de figuras especiais, como, por exemplo, o nosso Santo Dias da Silva, cuja memória, evocada no livro que o leitor tem nas mãos, nos incentivará na longa e difícil caminhada.

São Paulo, 1º de maio de 2004

Paulo Evaristo, Cardeal Arns
Arcebispo Emérito de São Paulo

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO
SANTO DIAS VIVE!

“Companheiro Santo, você está vivo!”. Este foi o brado do Povo no memorável cortejo que levou seu corpo da Igreja Nossa Senhora da Consolação para a celebração na Catedral da Sé, naquele fatídico dia 30 de outubro de 1979.

Passados 40 anos do covarde, trágico tiro da repressão que o vitimou, surge esta nova edição de *Santo Dias – Quando o passado se transforma em história*. Razão de sobra teve D. Paulo Evaristo Arns, no prefácio da primeira edição do livro, quando em 2004, afirmou: “A morte de Santo Dias repercute ainda hoje, em todos os cantos deste país e em outros lugares do mundo”.

Recordo-me vivamente do dia, quando com D. Paulo Evaristo, profeta e inesquecível Arcebispo de São Paulo, estive no salão do Instituto Médico Legal, onde entre os muitos corpos mortos, depositados em banquetas, o de Santo Dias se encontrava. Rezamos o Pai Nosso.

Em minhas constantes viagens pelo Brasil, tenho testemunhado que jamais vi um corpo morto tão parecido com o de Jesus no alto da cruz. O peito do Senhor Jesus foi cortado pela lança do soldado e o do operário mártir Santo Dias foi atingido pelas costas pela bala assassina do soldado a serviço da ditadura militar.

Recordar é viver!

Nos dias em que hoje o Brasil está envolvido, a presença viva, profética de Santo Dias, fiel discípulo missionário de Jesus, militante vigoroso da Pastoral Operária, esposo apaixonado por sua amada Ana, dedicado pai de família, nos convida a que nos demos as mãos, para que estejamos ao lado do Povo explorado, em sua caminhada libertadora. Assistimos consternados a autoridades do governo propondo comemoração festiva do golpe civil-militar de 1964 que pisou, durante 20 anos, na democracia no Brasil... Recordar faz parte da história!

Dos anos de chumbo, trazemos na memória as prisões arbitrárias, torturas, os exílios, as mortes, os cerceamentos de básicos direitos.

Santo Dias, irmão e companheiro da Pastoral Operária, nos convida ao robustecimento das Pastorais Sociais, dos Movimentos Populares, a sairmos por ruas e praças gritando como ele fazia: “ O Povo unido jamais será vencido!”.

Povo unido, consciente, organizado, clamando por fraternidade e políticas públicas, quando autoridades colocam, nas mãos do Povo, armas e não trabalho com salário justo, moradia, educação, terra, saúde... Povo com fome e sede de justiça, privado de uma economia solidária pelo sistema socioeconômico vigente. Povo que apoia reformas, inclusive da Previdência, com a inadiável condição de que seja autêntica reforma social e não apenas econômica favorecendo ricos, à custa da exploração dos pobres. Reforma trabalhista que não favoreça aos patrões para marginalizar ainda mais aos trabalhadores.

Unidos, organizados, robustecidos pelo vigoroso testemunho de Santo Dias, Waldemar Rossi¹ e de tantos outros homens e mulheres que deram a vida pela causa da Justiça e foram perseguidos e mortos,

1. Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, membro da Pastoral Fé e Compromisso Social da Região Episcopal Belém (SP), metalúrgico aposentado e militante histórico da classe operária brasileira, sendo um dos fundadores da CUT e do PT. Em sua trajetória, trabalhou em mais de uma dezena de fábricas, desde a participação na JOC (Juventude Operária Católica), nos anos de 1960, participando ativamente na organização dos trabalhadores para a resistência e superação da ditadura civil-militar, pelo movimento sindical, com a atuação também junto à Comissão de Justiça e Paz. Faleceu em 5 de maio de 2016, aos 82 anos.

somos incentivados a seguirmos adiante construindo com fé e confiança, sempre.

Na verdade, nestes atuais tempos marcados por tantos ódios, divisões, violências, na convicção de que por seu testemunho, Santo Dias continua vivo, adiante construindo novos caminhos com fé e confiança, sempre.

Outro dia, em reunião de Comunidade Eclesial de Base, ouvi de um trabalhador com mais de 80 anos, diante de constantes violências e arbitrariedades que tem presenciado, a seguinte afirmação: “No mundo, existe gente canalha, mas existe muito mais gente boa; vamos para frente sem nunca desanimar”.

Os 40 anos de memória viva de Santo Dias e seu compromisso nos trazem esta mensagem: vamos em frente, Povo de Deus, sem nunca desanimar!

D. Angélico Sândalo Bernardino²

2. Durante muitos anos, Bispo-Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e responsável pela Pastoral Operária Arquidiocesana.

INTRODUÇÃO À 1ª EDIÇÃO

O TEMPO MUDA O OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

Passados vinte anos desde que meu pai, Santo Dias da Silva, foi brutalmente assassinado, decidi que sua história – apesar de triste e cruel para nós da família, como também para os amigos mais próximos – não poderia ficar apenas na memória de alguns. Deveria estar marcada como um símbolo de resistência na história da classe operária brasileira.

Coloquei como meta escrever sobre sua vida, muito ligada à história dos movimentos sociais e reivindicatórios da periferia da região sul de São Paulo (SP), nas décadas de 1970 e 80, dos quais também participou Ana, sua esposa e minha mãe. Como parte inseparável dessa meta, me propus igualmente entender e registrar como esses movimentos cresceram, repercutiram e mudaram a concepção política e ideológica das pessoas que deles tomaram parte.

O tempo modifica nosso olhar sobre a realidade e a história, e foi ele que me permitiu voltar a esses fatos do passado, descobrindo o verdadeiro sentido das lutas nas comunidades, nos bairros, nos sindicatos. Agora como mãe, mulher e trabalhadora, sinto a segurança de apresentar este trabalho, cujo conteúdo vivido por muitas pessoas não está registrado em lugar algum.

Esta história não se resume à trajetória de vida de meu pai, mas de muitas pessoas que, com ele, cresceram politicamente e ganharam espaço dentro da sociedade, conquistando sua cidadania. Cresceram dentro do regime militar, dos anos em que conversar com um colega sobre sua indignação com o governo era motivo de prisão e torturas das mais cruéis. Tempo em que ocupar uma praça para se protestar contra o alto custo de vida era crime, e a polícia dispersava o povo, com cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Um tempo em que a liberdade de escolha e exercício político, direito fundamental do homem, poderia custar a vida.

Esta história não é só de Santo Dias, mas também de Ana Maria do Carmo, que, ao ter seu companheiro cruelmente assassinado no dia 30 de outubro de 1979, em frente à porta da fábrica Sylvânia, passou a ser chamada de Ana Dias. Ela se tornou a viúva batalhadora que fez com que o nome e a memória de Santo Dias sempre fossem lembrados.

Ana e Santo foram, junto com tantos outros companheiros, membros ativos das lutas, corajosos e fiéis à causa do povo, independentemente de partidos, munidos de muita força interior, companheirismo e convicção na conquista da justiça, dignidade e liberdade para todos. Santo abraçou de tal forma a causa do povo oprimido, que isso o levou à morte.

Hoje Santo Dias está vivo em nomes de praças, ruas, escolas, livros, revistas, discos, depoimentos, prêmios e tantos outros. Santo vive para que as novas gerações, que nunca ouviram falar da luta operária, saibam que os trabalhadores fazem parte da história brasileira. E fazem parte como sujeitos ativos.

Fizemos este livro com as histórias contadas pelos próprios operários, pelas lideranças de base e pelas pessoas que construíram essa parte da história brasileira recente.

Pensando em fazer todo este apanhado das lutas populares na história de vida de Santo Dias, tive como parceira a jornalista Jô Azevedo, que viveu também esse momento, profissional que à época estava a

serviço do jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo. Ela conheceu a realidade dos movimentos populares da década de 1970, pois morou na Cidade Dutra e foi integrante do movimento comunitário da região sul de São Paulo. Jô aproximou Nair Benedicto do nosso trabalho, e seu acervo fotográfico precioso dos movimentos sociais.

Com muito cuidado e dedicação, nos momentos de folga, durante quatro anos nos colocamos a tarefa de pesquisar, entrevistar pessoas, providenciar um banco de dados sobre a documentação da família, selecionar fotos, conversar com especialistas que nos ajudaram nesse trabalho.

Cada uma de nós tinha suas ocupações cotidianas: a família, o trabalho, o estudo... Mesmo assim, nas horas possíveis, lemos livros, teses, discutimos, fizemos sessenta entrevistas, analisamos a importância de cada uma delas, viajamos para Viradouro, cidade onde Santo viveu até seus dezoito anos, conversamos com vários amigos da família, para, depois de tudo isso, começar a escrever.

Agora que todas as nossas discussões estão contidas neste livro, queremos compartilhar esta rica e importante história com todos. Queremos que todos conheçam, vejam e divulguem a história que não é só de alguns, mas do Brasil e do mundo. São fatos e pensamentos não divulgados pela mídia: é história viva, vivida e acontecida. Vem das bases: é história de operário para operário. É história de operário para o povo brasileiro. Para todos os povos. É a voz do povo que a sociedade nunca escuta.

Desde os 12 anos, em 1979, quando recebi a notícia da morte de meu pai, por meio do padre Luiz Giuliani, parecia que todo o peso daquela luta recaía sobre mim. Apesar da dor e da saudade que até hoje sinto, meu pai deixou também uma lição de coragem que me acompanha sempre. Ensinaamentos, ações que a cada dia me deixam acreditar ainda mais que sua luta não foi em vão. E que novas lutas são indispensáveis.

Muitas vezes tive vontade de chorar e chorei mesmo. Mas lágrimas trazem mudanças, trazem crescimento. Fazer este livro foi uma proposta ousada e uma grande responsabilidade. Passei a acreditar que a história de meu pai, líder operário, e não só dele – de seus companheiros –, precisa ser conhecida, divulgada e registrada, para que não se perca jamais. Só se faz história vivendo seu tempo plenamente, e buscando não só viver por viver, mas viver acreditando numa causa: a dos operários.

Acredito ter sido fiel ao pensamento de meu pai e reproduzo aqui alguns trechos de sua fala, no único livro registrado com ele, pelo sociólogo Paolo Nosella *Porque mataram Santo Dias*¹, um pouco antes de sua morte:

(...) se eu fosse escritor, escreveria sobre a situação do trabalhador em geral e se tivesse oportunidade e tivesse condições para isso, escreveria em cima desse tema, com o ponto de vista de fazer com que todos os trabalhadores viessem a ter uma informação correta daquilo que está em torno deles no dia a dia.

Que a gente consiga, dentro desse processo que estamos atravessando, dar algumas coordenadas que possam servir como forma de qualidade de uma vida melhor. Quer dizer, que os filhos da gente tenham realmente que lutar, mas que tenham caminhos menos sinuosos dos que a gente passou e está passando hoje.

Eu, dentro da minha concepção do por que viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação num processo de transformação de vida. Eu acho que a gente não pode, dentro da minha concepção de vida, não deve viver simplesmente por viver. Eu acho que tem de viver participando de alguma coisa.

Luciana Dias

1. NOSELLA, Paolo. *Porque mataram Santo Dias*: quando os braços se unem à mente. São Paulo: Cortez, 1980.

INTRODUÇÃO À 2ª EDIÇÃO

Esta história de luta corre em minhas veias e nas veias de minha família, sangue de luta de meus pais, que será lembrada e registrada na segunda edição deste livro. Após 40 anos continuamos buscando justiça, não a justiça que encarcera, mas a justiça que liberta o povo, que ainda sofre o aumento das desigualdades sociais, a perda de direitos e a cada dia, assiste o avanço do poder da elite cruel e perversa que aniquila com a vida da nação.

O livro que reapresentamos traz a memória de luta e também revela que, em nosso país, apesar de termos vivido a ditadura de 1964 até 1985, época dos atos institucionais que proibiam toda e qualquer forma de expressão e luta, foi um tempo de medo, mas também de resistência, em que vários setores da sociedade começaram numa caminhada para mudança através das lutas de base. O povo tinha fé, clareza e coragem. Milhares de pessoas foram às ruas mostrar sua consciência que nascera nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos sindicatos, nas universidades. Houve muita resistência, mas também muita repressão, mortes, prisões. Tudo isso nos deu ainda mais força para resistir e lutar.

Após este período, entramos numa era mais amena, a era da democracia, muitas das lutas do tempo da ditadura se concretizaram

em direitos sociais, o índice de desigualdade no Brasil diminuiu, o acesso e a permanência na educação passaram a ser realidade, grandes conquistas para o povo, desde a promulgação da Constituição de 1988. Fomos aos poucos conquistando alguns direitos, muito foi pensado, muitas coisas foram feitas, mas não foi possível exterminar por completo os 500 anos de dominação, pois não é possível acabar com sua herança em apenas alguns anos de governo.

Finalmente, nos foi possível ver um operário no poder, muitos anseios da classe trabalhadora foram postos em prática, o país crescia como nação, foram momentos difíceis mas de alguma esperança. Depois de 15 anos de governos democrático, eis que sofremos outro golpe, totalmente arquitetado pelas redes sociais e grande mídia, assim formaram o pensamento do povo brasileiro numa afirmação sem fundamento de caça a corruptos e, hoje, estamos vivendo um retrocesso em todas as conquistas, sendo engolidos pelo grande capital.

Hoje em pleno processo de desarticulação das organizações sociais, onde todo e qualquer tentativa de manifestação é desacreditada, onde mitos cruéis, inimigos da população são aplaudidos de pé por uma elite privilegiada que quer que o povo sofra cada dia mais com a exclusão da educação, cultura, trabalho e moradia, por que reeditar a história do operário Santo Dias?

Santo Dias derramou seu sangue em favor da luta operária, ele continua vivo, sua memória nos fortalece para continuarmos lutando. Ele vive em cada momento que falamos em seu nome: na caminhada pela paz que percorre os bairros da região do M'Boi Mirim e vai até o Jardim São Luiz; nas ações da Paróquia Santos Mártires com o padre Jaime, que leva essa história aonde quer que esteja; no Cursinho Pré-Vestibular Santo Dias, também em Jardim Ângela; na Ponte do Socorro, que foi palco de muitas passeatas e manifestações dos metalúrgicos da Zona Sul de São Paulo e hoje leva seu nome.

Na expressão dos jovens da Fábrica de Cultura de Capão Redondo, que, dirigidos por Ícaro Rodrigues, encenaram a peça “Santo Dias do Capão”, no Parque Santo Dias, na região do Capão Redondo, que promove eventos de cultura e educação ambiental; dos jovens da Paideia que, com o diretor Amauri Falseti, montaram a peça a partir da leitura do livro, o musical “Santo Dias, da Roça à Fábrica”. Isso nos fez chorar por lembrar da dor da perda e da alegria de ver meu pai vivo, representado por jovens que nem sequer eram nascidos na ocasião de sua morte. Esses são alguns dos muitos exemplos da memória viva de Santo Dias.

Mas, o que seria de Santo Dias se não fosse a força de sua companheira Ana, minha mãe? Mulher guerreira que não arredou pé nem um minuto do seu propósito de luta pela vida, que se colocou corajosamente diante da truculência da Polícia Militar, levou adiante a história e a memória de luta de seu companheiro, pois não fora só esposa, mas companheira de luta, tinha plena consciência de seu papel, enfrentando a polícia e familiares que se opuseram a sua participação política. Ana acreditava, e ainda acredita, na luta pelos direitos dos mais pobres, luta árdua que lhe custou a perda do homem que tanto amava, pai de seus dois filhos, Luciana e Santo Filho.

Em 2004, decidi colocar no papel esta história, com ajuda de Jô Azevedo e Nair Benedicto, com apoio de alguns amigos de meu pai. Saímos a campo e entrevistamos cerca de 60 pessoas, todos que tiveram contato com meu pai na sua época, meus avós, tios e amigos que ainda estavam vivos – e pudemos registrar esta memória preciosa. Foi um trabalho de quatro anos que se transformou e frutificou a história de um operário, negro, da periferia da Zona Sul de São Paulo, que passou a ter voz, após sua morte, através dos leitores.

Acredito que a segunda edição irá alcançar muito mais gente, num novo tempo, apesar do grande retrocesso na educação, na saúde, na administração pública, onde o dinheiro está acima do ser humano.

Com a crise que assola nosso país, a violência e a discriminação racial são veiculadas nas redes sociais todos os dias e existem muitas pessoas que acreditam nas mentiras e denúncias, cujo objetivo é levar a maior parte da população a crer que perder direitos é vantagem. O futuro é de muita incerteza.

Mas seremos resistência, ainda existem lutas de base, a periferia se une e resiste com os poetas, cineastas, atores, músicos, grafiteiros, mulheres negras e muitos outros setores da sociedade. Têm garra para lutar contra o grande massacre deste atual governo, o povo se pronuncia contra esta nova ditadura eleita.

O trabalhador da época de meu pai virou o desempregado de hoje. Mas o operário não é só mão de obra; ele cria, escreve, busca seu espaço, sabe muito bem a relação de exploração existente entre o pobre e os detentores do poder, cria e transforma seu ato em ação pensante e de mudança.

Quero encerrar dizendo aos leitores que irão descobrir muitas respostas de coisas que estão acontecendo hoje em dia dentro desta história e verão como a retomada da história nos faz transformar o presente. Não poderia encerrar esta introdução sem traçar um paralelo da história de Santo Dias com a história de Marielle Franco. Socióloga, negra e ativista política, nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1979, ano em que Santo Dias foi morto. Morreu aos 38 anos, por defender a população negra e os mais pobres das comunidades cariocas. Meu pai também descendia de negros, era operário e militante sindical, foi assassinado com 37 anos, lutando pelos direitos dos operários. Com isso, vi que o sangue de meu pai se multiplica em pessoas com coragem para lutar, assim como o sangue de Marielle. Eles podem matar as pessoas, mas não podem calar toda uma nação.

Luciana Dias

1

TERRA ROXA

(VIRADOURO, SÃO PAULO)

Um lugar em que os passarinhos comem até berinjelas nas hortas urbanas, cuidadas por trabalhadores agrícolas velhinhos, aqueles que ainda sabem plantar, colher e cuidar de várias lavouras – o que os mais jovens esqueceram, morando na cidade. Mesmo que as suponhamos amargas demais para o gosto das aves, as berinjelas são alimento disponível, na falta de frutos e cereais. Um lugar em que as maritacas são os principais causadores de curtos-circuitos nas casas, pois fazem seus ninhos com as fiações elétricas, nos forros. As aves não têm mais folhas, gravetos e galhos de árvores disponíveis para construí-los. Os pica-paus, em vez de perfurarem troncos com seus bicos, abrem buracos nos tijolos furados das casas. As matas se foram, para dar lugar às grandes plantações de cana-de-açúcar.

Como um grande mar verde e ondulante, ou como um imenso deserto verde, a cana recobre toda a superfície da terra em volta da cidade de Viradouro, no nordeste do estado de São Paulo. Quando está na época de colheita, ao ser queimado, esse mar tingi de vermelho o horizonte, espalhando cinzas no ar por quilômetros e quilômetros, dias e dias a fio. Os animais nativos que sobrevivem entre as touceiras também acabam carbonizados. Os moradores da região, sobretudo os

cortadores de cana, costumam contar inúmeras histórias sobre os restos enegrecidos de pombas, cobras e pequenos mamíferos encontrados entre as leiras de cana, depois das queimadas. As pessoas reclamam da fuligem que entra nas casas, causando diversas doenças respiratórias, principalmente nas crianças.

As estradas pavimentadas que atravessam esse mar são monótonas e cheias de restos de palha e de cana, que os treminhões transportadores da colheita costumam deixar cair, durante o trajeto até as usinas de álcool existentes na região. O grande oceano de cana é entrecortado por alguns ribeirões e uns poucos e franzinos capões de mata que sobraram, nas elevações suaves da topografia do solo. Um platô imenso de terras considerado apropriado para a agricultura moderna e o bom funcionamento de seu maquinário.

Os declives são gentis, o perfil do horizonte é plano, com delicadas variações, por isso a monotonia das estradas. Vez por outra, algumas poucas casas que sobraram das antigas colônias da época do café aparecem para o viajante, perdidas na imensidão dos canaviais. Do lado dos acostamentos, surgem áreas cultivadas com sorgo ou milho, um resíduo nessa monotonia constante da cana.

As estradas de servidão que cortam os mares de cana são de um vermelho forte, ferruginoso, com a cor da terra da região, que tingem ruas, calçadas, rodas dos veículos, roupas e sapatos das pessoas que ali vivem. É a chamada terra roxa, que os colonos italianos diziam ser vermelha – em sua língua natal, “rossa” – e que os brasileiros assumiram do seu jeito. Muito fértil, caracteriza um solo bastante estável do ponto de vista geológico. Uma terra que aguenta sobre si a ação produtiva do homem, sem se esvaír com as chuvas do verão e as temperaturas sempre elevadas. No verão, a média é de 26 °C, chegando a 35 °C e até mais. A terra é considerada pelos agrônomos como de excelente capacidade de retenção de matéria orgânica e de drenagem das águas, tornando escassas as voçorocas e áreas erodidas pelo tempo, como em outros lugares.

Viradouro – chamada assim por conta de uma fazenda, em idos tempos, de onde tropeiros e carregadores tinham de retornar, pois era o ponto final – fica na região denominada Sertão do Rio Pardo, distante 344 quilômetros da capital, passando por Araraquara e Ribeirão Preto. O rio Pardo e seus afluentes – o maior é o Mogi-Guaçu – formam a terceira maior bacia hidrográfica paulista, depois das do Tietê e do Paranapanema. A área drenada e irrigada por esses rios é de quase 29 mil quilômetros quadrados de terras férteis no estado de São Paulo.

Nesse local de terras propícias para a agricultura – além de Viradouro, que foi vila do município de Pitangueiras até 1910 – se encontram os municípios de Bebedouro, o próprio Pitangueiras, Terra Roxa (que de 1925 a 1948 foi distrito de Viradouro), Morro Agudo, entre outras cidades. Viradouro é também o nome de um ribeirão que corta a cidade, assim como o Sucuri e o Palmeiras, e córregos como o Banharão, o Macacos, o Brejinho, o Paiol..., que desembocam no rio Pardo. Água abundante é sinônimo de vida para uma área densamente povoada e, de garantia de atividade agrícola bem-sucedida, amparada no clima quente e no solo fértil. Não só isso: é força hidráulica para a produção de energia elétrica. Já em 1948, a bacia do Pardo era responsável por movimentar quase duas dezenas de usinas hidrelétricas¹.

Em meados do século XX, as matas ribeirinhas eram ainda densas e possuíam fauna abundante de capivaras, cervos, pacas, tatus, macacos, lagartos e cobras. Aves como perdizes, nhambus, codornas, papagaios e tucanos faziam seus ninhos nessas matas. As águas do rio Pardo eram cheias de peixes: pintados, piracanjubas, pias, cascudos. Para os trabalhadores rurais, esse conjunto natural era fonte adicional de alimentos, como caça e pesca.

1. TOCALINO. *Viradouro: nossa terra, nossa gente, nossa história*, p. 9.

MONOCULTURA, CAFÉ E TRABALHO

A predominância da monocultura da cana data de três décadas. Consolidou-se a partir de 1970, com o Pró-Álcool, programa de incentivo à produção agroindustrial canavieira do governo federal. Foi nessa época que se deu a passagem da economia baseada em produção de café, laranja, algodão e grãos – predominante em Viradouro até meados do século passado – para a monocultura extensiva de cana. As grandes plantações comerciais de café – iniciadas na região em 1870 e que tiveram seu auge em 1929, quando houve a grande depressão de preços internacionais – conviviam com a produção de algodão, milho, feijão, arroz e amendoim; a criação de animais para corte e leite e aves de granja. Até a metade do século passado, os laranjais de Bebedouro se apresentaram como alternativa de grande produção. Vinte anos depois, o mercado favorável para o açúcar e a cana definiram sua predominância de cultura comercial.

Durante todo o século XX, a economia de Viradouro, baseada na agricultura e na pecuária, era bastante dinâmica. A Associação Comercial da cidade foi fundada em 1935. Até o meio do século passado, existiam dezesseis máquinas de beneficiar arroz no município, e laticínios do porte da tradicional Manteiga Aviação ali se instalaram, para captar a produção de leite, sinal da força da pecuária. Representantes de grandes indústrias como a Anderson-Clayton – que desde 1936 tinha uma fábrica de óleo de caroço de algodão em Araraquara – e o Cotonifício Haynes compravam algodão em quantidades expressivas, cultura comercial que crescia depois do declínio do café. Uma cooperativa algodoeira foi instalada em 1941, reunindo 21 produtores.

Esse dinamismo justificava a existência até mesmo de um ramal ferroviário, que escoava a produção agrícola e trazia de outros locais o que não era possível produzir ali: querosene para as lamparinas, combustível para caminhões e automóveis, sal, além de tecidos, má-

quinas e a correspondência. Era um ramal de bitola estreita da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Goyaz, instalado em 1913. Treze anos mais tarde foi adquirido pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que seguia rumo norte, no estado. A Paulista concorria, no escoamento da produção cafeeira, com a Mogiana, que atendia o nordeste de São Paulo desde 1872. Foi desapropriada pelo governo em 1966 e, no ano seguinte, o ramal de Viradouro foi desativado, pois já não tinha justificativa econômica, com a entrada em cena do transporte rodoviário. Data de 1959 o início da pavimentação das rodovias da região. A partir de então, os caminhões passaram a fazer o papel antes desempenhado pelo trem.

A citricultura começou a ter expressão a partir da década de 1940, acompanhando a tendência da região de Bebedouro, destinada à produção de suco de laranja para exportação. A área plantada com cítricos cresceu e predominou até a década de 1980, quando foi ultrapassada pela de cana. Em 1997, Viradouro possuía 14.100 hectares plantados com cana (produção estimada, em 2000, em mais de 1 milhão de toneladas) e 2.554 com laranjais².

SEU ROGER, DONA LAURA, SEU JOSÉ ANTONIO,
DONA SANTA

Em 22 de fevereiro de 1942, quando Santo Dias da Silva nasceu, na Fazenda Paraíso, em Terra Roxa, essa vila ainda era um distrito de Viradouro e a agricultura mesclava vários produtos: café, algodão, cereais, laranja, cana. Seus pais, Jesus Dias da Silva, o seu Roger, como era conhecido (já falecido), e Laura Vieira, a dona Ninha, hoje com 85 anos³, trabalhavam como meeiros ou parceiros na produção de café e grãos. Tinham determinada quantidade de pés para tocar, entregando o café ensacado ao proprietário que os pagava por essa produção. O

2. *Ibid.*, p. 147 e 151.

3. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

dono permitia o plantio de feijão e milho nos espaços entre as leiras de café, ou arroz em áreas relegadas pela cultura principal, desde que retivesse uma percentagem dessa produção para si.

Moravam em casinhas de chão batido, sem eletricidade ou água encanada, cedidas pelo fazendeiro, onde ficavam as famílias de colonos. Um quintal comum acolhia a criação – porcos, galinhas e outros animais de pequeno porte, além de uma horta e um pomar modesto com mangueiras, laranjeiras, jaboticabeiras, limoeiros, goiabas, nos fundos. As famílias que tinham condições um pouco melhores possuíam uma ou duas vacas, para o leite das crianças, em áreas previamente determinadas pelo proprietário.

Ana Maria do Carmo Silva, viúva de Santo, morou em uma casa assim, com a família liderada pelo pai, José Antônio do Carmo, hoje com 88 anos⁴, um lavrador mineiro muito habilidoso, casado com a baiana Santa. Ambos saíram de pau de arara de Montes Claros, Minas Gerais, e resolveram procurar trabalho nas fazendas de café em Campinas, na década de 1940. Dali, o casal foi trabalhar na Fazenda Iracema, uma das divisões da propriedade do coronel Joaquim Prudente Corrêa. Este e seu irmão, coronel Prudente Roza Corrêa – conhecido como Prudentão –, eram os dois principais grandes proprietários de terras e cafeicultores em Terra Roxa, desde o início do século XX. Terra Roxa foi fundada por Mário Rolim Telles, genro de Prudentão, em 1918, nas terras das imensas fazendas. Havia ainda outros grandes fazendeiros; quando morriam, suas terras eram divididas entre os filhos.

As recordações de José Antônio da época em que foi requisitado como retireiro da Fazenda Iracema ainda são bem precisas:

Tinha uma companhia, parece que de uns ingleses, no tempo em que eles me chamaram para tratar da parte de criação deles. Estavam dividindo entre os três donos: o doutor Osvaldo Prudente Corrêa, um tal de Ulisses,

4. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

e o José Dias Corrêa, o gerentão, que estava mandando em tudo. Ficou dividido assim: a Caxambu é a fazenda que ficou para o Ulisses, a Floresta ficou com o José Dias Prudente Corrêa e a Iracema ficou com o Osvaldo Prudente Corrêa.

Para eles, trabalhavam milhares de famílias, geralmente muito numerosas, como a de José Antônio. Ana tem mais cinco irmãos: João, Egídio e Francisco – os mais velhos –, Lurdinha e Vanda, depois de Ana, mais novas. A família toda se envolvia nas lidas da fazenda. Morava nos conjuntos dessas casas simples, também chamadas de colônias. Ana Maria se lembra como eram essas casas:

Não dava para conversar muito alto morando nessas casas das colônias, porque não tinha forro e uma era colada na outra. O que se dizia aqui, o vizinho escutava... Com a entrada da cana na região toda, a maior parte delas foi derrubada com tratores. As prefeituras passaram as máquinas sobre elas, sem dó nem piedade. Era triste de ver quando isso ocorreu: o povo todo não tinha para onde ir, a não ser para a cidade.

MILHARES DE FAMÍLIAS DE COLONOS

O sistema com base no trabalho familiar era o que movia a produção no auge do café, quando os colonos eram pagos para cuidar e limpar o cafezal, derriçar o café dos pés quando os grãos estavam maduros, peneirá-lo e entregá-lo ensacado ao proprietário da terra. O café precisa de mão de obra durante todo o ano. Então o colonato era um sistema que cumpria essa exigência. As memórias de Irineu Luís de Moraes⁵, militante histórico do Partido Comunista Brasileiro, nascido em 1912, na cidade de Araraquara, mostram como toda a família do colono era imprescindível para o fazendeiro de café:

5. WELCH; GERALDO. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*, p. 130.

Uma fazenda com um milhão de pés de café tem que ter no mínimo cem famílias, cada família com no mínimo seis pessoas, com cinco que trabalhem. Além dessas famílias que trabalhavam no café, tinha os carroceiros e os camaradas. Com facilidade, então, uma fazenda tinha por volta de mil pessoas trabalhando fora as mulheres. As mulheres tinham que lavar a roupa, fazer a comida e ajudar um pouco os colonos na lavoura. Um colono, com a família, tocava dez mil pés de café. Ele tinha que tocar com a família, com três ou quatro filhos que trabalhavam com ele, porque um homem sozinho mal podia tocar dois mil pés de café. Então o tamanho da família do colono fazia uma grande diferença nas condições dele na fazenda.

A distribuição da casa para a família do colono dependia também de quantos mil pés de café estivessem sob sua responsabilidade. Quanto mais pés, maior e melhor a casa.

Com a decadência do café e o ascenso do algodão, da pecuária, da citricultura e finalmente da cana como atividades predominantes, esse mesmo sistema passa a empregar variações dessa mão de obra, mas lentamente vai expulsando os trabalhadores das fazendas. Colonos passam a ser substituídos por arrendatários, parceiros e meeiros e, mais tardiamente, por mão de obra avulsa, os camaradas, volantes e, por fim, “boias-frias” – arranjos esses vantajosos para os proprietários e cada vez mais desfavoráveis para os trabalhadores rurais. Há uma tendência crescente em optar por gêneros comerciais, a serem produzidos em grandes extensões de terra, para exportação.

A partir de meados do século XX, a quantidade de trabalhadores diaristas ou volantes vai crescendo nas vilas pobres das cidades, arregimentados por empreiteiros que os transportavam por caminhão até a roça, para trabalhar em atividades definidas por dia pelos fazendeiros. Em algumas regiões do estado, em que o algodão exigia muita mão de obra, como na Alta Sorocabana, os fazendeiros chegaram a buscar, na época da colheita, trabalhadores temporários do

Nordeste ou de Minas. Até hoje acontece migração forte de outras cidades para o trabalho na safra. Esses trabalhadores sazonais ficam alojados coletivamente em pequenas casas, mal acomodados, de forma precária.

Nas fazendas, a mecanização fazia surgir também a figura do assalariado, contratado com pagamento fixo mensal. Eram geralmente pessoas especializadas como tratoristas, mecânicos, eletricitas, maquinistas e outros.

“A GENTE COMIA DE CADERNINHO”

O sistema de arrendamento e parceria ou meação tomava várias formas na região de Viradouro, nesse momento de transição de uma cultura comercial para outra, e de um jeito de organizar a produção para outro. Podia ser simplesmente o aluguel de um pedaço de terra por um arrendatário, que pagava a renda em dinheiro ou em produção. Também podia ser a parceria, como no caso do seu Roger, na Fazenda Paraíso: o parceiro recebia uma tarefa a desempenhar e, em troca, podia produzir numa faixa de terra, desde que o serviço para o qual fora contratado fosse realizado.

A sujeição ao armazém – geralmente ligado aos fazendeiros – endividava parceiros e meeiros durante todo o ano. Os adiantamentos em alimentos eram marcados na caderneta, e quando se fazia a conta, no final da safra, o parceiro praticamente nada tinha a receber pelo seu trabalho. Isto quando não ficava ainda devendo algum valor, que naturalmente seria descontado na safra seguinte. Sebastião Dias da Silva, 59 anos⁶, irmão de Santo, juntamente com José Renostro, o Zinho, 71 anos⁷, lembram essa época em que todos dependiam do armazém para

6. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

7. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

comer: “A gente comia de caderninho. Mas muita gente comia a comida com ódio, porque era muita exploração”.

A viúva de Santo Dias, Ana Maria, acrescenta suas memórias:

Desde pequenos, com seis, sete anos, a gente já ia para a roça. Trabalhava um ano inteiro para o fazendeiro, mas o arroz e o feijão eram para se sustentar, não eram nem para vender. Outras coisas como o açúcar, farinha de trigo e óleo, que não tinha na roça, a gente comprava numa caderneta no armazém da fazenda. Lembro até hoje: Armazém Floresta. É lá de Terra Roxa, na Fazenda Floresta, que era do José Dias. A gente comia na caderneta. Quando chegava no fim, vendia tudo que tinha produzido e ainda ficava devendo.

O prédio do Armazém Floresta fora construído em 1916 pelo coronel Joaquim Prudente Corrêa, o primeiro grande fazendeiro de Terra Roxa⁸. Ficava na divisa entre a fazenda de mesmo nome e a Santa Carolina, de seu irmão. O primeiro ocupante da “venda” foi o comerciante Manoel Antônio de Souza. Na época de Ana, já era um tal de Quirino.

O irmão mais velho de Ana Maria, João Antônio do Carmo, 66 anos (hoje falecido)⁹, que ainda mora em Viradouro e é eletricista, explica como era controlada a comida vendida ao trabalhador pelo armazém:

Não tinha esse negócio de poder comprar tudo. O trabalhador tinha de ir pra venda com um papelzinho que se chamava ordem. Aquela ordem era limitada, não podia pegar mais mercadoria do que a ordem permitisse. Uma família de cinco, seis pessoas tinha um limite de gasto por mês. Então eles pediam uma ordem de tantos contos de réis, naquela época... Depois,

8. PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO. Folheto de divulgação, 2002.

9. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

isso era tudo descontado do que tinha para receber. Se precisasse de um saco de sal a mais do que a cota, não podia. Eu tenho até hoje a minha carteira profissional, te mostro: ali estão marcados quantos quilos de café, de carne, para poder descontar no pagamento. Meu pai ainda tinha umas regalias, porque era retireiro, chefe do retiro, capataz de campo que cuidava dos animais da fazenda. Tinha também cota maior no armazém. Mas os colonos viviam endividados. Uma vez, meu pai chegou no armazém e uma mulher pegou a ordem e fez a compra, mas não sobrou dinheiro para comprar farinha. Aí o balconista falou para ela: “A ordem da senhora já esgotou”. “Mas eu não comprei a farinha”. Aí ele falou: “Infelizmente não vai poder levar a farinha”. Meu pai ouviu e, como ele tinha alguns trocados no bolso, falou: “Não. Pode dar a farinha para ela que eu pago”.

O TRABALHO NA TERRA DOS OUTROS

Na Fazenda Iracema, por conta de sua condição um pouco melhor que a dos outros trabalhadores, José Antônio e a família conseguiram economizar o suficiente para comprar uma casinha na cidade de Viradouro, com um terreno bem grande à sua volta. Até hoje o pai de Ana mora nessa casa, cercada de pés de café, de quiabo, milho, mandioca, uma parreira bem cuidada, uma pequena horta na porta da cozinha e três velhas jabuticabeiras ainda muito produtivas. Em seus 3 mil metros quadrados, não se encontra uma folha seca no chão.

Seu José Antônio, que tem agora dez bisnetos, cuida com tal zelo do lugar, que as telhas são as mesmas que cobriam a casa quando esta foi construída, em 1927. Seu jardim, um gramado que parece um tapete, faz qualquer um que passa pela calçada parar e admirar. A cidade cresceu, abraçou a casa do pai de Ana. Todas as ruas em volta estão asfaltadas e calçadas. João Antônio, irmão de Ana, se lembra que estava com quatorze anos quando a família mudou-se para a cidade, depois de ter passado pela Iracema e, em seguida, por uma fazenda do Frigorífico Anglo. Os motivos da saída foram desentendimentos sobre pagamento:

Parece que começou com prestação de serviço. Ele tinha que prestar contas de tudo o que fazia. Era uma vida escravizada. E, depois, vieram aquelas leis novas, como a de férias. Porque a verdade é a seguinte: naquela época do governo Getúlio Vargas, com o governo apertando, exigindo que a fazenda desse casa, aumentasse o salário. Enfim, um monte de regalias que o governo achou que o pessoal tinha direito, como, de fato, tinha. Então os patrões foram levando o negócio a sério, mais na ponta do lápis, e o povo foi saindo e vindo para a cidade, indo para outras fazendas.

As formas de trabalho nas fazendas de café – colono, meeiro ou camarada – tinham algo em comum: não conseguiam propiciar rendimentos para uma vida digna de quem trabalhava de sol a sol, como cedo percebeu Jesus, o pai de Santo. A família peregrinou de fazenda em fazenda, por muitos anos, em busca de melhores proventos, sem resultado. Da Paraíso, onde Santo nasceu, a família foi para a Paulistinha; depois, para a São João e, por fim, para a Guanabara, onde ficou um bom tempo. Sempre em busca de melhorar a vida, esta fazenda foi a última antes da mudança da família para Viradouro.

Em entrevista a Paolo Nosella, sociólogo e ex-diretor da Faculdade de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, em 15 de setembro de 1979, pouco antes da sua morte, Santo comentou essa peregrinação¹⁰:

Como a gente não tinha terra própria, trabalhava em terras dos outros (a sempre foi meeiro ou arrendatário ou coisa parecida, quer dizer, parceria, como se trata por aí)... A gente não tinha lugar fixo de morada, quer passava dois anos numa área cultivando alguma coisa; no fim da colheita, do a gente não conseguia fazer um acordo para que pudesse continuar gente procurava uma outra alternativa e ia para outra fazenda, para fazer trabalho. Mas, já era outro proprietário, né? E então, dentro desse processo aí,

10. NOSELLA. *Porque mataram Santo Dias*, p. 28.

a gente chegou a passar por várias “fazendas”, como é uso do pessoal dizer lá. E dentro dessas vagas, a gente exerceu também vários tipos de atividade.

ROUPA DE SACO, ALPARGATA DE CORDA

Dos oito irmãos, Santo era o mais velho. Depois, vieram Maria Aparecida (Nenê), Sebastião, Zeca, Nair, Benedito, Lourdes e Laércio. Jesus, o pai, era um homem paciencioso com os filhos, gostava de conversar e dar conselhos, sem ralhar ou alterar a voz. Sabia fazer muita coisa e com capricho, uma característica dos trabalhadores rurais da região, que se valem de inúmeros recursos para complementar sua minguada renda. Já no fim da vida, ainda fazia maços de palha de milho para cigarro de fumo de rolo e vassouras com palha de arroz, para complementar a ínfima pensão de trabalhador rural. Dona Laura, além de costurar, até hoje cria galinhas no quintal: a venda de ovos é outra forma de obter um dinheiro a mais.

José Antônio, o pai de Ana, quando passou a morar em Viradouro, fez uma enorme horta em seu quintal. Os trabalhadores volantes paravam no bar em frente à sua casa, trazidos nos caminhões pelos empreiteiros, à tardezinha. No muro, os maços de couve, almeirão, cheiro-verde, cenouras e outras verduras e legumes estavam primorosamente arrumados, prontos para serem comprados. Até hoje, apesar da idade avançada, a lida na horta caseira e no pomar é sua atividade diária.

Na época em que a família de Santo morava na roça, Jesus levantava todos os dias entre quatro e cinco horas da manhã para preparar o café para todos. Santo o acompanhava. Depois, iam para a roça. Quando era época de aula, depois do almoço, as crianças partiam a pé para a escola, que ficava em outra fazenda. Ninguém tinha sapato, e a roupa era de saco, como Antonia Batista Falchetti, a Tonha, colega de brincadeiras de Santo menino, relembra:

Cada meeiro tocava uma parte, com os filhos. Meu pai também era igual o seu Roger. A gente morava numa casa em que a cozinha era de chão batido, que a gente espalhava cinza, e ficava tudo branquinho, muito limpo. Minha família tinha um mundo de filhos e todos trabalhavam com meu pai nos pés de café. Então, eu nem via o Santo na roça. Nós só nos encontrávamos depois do meio-dia, quando a gente tomava banho e ia pra escola. No meio do caminho, nós dois andávamos de pé no chão ou de alparagatas – aqueles sapatos de lona e sola de corda, assim, que quando chovia, ficavam pesados de barro. Quando estava frio, ele usava uma blusinha de manga comprida de saco, que a dona Laura fazia – ela costurava. Era uma pobreza danada. Eu achava ele muito bonito, com aqueles dentes brancos... Na escola, a professora era muito brava mesmo. Ela morava na cidade e vinha dar aula na roça. A gente aprontou muito também. Lembro de brincadeiras no meio do pasto, correr de vaca brava, essas coisas de criança.

A classe era multisseriada – como recorda Sebastião –, e, mesmo assim, Santo sempre foi dedicado, gostava de ler e se empenhava bastante nas tarefas, uma característica que o acompanhou até adulto. No recreio, as brincadeiras com outros filhos de parceiros eram as conhecidas: pegador, pula-barbante, pique. Quando alguém conseguia uma bola para jogar, no fim de semana, um time se formava e as famílias acompanhavam a criançada, torcendo e jogando também.

DE TRABALHADOR RURAL A OPERÁRIO

Santo deixou registradas suas impressões sobre a Fazenda Guanabara¹¹:

Na última fazenda aonde eu, minha família, meu pai fomos para cultivar gêneros de primeira necessidade, o milho, arroz, feijão e café, a gente viveu cerca de três anos. Foi de 58 até 62, porque em 62 a gente saiu antes de

11. Cf. *ibid.*, 1980, p. 28-29.

completar o fim do ano. Então, aí a gente viveu nesses três anos uma experiência nova de vida que foi quando a gente começou plantando. Nessa área de terra tinha várias outras atividades, quer dizer, ali era um latifúndio, porque ele abarcava uma grande área de terra, onde ele tinha não só alguns empregados, mas tinha vários e de vários tipos. Quer dizer, a fazenda era composta desde o lavrador até alguns tipos de operários que até então não eram qualificados como operários, mas tinham função de operário dentro da fazenda, que eram os mecânicos, alguns manobristas de máquinas, tratoristas, motoristas e o próprio maquinista de um pequeno engenho que ele mantinha na fazenda e que fabricava aguardente. Na fazenda, eram bem diversos os trabalhos; então, os filhos dos plantadores de café ou plantadores de feijão eram requisitados para esse tipo de atividade, e foi o meu caso. Eu, trabalhando com meu pai, fui requisitado. O fazendeiro achou que eu devia trabalhar mais na parte operacional, operário; por isso eu fui para a oficina, que tratava da manutenção das máquinas, tratores e caldeiras e mesmo do maquinário de engenho. Dentro desse processo, eu trabalhei um ano e meio, mais ou menos. Exerci a profissão tanto de tratorista como de mecânico. Depois fui para o próprio alambique, onde trabalhei como elemento responsável pela destilação de aguardente.

O trabalho exigia muito das famílias de lavradores. Às quatro da manhã, todos estavam de pé, vestidos com suas roupas puídas, endurecidas de tanto secar com o suor do corpo, secadas sobre o fogão de lenha, nos dias de chuva. Tomavam um café ralo e iam para a roça carpir, plantar, colher ou beneficiar o café e outros produtos, dependendo da época. Levavam pequenos caldeirões com a comida, que comiam fria, na roça mesmo, junto com o café, também frio, de uma garrafinha fechada com um pedaço de sabugo de milho que servia de rolha. Se a lida ficava por perto, as crianças mais crescidas levavam a comida até os pais e irmãos.

O caldeirão de alumínio lustroso, embrulhado num pano, continha arroz, feijão, verdura da própria horta refogada, às vezes uma sardinha salgada, que dona Laura fritava e dividia em quatro pedaços. Ovo só se comia em casa e dividido em quatro. Às 9 horas, era o almoço no eito, e a outra metade da comida ficava para a tarde, quando a fome apertava. A carne de vaca era uma raridade. O frango, só para o domingo.

Num dia de trabalho comum na Fazenda Iracema, Ana Maria conta que seu pai presenciou uma cena humilhante. Os trabalhadores almoçavam sob os pés de café, com seus caldeirões, e o fazendeiro, a cavalo, passou com os cachorros: “Eles perguntaram, com educação, se ele estava servido a almoçar. Ele respondeu: ‘Não, meus cães já comeram’. Era assim...”.

“A GENTE NÃO VIA DINHEIRO, NÃO...”

O trabalho duro na roça encharcava a roupa de suor, que ia ficando cada vez mais da cor vermelha forte da terra. Voltavam da roça à tarde, deixavam as ferramentas na frente da casa, se lavavam em gamelas ou grandes bacias. Era preciso aproveitar o que restava de clareza, pois não havia luz elétrica. Depois da janta, todos conversavam no terreiro, mas iam dormir cedo, pois, no dia seguinte, começava tudo outra vez. Ana Maria se recorda da vida dos trabalhadores:

O trabalho na roça era muito mal pago e não sobrava nada para pensar em comprar um pedaço de terra. Não tinha eletricidade e a água, a gente tirava de poço, na manivela. Quando sobrava um arroz, dava para vender e fazer alguma compra a mais, mas a gente não via dinheiro, não.

O tempo que restava – geralmente no domingo – era gasto na produção de milho, feijão, mandioca, arroz, na horta, para o sustento.

As mulheres se dividiam entre a roça e as lidas da economia da família: matar porcos, produzir banha, conservar os pedaços de carne nessa banha, fazer linguiça, cuidar das galinhas, recolher ovos, beneficiar milho e arroz na máquina da fazenda, fabricar sabão, assar pães, costurar as roupas, lavar, passar e cozinhar. Dona Laura, a mãe de Santo, comenta:

As roupas das crianças a gente fazia de saco de farinha alvejado e depois tingia. Não tinha dinheiro pra comprar tecido. E as roupas tinham de durar: a gente cerzia até não poder mais. Uma vez, o Santo rasgou a única camisa que tinha, que já estava muito puída. Peguei a toalha de mesa, que era de saco também, para fazer outra camisa, pois não tinha com o que comprar um pedaço de pano...

Ana Maria diz que as habilidades das jovens para o casamento, entre as famílias de trabalhadores, eram medidas pela capacidade de dar conta das tarefas que deveriam assumir:

Um requisito da época era saber cerzir bem, por causa dessa tristeza mesmo. As poucas peças tinham de ter vida longa. As roupas do pessoal ir para a roça eram tão remendadas, que a gente não sabia mais que cor eram. Saco de farinha ou de açúcar era fazenda pra todo uso. A mãe do Santo sabia fazer um monte de coisas em saco. Fazia umas toalhas desfiadas na ponta e amarrava assim, com nozinhos, formando desenhos...

AMIZADE SÓLIDA NA FAZENDA

O melhor amigo do jovem Santo Dias era Edmo Moschen, filho de Evaristo, o administrador da Fazenda Guanabara. Edmo tinha mais cinco irmãos e era três anos mais velho do que Santo. Evaristo Moschen, neto de italianos, por coincidência, nasceu em Dumont,

uma pequena cidade da região de Ribeirão Preto, cuja fazenda de mesmo nome fora loteada na década de 1940 em áreas de quatro a dez alqueires, em que entraram sitiantes e arrendatários. Em 1945, um ano antes de Edmo nascer, quinhentos deles fundaram a primeira liga camponesa do país, segundo ainda as memórias de Irineu Luís de Moraes, o Índio¹². Mas, em 1946, Evaristo foi morar em Viradouro, e é provável que não tenha tido muito contato com esse movimento. Edmo lembra como era Viradouro naquela ocasião:

Não existiam fábricas por lá. Todo mundo vivia do sítio, porque havia mais de 200 proprietários e sitiantes. Fazendas grandes eram poucas, entre elas a Guanabara... O povo vivia da roça mesmo, e naquele tempo exigia muita mão de obra, porque hoje uma máquina faz pra cinquenta pessoas, você sabe disso não é? Antigamente não, era um animal riscando na frente e outro plantando atrás. O trator não era comum. Hoje está fácil.

A família do administrador – o pai, a mãe e os seis filhos – morava numa casa melhor e diferente dos demais alojamentos da colônia, com piso cimentado, banheiro dentro, forro e outros confortos. Tinha uma cota de leite e podia engordar até cinco cabeças de gado para seu consumo. Os trabalhadores rurais viviam nas moradas mais precárias da colônia, que na ocasião, abrigavam duas dezenas de famílias.

Juntos, Santo e Edmo frequentavam a Congregação Mariana da Igreja Católica, em Viradouro, uma entre pequenas cidades do interior, em que todas as famílias se conheciam. A Congregação era bastante ativa nos trabalhos paroquiais e também na animação comunitária. Tinha até time de futebol, no qual Santo e Edmo jogavam. José Renostro, o Zinho, que também viveu essa época nos mesmos lugares, fala sobre a participação de Santo nos trabalhos da Congregação:

12. WELCH, op. cit., p. 86.

Ele era secretário. Por isso, tinha de escrever as atas das reuniões. Eu ficava olhando ele fazer aquela ata e me perguntava: de onde ele tira isso daí? Eu ia nas reuniões também, porque eu fazia parte, aí ele captava tudo aquilo que a gente falava, depois chegava em casa e já fazia a ata, e ela ficava bonita. Ele tinha algumas amizades, gente bem mais instruída que nós. Eu acho que ele pegava muita coisa desse pessoal, né?

Mas, amigo mesmo era Edmo Moschen:

Naquela época, amizade era muito diferente de agora. Amigo era amigo para tudo, podia contar. A gente ia na cidade juntos e na fazenda, sempre andávamos fazendo coisas no trabalho de todo dia. O Santo fazia muita coisa na fazenda, e eu também. Eu era balanceiro, no alambique – pesava a cana. Mas também mexia com trator, com as máquinas. Pela época, a gente sabia muita coisa! A gente fazia um pouco da mecânica da fazenda, se precisasse arrumar uma bomba de curso, ia arrumar, se precisava arrumar uma parte elétrica, também. E ele estava sempre junto. Me lembro até hoje de um acidente feio que o Santo sofreu. Eu estava junto.

UM ACIDENTE GRAVE E MEMÓRIAS

Emocionado, Moschen, hoje aposentado, cabelos brancos, descreve o que aconteceu com detalhes, ao lado da mulher, Dalva, no sofá da sala da sua casa, em São Carlos (SP), trazendo à tona memórias de quase cinquenta anos.

Eu peguei e arrumei o trator e a roçadeira pra roçar um pasto. Falei: “Ôh, Santo, eu vou experimentar esse pedacinho aqui, depois você pega e vai embora, volta lá pro barracão”. Aí, no que eu toquei o trator, ele estava encostado no pára-lama traseiro. Uma roda – ali era tudo mato – caiu num buraco, do outro lado, e ele acabou com o pé debaixo da roçadeira.

A máquina pegou a roupa dele, dessas de brim que usavam na roça, que enrolou e atingiu uma parte da perna. Não foi fácil, não.

Segundo Moschen, o patrão fretou um avião pequeno, em Ribeirão Preto, pois o ferimento tinha sido grave e não era possível esperar o deslocamento por terra.

Na fazenda tinha um campo de aviação, naquela época, e aí nós fomos pra Ribeirão de avião. O patrão perguntou pro Santo: “Você tem coragem de ir de avião?” Ele falou: “Se o Edmo for, eu vou, se ele não for, eu não vou!”. Aí o patrão falou: “Não, ele vai conosco”. Então nós fomos, ele ficou na Santa Casa uns oito dias, saiu, mas toda semana a gente ia lá com ele, para fazer curativos.

As condições de vida difíceis para as famílias de meeiros ou parceiros também fazem parte das lembranças de Benedito Savioli, 77 anos¹³, neto de italianos, nascido em Viradouro e que trabalhou com a família de Santo Dias. A exemplo de milhares de famílias, ele, a mulher, Gessi, e onze filhos mudaram-se para a cidade entre as décadas de 1950 e 60, e até hoje moram na casa simples num dos bairros de Viradouro:

Conheci o compadre Roger. Conheci os meninos, inclusive o Santo. Uma vez, o irmão dele, o Tião, ficou doente, muito ruim. Não tinha médico perto, farmácia, posto de saúde. Era difícil, difícil. Eu sabia aplicar injeção, então ia lá aplicar de hora em hora, até que ele sarou. Os meninos davam duro na roça. Trabalhei com o compadre Roger na Fazenda Guanabara, tocando café. A gente tocava quatro mil pés de café na enxada, não tinha máquina. O café exige. Em janeiro, tem que tirar todo o mato, depois a gente plantava mantimento entre as leiras. Mas, quando colhia dava para

13. Idade na ocasião da primeira edição deste livro, em 2004.

o armazém, nada mais. Durante seis meses, a gente recebia por mês, com adiantamento na caderneta. Na colheita, por saco. O Roger e eu falávamos de comprar um pedaço de terra, mas nunca sobrou dinheiro. Era dura a vida, mas podia estar plantando na terra, colhendo, caçando...

Savioli relembra os tempos de Santo menino:

O Santo, como todo moleque, gostava de caçar tatu, passarinho. Lembro de umas corridas dele, com os cachorros, até a margem do rio Pardo. A gente pescava também, tinha muito peixe nesse rio Pardo. Com a cana, as usinas jogaram um monte de coisas nele e acabou tudo. Depois de 1985, foi a época braba da cana, acabou sitiante, acabaram as fazendas, só tem cana. Quem tem um pedacinho de terra arrenda para a cana. Também terminou o serviço, só tem na época de safra. E é em turma. As usinas trazem até gente do Norte, que moram amontoados na cidade... Eles ganham menos e trabalham mais que o povo daqui, pois querem acabar logo para voltar para casa.

A CANA ACABOU COM OS CEREAIS

A população de Viradouro é de cerca de 16 mil habitantes, segundo os dados fornecidos pela Prefeitura local. Na safra, ela chega a 19 mil. A plantação de grãos, comum na época da infância e adolescência de Santo, migrou para Mato Grosso ou Goiás, como explica o prefeito José Lopes (PSDB, 2003):

A cana vai empurrando a pecuária e os grãos para cima. Um alqueire de terra por aqui é muito caro: 60 a 70 mil reais. Com essa quantia é possível comprar muito mais terras nesses outros estados, então esses plantadores vão para lá. O proprietário de pequenas áreas arrenda para as usinas. Estas não geram Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o município, que tem

de arcar com os custos da população flutuante. Sou favorável à diversificação agrícola, pois a distribuição de renda também poderia ser melhor, se assim fosse.

Na década de 1980, os cortadores de cana se insurgiram contra as condições de trabalho impostas pelas usinas, realizando greves históricas nas cidades da região. As mais destacadas foram as de Guariba, a partir de 1984, que chegaram a paralisar 150 mil trabalhadores. Esses movimentos são descendentes legítimos das primeiras lutas trabalhistas realizadas nessa rica região, dominada por agroindústrias. Essas lutas, iniciadas ainda no início do século XX, com a influência da crescente organização sindical dos trabalhadores urbanos – comerciários, bancários, eletricitários, ferroviários, trabalhadores em usinas, frigoríficos, agroindústrias e cervejarias, entre outros – alcançaram os trabalhadores rurais, que tinham perfis diferenciados. As memórias de Irineu Luís de Moraes¹⁴ sobre as condições dos trabalhadores rurais da região, na entrada da década de 1940, revelam que estas eram quase de escravidão e a movimentação por melhores condições de vida considerados casos de polícia.

Só de falar em sindicato nessas companhias [agroindústrias] era um terror. Elas mandavam embora, e olha lá quando não mandavam para cadeia... Nas fazendas da região, a situação dos trabalhadores rurais era muito pior. Por meio dessa associação [criada por Moraes na década de 1940 para reunir os trabalhadores em indústria de óleo de algodão] eu entrei em contato com os trabalhadores da usina de açúcar de Itaquerê. Existia uma escravatura terrível lá. O comendador Paulo Reis Magalhães era o dono. Naquele tempo ele era um dos homens mais ricos: pecuarista, cafeicultor e diplomata. Ia ser embaixador em Cuba. O administrador dele espancava trabalhadores e roubava muito. Os cortadores de cana ganhavam pelo peso, e o administrador roubava no peso, roubava no sa-

14. Ibidem, p. 50-51.

lário e ainda queria roubar na indenização, no aviso prévio e nos demais direitos dos trabalhadores.

A advogada Olga Maria Melzi, de Bebedouro, especializada em Direito do Trabalho e que atuou defendendo os trabalhadores agrícolas durante a década de 1980, pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), diz que toda vez que os camponeses se organizaram, tiveram de enfrentar a repressão do Estado e dos fazendeiros:

Se nas décadas de 1930-40, ao se organizarem, os trabalhadores eram encarados como baderneiros, esse adjetivo é usado até hoje pelos patrões. Se um trabalhador participa dos movimentos, seu nome circula em todas as usinas, fazendas e empresas, rapidinho, ele nunca mais consegue trabalho. Mas na metade do século XX, apesar da muita exploração, havia ainda uma forte ligação desses trabalhadores no ciclo todo da produção: eles aprendiam a preparar a terra, a colher o produto e aí só faltava vender. Essa era a tarefa do patrão, pois a terra não era dele, era do dono da fazenda. Mas eles conheciam e participavam de todo o processo produtivo, desde o preparo da terra até cuidar de uma erosão. Só que eram muito explorados. Com as Ligas Camponesas, surge a discussão da reforma agrária. Começa uma mobilização em torno desse sonho, desse desejo de ter a terra. Havia uma enorme identidade cultural do homem com a terra. Aí acaba o sistema de colonato, o café fracassa e começa a expulsão do homem do campo, com as pessoas morando na cidade e sem nenhuma memória do fazer agrícola.

GETÚLIO VARGAS E OS SINDICATOS

Essas décadas (1930-40) constituem uma época conturbada para a organização sindical na região e também no país. Getúlio Vargas assumira o poder em 1930, com as propostas de nacional-desenvolvi-

mentismo. No período anterior, sindicatos de trabalhadores foram organizados sob a influência das ideias anarquistas, comunistas e socialistas, lutando pela jornada de oito horas, contra o trabalho infantil, pelo registro em carteira, pelo direito a férias, entre outros.

Para dar conta dessas demandas, Vargas criou o Ministério do Trabalho. O primeiro ocupante da pasta foi Lindolfo Collor, autor do Decreto 19.770, de 1931, a chamada lei de sindicalização, em que sindicatos e associações de classe foram considerados como mediadores de conflitos e o Estado fiscalizaria o cumprimento do salário mínimo, o regime e as horas de trabalho. Os sindicatos passavam a existir sob a tutela do Estado, com orçamento advindo do imposto sindical obrigatório, descontado do salário dos trabalhadores (a lei regulamentando o imposto compulsório foi aprovada em 1940). A administração dessa verba era feita pelo próprio governo, e os sindicatos passaram a ser controlados dessa forma.

Os sindicatos livres resistiram a isso, mas a ação do Estado foi muito mais forte. Em 1934, Vargas promulgou uma série de leis, entre elas a da carteira assinada e férias. Somente os trabalhadores associados aos sindicatos oficiais poderiam gozar desses direitos. Os 42 artigos do Decreto-lei 24.694, de julho daquele ano, estabeleciam o pluralismo sindical, mas isso não acontecia na prática, pela ação política do governo. Em 1935, este reprimiu fortemente as organizações populares, inclusive os sindicatos combativos que resistiam ao atrelamento, a pretexto de conter a tentativa de assalto ao poder liderada pelos comunistas, naquele ano, sublevação para a qual os políticos conservadores cunharam a expressão de Intentona Comunista, e que é historicamente conhecida como os Levantes de Natal e da Praia Vermelha.

O estado de sítio, decretado por Vargas, perdura até novembro de 1937. Na campanha eleitoral, Vargas cancela as eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, fecha o Parlamento e instaura o chamado Estado Novo. Em 1939, outro decreto-lei contendo 59 arti-

gos restituiu a unidade sindical, concluindo a construção da estrutura classista que o governo Vargas iniciara.

Em 1943, inspirado na Carta del Lavoro, da Itália fascista, Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cuja essência era o princípio da colaboração de classes. A nova legislação propugnava a colaboração dos sindicatos com o Estado, o mediador dos conflitos trabalhistas. Dividia os trabalhadores em categorias que não podiam se articular, consolidando o corporativismo no país. Mesmo com a queda de Vargas, a Assembleia Constituinte de 1945 conservou a CLT. O Partido Comunista brasileiro, em 1945, orienta suas bases a se filiarem aos sindicatos oficiais.

As primeiras organizações de trabalhadores do campo surgem no final da década de 1940, estruturando-se por local de conflito. A articulação de sindicatos na área rural também fora “autorizada” por Vargas, por meio do decreto 7.038. Na década seguinte, diferentes categorias de rurais passam a se organizar: meeiros, foreiros, colonos, camaradas, posseiros etc.

DO REGISTRO EM CARTEIRA À TERRA PARA PLANTAR

Cada uma dessas categorias possuía reivindicações específicas: os camaradas queriam registro em carteira; os meeiros, parceiros e colonos, terra para plantar; os arrendatários, melhores preços de seus produtos e formas de escoamento da produção. A discussão sobre a reforma agrária começa a aumentar entre os trabalhadores rurais, nas décadas de 1950 e 60, em consequência do que os fazendeiros passam a reear a perda de suas terras. Comenta a socióloga e pesquisadora Maria Conceição D’Incao:

A partir da década de 1950, começa um processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas. Primeiro, por conta da valorização do preço da terra, em consequência da elevação da demanda de produtos agrícolas decorrente

da intensificação dos processos de urbanização e industrialização regionais do estado de São Paulo. Assim, os contratos de pagamento do trabalho com a cessão de um pedaço de terra para os cultivos de subsistência, como no caso do colono e, em certa medida, da parceria, deixam de ser vantajosos. Em tempos de terra barata, esses contratos eram comuns, valiam a pena para os proprietários. Agora, trata-se de explorar diretamente as terras disponíveis e de elevar a produtividade da terra, incorporando novas tecnologias agrícolas, poupadoras de força de trabalho. O que configura um acentuado movimento de exclusão social, ou êxodo rural. De outro lado, existem as questões políticas: cresce o medo dos fazendeiros em relação à reforma agrária. Nessa época, intensificava-se também a organização dos trabalhadores rurais em todo o país. De um lado, ligada à exigência da extensão dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. E, de outro, à demanda do direito do acesso à propriedade da terra – um forte clamor pela reforma agrária sustentado por movimentos de camponeses pautados pela resistência na terra em diferentes cantos do país.

A pesquisadora relembra que, até a década de 1950, cerca de 70% da população brasileira morava no campo. No final na década de 1970, 70% já estava nas cidades. As grandes modificações no campo aconteceram entre essas décadas. Os colonos, parceiros e meeiros são substituídos pelos camaradas, volantes ou boias-frias, que passaram a morar na cidade e trabalhavam diariamente nas fazendas. Como as famílias de Santo Dias e de Ana Maria do Carmo. João Antonio, o irmão de Ana, foi um desses trabalhadores, e se lembra das mudanças na forma de exploração do trabalho:

Naquele tempo o pessoal veio para a cidade... Ia pra roça com caminhão de turma, pau de arara, então era uma briga. Precisava de muita gente para tocar aqueles cafezais. O movimento continuou do mesmo jeito só que o patrão não tinha meeiro, colono, não tinha nada. Então eles tocavam essa lavoura com o pessoal que morava na cidade.

O pagamento era outra disputa:

Era por empreita, por saco ou por pé de café. Mas o patrão fazia o seguinte: ele pegava um ou dois camaradas que ainda restavam lá na fazenda, daqueles bons de serviço, e falava para ele: “Eu quero ver quantos pés de café você carpe por dia. Quero ver se você é bom mesmo”. Então o cara chegava e descia o cacete. Quando chegava à tarde: “Eu fiz tantos pés”. Então ele calculava o preço para aqueles pés de café que o cara fazia e chamava a turma de empreita e dizia: “Eu pago tanto por pé”. “Mas aí não dá para ganhar.” “Como não dá?” “Mas quem faz tudo isso?” “Eu tenho pessoa aqui na fazenda que faz.” Meu sogro mesmo era um deles, coitado! Ia lá e quase se matava para mostrar para o patrão o quanto ele fazia. Era em cima daquilo que ele calculava o preço para poder empreitar o pessoal da cidade.

DE PARCEIROS A VOLANTES, BOIA-FRIAS

Em seu livro *O “boia-fria”: acumulação e miséria*¹⁵, Maria Conceição D’Incao analisou a transformação de parceiros e arrendatários em trabalhadores volantes, no início da década de 1970, em plena expansão da pecuária de corte na região da Alta Sorocabana – extremo oeste do estado de São Paulo. E, no começo dos anos 80, ela investigou o surgimento da organização desses mesmos trabalhadores no contexto da monocultura extensiva de cana-de-açúcar e da laranja na região mais central – e mais desenvolvida – de Ribeirão Preto – a chamada Califórnia brasileira¹⁶. Nos dois casos, trata-se de antigos trabalhadores residentes nas fazendas que se aglomeram nas periferias das cidades da região, passando a ser transportados diariamente para os locais em

15. D’INCAO. *O “boia-fria”: acumulação e miséria*, 1975.

16. “Movimento Social e Movimento Sindical entre os Assalariados Temporários da Agroindústria Canavieira no Estado de São Paulo”. Em colaboração com Moacyr Rodrigues Botelho. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 53-81.

que vão trabalhar, em caminhões de empreiteiros de mão de obra – ou gatos – e sem nenhuma garantia trabalhista.

Na região de Ribeirão Preto, a elevação da produtividade das fazendas de cana e de laranja incrementava também a demanda do trabalho volante nas safras, exigindo que os empreiteiros fossem buscar trabalhadores em outras regiões do país, como em Minas Gerais e Bahia. Ficavam alojados, muitas vezes, em espaços improvisados, a exemplo dos barracões no meio dos canaviais, restos dos paióis das antigas fazendas de café. Esta era também uma forma para obter maior produtividade, pois, longe de suas famílias, esses volantes ficavam confinados ao trabalho, no anseio de voltar para suas casas. Havia muitos conflitos entre os “mineiros” e os trabalhadores das cidades, que ganhavam pouca coisa a mais. O empreiteiro cobrava transporte, alojamento e despesas com alimentação. Assim também acontecia com os volantes locais – dependendo da distância, o valor cobrado ao trabalhador pelo transporte variava. O trabalhador era contratado para determinada tarefa, sem vínculo algum, nem carteira assinada.

A necessidade de trabalho concentrada durante a colheita, no caso dos gêneros agrícolas como café, amendoim e algodão, para não perdê-la, provocava o uso intensivo da mão de obra nessas ocasiões e seu abandono quase total fora desses períodos. Assim aconteceu com o café, depois da fase do colonato, assim ocorre hoje com a cana¹⁷.

Os fazendeiros contratavam o caminhão, e o motorista recebia por viagem ou “por cabeça”. Além do motorista, seguia também um fiscal, que ganhava por dia, para controlar o trabalho dos demais, garantindo a qualidade da colheita, e para evitar acidentes no percurso ou no próprio trabalho, que podiam acarretar problemas para o fazendeiro.

No caminhão, as mulheres eram colocadas na parte da frente da carroceria, separadas por uma corda dos homens, que ocupavam do meio para trás. Ferramentas seguiam junto – foices, enxadas, podões

17. Fato comum até 2004; o maquinário acabou com os safristas, 15 anos depois.

etc. O medo de cair ou sofrer um acidente era constante, segundo Ana Maria, que desde os treze anos ia ajudar a família nas lidas da roça:

Eu morria de medo de sofrer algum acidente com o caminhão, porque nem sentado a gente podia ir. As carrocerias pulavam muito com qualquer buraco, tinha motorista que não estava nem aí... Graças a Deus nunca aconteceu conosco, mas a gente vivia ouvindo histórias de acidentes. A boia a gente comia fria, nuns caldeirões que a gente levava e pendurava numa árvore. Às vezes, azedava, outras, entrava formiga à beça. Quando acontecia de ser assim, cada um dos outros dava uma colherzinha do seu caldeirão, que nem esmola, assim... O café, numa garrafinha dessas de refrigerante, era pura espuma quando chegava no eito, de tanto que o caminhão chacoalhava...

REFORMA AGRÁRIA E ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS

Em 1962, o economista e jornalista Paulo Schilling (muito próximo do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola), que integrava a Comissão Nacional de Política Agrária proposta pelo governo parlamentarista do presidente João Goulart – o Jango –, ao lado de dom Helder Câmara (que era bispo-auxiliar do Rio de Janeiro), Pompeu Acióli Borges e Edgar Teixeira Leite, grupo encarregado de fixar as áreas prioritárias para efeito de reforma agrária, produziu um texto de análise da estrutura fundiária brasileira, comparando dados parciais do Censo de 1960, do IBGE, com o de 1950, para cinco estados brasileiros¹⁸.

Ele procurava estabelecer a evolução das propriedades rurais brasileiras e concluía que havia aumentado em 37% o número de propriedades rurais entre uma década e outra. Mas, 99% das 200 mil novas propriedades haviam surgido da subdivisão de pequenas pro-

18. SCHILLING, P. Da estrutura agrária brasileira. In: MARIGHELLA, Carlos et al. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*.

priedades e não do fracionamento dos latifúndios. Um total de 56% do total era decorrente da “pulverização” das pequenas propriedades em minifúndios. Com o latifúndio intocado, Schilling argumentava ter ocorrido uma “socialização da pobreza”, em vez da democratização da riqueza.

A estrutura fundiária da década de 1950, concentrada em grandes propriedades rurais, não havia mudado na década seguinte. Cerca de 70 mil grandes proprietários monopolizavam mais de 62% da área total de produção. No outro extremo da escala, meio milhão de proprietários se espremiavam em áreas inferiores a cinco hectares. Schilling revelava ainda que o Censo de 1950 acusara uma população rural de 33 milhões e de 13 milhões economicamente ativos no campo. Tirando o fato de um proprietário ter mais de uma propriedade, o Censo identificava cerca de 11 milhões de trabalhadores rurais sem terra, já naquele tempo, cerca de 85% dos que cultivavam a terra.

O estudo de Schilling também questionava, com base em análises da Comissão Nacional de Reforma Agrária em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as formas de apropriação da renda da terra pelos donos de propriedades improdutivas, principalmente aquelas que eram pagas ao proprietário em forma de trabalho (o sistema conhecido como “cambão”, prestar serviços de capinagem, arrumar estradas, consertar cercas etc.), de produtos (arrendamento com pagamento sobre a produção bruta à meia, à terça, à quarta) ou em dinheiro (arrendamento com pagamento monetário). Esta última modalidade era criticada em seus prazos exíguos, que não permitiam uso de tecnologia mais avançada e muito menos a fixação do homem à terra.

Em relação às condições de trabalho dos assalariados rurais, Schilling mencionava a ocorrência de jornadas de dez a doze horas diárias, sem descanso remunerado, férias, estabilidade ou “qualquer forma de assistência social”. Um trabalhador rural recebia em média cerca de metade do salário mínimo regional. Os proventos das mulheres

eram 30% inferiores aos dos homens. O autor comentava a situação de miséria a que os trabalhadores rurais estavam relegados, em contraposição à grande quantidade de terras amealhadas por poucos proprietários.

Os trabalhadores agrícolas, a exemplo de outros setores na área urbana, se organizavam, pleiteando a extensão dos direitos trabalhistas conquistados pelas categorias na cidade. É entre as décadas de 1950 e 60, que se consolidam várias organizações gerais de trabalhadores no campo, a exemplo das Ligas Camponesas, no Nordeste; da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – ligada ao Partido Comunista Brasileiro e as Associações dos Sem-Terra, no Rio Grande do Sul (que, apesar do nome, não são consideradas as primeiras formas do atual Movimento dos Sem Terra).

AS REFORMAS DE BASE E SANTO

Dois fatos eram considerados importantes, por Schilling, na luta pela terra: o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária fora criado pelo governo Leonel Brizola, em 14 de novembro de 1961, reconhecendo o direito de associação dos camponeses e tornando de utilidade pública as organizações de classe assim formadas. Com esse decreto, um ano depois, em vez de meia dúzia de entidades, cerca de 100 mil camponeses participavam das associações de sem-terra.

Em 17 de novembro de 1962, milhares de trabalhadores agrícolas de todo o país se reuniram em Belo Horizonte, realizando seu 1º Congresso Nacional. Denunciaram o fato de que, com 38 milhões de habitantes na área rural, o Brasil, na época, tinha 2,065 milhões de propriedades, das quais 70 mil latifúndios, sendo que 3,39% dos estabelecimentos possuíam quase 63% da área total ocupada do país. No documento redigido com base nas discussões do congresso, seus participantes reivindicavam a reforma agrária, principalmente com a desapropriação dos latifúndios pelo governo em prol dos trabalhadores.

Pleiteavam também respeito ao direito de organização independente em entidades de classe, ampliação da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados ou “semiassalariados” do campo e reconhecimento dos sindicatos rurais. Durante sua realização, o então presidente da República, João Goulart, esteve presente.

A época era de agitação pelas chamadas Reformas de Base, e os conflitos no campo, principalmente no Nordeste, se acirravam. A Comissão Nacional de Reforma Agrária discutia como a implementaria, o que se reflete no texto de Schilling: ele é favorável à pequena propriedade, com o estabelecimento de núcleos coloniais, descartando propostas coletivistas de grandes extensões, com base nos estudos de propriedade na União Soviética e nos Estados Unidos.

As reivindicações básicas dos trabalhadores rurais por terra, melhores condições de trabalho e salários, carteira assinada, férias e cumprimento da legislação trabalhista também se fizeram presentes em Viradouro. Na Fazenda Guanabara, entre 1960 e 1961, um grupo de quinze trabalhadores do alambique fez um movimento por melhores condições de trabalho e de salário. O próprio Santo Dias descreveu essa movimentação¹⁹:

O pessoal, que era mais ou menos uma equipe com uns quinze companheiros, trabalhava nessa área. Eles encabeçaram esse movimento e fizeram realmente uma paralisação. Ficaram paralisados durante dois dias, e nesses dois dias, houve uma mobilização muito grande na fazenda. O cara [patrão], que mora aqui em São Paulo, foi logo comunicado e já chegou imediatamente lá, já tomou logo as providências, começou a negociar com o pessoal... quer dizer, negociar a gente sabe como é que isso se dá: foi negociando, mas logo procurando ver quem eram os cabeças e foi cortando o pessoal... Muita gente foi mandada embora, mesmo conseguindo melho-

19. NOSELLA, op.cit., p. 30.

rar alguma coisa em termos de salário de alguns companheiros. Mas aqueles que eram considerados elementos mais esclarecidos foram cortados.

O corte recaiu também sobre José Renostro, o Zinho, que era um dos alambiqueiros. Casado, ainda morava na casa da colônia, com o pai e sua família. Teve de sair rapidamente da fazenda, despedido. Ficou viúvo assim que chegou na cidade: sua mulher teve um infarto fulminante, depois de toda a tensão da paralisação e revide do patrão. Zinho não gosta de falar sobre isso, mas afirma:

Na época que a gente trabalhava na Guanabara, os capatazes e os donos eram muito carrascos, cometiam brutalidades que era pra você ter medo. Ninguém ia conversar com o patrão, assim de bobeira, de jeito nenhum, primeiro porque ele não te dava oportunidade pra falar com ele. Eles eram assim pra você já não ter entrada assim pra eles.

NA COZINHA, QUASE UMA ESCRAVA

Enquanto isso, na casa da Fazenda Guanabara desde 1959, Ana Maria era cozinheira. Quase uma escrava, trabalhava de segunda a segunda, sem folga, e o salário ia todo para os pais. Aliás, a Guanabara era do genro de Prudente Corrêa – Afonso Ferreira, casado com a filha dos descendentes dos primeiros coronéis de Terra Roxa. Na casa-grande, Ana ouvia o que os patrões conversavam, de vez em quando, porque eles sequer consideravam a possibilidade de que ela entendesse o que falavam:

Tinha um menino pequeno que não queria estudar, era preguiçoso. A mãe falava assim: “Quando os comunistas vierem, você vai ser o que você é, se não estudar. Se você for médico, vai ser médico”. De outra vez, escutei o que falavam sobre uns trabalhadores que tinham ido à Justiça pelos

direitos. Afirmavam preferir pagar um milhão para o advogado deles não deixar os trabalhadores ganharem na Justiça do Trabalho, a dar o que o pessoal reivindicava! Diziam assim: “Eles querem um milhão? Pois então coloquem um milho bem grande na água e deixem crescer – aí terão um milhão!”. O que acontecia? Tinha naquela época um advogado, um nome que o fazendeiro pronunciava com muito ódio. Quando existia qualquer manifestação dos trabalhadores, que alguém passava ou organizava, essa pessoa estava no meio.

Quando a família do fazendeiro vinha a São Paulo, ficava num grande apartamento no bairro de Higienópolis, em frente à praça Buenos Aires. Ana não podia sair, não podia namorar, não podia estudar. Só cozinhar. Havia mais três empregadas, encarregadas da faxina, da arrumação e da guarda das crianças. Às vezes, a família se deslocava para o litoral, e as empregadas também acompanhavam mulheres e crianças. Santo e Ana começaram a namorar em 1962 e passavam pouco tempo juntos. Mas trocavam cartas.

Santo ficara na fazenda e, ao lado de Edmo, era muito requisitado pelos proprietários na realização de serviços mais especializados, além de acompanhar as filhas do patrão quando iam para a cidade. As cartas eram a única forma de comunicação entre o casal, pois a telefonia não era tão barata e nem tão comum. Mesmo depois que ele se mudou para São Paulo, pouco se viam. Os únicos encontros eram na casa dos zeladores do prédio dos patrões de Ana, que acabaram sendo os padrinhos de casamento de ambos. Enquanto um estava em Viradouro e outro em São Paulo, Ana mandava uma carta e Santo respondia:

Viradouro, 8 de fevereiro de 1962.

Saudações. Ana Maria:

Espero que essas poucas linhas vão encontrar você gozando de mil felicidades,

é o que eu desejo. Porque eu aqui vou passando bem, graças a Deus. Eu recebi a sua carta e fiquei abismado por que eu não esperava essa sua surpresa, mas fiquei muito contente quando recebi as suas notícias e novidades. Eu escrevo esta para lhe dizer que estou à sua espera, porque durante o tempo que você esteve aqui eu não tive tempo de conversar com você, por causa daqueles meninos que faziam folia comigo e eu era obrigado a ficar quieto, porque se eu ficasse bravo era pior. Mas quando você voltar creio que não vamos ter atrapalhação, quero conversar com você pessoalmente, se Deus quiser. Ana Maria, não se esqueça de mim, porque eu não esquecerei de você. Mande-me a resposta mais breve possível, porque eu quero saber as suas novidades aí de Santos. Sem mais nada a tratar termino esta carta com um abraço da Nenê e um abraço meu a você, Ana Maria, e muitas felicidades e muitas lembranças de todos da minha casa. Santo Dias da Silva

DE HOMEM DE CONFIANÇA A DESAFETO

Santo era uma pessoa de linha de frente na fazenda, segundo Ana Maria. Tinha contato com o filho do administrador, com os braços da roça, com o pessoal em volta da fazenda. Fazia todos os serviços mais especializados e, assim, foi ampliando seu espaço. Quando a família dos proprietários estava na fazenda, ele e Edmo levavam as filhas dos fazendeiros e as suas acompanhantes para onde quisessem, numa perua, pois eram considerados “de confiança”. Mas, dessa condição, logo Santo se tornaria uma pessoa maldita.

Com a demissão do pessoal que fez o movimento no alambique, era preciso substituir esses trabalhadores. Ele foi requisitado para a função de alambiqueiro. Nessa época, o fazendeiro já tinha começado a empregar gente que morava na cidade para trabalhar na fazenda. Segundo o próprio Santo Dias, em seu depoimento a Paolo Nosella,

isso dificultou a reorganização do movimento. Mas, trabalhando um ano e meio no alambique, Santo começou a perceber que parceiros e meeiros que já viviam na fazenda havia dez, quinze anos como plantadores também estavam sendo dispensados. O dono chamava os trabalhadores e os fazia assinar um documento sobre cujo conteúdo eles não tinham muito conhecimento. A luta pela regulamentação dos sindicatos de rurais e do trabalho na agricultura estava a pleno vapor. Santo Dias fez este relato sobre o que aconteceu²⁰:

Então, ele chamava o pessoal para assinar um documento, do qual muita gente não tinha clareza da coisa, porque tinham pouco conhecimento, pouca formação. Era simplesmente assinar aquilo e receber, lá na época era 500 cruzeiros, que vale hoje cinquenta cruzeiros. Então a gente foi chamado para isso, e nessa equipe de mecânicos, maquinistas, pessoal que era considerado mais operário (só não tinham o registro efetivo como operário e também não tinham uma legalidade, enquanto classe operária): mas a gente foi chamado em bloco; em bloco assim: foi convocado e lá ficamos reunidos, num canto. Iam chamando de um por um para assinar esse documento e receber alguma coisa. Bem, nessa aí, a gente conseguiu fazer uma discussão rápida com o pessoal, e mostrar nessa reunião pequena, pô, que a coisa era incorreta, né? Então muitos companheiros optaram por não assinar. Como não tinham clara a coisa, estavam achando melhor não assinar e não assinaram. E, entre esses companheiros, eu e outros. A gente, já dentro desse processo, não assumiu a coisa, não quis assinar. Depois, a gente foi chamado separadamente. Fomos questionados porque não assinamos, e então ficou numa situação delicada esse companheiro que não assinou e na articulação sindical...

Santo revelou também que, em seguida a esses fatos, houve uma assembleia de trabalhadores em Viradouro, para debater as van-

20. Cf. *ibid.*, p. 31-32.

tagens da não assinatura. Ele e um grupo fundaram um sindicato de rurais no local. Um advogado orientou sobre a legislação trabalhista, o que era correto e o que deveria ser feito, dizendo que os trabalhadores agiram certo em não assinar o documento. O fazendeiro ficou sabendo e, de homem de confiança, o rapaz se tornou um desafeto. O proprietário deu 24 horas para Santo e sua família deixarem a fazenda, mesmo porque os trabalhadores já estavam substituindo as culturas por pasto, para implementação da pecuária no local. Saíram sem direito a retornar para ver parentes ou amigos.

Jesus Dias da Silva, seu pai, ainda tinha alguma criação – porco, galinhas, burros e cavalos, além das ferramentas agrícolas. Vendeu tudo, para ir morar de aluguel numa casinha em Viradouro. Censurou o filho por conta do movimento: “Você cuspiu no prato em que comeu”.

“NÃO ESQUEÇA DO QUE TRATAMOS...”

Em 7 de setembro de 1962, Santo escreveria para Ana Maria, que ainda estava em São Paulo, informando seu novo endereço, já na cidade, na casa que a família alugou:

Ana Maria, você me pergunta se tenho passeado muito, mas meus passeios são poucos... é só a missa e o trabalho, tenho também o jardim, mas não vale nada sem você ao meu lado, porque você é a única coisa que embeleza o meu sonho, é a única coisa que me faz viver sorrindo, e parece, também, que é a única que entrou no meu coração para me fazer amar tanto assim. Não consigo esquecê-la um só momento, parece que este tempo que você foi embora já faz um ano. Olhe, deixe para me escrever só quando voltar, porque eu acho também que o tempo vai ser pouco para me escrever novamente antes de vir. Mas assim mesmo, vai meu novo endereço:

Rua José Bonifácio, n. 788 – Viradouro – Estado de São Paulo.

A família inteira foi trabalhar de boia-fria. Santo ficou apenas dois meses nesse trabalho e, durante esse tempo, arranjou a documentação de que precisava, principalmente a legalização da sua situação militar. Sebastião, o irmão mais novo, revela que Santo não gostava do novo trabalho, pois “achava o fim da picada”.

Além disso, seu melhor amigo, Edmo Moschen, tinha vindo para São Bernardo do Campo, em fevereiro de 1962, pouco tempo antes de a família de Santo ter sido expulsa da fazenda. A decisão de Edmo também foi por conta de salário, mas numa outra esfera:

Eu discuti com o patrão, por isso vim pra São Paulo. Eu era o segundo salário depois do meu pai, que era o administrador. Apesar de pouco, mas era o segundo salário. Eu queria 150, nem lembro mais qual era o dinheiro da época – acho que era cruzeiros, eu sabia que o meu pai ganhava um patamar mais acima e eu ganhava um patamar mais abaixo, ele ofereceu um pouquinho menos. Depois falou assim: “Amanhã a gente resolve!”. No outro dia, de manhã, ele foi embora pra São Paulo e não resolveu nada. E eu falei pro meu pai: “Eu também não trabalho mais e hoje de noite eu também vou pra São Paulo!”. Foi assim, de uma hora pra outra.

Moschen foi trabalhar na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, onde ficou até 1977. Começou como auxiliar até assumir o cargo de preparador de máquina, coordenando o trabalho de um grupo de seis pessoas. Depois de quinze anos saiu para voltar para o interior como caminhoneiro e, depois, tornou-se dono de oficina mecânica.

Seu amigo Santo Dias também mudou para São Paulo em 1962, conseguiu trabalho como metalúrgico, na região sul da capital. Seu percurso profissional e pessoal seria muito diferente do companheiro de juventude, na Fazenda Guanabara.

Em 16 de outubro de 1962, Santo escreveu outra carta para Ana Maria, e nesse curto intervalo sua vida mudou completamente.

De Viradouro, Santo foi morar na capital paulista, mas num local muito específico de São Paulo.

Ana,

Você pergunta se eu já mudei...estou morando em Santo Amaro, na casa de um tio meu, cheguei dia 9 e vou entrar em serviço dia 18, na Metal Leve, vou trabalhar na fundição. Agora não sei quando vamos nos encontrar, porque aqui é difícil, e no interior, acho que só irei no Natal, e você, quando for em novembro, procura ir em minha casa para quando você me escrever, me dizer como vai minha família e a sua também, me dizer como vai o Egídio e a Neuza.

Ana Maria, tenho muita saudade sua, mas algum dia encontraremos, mas talvez em janeiro, aonde ficamos tratados, não sei se você esqueceu, mas procure relembrar porque eu não esqueci do que tratamos.

2 SANTO AMARO (SÃO PAULO, CAPITAL)

Atravessar a pé o largo 13 de Maio, em Santo Amaro, bairro da zona sul da capital, é uma aventura. Principalmente na hora do *rush*. Não há espaço para o pedestre, obrigado a seguir pelas ruas onde ônibus, peruas, motocicletas e automóveis impõem seu próprio ritmo e a lei do mais forte.

As lojas que restaram do antigo centro comercial vigoroso de vinte anos atrás mal podem ser vistas. Hoje a Igreja Matriz – semelhante às de várias cidades do interior paulista – é cercada por um mar revolto de lonas plásticas azuis, amarelas e pretas que cobrem as centenas de barracas de camelôs que tomaram conta do espaço desde a década de 1990. Nas ruas à sua volta, as placas e propagandas do comércio são colossais, para sobressair em meio à poluição visual intensa do espaço, acrescentando mais cores e letras e chamadas e formas à barafunda geral.

Nos quiosques do largo 13 e à sua volta, é possível encontrar de tudo: relógios, rádios de pilha e pilhas, painéis, lâmpadas econômicas, acessórios para telefones celulares, fitas de gravador e gravadores, CDs piratas e não piratas de músicas de todos os ritmos, roupas, calçados, canetas, cadernos, bonés, fatias de melancia, abacaxi,

feijão de corda em baciada, limões, milho cozido, milho assado, batata, tomate, panos de prato, ervas, cascas de árvores, folhas, sementes e infusões para todos os males, quadros com paisagens e fotografias, estampas piedosas e frases edificantes, enfim, um sem-número de produtos destinados a atrair as milhares de pessoas que passam pelo local todos os dias.

Os pequenos espaços das calçadas, que ainda não foram tomados pelas barracas, são disputados também por outros ambulantes, os irmãos mais pobres daqueles que têm um quiosque. Eles vendem artigos mais baratos no chão, sobre um caixote ou um pedaço de lona ou plástico, que logo se transformam em trouxa ou um portátil qualquer, quando o fiscal da Prefeitura chega para o rapa.

O lixo começa a se amontoar ao lado dessas bancas pela manhã, e à tarde se transformou em montes de copinhos plásticos, garrafas descartáveis, latinhas de refrigerantes, papéis de embrulho, saquinhos, muita poeira preta da fuligem produzida pelos incontáveis ônibus e lotações que por ali passam, restos de alimentos, que as “margaridas”, com seus uniformes cor de laranja, retiram e retiram e retiram, trabalho insano no meio da confusão geral, sem resultado.

Os detritos brigam com os restos de material britado das calçadas e guias, asfalto retirado do leito da rua, com as obras viárias que nunca terminam. Primeiro foi a construção da Linha Lilás do Metrô. Mais recentemente é o recapeamento das vias do centro do bairro, realizado a despeito da confusão do movimento.

Esta é a face mais evidente das transformações econômicas e sociais ocorridas na região sul, desde a década de 1980. Já não são mais as chaminés e as sirenes dos horários das fábricas que definem o movimento no espaço central de Santo Amaro, para onde a região convergia em busca de facilidades, comércio, serviços e bancos, por onde era obrigatória a passagem dos ônibus. É a chamada economia informal em que grande parcela da população mergulhou, nas duas últimas

décadas do século XX, que molda a fisionomia da praça e das ruas centrais do bairro, neste início de milênio.

As muretas do largo 13, que, a partir da grande crise econômica de 1983, serviram para que os desempregados ali sentassem e folheassem dia após dia os classificados de jornais em busca de uma vaga, hoje nem são perceptíveis, escondidas pelas caixas, trouxas, pacotes e outros petrechos dos vendedores ambulantes¹. O espaço aéreo é uma trama confusa de fios trafegando a energia elétrica emprestada ou surrupiada de algum ponto, força motriz dos gravadores, rádios e aparelhos de som ligados no volume mais alto, numa desfonia surrealista, atordoante e cansativa. É uma disputa acirrada pelo espaço e pelos transeuntes.

PROFISSÃO DA DÉCADA DE 1990: CAMELÔ

O que aconteceu ao largo 13, depois dos diversos planos econômicos da década de 1990 dedicados a conter a inflação, é resultado de um processo que atingiu, com maior ou menor intensidade, muitos outros espaços da capital, inclusive o centro.

Um estudo realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2003, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) de dezembro do ano anterior, apontava a existência de cerca de 68 mil trabalhadores ambulantes na cidade. Quase 40% dos entrevistados afirmaram que este é o seu ganha-pão permanente, não mais provisório. A grande maioria – quase 75% – está na faixa de idade entre 30 e mais de 45 anos, o que evidencia a grande dificuldade de reinserção no mercado de trabalho.

Se em 1992 a maior parte desses trabalhadores ficava cerca de um ano nessa atividade, agora eles permanecem por mais de cinco, trabalhando jornadas de 45 horas semanais. Isto sem que se tenha

1. Refere-se ao ano de 2004. Hoje a igreja é abraçada por um grande gradil para protegê-la após a reforma.

notado elevação de renda proporcional, de acordo com a pesquisa: pouco mais de 32% dos que são cadastrados (praticamente 10% do total geral dessa população) estão na linha da pobreza, isto é, auferem por mês até um salário mínimo e meio. Do total geral, apenas 9% contribuem para a Previdência, tendência social muito preocupante, pois, com o passar do tempo, essa população irá certamente engrossar as filas dos serviços públicos de saúde e assistência social, já pressionados pelo encolhimento da estrutura estatal.

O Largo13 é o território livre dos camelôs por uma razão muito simples. É por lá que passam milhares de moradores dos bairros da periferia, na sua luta diária para chegar ou voltar do trabalho. Tem gente que toma mais de três conduções para chegar ao serviço. As casas que conseguiram construir na periferia estão sempre distantes. A decadência de Santo Amaro, como centro de comércio e serviços, se explica também pelo fato de que surgiram outros subcentros nos bairros mais distantes, para onde migraram lojas populares, bancos, supermercados, o comércio enfim. Mas, a passagem obrigatória pelo largo ainda é rotina para muitos moradores da região.

Com a linha do trem de beira rio Pinheiros, a antiga Sorocabana, hoje em atividade como Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a Linha Lilás de Metrô cruzando o rio rumo ao Capão Redondo, esse movimento diminuiu um pouco, mas quase nem se percebe porque, a partir das quatro e meia da tarde, as ruas do centro de Santo Amaro ficam lotadas de gente e de veículos, para todos os lugares depois das pontes da avenida João Dias, do Socorro, de Interlagos. São mais de 120 mil pessoas que todos os dias circulam em 92 linhas municipais de ônibus e 17 intermunicipais, conectadas ao metropolitano, somente por meio do Terminal Santo Amaro. Não há estatística das lotações. É muita gente: quase 10% da população da região (pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, segundo dados do IBGE/2000) passa por Santo Amaro, todos os dias.

Nos pontos de ônibus da avenida Rio Branco, da rua Suzana Rodrigues e nas cercanias do largo 13 de Maio, vendedores de pastel, caldo de cana, refrigerantes, salgadinhos, pipoqueiros e carrinhos de cachorro-quente e churrasquinho de gato também disputam os passantes, desta vez para vender uma coisinha para enganar o estômago até chegar em casa, a pelo menos uma hora dali. Eles esperam a condução para os bairros que ficam depois do rio Pinheiros, muito além do largodo Socorro, nas margens da represa Guarapiranga, ou então se amontoam ao redor da avenida Nossa Senhora do Sabará, beirando a represa Billings, já chegando na divisa com Diadema, ou mesmo seguindo em direção ao Cupecê.

FILAS DE LATAS DE SARDINHA

Os ônibus se espremem, em longas filas, rumo ao Terminal Rodoviário, na rua Paulo Eiró, ou então saindo dele, pela rua Suzana Rodrigues.

Os imensos cortejos de coletivos, cheios de gente espremida, com cara de sono, são recortados pela pressa das peruas e lotações, que não respeitam as calçadas, os faróis, as pessoas que querem atravessar as ruas. É um atropelo. Sem contar os motoqueiros e suas máquinas supostamente voadoras, sempre dispostos a avançar os poucos sinais existentes, a cortar os carros e a se espremer nos espaços entre os veículos, brandindo suas máquinas de guerra sobre duas rodas na via pública.

O trânsito no final da tarde é irritante, assim como o barulho, o burburinho, o ar, o jeitão de Santo Amaro nessa hora. As pessoas exasperadas se trombam nas calçadas irregulares, ou até nas beiradas das ruas, expulsas de seu caminho por causa dos camelôs. A pressa e a ansiedade produzem um nervosismo, uma exasperação geral, um sentimento de mal-estar contido e represado que pode estourar numa briga, num atropelamento, num acidente de carro, num conflito qualquer.

Não existe canto onde se refugiar dessa barbárie. Alguns tomam uma cerveja, antes de enfrentar o caos, mas os muitos bares existentes na região só se enchem na sexta, com cervejinha, um churrasco de gato apanhando fuligem de escapamento na calçada e música de pagode no último volume. Não há espaço livre, área verde, um naco de repouso. As poucas praças existentes também são assim, tomadas. Tudo é concreto, asfalto, poeira, ou então, movimento, trânsito, confusão, gente à beça.

As casas que restaram de outros tempos estão caindo aos pedaços, as paredes enegrecidas pelo pó de escapamento de carro – há tempos sem pintura ou totalmente pichadas. As árvores que sobreviveram nas calçadas são tão maltratadas, que delas restou um ou outro palito de galho com folhas raquíticas. E as armações de metal à sua volta, colocadas justamente para protegê-las da ferocidade urbana, são retorcidas, pisadas, amassadas. Santo Amaro não consegue conviver com árvores, participando da depredação geral que não é sua característica apenas, mas da Capital paulista como um todo.

Ônibus e lotações seguem com letreiros indicativos do final do percurso, a periferia sul de São Paulo, bairros nascidos como cogumelos em loteamentos precários, a partir da década de 1960, quando o êxodo rural se acentuou e a população foi se concentrando na cidade. Uma grande parte deles tem nome de jardim ou parque, uma contradição diante das suas condições urbanas miseráveis: Jardim Orion, Jardim Primavera, Jardim Eliana, Jardim Campinas, Jardim Herplin, Três Corações, Parelheiros, Colônia, Segunda Balsa, Grajaú, São José, Jardim São Bernardo, Parque Cocaia, Ilha do Bororé, de um lado da represa Guarapiranga; Riviera, Jardim Herculano, Jardim Santa Margarida, Jardim Ângela, Jardim Maria Helena, Jardim Nakamura, Jardim Vaz de Lima, Parque Santo Antônio, Jardim São Luiz, Vila das Belezas, Capão Redondo, Jardim Santo Eduardo, Embu-Guaçu, do outro lado; Pedreira, Jardim Consórcio, Alvarenga, Guacuri, Igreja Verde, Sabará, Vila Sofia, na margem da Billings.

Esses bairros têm o mesmo perfil daquele que se pode avistar do alto do largo¹³, olhando-se o outro lado do rio Pinheiros, além da estação de trem. As casas de blocos cerâmicos do final do Jardim São Luiz não são rebocadas, têm telhado de laje. Justapostas umas às outras sobre a colina, completam um recorte característico e avermelhado no horizonte. Agora, já têm as ruas pavimentadas, iluminação pública e calçadas, mas até há pouco tempo se apinhavam no espaço das ruas de terra nua, que a chuva transformava em lama, espremidas, com suas janelas de grade e portões sempre fechados, varais de roupa secando em cima das lajes da cobertura.

MUNICÍPIO COM VOCAÇÃO TURÍSTICA

Repleto de movimento caótico durante a semana, o centro de Santo Amaro é totalmente deserto aos sábados e domingos. O frenesi de segunda a sexta-feira se transfere todo para os subcentros dos bairros, no fim de semana.

É nessa hora que os sobreviventes de outros tempos, os moradores mais antigos, já velhinhos, aqueles que ainda teimam em morar nas raras casas que permanecem a despeito do caos das três últimas décadas, saem às ruas, trôpegos, e se relembram da época em que esse centro não era tão decadente, nem tão agressivo.

Santo Amaro poderia ter sido como São Bernardo ou Santo André ou São Caetano? Esses municípios passaram a crescer com o surto de industrialização paulista, ainda na década de 1940, ao longo da ferrovia Santos – Jundiaí, e nas décadas seguintes, com as vias de acesso a Santos. Eles abarcaram o transbordamento das indústrias localizadas na capital, e de suas vilas operárias do Brás, da Moóca, do Belém, da Vila Carrão. Mas conservaram sua independência administrativa e tributária. Guarulhos, que acompanhou o movimento seguinte de expansão da capital, quando este buscou as estradas de es-

coamento de mercadorias como a via Dutra, também conseguiu preservar sua autonomia.

Santo Amaro não. Seu primeiro registro como área de administração pública é de 1562, quando o padre Manuel da Nóbrega pediu a formalização da doação de uma gleba de terra no rio Gerivativa, nos caminhos do Virapuera. O tempo passou, a aldeia cresceu e em 1835, ainda no Império, tomou posse seu primeiro prefeito. Um século depois, por determinação do interventor do Estado Armando Salles de Oliveira, Santo Amaro perdeu a condição de município, sendo anexado a São Paulo como bairro. Isto por causa de uma dívida pública e também pela sua “vocalização” turística de balneário, que naquela época lhe era imputada, por conta da presença das represas Billings e Guarapiranga.

As margens desses grandes corpos de água eram ideais para as chácaras e os clubes de recreio da classe média paulistana. As represas surgiram com a contenção de rios como o Jurubatuba e o Grande, pelos engenheiros da Light and Power, ainda na década de 1930, para produção de energia elétrica e abastecimento urbano. Com nomes sugestivos de lazer como Riviera Paulista, as margens da Guarapiranga tinham casas em cujos quintais aportavam barcos e lanchas particulares. Interlagos era um bairro residencial de alto padrão concebido pelo arquiteto e urbanista francês Alfredo Agashi, que esteve na região em 1933 e – dizem – subiu na torre da Matriz de Santo Amaro, batizando a grande nesga de terra entre os dois lagos, Interlagos. Uma das margens da Billings denomina-se Eldorado, hoje colada a Diadema, por conta da expansão urbana.

Eram abundantes a vegetação, a água limpa e o ar puro. Por isso essa região atraiu associações recreativas históricas, como o Clube de Campo, no final da estrada que levava seu nome; o Castelinho, perto de Interlagos, com prédio em estilo alemão; o Café, na beirada de Veleiros; o Athletico de São Paulo, em que os ingleses da São Paulo

Railways difundiram o futebol, também em Veleiros, na beirada da então avenida Atlântica, hoje Robert Kennedy.

Do outro lado, na avenida Guarapiranga, ficava o Yacht Clube Santo Amaro, fundado na década de 1920 por migrantes alemães de maior poder aquisitivo, que construíram casas na beirada da represa. Chateados por não poderem participar das regatas promovidas pelo clube dos ingleses, reuniram-se e fundaram o Clube Alemão de Vela, com o apoio da Cervejaria Brahma, que ficava em Santo Amaro. Isto aconteceu nas primeiras décadas do século XX; com a guerra, o clube mudou de nome. Na época em que o jogo era permitido, perto do paredão da Guarapiranga – aterro-contenção das águas – ficou famoso o Cassino Vila Sofia, hoje um salão de baile popular como tantos outros espalhados pela região.

UM BARCO PARA PASSEAR NO VERÃO

Moradora do Itaim Bibi, na rua Pedroso Alvarenga, pertinho do Ibirapuera, onde o pai, João Alfredo Spadini, tinha sua casa e, na frente dela, uma indústria de caixas artesanais de madeira para faqueiros e baixelas, Yara Spadini Vicini, assistente social, hoje professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, lembra-se perfeitamente dessa região.

Era um lugar muito bonito e aberto, cheio de árvores, próprio para lazer. Meu pai tinha um barco na represa e todo domingo, nos verões, íamos ali perto do paredão, um terreno da Light, para nos divertir. Pegávamos o barco, íamos para o meio da represa e mergulhávamos nas águas... Ali, meu pai conheceu minha madrastra, Rosa Gianotto, filha do zelador do terreno. A família achava que ela era caipira, como todas as pessoas que moravam na região de Santo Amaro, na época. Quem vivia mais para o centro da cidade se achava mais “urbanizado” do que quem residia ali no Socorro, em Santo Amaro...

Em meados da década de 1930, Santo Amaro possuía uma área de 640 km², maior que Porto Alegre (497 km²) e Belo Horizonte (335 km²). Começava no Ibirapuera, passava pelo Itaim Bibi, por Congonhas e fazia divisa com Diadema. Atravessava o rio Pinheiros e se estendia até o Embu, Itapeverica da Serra, e chegava a Parelheiros e Embu-Guaçu. Tinha 31 mil habitantes, metade morando na roça, nas granjas e chácaras da região em sua volta, ou nas propriedades maiores em Colônia, Marsilac e Parelheiros.

Essas pequenas unidades agrícolas formavam o cinturão verde da capital, produzindo hortaliças e produtos de granja. Algumas eram herança ainda dos ocupantes coloniais embrenhados nos matos. Outras, tocadas por descendentes de colonos alemães que migram para o Brasil em 1824, saindo do porto de Bremen e chegando a Santo Amaro em 1828. Retalhadas em pedaços pelos herdeiros, muitas dessas terras alcançaram o século seguinte com problemas nas documentações, inventários mal resolvidos e partilhas não registradas nos cartórios.

No seu centro, Santo Amaro daquele tempo tinha 3 mil edifícios, 400 estabelecimentos comerciais e 53 indústrias de móveis, alimentos, ferragens, sacaria, curtumes, medicamentos, vidro e tijolos. A ligação do município com o centro de São Paulo era feita pelos bondes da São Paulo Tramway, da Capela do Socorro até a praça da Sé. O largo do Socorro se resumia à volta do bonde, três casinhas e uma capela minúscula, que emprestou nome ao bairro.

Na década seguinte, com o crescimento industrial de São Paulo, aquele panorama bucólico e provinciano passa a ser modificado radicalmente. Desde 1932, previa-se a navegabilidade dos rios Pinheiros e Tietê, além das represas da região sul. A presença desses corpos de água e sua interpretação utilitária momentânea, muito mais para destino de dejetos e alojamento de plantas industriais nas margens de seus vales, influenciaram a geografia das indústrias nos tempos posteriores.

Com a Segunda Guerra Mundial, a indústria paulista se fortaleceu, substituindo os produtos importados de outros países. Depois do fim do conflito, o ritmo de crescimento de todo o estado aumenta. Segundo dados de 1967, citados pelo Regional Sul 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o produto real paulista teve uma taxa de crescimento de 7,7% ao ano, entre 1947 e 1960. A taxa média brasileira foi de 5,7% ao ano, no mesmo período. Isso se deveu à industrialização, que contribuía, em 1947, com 23,1% para a formação do produto real paulista e, em 1960, com 30,2%. No mesmo período, a CNBB destacava que São Paulo era responsável pela terça parte da atividade econômica do país, embora tendo um sexto da população brasileira. E a capital continuava a desempenhar papel importante nesse crescimento das indústrias.

Além da indústria, os setores essenciais da capital se desenvolviam, esparramando gente pelo espaço urbano, por conta da ampliação dos serviços de eletricidade, bancos, transportes e repartições públicas, as caixas de previdência de industriários, ferroviários, bancários e outras categorias de trabalhadores que surgiram nesse surto de crescimento.

AS INDÚSTRIAS MUDAM O PANORAMA

Para o desenvolvimento econômico da capital, centrado na industrialização acelerada, a região sul era estratégica em termos de geografia e logística.

Inicialmente alocada no centro paulista e na região do Brás, da Moóca e do Ipiranga, a atividade industrial começa a buscar alternativas de estabelecimento: terrenos mais baratos, em locais de fácil acesso e que permitissem escoamento de mercadorias, cursos de água para abastecimento e para dar vazão aos seus dejetos. Sua proximidade com o rio Pinheiros, a ferrovia Sorocabana, a avenida Santo Amaro e sua

ligação com a avenida 9 de Julho, além da água em abundância, foram os fatores que influíram na escolha.

Segundo Eder Sader², as indústrias tradicionais permaneceram nas antigas zonas fabris, “mas sobretudo as novas foram se estendendo pelo vale do rio Pinheiros em direção a oeste e, em seguida, para o sul, e ao longo das rodovias Anchieta, Dutra e Anhanguera”. Ele traça o percurso das famílias operárias pela “rota das indústrias, aproveitando as vias de acesso e a montagem dos equipamentos urbanos que se fazia em função delas”.

Fugindo dos aluguéis altos das regiões centrais, os trabalhadores – já na década de 1940 – conformam um tipo de moradia periférica ao centro da Capital, distante o bastante por ser acessível ao orçamento familiar, mas não o suficiente para inviabilizar o trajeto até o trabalho: “Mas é no curso dos anos 50 que o processo se intensifica, com o deslocamento progressivo das indústrias dos antigos bairros fabris paulistanos”. Era o subúrbio, a subcidade.

Os bairros populares foram se constituindo perto dos locais de trabalho. Mas, como ressalva Sader, por conta da alta rotatividade de empregos, essa facilidade se desfazia rapidamente, obrigando os trabalhadores, em curto período de tempo, a se habituarem a percursos intrincados até os serviços. Juntamente com a fixação desses trabalhadores industriais, o mesmo autor se refere a um universo de outras ocupações urbanas que acompanham os primeiros e se fixam nos mesmos locais: donos de bares, sapateiros, mecânicos, eletricitas, encanadores, cabeleireiros etc.

É na década de 1950, no surto industrial cujo eixo era a indústria automobilística, que empresas metalúrgicas de grande porte passam a se fixar em Santo Amaro. Vão se estabelecendo entre a avenida Santo Amaro e as margens do rio Pinheiros, num primeiro momento.

2. SADER. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80, p. 68-69.

A Caloi, por exemplo, fabricava bicicletas desde a década de 1940, substituindo importações por causa da guerra. Em 1945, sua primeira fábrica já estava no bairro do Brooklyn. Com o final do conflito, continuou a produzir. Na década de 1950, uma fábrica maior foi montada na avenida Guido Caloi, no Guarapiranga, região que, juntamente com Jurubatuba, eram ideais para o estabelecimento de plantas industriais maiores.

Charcos e chácaras passam a dar lugar a galpões de fábricas, pátios, portarias e cercas. No início da avenida João Dias, na esquina com o rio, instala-se a Semp (Sociedade Eletro Mercantil Paulista), em 1951, para produzir os famosos rádios capelinhas e, mais tarde, os aparelhos de televisão. A Metal Leve, primeira fabricante brasileira de pistões (associação entre o grupo alemão Mahle e empresários brasileiros), estabelece-se em 1950, na rua Brasília Luz, nas beiradas do Pinaheiros. A Metalúrgica Prada, cujas atividades começaram em 1944, no bairro do Belém, pela família de mesmo nome que fabricava embalagens para envasar óleo de algodão, diante da interrupção do fornecimento de azeite de oliva por causa da guerra, começa a produzir latas para produtos alimentícios e industriais, na altura do centro de Santo Amaro, também no platô do rio.

Em 1955, a Caterpillar comprou 164 mil m² na ponta da região de Jurubatuba, em direção ao paredão da represa Billings. Era o segundo investimento fora dos Estados Unidos, para instalar a primeira fábrica no Brasil de motoniveladoras, tratores de esteira e outras máquinas de terraplanagem. Hoje, a imensa instalação serve para alojar um *shopping-center*, pois a empresa transferiu suas plantas para o interior. É da mesma época a mudança da Elevadores Atlas, da rua Florêncio de Abreu, no centro de São Paulo, para essa região, preparando-se para dar conta de todos os pedidos e as concorrências para os elevadores das centenas de edifícios da nova capital brasileira que estava sendo construída no Planalto Central, Brasília.

Em 1955, a MWM, empresa de origem alemã produtora de motores diesel, fez o mesmo em área muito próxima das duas empresas anteriores, depois de funcionar em outro local desde 1953. Em 1957, a Atlas Copco (cuja matriz é sueca), fabricante de instrumentos pneumáticos, chega ao país e também segue para Jurubatuba. Em 1959, a Avon – produtora canadense de cosméticos – monta uma pequena fábrica na avenida João Dias, que depois se ampliaria junto à marginal do Pinheiros, já na década de 1970.

A REGIÃO COMEÇA A INCHAR

Como uma bola de neve, essa dinâmica industrial da região de Santo Amaro movimentou também o comércio, o sistema bancário, o conjunto de meios de transportes, a indústria de construção, o atendimento público de serviços essenciais. A região de Santo Amaro, por conta de seu florescimento industrial ímpar, passa a ser um dos pólos de atração de migração interna, tanto para a população rural de São Paulo, como de outros estados. Tanto que, de 31 mil habitantes na década de 1930, Santo Amaro acolherá 1.793.919 moradores em 1990 (Censo/IBGE), se for computada a sua área geográfica inicial. Numa mesma área, hoje, são 3,3 milhões de pessoas, em 22 distritos³.

Nesse inchaço desmesurado e sem precedentes, os problemas e interesses dele decorrentes provocaram sucessivos desmembramentos administrativos, nem sempre direcionados a ordenar o caos, como diziam se propor: Campo Limpo, na década de 1970; Capela do Socorro, nos anos 1980; e Cidade Ademar, a partir de 1990. Mas essa explosão populacional não era um fenômeno isolado.

O estado todo se movia, reagindo aos efeitos da atividade industrial crescente, principalmente na capital, e atraía população de outras

3. 450 anos da Capital. Diário de São Paulo, São Paulo, 21 jan. 2004. Suplemento Especial.

unidades da Federação. Dados de 1967⁴ apontavam uma população de 16.370.435 pessoas no estado de São Paulo, 19,8% de todos os habitantes do país, numa área de apenas 2,91% do território brasileiro.

Desde 1902, era um dos maiores índices de crescimento populacional do mundo: 3,57% ao ano, entre 1950 e 1960 (a taxa brasileira era de 3% na mesma época). A população de migrantes da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco, principalmente, também crescia, a partir da década de 1940 – 10,43%; seguida por 11,83%, em 1950, e 12,57%, em 1960.

O número de paulistanos também aumentava, e Santo Amaro já era uma região de atração de migração. De 1.258.000 na década de 1940, os paulistanos passaram a 2.042.000 na década seguinte e 3.165.000 em 1960. Nos cinco anos entre 1963 e 1967, a Grande São Paulo teve aumento de 1.953.075 novos habitantes, dos quais 1.222.705 por migração.

Por outro lado, nos municípios metropolitanos, em 1967, eram 7.035.420 habitantes, o que representava 43,44% do total do estado. A urbanização se acelerava no estado de São Paulo inteiro: em 1960, a população nas cidades era de 63%; em 1966 era de 67%, e as estimativas citadas pela CNBB indicavam uma taxa de 71,2% em 1970, mencionando o forte êxodo rural como um dos fatores dessa ocorrência.

Segundo Eder Sader⁵, a capital se transformou na “cidade que mais cresce no mundo” na década de 1950, com taxa de crescimento anual geométrico de 5,6%. A população paulistana da década seguinte aumentou quase três vezes até os anos 80. Citando dados da Emplasa (1982), Sader aponta 3,7 milhões de residentes na capital paulistana em 1960; pouco mais de 5,9 milhões em 1970 e quase 8,5 milhões em 1980. A região sul (englobando Santo Amaro, Jabaquara, Socorro,

4. Dados do Departamento Estadual Estatístico de São Paulo (DEE), citados no documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Secretariado Regional Sul 1, 1º Plano Regional de Pastoral Conjunta, 1968-69.

5. SADER, op. cit., p. 122-129.

Ibirapuera e Parelheiros) foi a segunda colocada nas taxas geométricas de crescimento populacional anual, nesse período: 11,04% (1970/1960) e 6,86% (1980/1970). O primeiro lugar em evolução populacional ficou com a região leste 2 (São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera e Guaianases), com 14,92% e 7,3%, respectivamente. A região sul, ainda segundo os dados levantados por Sader, de 320.258 moradores em 1960 crescera para 1.670.415 em 1980.

Em 1970, 69% da população economicamente ativa de São Paulo era de migrantes (destes, 31% chegados havia menos de dez anos) em busca de outras oportunidades de trabalho e fascinados pela imagem de “progresso” e melhores possibilidades de vida que a cidade grande poderia oferecer. São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, a era de Juscelino Kubitschek, atraía jovens trabalhadores de outros estados ou mesmo do interior, por conta desse forte apelo de novidade simbolizada pela indústria, que estimulava a migração interna.

EM BUSCA DE UMA ILUSÃO

Essa imagem, no entanto, não correspondia à realidade. O migrante chegado tinha de enfrentar uma série de obstáculos no caminho até as condições para reprodução de sua força de trabalho. A imagem de melhoria no padrão de vida que havia no imaginário desses imigrantes estava ligada ao consumo de bens duráveis e à existência de serviços públicos de saúde, educação e assistência adequados, praticamente ausentes nas áreas rurais.

A região sul da capital era um dos pontos fortes dessa atração pelo *mix* de indústrias, isto é, possibilidades de trabalho, e espaços em que se instalavam os bairros populares, ou seja, moradia.

Agora já na terceira idade, esses migrantes são as melhores fontes para situar como era a vida na região, quando o *boom* industrial de São Paulo atraía gente aos magotes. Alguns deles ainda moram na re-

gião. O casal Odete e Antônio Marques, de Itanhandu, no sul de Minas Gerais, foi para São Paulo em 1958. Seguiram direto para a região sul, pois era lá que avós e tios de Odete já se encontravam. Toninho sabia cuidar de animais e da lavoura e, por isso, conseguiu trabalho como caseiro na Granja Ipê, em Campo Limpo, propriedade da família Munhoz, que morava no centro. Ocupava-se, com outras doze famílias, das lidas da granja, na produção de ovos, frangos, legumes, verduras e frutas, além de leite e carne, para consumo dos proprietários e venda no mercado. Toda aquela região era tomada por sítios e chácaras. Propriedades que eram algumas de recreio, outras de produção. Odete, hoje viúva, lembra da casa em que viviam, na granja:

Foi a melhor casa em que eu morei em São Paulo, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro grande, até lareira na sala, sabe... Cada um com seu quintal independente. A gente tinha direito a três frangos, duas bandejas de ovos por semana, carne de carneiro, peixe – porque tinha criação –, frutas à vontade, verduras nem se fala, tinha de tudo naquela granja.

O casal teve de se mudar da granja, quando ela foi vendida, depois de dois anos, e foi morar na casa da avó de Odete, que ficava na rua Capitão Fidélis:

Santo Amaro era tranquilo: em volta, onde agora existem aquelas fábricas, era tudo verde. No rio Pinheiros, a gente pescava cada tilápia de um quilo. Meu tio, toda tarde, ia pescar, era peixe que a gente comia assim, bem fresquinho, uma delícia. Nesse mesmo rio que hoje está fedendo desse jeito. Tinha muitas árvores, com frutas – cambuci, araçá, goiaba... As primeiras fábricas ainda estavam começando a se instalar. Ficamos ali uns dois anos.

A rua Capitão Fidélis é uma travessa da rua Brasília Luz, no centro de Santo Amaro. Fica a dois quarteirões de onde o jovem Santo

Dias morava numa pensão, perto da Metal Leve, na mesma época. Mas, Odete e Toninho só iriam encontrar Santo e Ana alguns anos mais tarde, quando começaram a participar do movimento comunitário em Vila Remo e acabaram por construir, todos juntos, uma história original.

Toninho entrou na Metalúrgica Herval, na rua Amador Bueno, e a família, com duas crianças, alugou uma casa no Socorro, nos primeiros anos da década de 1960. Não demorou muito tempo para o aluguel começar a pesar no orçamento familiar. A inflação subiu muito e o salário de ajudante geral não aguentava. Odete achou uma casinha num cortiço em Vila Remo, para onde a família se mudou em 1965.

Outra personagem da história, Yara Spadini Vicini, na mesma época, estudava o curso Normal no Colégio Estadual Alberto Conte, ao lado da praça Floriano Peixoto. Além de fazer seus estudos em Santo Amaro, participava das atividades da paróquia do Brooklyn, bairro contíguo a Santo Amaro, em direção ao Centro. Era catequista, cantava no coral, dava cursos. Não conhecia ainda Ana e Santo, e muito menos Odete.

A infância prazerosa na represa, que Yara lembra com nostalgia, havia cedido lugar a uma crise econômica da família, pois o pai fora obrigado a fechar a manufatura de caixas, despedindo seus 53 funcionários por causa das mudanças ocorridas no mercado com o surgimento da “matéria plástica”. A família vendeu também terrenos, casa em Santos, barco na represa, para pagar as indenizações trabalhistas. Sobrou dinheiro para comprar um sobradinho para morar, na altura do número 2.000 da avenida Guarapiranga. Ficava logo depois do parque e uns dois quilômetros antes do Jardim Santa Tereza, onde Santo Dias, não muito tempo depois de sua chegada a Santo Amaro, iria fazer sua casa.

TRABALHO DURO E QUARTO DE PENSÃO

Santo chegara a Santo Amaro em setembro de 1962, hospedando-se com compadres de seus pais – Cecília e Nelson Pacheco. Veio de Viradouro com uma mão na frente e outra atrás, com a cara e a coragem para tentar a vida na capital. Morou uns dois meses na pequena casa, numa travessa da avenida Nossa Senhora do Sabará, no caminho para Pedreira, atrás da Igreja Verde. Mas, já no começo de 1963, foi procurar um quarto para alugar numa pensão que havia na rua Brasília Luz, a mesma onde ficava a metalúrgica em que conseguira emprego de ajudante-geral, logo ao chegar. Ele deixou registradas as suas impressões sobre a obtenção deste trabalho⁶:

Foi uma das épocas em que tinha mais facilidade de empregos, dado todo o desenvolvimento automobilístico que estava crescendo, e pegavam mão de obra assim, de qualquer jeito. No meu caso, por exemplo, cheguei aqui para trabalhar, fiquei três dias aqui só por conta de arrumar alguns documentos que faltavam, como carteira profissional, identidade, essas coisas que eu não tinha...

O quarto da pensão era quase um porão, espremido e sem iluminação adequada. Para poder pagar os 30 mil cruzeiros de aluguel, dividia o aposento com José Pereira, cunhado de Ana Maria, e um nordestino chamado Alonso, que também era ajudante geral na Metal Leve. Dormia em beliche. Lavava as roupas no fim de semana, pendurava num corredor para secar, depois passava. Também cozinhava no sábado e no domingo. Durante a semana não precisava levar marmita, pois comia no refeitório da empresa.

Como sempre foi organizado, os demais folgavam: era ele quem comprava sabonete, pasta de dente, sabão. Mas o custo dos ali-

6. NOSELLA, op. cit., p. 34.

mentos tinha aumentado. A inflação crescera, segundo indicavam as pesquisas econômicas feitas entre as décadas de 1950 e 1960. A inflação de 30%, em 1960, saltara para 74% em 1963⁷. Santo confidenciara a Ana Maria que estava levando uma vida de cão, e fazia planos para se casar com ela, que ficara na fazenda em Viradouro e sofria a pressão dos proprietários por conta desse namoro: “Minha patroa não queria que eu casasse com o Santo de jeito nenhum, depois que ele participou daquele movimento e os patrões expulsaram a família dele”.

Em Santo Amaro, na Metal Leve, o jovem Santo se empenhava ao máximo nas tarefas. Seus encarregados admiravam sua diligência para cumprir as tarefas na fábrica e as responsabilidades na vida pessoal. Elogiavam seu esforço, que era grande. Primeiro, por conta da adaptação drástica que lhe foi exigida pela nova situação de vida. Do ambiente aberto na lavoura, da convivência com a natureza e da rotina diária pautada pela chuva, pelo sol, pelas colheitas e pelo plantio, Santo, a exemplo de tantos outros migrantes, teve de se acostumar ao galpão fechado da fábrica, à disciplina férrea imposta pelas necessidades da produção, à falta de liberdade para ir ao banheiro ou tomar um café, ao convívio diário com o barulho, o calor e o ritmo ditado pelas máquinas, além das extensas jornadas de trabalho, desproporcionais aos salários. Depois, pela ausência de apoio familiar, numa cidade da qual desconhecia as regras de convivência, a geografia, as pessoas.

As palavras de Santo sobre essa época de sua vida⁸:

E aí, dentro da fábrica, como nunca deixou de ser isso, a solicitação do trabalho da gente era um negócio exorbitante. Além das oito horas de trabalho, a gente tinha que fazer duas, três horas a mais e trabalhar de fim de semana, sábado e domingo. Inclusive, como a gente não tinha muita clareza das coisas, porque vem da lavoura sem muito preparo, chega e en-

7. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais, p. 58.

8. NOSELLA, op. cit., p. 34.

tra nesse processo e não tem como questionar. E, dentro desse processo, estava não só a gente, mas todos os companheiros que estavam ali há mais tempo. Era uma rotina. Entrei nessa rotina, dentro de um trabalho de indústria, como ajudante de fábrica. Nessa vida de ajudante, trabalhei um ano, ajudante de fundição. Realmente, o negócio era bravo, até hoje tenho algumas marcas de queimada de metal quente.

Nas poucas horas vagas, sua distração era ouvir o jogo de futebol ou então os programas de música caipira, num rádio de válvulas, com gabinete de madeira, tela de plástico e fios dourados, muito em moda na época.

O senso crítico e a mobilização sindical já acompanhavam Santo Dias, desde a época de Terra Roxa. O movimento de trabalhadores estava em ascenso, com várias mobilizações operárias. Uma das bandeiras era a concessão do 13º salário, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em julho de 1962. No dia 5 daquele mês, houve uma paralisação geral no país, para obter sua efetivação. Santo lembrou desses movimentos, no depoimento a Paolo Nosella:

Em 62, inclusive foi quando eu cheguei, já tinha aqui nas ruas, greves e mobilizações, para reivindicações de salário e nessas reivindicações de salário estava a reivindicação do décimo terceiro, que deu várias paralisações. A gente participou dessas paralisações, embora sem muita clareza das coisas, mas a gente estava dentro do movimento e percebendo toda a situação como é que estava... Então da greve de 62 a gente conseguiu participar. Em 63 teve uma grande greve também. Inclusive, pelo que me ocorre, foi a greve onde o problema do 13º realmente foi efetivado, mediante aquela paralisação, se não me falham as minhas informações. Mas, entre 1962 e 1963 foi quando se efetivou realmente a lei do 13º salário.

Muitas lideranças foram presas, e o metalúrgico descreveu o clima da época:

Foi uma greve bastante movimentada e muitos líderes sindicais, os dirigentes sindicais da época, foram todos presos, com exceção de alguns. Operário comum também foi preso, vários. E nessa greve, a gente participou, quer dizer, participou da paralisação e participou correndo da polícia, porque, realmente, a polícia baixou o cacete. Eu lembro de alguns detalhes. Por exemplo, na rua Brasília Luz, onde eu trabalhava, a polícia fechou a rua e quem estava lá (o jeito era sair) saía levando porrada e não tinha outra saída. Teve muita gente que conseguiu fugir por uma lagoa. Não era muito funda, mas dava para passar, e os cavalos da polícia não conseguiam. Quer dizer, chegavam na água e paravam.

JÂNIO, JANGO E AS REFORMAS DE BASE

A situação política brasileira era bastante complexa e havia muita movimentação social nesses anos anteriores ao golpe militar de 1964. Eleitos em 1960, o presidente Jânio Quadros e seu vice, João Goulart, o Jango –, tomam posse em 1961. No dia 25 de agosto de 1961, oito meses depois da posse, Jânio renuncia. A direita civil articulada à direita militar não aceita a posse de Goulart, que estava em viagem à China. É nessa ocasião que é instituído o parlamentarismo. João Goulart só vai tomar posse em 7 de setembro, com Tancredo Neves como primeiro-ministro.

Em 1962, as Reformas de Base (reformas agrária, fiscal, administrativa, eleitoral – prevendo a extensão do voto a analfabetos, soldados, cabos etc. –, educacional e outras) estavam na pauta da discussão social. Goulart envia em março o projeto de lei de Reforma Agrária ao Congresso, depois de intensa movimentação dos trabalhadores rurais em todo o país. Os conflitos no campo se intensificam. O movimento sindical busca unificar as lutas salariais. O Congresso marca plebiscito para decidir sobre o parlamentarismo, em janeiro de 1963, que ratifica o presidencialismo. Dois meses depois, em março, os direitos conqui-

tados pelos trabalhadores urbanos são estendidos aos rurais, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural. Ocorrem vários assassinatos de lavradores, em 1963, em Pernambuco e na Paraíba.

Entre agosto e setembro, cresce o movimento popular: Dia Nacional de Protesto contra a Carestia, em 7 de agosto de 1963; em setembro, bancários e 700 mil trabalhadores de várias categorias fazem greve pela unificação das datas-base das campanhas salariais. O Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo participa de todas essas movimentações. Em outubro, 30 mil camponeses pernambucanos saem às ruas; e, ainda nesse mês, Goulart decreta estado de sítio. São do final do ano as leis do monopólio estatal de importação de petróleo, e de janeiro de 1964 a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, limitando a 10% o envio de lucros aos países de origem pelas empresas estrangeiras e obrigando-as a reinvestir no país.

Toda essa situação se fazia presente nas conversas dos operários, nos programas noticiosos das emissoras de rádios e também nas atividades sindicais, principalmente dos metalúrgicos, uma das mais fortes e politizadas categorias. Santo Dias nessa época já era sindicalizado e acompanhava o movimento operário.

NO MOVIMENTO SINDICAL, DESDE O INÍCIO

Santo era também católico praticante, com engajamento nas atividades paroquiais da Igreja Católica de Santo Amaro. Ana Maria relata que, assim que chegou à região sul, ele procurou o pároco, monsenhor Antonio Nery, reservado e rabugento. Esse mesmo padre, quando da morte do operário, falava a todos com orgulho desse engajamento religioso de Santo Dias, mencionando o pioneirismo de Santo Amaro em acolhê-lo. Santo participava da tradicional Legião de Maria e de suas atividades. Mas, também já estava imerso nas atividades sindicais, segundo seu próprio relato.

O golpe militar, em 1964, não passou despercebido ao jovem metalúrgico. Ele relatou a Paolo Nosella que existiam as mobilizações trabalhistas, mas a classe trabalhadora fora apanhada de surpresa pelo movimento dos militares. Ele e um grupo de metalúrgicos foram ao sindicato para ver o que fazer. Mas a polícia lá estava, em toda a rua do Carmo, no centro de São Paulo, e muitos foram presos. Santo se ressentia pelo fato de os trabalhadores terem ficado sem um posicionamento político frente ao fato, e comentou isso quinze anos depois, em seu depoimento ao sociólogo⁹:

A classe operária, pelo que eu entendo do golpe de 1964, foi pega praticamente desprevenida, porque, até então, tinha toda a movimentação de greve, tinha todas as mobilizações, mas estava despreparada politicamente. Quer dizer, politicamente não se tinha uma discussão, levava-se a convocação para fábrica ou levava-se para as assembleias; nas assembleias tinha o orador, que era o elemento responsável para fazer a intervenção e mobilizar o pessoal para a greve. Quer dizer, fazia a intervenção para inflamar o pessoal para a greve. Aquele pessoal que ia para as assembleias já era o pessoal que devia levar à frente o problema do encaminhamento e da organização da greve, mas ela se dava realmente através dos piquetes. Então, se dava pouca possibilidade para um preparo político da coisa. Por causa desse despreparo político, foi que o movimento sindical em 1964 foi pego desprevenido.

Desde o golpe até 1967, o Marechal Castello Branco governaria o país, inaugurando a prática dos atos institucionais. Só no estado de São Paulo, 115 sindicatos e sete federações de trabalhadores sofreram intervenção federal. A Lei 4.330 de junho de 1964 proibiu a greve em todas as categorias consideradas fundamentais para a Segurança do Estado, como as indústrias de base. Foram ex-

9. *Ibidem*, p. 36.

tintas as entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), e, em novembro, o Serviço Nacional de Informações (SNI) começa a funcionar investigando e apontando como “subversivas” milhares de pessoas. Na área econômica, uma das primeiras medidas foi a revogação da lei que limitava a remessa de lucros para o exterior.

O programa econômico do governo militar, articulado pelos economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, pretendia dar conta da inflação, reescalando a dívida externa brasileira. Um dos instrumentos para isso seria a contenção salarial. Os aumentos só eram permitidos por decreto, sem que os trabalhadores pudessem reagir. Os salários, em três anos, perderam 35% de seu poder aquisitivo. A lei getulista de estabilidade no emprego foi substituída em 1966 pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que provocou a rotatividade e o desemprego, impedindo também a fixação de lideranças nas fábricas.

Em janeiro de 1965, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concede créditos ao Brasil; em abril é a vez do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, em maio, o governo celebra o famoso acordo MEC/Usaid (Ministério da Educação e Cultura – United States Aid Institute for Development) com os Estados Unidos. Em outubro, é decretado o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos, definindo os crimes contra a Segurança Nacional e instituindo os tribunais militares para julgá-los de forma sumária.

Apesar de toda a situação de perseguição política e dificuldades econômicas, como o arrocho salarial, os metalúrgicos de São Paulo, ainda com intervenção federal no seu sindicato, mobilizaram 216 mil trabalhadores de sua base, para uma greve por 80% de aumento, em 1965. Os empresários só admitiam 34%, mas o Tribunal Regional do Trabalho impôs 45%, o que levou o regime à edição de novas leis limitando o papel da Justiça do Trabalho nas negociações trabalhistas.

FESTA DE CASAMENTO E FOGÃO DE PÉS FINOS

O casamento com Ana deveria acontecer em 1963, de acordo com o que tinham acertado nos poucos encontros que conseguiram manter. Tiveram de desistir da ideia, porque o pai do rapaz contraiu tuberculose e teve de se tratar em Campos de Jordão. Dona Laura ficou com a responsabilidade da família – oito crianças, entre elas, um primo adotado em Viradouro.

A família já estava numa segunda casa, comprada sem contrato assinado e cujo proprietário tentara retomá-la, assim que “seo” Roger caiu doente. Foi Santo que resolveu o problema, mandando quase todo seu dinheiro para pagar a casa e as despesas da família. Para casar, Ana saiu do emprego e só voltou ao trabalho fora de casa em 1979, na creche do bairro Jardim São Joaquim. O casamento de Santo e Ana só foi acontecer em 6 de fevereiro de 1965, na Matriz de Viradouro, seguido de festa em que as famílias se juntaram. Ana Maria se recorda:

A gente era da roça, caipira mesmo! Uma família deu uma leitosa, outra engordou frangos. Apesar da chuva, casamos de manhã no civil e à noite, no religioso. Depois foi a festa, era um sábado. Não deu pra ficar juntos. Nós fomos passar nossa lua de mel na segunda-feira, só, já em São Paulo. O Santo tirou cinco dias da firma e foi assim que nós arrumamos nossa casa.

O fogão Cosmopolita, de pés finos, e o colchão foram comprados e deixados embrulhados. Na semana anterior ao casamento, Santo também arranjou um guarda-roupa, a cama e uma penteadeira. Na cozinha, não havia geladeira e a mesa era feita de caixotes, com quatro cadeiras. Ana Maria ganhou xícaras e copos, além de um jogo de panelas. Tudo isso cabia bem espremido na casinha da

rua 13, hoje Estevão Cunha de Abreu, número 342, baixada à direita da Estrada de Itapecerica, na Vila das Belezas, rumo centro – bairro. Era um quarto, sala, cozinha e banheiro na frente de um lote que tinha também a casa do proprietário, maior, no fundo, separado dos vizinhos por cercas de arame. Foi alugada três dias antes da data do casamento.

O aluguel foi outra história, contada por um casal de comerciantes que suporta o movimento frenético do centro de Santo Amaro ainda hoje. No meio da confusão do largo 13, a um quarteirão da Matriz, na avenida Rio Branco, uma grande loja de biscoitos e chocolates por atacado chama a atenção, por conta da placa enorme na fachada e da quantidade de pessoas que entra e sai a toda hora. É a Mega Doces, do casal Irene e Américo Nunes. Ele, vindo de Funchal, na Ilha da Madeira, na década de 1950. Ela, descendente de portugueses há mais tempo no Brasil.

Em 1965, seu Américo era cobrador da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), na garagem que ficava na rua Suzana Rodrigues, onde hoje está um decadente e imenso conjunto de galerias de lojas e edifícios residenciais. A exemplo de muitos europeus, sentiu-se atraído a migrar para o Brasil, em especial para São Paulo, com o surto de desenvolvimento industrial no pós-guerra.

Chegou à capital, arrumou trabalho como cobrador da CMTC, em 1953, por indicação de um conterrâneo e depois passou para a área administrativa das garagens, aposentando-se em 1995. Casou com dona Irene em 1958, e morou nos fundos do bar que a família da mulher possuía na mesma avenida Barão do Rio Branco onde hoje é a loja de doces do casal. Em 1962, ambos acabaram uma casinha no terreno adquirido em Vila das Belezas (a mesma que depois alugaria para Santo e Ana), para onde se mudaram. Três anos depois, as economias deram para a construção de uma casa maior, nos fundos, pois a família crescera com os meninos José Américo e Luís.

DUAS MULHERES COM UMA VIDA SACRIFICADA

A casinha antiga foi alugada em primeira mão para Santo Dias, que fora indicado por um espanhol, seu Agapito, outro funcionário da Metal Leve. Seu Américo olhou com reserva para aquele rapaz de ascendência negra, muito novo, se candidatar à locação. Exigiu fiador e o espanhol se responsabilizou por todas as ações do colega de serviço, convencendo seu Américo, que afirma:

Foi o primeiro e melhor inquilino da gente. Acabamos ficando muito amigos. Minha mulher e a Ana se tornaram grandes companheiras. Mesmo depois que mudaram de lá, nossa amizade continuou.

O relacionamento com a vizinhança ainda era muito limitado. Ana, que vivera até aquele momento confinada na casa dos patrões, era muito envergonhada e tinha medo de ficar sozinha em casa:

Não saía para falar com os vizinhos, era tudo muito difícil para mim. O Santo trabalhava de turnos, e então quando ele tinha de ir à noite, combinamos com a dona Georgina, nossa vizinha, que a filha dormiria comigo. Eu morria de medo de dormir sozinha, veja só! Também fomos ficando mais amigos da proprietária, pois o seu Américo tinha úlcera e vivia sempre doente, e a gente dava uma força para dona Irene. O casal tinha dois filhos pequenos, que acabaram por compartilhar a infância com o Santinho e a Luciana. O quintal era comum, não tinha como separar as crianças. Nossas vidas foram se aproximando...

A proximidade física também ajudava a repartir estratégias de sobrevivência. Ana e dona Irene eram muito criativas quando o assunto era esticar o orçamento doméstico. Lavavam e passavam roupa para fora, dividindo a freguesia; costuravam e bordavam roupas para em-

presas de bairros mais ricos; faziam faxina em vários locais e deixavam para comprar frutas e legumes mais para o final da feira, aproveitando a hora em que os preços baixavam. Durante quatro anos e meio, as vizinhas foram companheiras na vida apertada de então. Dona Irene:

Era uma vida muito sacrificada. O dinheiro que a gente conseguia lavando roupa mal dava para duas feiras, mas já era alguma coisa. Não tínhamos preguiça e vivíamos fazendo mil coisas, muito diferente da meninada de hoje. E não tinha condução, não tinha médico, não tinha asfalto, iluminação na rua.

As mulheres ainda cozinhavam, lavavam, passavam, costuravam e cuidavam da casa e das crianças. Ana relembra:

Quando gastava um lado do colarinho da camisa, a gente virava e aproveitava o outro. As calças dos homens, já gastas na cintura e nos bolsos, a gente aproveitava as pernas para fazer jardineiras e calças para as crianças. Lembro bem de tiras de panos que se ganhava de pessoal que fazia costura de carregação. Eu emendava e dali saía vestido, sainha, calça. Não tinha roupa pronta para comprar e a que existia era cara demais. Mandar fazer também era caro. Dinheiro era difícil de ganhar!

O bairro afastado do centro regional urbanizado não contava com as melhorias necessárias. Quando chovia, as águas faziam voçorocas profundas nas margens da rua, onde deveriam estar as guias de calçadas. A lama vermelha era parte da paisagem de verão e das agruras das duas vizinhas para lavar a roupa. Grávida do primeiro filho, Santinho, Ana certa vez pisou num sapo, que apareciam às dúzias na época das chuvas, pois era uma baixada que levava ao córrego lá embaixo. Levou o maior susto. Ficou com medo de perder a criança. Dona Irene foi quem tranquilizou a vizinha.

Na época do parto, dona Irene levou Ana até o hospital em Santo Amaro. Santinho foi o primeiro filho do casal e nasceu em 21 de novembro de 1965. Santo ficou orgulhoso e logo o registrou com seu nome. O primeiro berço de Santo filho foi dado pela irmã de dona Irene. O segundo, um pouco maior, também foi presente da família, e serviu inclusive para Luciana, que nasceu em 21 de junho de 1967. Como esposo e pai, Santo ajudava Ana: trocava fraldas das crianças, fazia comida, arrumava a casa – nunca reclamou de participar dos afazeres domésticos. Ana fazia a roupa das crianças com retalhos, para economizar.

As crianças, já crescidas, dividiam brincadeiras com José Américo e Luiz, filhos de dona Irene. As duplas se esbaldavam no tempo de calor dentro dos tanques de lavar roupa, piscinas improvisadas. Depois que Vera, a filha mais nova de dona Irene, nasceu, sempre sobrava alguém para fora dos tanques e era uma choradeira. Os brinquedos de plástico dos meninos se misturavam e havia sempre muita algazarra e confusão.

TELEVISÃO, REFLEXÕES E DOM PAULO

Os tempos eram outros: a estrada de Itapecerica tinha pouco movimento, era possível deixar as portas das casas abertas sem o risco de assalto, e as crianças brincavam nas ruas, sem medo. Quase ninguém tinha uma televisão em casa – em 1969, eram 760 mil aparelhos no país todo, que cresceram para 4,9 milhões no início da década seguinte. Dona Irene costumava assistir aos programas de música popular brasileira da TV Record, com Elis Regina e Jair Rodrigues, na casa de uma cunhada que morava mais adiante, no mesmo bairro.

Durante os quatro anos e meio em que Santo e Ana moraram em Vila das Belezas, compartilharam a casa também com Sebastião e Nair, irmãos de Santo que vieram de Viradouro, também tentar a vida,

e Wanda, irmã mais nova de Ana. A casinha minúscula parecia coração de mãe, segundo Ana Maria. Dona Irene se lembra desses tempos:

O Santo era mais reservado, não conversávamos muito. Já o irmão dele, o Tião, não, era falador. Lembro de um jogo de futebol em que as seleções do Brasil e de Portugal se enfrentaram. Ele ficou muito chateado porque a gente estava torcendo pelos portugueses! Todo mundo ia à missa, e o Santo andava bem-arrumado, tinha uns ternos que ele usava no domingo. Depois da missa, ele também passava nas casas das pessoas, para discutir as Escrituras e convidar para as reuniões e cursos da igreja. Parecia um pouco com as Testemunhas de Jeová, hoje.

Ana gostava muito das atividades da Igreja Católica, em Vila das Belezas, das quais Santo participava. Uma delas era o grupo de teatro, para o qual o metalúrgico escrevia roteiros de peças. Era uma forma de discutir os problemas do trabalho e das famílias, assim como um tipo de diversão, escassa nos bairros de trabalhadores. O pároco, o padre Mauro Baptista, incentivava a participação dos leigos, preocupação de vários religiosos, inclusive do grupo de padres, freiras e leigos que começavam a se articular para implementar as orientações do Concílio Vaticano II (1961), na região sul, do qual o religioso de Vila das Belezas fazia parte.

Dom Paulo Evaristo Arns havia sido nomeado vigário episcopal de Santana em 1966, pelo então cardeal de São Paulo, dom Agnelo Rossi. Em 1967, os trabalhos pastorais da região sul passaram a ser coordenados pelo monsenhor Ângelo Gianola, que, de pároco do Brooklyn, assumiu o cargo de vigário episcopal da região sul.

O grupo que padre Mauro Baptista frequentava, segundo Yara Spadini Vicini, era coordenado por Gianola e reunia praticamente todas as personagens que se tornariam parte da vida de Santo Dias, assim que ele passa a participar dos movimentos pastorais centralizados na

região de Vila Remo, no início da década de 1970. Era integrado por umas trinta pessoas, religiosas e padres, mas muitos leigos também iam às reuniões. A sede dos encontros era uma casa da Cúria, na rua Viasa, ao lado da favela do Buraco Quente, no Aeroporto. Yara recorda as discussões da época:

Entre 1962 e 64, eu trabalhava no Brooklyn, como secretária, estudava Serviço Social na PUC e fazia estágio com grupos ligados à Igreja Renovada. Era para iniciar um trabalho com visitantes de quarteirão. Eles fariam visitas às casas, propondo às pessoas refletirem sobre a Igreja nova, em que não só padres e freiras, mas os leigos têm que participar para desmanchar a ideia de Igreja hierárquica. Os documentos da Igreja, na época, diziam que a salvação não era para a eternidade, a salvação aconteceria no presente e dependia de nosso esforço, que o leigo tinha tanta importância na Igreja como a hierarquia, enfim. Era muito importante refletir sobre o Evangelho, todo mundo foi incentivado a ler as escrituras... Esse grupo passou a incentivar a formação de outros, nos bairros, com a mesma finalidade.

Gianola é italiano naturalizado brasileiro, tem 82 anos e hoje mora em sua terra natal¹⁰. Mas, na época de Santo Dias, foi um dos maiores incentivadores das atividades renovadas da Igreja Católica da região, segundo Yara Spadini Vicini. Ela acredita que muitas comunidades de base tenham nascido por conta de sua atenção constante aos grupos que se formavam sob a nova orientação religiosa. Os leigos como Santo Dias também influenciaram suas atitudes, como Gianola relata em seu depoimento enviado às autoras:

Conheci Santo Dias da Silva em reuniões em nível regional, nos anos 60. Lembro quando ele me convidou para participar da reunião da Legião de

10. Dado de 2004. Gianola faleceu em maio de 2017, na Itália.

Maria na comunidade de Santa Margarida [veja no capítulo seguinte]. Lá fui eu às seis horas da manhã do domingo e encontrei o grupo reunido em oração, cantos, meditação e compromissos práticos de atividades em favor daquele povo. Foi um significativo exemplo para mim, ainda bitolado em esquemas tradicionais. Minha amizade para com o Santo foi se tornando mais chegada e admirei nele uma fé sincera vivida numa generosa dedicação ao Povo e de maneira toda especial na defesa e na organização do movimento dos operários.

O trabalho de reflexão sobre a realidade e de sua interpretação por meio do Evangelho redundou na formação de comunidades de base, que na década seguinte consta das prioridades pastorais da Arquidiocese de São Paulo, já com dom Paulo Evaristo Arns como arcebispo. O cardeal Arns explicou o que é uma Comunidade Eclesial de Base (CEB)¹¹:

A comunidade de base é um grupo de pessoas que se reúnem para cuidar do bem-estar do povo – saúde, educação, transporte, moradia – com motivação religiosa. Esta vem da leitura regular da Bíblia, da discussão das condições de vida de todos à luz dos textos bíblicos e da celebração dessa vida, geralmente aos domingos.

Grupos pequenos de fiéis organizados ao redor de uma paróquia na cidade ou na roça, geralmente em locais em que os moradores não tinham acesso ao serviço religioso regular, constituíam a base das CEBs. Sua origem está ligada ao trabalho de agentes de pastoral, como Yara Spadini; animadores de comunidade, como Santo Dias, e religiosos, como aqueles que integraram o Movimento do Mundo Melhor (o nome do grupo que se formara sob a coordenação de monsenhor

11. ARNS. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, p. 116.

Ângelo Gianola, na região sul). Essa forma de organização teria surgido em 1960, na Diocese de Natal, ou ainda em 1956, em Barra do Piraí, Rio de Janeiro. Mas sua organização cresceu a partir de 1969, tanto que em um encontro nacional realizado em Vitória, em 1975, estimava-se a existência de 50 mil delas no país. Suas atividades centralizavam-se na oferta de serviços religiosos e na organização de ações comunitárias¹².

RELIGAR, RELER, REUNIR-SE

O Movimento do Mundo Melhor, no comecinho, ainda não tinha, muito explicitada, uma teoria para nortear sua ação, mas trabalhava no sentido de mobilizar grupos ativos de cristãos nas paróquias da região de Santo Amaro. Os conceitos de Comunidade Eclesial de Base foram sendo desenvolvidos a partir dos próprios movimentos na Igreja Católica, com as decisões dos bispos latino-americanos nas reuniões em Medellín e Puebla e, já na década de 1970, com a Teologia da Libertação. O grupo de reflexão inicial ainda trabalhava com os conceitos dos movimentos mais ativos de católicos operários e estudantes, segundo Yara Spadini Vicini, mas a religião era encarada na origem da palavra em latim – “religar” ao mundo ou “reler” o mundo, segundo outras versões:

A linha dos primeiros cursos desse movimento indicava que a miséria não era uma sina, que cada cidadão tem responsabilidade social etc. Esses cursos eram dados para as paróquias que queriam se renovar e passar a formar comunidades. Era muito em cima do famoso ver-julgar-agir, que guiava a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) etc. Essa é uma época de grandes modificações na religião católica. A própria liturgia mudou, a missa era rezada em português, não mais em latim; ao invés de costas, o padre ficava de frente para os fiéis. Quando falo isso, me sinto tão antiga!

12. ALVES. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 231.

Havia muitas mudanças sociais em andamento, e a Igreja também mudava, para dar conta de um outro momento.

Juntamente com os outros religiosos que atuavam na região, o padre Mauro Baptista, de Vila das Belezas, começava a perceber a importância dessa mudança e incentivava os leigos de sua paróquia. Havia grupos de casais e de jovens, cursos de preparo para os sacramentos (batismo, casamento, crisma, comunhão) e atividades de solidariedade com as famílias mais pobres. O domingo era o dia possível de sentar e refletir sobre as atividades, geralmente depois da missa, e essas reuniões se desdobravam em outras, para realizar as tarefas propostas.

A participação do jovem Santo Dias nessas atividades foi uma decorrência natural para ele. Católico por tradição, longe da família e iniciando uma nova vida com Ana Maria, era uma forma de participar de ritos já conhecidos, para integrar uma comunidade, assim como na época da Congregação Mariana, em Viradouro. Uma tentativa de se identificar com algum grupo, principalmente numa grande cidade como São Paulo, onde quem chegava logo perdia sua identidade e começava a enfrentar a vida típica e estressante de megalópole, centralizada o tempo todo no trabalho e nas dificuldades e correrias em obter a infraestrutura necessária a multiplicá-lo: alimentação, moradia, transporte, saúde, escola para os filhos. Uma rotina cotidiana marcada profundamente pelo que Emir Sader qualificou como voracidade do progresso paulistano. Um processo que traz benefícios para quem dele domina os códigos e muita angústia para aqueles que não aceleraram os passos e se perderam na voragem, condição para acompanhá-lo.

CURSOS, JORNAIS, O MOVIMENTO SINDICAL

Durante a semana inteira, Santo dava duro nas jornadas de trabalho na Metal Leve. Não se conformava em ser apenas ajudante-geral e, à noite ou nas horas vagas, foi fazer vários cursos, para galgar

outras funções na empresa. Madureza ginásial, desenho mecânico e cálculo foram apenas alguns.

Acreditava que era uma forma de conseguir uma profissão mais estável, melhor remunerada e com outro *status* na empresa. Pensando dessa forma, fez três anos de desenho mecânico, um de mecânica geral e meio de tecnologia de mecânica. Frequentava a Escola Simon Bolívar, em Santo Amaro, e depois o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), considerado o melhor curso técnico da época. Abandonou essa opção individual, em função do movimento sindical, e explicou as razões a Nosella¹³:

(...) eu achava que um profissional teria mais estabilidade que um ajudante. Mas, eu cheguei à conclusão de que isso, dentro da luta sindical, não funciona. Tem a mesma estabilidade um profissional quanto um ajudante. Então é por isso que a gente não pára no emprego (...) Um profissional, eu achava que teria mais peso para a empresa, teria mais interesse de segurar, mas à medida que você está numa luta, ela te joga para fora, como joga qualquer outro.

Lia muito – jornais, livros, revistas, uma coisa muito rara entre seus pares. Mesmo com a inflação galopante do período, esta foi uma prática que sempre o acompanhou. Os jornais eram relativamente baratos entre 1954 e 1962. Nessa época, um exemplar de periódico dito popular, como *O Dia*, custava o equivalente a nove ou dez minutos de trabalho de um operário que ganhava salário mínimo. Já em 1966, passou a custar o equivalente a quase o triplo do tempo de trabalho do mesmo operário. Mesmo assim, o preço não era obstáculo expressivo à fome de informação de Santo Dias.

Havia outras características que sempre o acompanharam. Era perfeccionista e não admitia serviço malfeito. Quem conviveu com ele

13. NOSELLA, op. cit., p. 96.

insiste em relatar esse traço de personalidade de Santo. Para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho, dizia ser necessário que o trabalhador fosse um excelente profissional na sua área, preparando-se técnica e politicamente.

Mas as informações acumuladas não eram guardadas só para si, a família, os amigos mais próximos. Pedia aos filhos para recortarem notícias e tiras do Henfil, para colocá-las no mural da comunidade de Santa Margarida. Luciana e Santinho ajudavam a distribuir o jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese, para os assinantes e outros periódicos a que o pai tinha acesso. As crianças, para mostrar o progresso na escola, também liam em voz alta os boletins do Sindicato, a pedido de Santo, que valorizava muito as informações que não eram veiculadas pela televisão e pelos jornais da grande imprensa.

O fato de ser bem informado servia para ajudar tanto os vizinhos no bairro, como os companheiros de fábrica. Era muito consultado sobre legislação trabalhista e previdenciária e seus meandros, cujos significados a maior parte não compreendia. As pessoas sabiam de seus conhecimentos de desenho técnico e eles serviram para realizar muitas plantas de moradias econômicas, para colegas e vizinhos, coisa que ele fazia sobre uma prancha especial, em casa.

Um projeto de fiação elétrica para moradia, a declaração do imposto de renda, como fazer para regularizar o lote adquirido: Santo sabia e ensinava quem o procurava. Vivia sempre rodeado de pessoas, que se aproximavam por conta desse temperamento calmo, mas incisivo e diligente. Dizia sempre que, como cristão, era preciso dar testemunho dessa convicção na vida cotidiana, em todos os lugares em que se encontrava, como fermento na massa. Assim, ia fazendo amizades longas e firmes.

A fábrica era um dos espaços prioritários para a atuação de Santo. No movimento operário, a partir de 1965, frequentava os debates articulados pela Oposição Sindical dos Metalúrgicos, como ele

próprio informou na entrevista dada pouco antes de sua morte. Naquele ano, interventores de outros sindicatos de metalúrgicos da Grande São Paulo formaram uma chapa única, apoiada pelo governo civil-militar, que ganhou as eleições no Sindicato de São Paulo.

A partir de 1967, na ocasião de novas eleições sindicais, já se apresenta uma chapa de oposição. Oposição ao pelego – Joaquim dos Santos Andrade, ex-interventor no Sindicato da categoria de Guarulhos –, mas também à estrutura sindical imposta ainda na década de 1930. Um grupo heterogêneo, cheio de divergências e contradições, como definiu o próprio Santo, mas que se propôs a fazer um trabalho de base nas fábricas, congregando os metalúrgicos para a defesa de seus interesses, independentemente da estrutura sindical tomada pelo pelego.

Santo relatou que este grupo, entre 1965 e 1966, perdera várias lideranças que foram presas, mas em 1967 sua participação nas eleições sindicais já era um sinal de que a proposta estava caminhando. E havia muitas dificuldades para a organização dos trabalhadores. É de 1966 a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a estabilidade depois de dez anos de trabalho, ainda da época getulista. Os recursos do Fundo vão financiar as ações do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, em tese, fora criado para dar conta da habitação popular, mas nunca cumpriu verdadeiramente sua função, priorizando a classe média. O desemprego e a rotatividade no trabalho aumentaram, e, por tabela, cresceu a inibição à formação de lideranças nas fábricas. Também é do mesmo ano a intervenção federal no estado de São Paulo, que afastou o governador Adhemar de Barros, e o Ato Institucional nº 3, impondo eleições indiretas para governador.

Mesmo assim, em 1967, a Chapa Verde (de oposição dos metalúrgicos), encabeçada pelo militante cristão Waldemar Rossi, tem plataforma contra o arrocho salarial, a lei de greve e o FGTS. Não consegue bater a Chapa Azul (dos pelegos), que propunha ações assis-

tencialistas – como concessão de bolsa de estudos aos filhos de associados, já negociada com o governo. Mas, ainda assim, as forças da oposição se constituíram enquanto grupo permanente. De forma ainda muito acanhada, por conta da intensa repressão política, começou a organizar os metalúrgicos para fazer frente ao arrocho salarial (que apenas se iniciara com o regime militar), bem como retirar os pelegos da direção do Sindicato.

Em 1968, logo em abril, 15 mil metalúrgicos de Contagem (MG) realizaram uma greve, considerada ilegal. A cidade foi ocupada pela polícia. No mesmo ano, a oposição metalúrgica de Osasco se elege para o sindicato e incentiva a organização da Comissão de Fábrica da Cobrasma. Ali, ainda em 1968, 6 mil metalúrgicos paralisam o trabalho, protestando contra o arrocho salarial. O presidente do sindicato, José Ibrahim, outros diretores e vários operários são presos, e Osasco, como Contagem, foi também ocupada por tropas militares.

O 1º DE MAIO DE 1968 E A OPOSIÇÃO

Assim, o dia 1º de Maio de 1968 se revestiu da importância desses fatos conjunturais. As oposições convocaram os trabalhadores para participar do ato organizado pela diretoria situacionista dos metalúrgicos, na praça da Sé. Cerca de 10 mil pessoas compareceram e explodiram seu descontentamento, tomando a palavra e depredando o palanque em que se encontrava o então interventor (governador nomeado) Roberto de Abreu Sodré, convidado pelos diretores pelegos.

Além dessas manifestações operárias, o ano de 1968 foi marcado por aquelas do movimento estudantil, de artistas, intelectuais, religiosos, professores e diversos outros setores médios urbanos que, em todo o Brasil, expressaram sua oposição e resistência ao regime. Este impediu o prosseguimento desse clima com a edição do Ato Institucional no 5, o AI-5, como ficaria conhecido.

O AI-5 suspendeu todos os direitos e recursos legais na esfera das liberdades públicas que haviam sobrado da razia iniciada em 1964, e concentrou nas mãos do Executivo Federal todo o poder. A tortura, que já vinha sendo praticada contra os opositores, ganha foros mais nítidos ainda de política de Estado. Perseguição, prisão, tortura e muitas vezes o assassinato político (não raramente acompanhado da ocultação de cadáver) tornam-se rotina. Ao mesmo tempo, a maioria dos grupos políticos de esquerda organizados e atuando clandestinamente (marxistas, nacionalistas e de matriz cristã) transforma o enfrentamento armado do regime em sua principal tática.

Santo, ainda no depoimento a Nosella, explicou o que os metalúrgicos estavam pensando e fazendo na época¹⁴:

Em 1968, foi quando a gente estava consolidando um trabalho e foi onde se deu aquela greve de Osasco e aquela manifestação na praça da Sé. Tinha ali uma possibilidade da gente dar um salto qualitativo, mas no entanto, a repressão era a expressão maior na época. A gente não teve condições de passar, realmente, para o ofensiva, enquanto operário. Mas conseguimos um avanço, porque saímos da era mais crítica, que foi o tempo em que a gente passou realmente se preparando mais, de 1965 a 68. A gente achava que em 1968 já era possível, mas não foi. Embora ocorressem alguns fatos que a gente pode considerar dentro da História, fatos interessantes, como o caso da greve de Osasco. Inclusive ela teve certa ligação com a greve de Contagem, em Minas Gerais: na própria manifestação do 1º de Maio, na praça da Sé, houve uma pancadaria tremenda onde vários companheiros foram presos outra vez, e lá apedrejaram o governador; e o pelego, para não ser apedrejado, correu. Dessa manifestação do 1º de Maio de 1968 começamos, então, a rearticular em termos de oposição sindical.

14. Ibidem, p. 38-39.

Santo Dias participou como elemento de divulgação da chapa de 1969, ainda sem muita clareza sobre a situação da categoria. Ele mesmo considerou tímida a ação dos metalúrgicos. Expôs uma das dificuldades que o grupo tinha de enfrentar para conquistar o pessoal nas fábricas:

O trabalho até então era muito acanhado, porque era difícil fazer um trabalho em termos de oposição sindical, porque a diretoria atual, que era interventora desde 1964 e que hoje (1979) ainda está neste sindicato de metalúrgicos como interventores, ainda tinha uma característica, tinha uma certa imagem positiva dentro da categoria. Então, a oposição, dentro desse contexto, era difícil de se apresentar e, inclusive, de se posicionar como alternativa. Tinha a chapa para concorrer, mas sem muita expressão dentro da categoria. Não conseguimos levar em 1969, não conseguimos ganhar as eleições... A nossa participação, então, no movimento sindical, era prejudicada diante do descrédito da categoria e diante, também, da própria propaganda que o regime sempre fez de desacreditar o órgão de classe.

Muito dedicado às discussões sindicais, mesmo assim, nunca esqueceu o bairro. Participava dos grupos comunitários de Vila das Belezas e passou a ser ministro da Eucaristia, aquele membro leigo da Igreja que pode dar comunhão aos fiéis, como o padre, uma vez que o bairro crescia e não havia um número de religiosos suficiente para atender a essa demanda.

A atividade sindical e a participação religiosa não prejudicavam o relacionamento familiar. Com duas crianças pequenas em casa, a vida não era fácil, segundo Ana Maria. Suas recordações foram registradas pela *Revista Fase 22*, em 1984:

A gente sempre procurou dividir tudo. O Santo era muito assim, de ajudar. A família já educou ele assim e então, ele nunca deixou as coisas só pra mim.

Quando era para trocar as crianças, fazer a comida, ele sempre dividia todo o trabalho da casa. A única coisa que ele não fazia era lavar a roupa. Mas passar, pregar um botão, pra ele, não precisava eu fazer. Se ele levantava depois, o que era muito difícil, porque eu sempre adorei, adoro dormir, então ele estendia a cama. Ele dividia muito o trabalho. Era muito legal.

E Ana era também uma companheirona de Santo. Mesmo com a inflação e a corrosão salarial, o casal conseguiu reunir economias que somaram o suficiente para a primeira prestação de um terreno no Jardim Santa Tereza, um loteamento aberto na margem da Guarapiranga, indo pela estrada da Riviera.

Ainda que em área de manancial, que deveria em tese ser preservada de ocupação, dezenas de loteamentos como este surgiram na região sul da capital entre as décadas de 1960 e 70, porções de terras retalhadas de forma irregular pelos especuladores imobiliários, que se aproveitavam da necessidade de moradia popular provocada pela forte migração para São Paulo. O poder público tampouco se preocupava com isso, a não ser quando os moradores, posteriormente, se organizaram para regularizar esses loteamentos. A terra nua era dividida em lotes, em desacordo com os padrões legais, sem atenção à topografia do terreno, sem calçamento, guias, iluminação, água ou esgoto, a preços que se encaixavam no orçamento das famílias. O Jardim Santa Tereza foi um desses loteamentos.

Ana e Santo foram até lá e gostaram de um lote bem no alto, na rua Ubrique, de onde se avistava a represa, lá embaixo. Hoje, ela não pode mais ser vista dali, com a região totalmente cercada por casas e ruas. Naquela época, as construções eram pontos nas extensões de mato e de granjas beirando a represa. Eram circundadas por montes de terra vermelha que saíam dos poços que eram perfurados (não havia água encanada), ou das escavações realizadas para construir as próprias casas, nas encostas.

Aos sábados e domingos, Ana e Santo saíam cedinho de Vila das Belezas, com uma sacola com as marmitas e a comida das crianças, e ficavam no lote, para construir a moradia e se livrar do aluguel. Carregavam baldes e baldes de terra para fora, transportavam blocos cerâmicos, tijolos e outros materiais de construção, comprados à prestação num depósito da região. Um pedreiro amigo foi contratado, tempos depois, para bater a laje e acabar as paredes. Mas o casal ainda servia de ajudante.

Em 1969, mesmo com a casa inacabada, a família mudou-se para lá: dois cômodos, cozinha e banheiro, piso de cimento bruto, sem luz e sem água encanada. Por muitos anos, os quatro tiveram de conviver com obras dentro de casa. A água era de poço e Ana puxava com manivela. Na época da seca, como havia muitos poços por perto, a água secava e o poço tinha de ser aprofundado. Santinho tinha três anos e Luciana, dois. Começava uma nova fase da vida de Santo Dias e de sua família. Em que ele e Ana teriam papel fundamental na construção da comunidade local e na articulação com outras dos bairros do setor Guarapiranga, firmando a Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vila Remo, como seu centro nervoso.

3

JARDIM SANTA TEREZA, JARDIM SANTA MARGARIDA (SÃO PAULO, CAPITAL)

A pesar de viver em Bebedouro, perto do pai e dos irmãos, Ana Maria do Carmo Silva ainda vinha a São Paulo de vez em quando, para visitar os filhos¹. Santinho e Luciana moram na região do Guarapiranga, junto das muitas referências de amizade e vizinhança da família, consolidadas por conta do trabalho comunitário. Ex-vizinhos e amigos propõem participação nas atividades nos bairros, quando Ana está em São Paulo. Em agosto de 2003, foi a vez da comemoração de mais de duas décadas da existência oficial do Movimento Comunitário do Jardim São Joaquim.

Do outro lado da avenida Guarapiranga, em paralelo ao Jardim Santa Tereza e nas cercanias do Jardim Santa Margarida, vivem umas quinhentas famílias. A aparência do Jardim São Joaquim é a habitual dos bairros da periferia paulistana: casas sem reboco nunca terminadas, umas grudadas às outras; blocos cerâmicos ou de concreto aparecendo; grades nas janelas e garagens; quintais minúsculos sem vegetação, nada de espaço verde. Fica num outeiro, ao lado da represa Guarapiranga, loteamento clandestino legalizado em área de manancial, em que não são permitidas mais construções. As ruas são tortuosas e a maior parte dos lotes tem declives muito acentuados.

1. Hoje mora em São Pedro, a 250 km da capital, após a morte de seus pais.

É sábado, sete da noite, e, ao longe, dois sons misturam-se: uma cantoria religiosa e um forró abafado. Conforme caminhamos e as músicas se aproximam, uma capelinha sem reboco aparece na frente da calçada. É de lá que vem a cantoria. É uma missa de Igreja Católica.

Descendo escadas requebradas para dentro da construção ao lado, semelhante a uma grande casa, a coisa muda. Depois de um corredor com um meandro de portas que dão para salas com cadeiras, bancos, mesas, uma pequena cozinha, num grande salão, umas duzentas pessoas acompanham a música do Bem-te-Vi, um conjunto de forró formado por maiores de 60 anos, entre os quais Odete Marques, que é a *crooner* do grupo. O baile é animado, rodopiam os casais no salão em que funciona o refeitório da creche comunitária para oitenta crianças, durante a semana. No pátio coberto, ao lado, o bar tem mesinhas decoradas com flores e serve cerveja, refrigerante, salgadinho. A animação continua nas conversas. Afinal, é a festa do aniversário da casa.

Numa sala com grandes bancos de madeira, ao lado do salão, Ana Maria mostra uma placa comemorativa agradecendo seu trabalho de fundadora do Movimento. Ela conta a história:

Começamos um movimento de clube de mães em 1971, no Jardim Santa Margarida. Aqui, foi o segundo lugar em que passamos a discutir os problemas do bairro, a falta de escola, de condução, de creche... Lembro até hoje: a primeira reunião aconteceu debaixo de uma árvore, com o pessoal sentado em duas tábuas grandonas.

ORGANIZAR PARA PLEITEAR MELHORIAS

As mulheres que ainda moram no bairro e curtem a festa confirmam tudo. Lourdes da Inceição Cruz; Toninha de Castro; a vizinha e comadre de Ana, Tereza Santana Costa; Meire Borges Pereira e muitas outras que iniciaram o trabalho dessa comunidade de base junto

com Ana, desde que era apenas um barracão construído com o pouco material que cada família trouxe para aquele terreno sem dono. Toninha recorda desse tempo e ri muito, com Ana:

Eu ouvira falar de clube de mães. Então, cheguei e perguntei quem dirigia o tal de clube! Queria saber se tinha piscina, como era a quadra de esporte... Imagine: achava que era um clube mesmo. Depois comecei a entender que era para se reunir, pra batalhar por tudo que faltava no bairro!

Para levantar uma sede, moradoras e freiras das igrejas católicas da região batalharam muito. Enquanto construía a sede de forma comunitária, a partir de 1972, esse grupo se organizava para reivindicar melhorias no bairro. A sala de madeira servia para a missa, as classes de alfabetização de adultos, o funcionamento da escola de emergência para as crianças. Em 1978, já atendia quarenta pequenos, serviço firmado em conjunto com a Sociedade Amigos do Parque Figueira Grande, que era a entidade que articulava os convênios com o poder público, garantindo uma verba mínima para seu funcionamento. Em 1982, foi preciso legalizar a entidade para ampliar o serviço, o que permitiu maior autonomia.

Cresceu e, hoje, além das crianças em idade pré-escolar, atende mais oitenta adolescentes no Espaço Gente Jovem e sessenta integrantes do grupo de terceira idade. Meire, que é a cozinheira da entidade, explica que as duas filhas frequentaram o local, a exemplo das crianças de outras fundadoras. Hoje, depois de cursarem a universidade, as duas “meninas” – Claudia e Claudete – são as coordenadoras do espaço.

A pedagoga Célia Brito, que pertencia ao grupo de jovens de outro núcleo comunitário da região e hoje trabalha no Movimento, era voluntária para olhar as crianças do São Joaquim. Ela recorda aqueles tempos:

As mulheres iam aprender a pintar pano de prato, mas ficavam sabendo que existia uma ditadura militar feroz, que elas não podiam ficar só vendo a casa: precisava olhar o bairro, as condições de vida das famílias, que a falta de muita coisa tinha de ver com a situação da época. Era assim o clube de mães. Aí, todo mundo se mexia. Inúmeras lutas por escola, creche, ônibus, escola, regularização do loteamento, água encanada, nasceram desse grupo.

A solidariedade entre vizinhos, por meio das relações de compadrio, ajudava esse trabalho. Tereza mora ainda na casa ao lado daquela em que viveu a família de Santo. Era uma das vizinhas mais próximas, no Jardim Santa Tereza:

Eu tenho dez filhos. Trabalhava como faxineira num banco, no Brooklyn. Quem arrumou emprego para meu marido foi o compadre Santo, na empresa que ele trabalhava. Ele ensinou a gente a ler e escrever, a gente que tinha vindo do sertão da Paraíba. Ana e compadre Santo batizaram meus meninos. Tenho uma filha chamada Santina, lembrando o nome de compadre Santo. A gente só não passou fome aqui, por causa do Santo e da Ana...

A memória de Santo Dias é algo muito vivo no bairro em que ele morou. Nas reuniões comunitárias da região sul, sua figura é sempre lembrada como exemplo de liderança comprometida com a luta por um mundo mais justo. Não só ali essa memória sobrevive, por conta do esforço da família, de companheiros e amigos, padres e freiras dos bairros, comunidades e pastorais que tomaram sua militância como exemplo de vivência cristã comprometida com a mudança social e a relembram em inúmeras atividades.

Logo depois de sua morte, seus amigos e companheiros articularam o Comitê Santo Dias, que, mesmo depois de 25 anos², continua a

2. Em 2004.

programar atividades de cunho simbólico para que a memória de Santo não seja esquecida. Todo ano, no dia 30 de outubro, às 14 horas, um grupo de operários vai à porta da Sylvânia, no Campo Grande, pinta o chão com os dizeres “Aqui foi assassinado operário cristão Santo Dias da Silva, em 30 de outubro de 1979, pela ditadura militar”, em vermelho, seguindo em passeata até seu túmulo, no cemitério Campo Grande, a uns 500 metros dali.

Em 2003, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo instituiu o prêmio Santo Dias, a ser concedido todo ano aos trabalhadores que se destacarem na luta pelos seus direitos. Neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal de São Paulo inaugurou uma casa para catadores de papel em Santo Amaro, denominando-a Santo Dias. O Movimento dos Trabalhadores SemTeto que, em julho de 2003, ocupou um terreno da Volkswagen, em São Bernardo, deu o nome de Santo Dias à área ocupada. Ana Maria interpreta essas atitudes:

Acho que, pelo fato do Santo ter sido morto num movimento, o pessoal associou a memória à do movimento deles. Hoje, o Santo é de todo mundo e não é de ninguém. Seu nome está em praças, ruas, creches, salas. Sabe: na parede da casa dos catadores tinha uma placa: “Não precisamos de muita coisa. Só precisamos estar juntos”. É muito isso: o Santo vinha de um movimento que era assim. Não precisávamos de muitas coisas, mas contávamos com todos, juntos.

CELEBRAÇÕES, ATOS E A LEMBRANÇA DE SANTO

As comunidades do entorno de Vila Remo recordam a morte de Santo Dias todo ano em outubro, com celebrações e debates sobre as condições de vida e trabalho. Em 2003, cerca de seiscentas pessoas lotaram o salão comunitário da Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vila Remo, palco de tantas atividades na década de 1970, para a

missa de 24 anos do assassinato do operário. Os padres do setor Capão Redondo estiveram presentes, e a missa foi presidida por dom Paulo Evaristo Arns e pelo bispo da região, dom Emilio Pignolli.

A celebração teve cânticos que lembraram o compromisso cristão de Santo Dias. No altar, montado no palco do salão onde funcionará brevemente o Centro de Referência do Idoso, estava a família do metalúrgico, suas quatro netas, algumas freiras e poucos políticos que atuaram na comunidade, a exemplo da ex-deputada Irma Passoni, diretora da Rede Vida, a emissora católica de televisão. Dom Paulo fez um longo sermão, conclamando os presentes a atuarem em favor da população pobre, colaborando para mudar a realidade e, nas eleições de 2004, escolher políticos compromissados com a honestidade e as realizações. Lembrou do protesto que parou São Paulo, em 30 de outubro de 1979:

Há 24 anos, íamos no carro – Ana e os dois filhinhos, eu no meio, pela rua da Consolação. De todos os lugares, as pessoas jogavam flores sobre o cortejo. Encheram de flores e papel picado por onde os restos mortais de Santo Dias passavam, em direção à catedral da Sé. Sua morte foi lembrada até na Austrália, o último continente, em livros de escola, para dizer que é assim que enfrentamos a realidade, com coragem e simpatia pelos pobres. Ah, se Santo Dias não tivesse morrido, os tempos não teriam mudado!

Os traços da personalidade do metalúrgico – simplicidade, paciência, força de vontade e dedicação quase obsessivas – são cultuados pelos companheiros de Pastoral Operária. Em 2003, no dia de sua morte, eles refizeram pela 24ª vez a cerimônia em frente à Sylvânia, seguida de celebração, desta vez oficiada por dom Mauro Morelli que, na época da morte de Santo, era bispo auxiliar da Região de Capela do Socorro.

À noite, os integrantes do Comitê Santo Dias organizaram outra celebração, desta vez na Igreja de São Gonçalo, atrás da praça da Sé.

A cerimônia reuniu cem pessoas, entre elas vários metalúrgicos que participaram da greve de 1979. Lá estavam Waldemar Rossi, Vicente Garcia Ruiz e Raimundo Périllat, entre outros, cujos depoimentos recordaram Santo Dias, relacionando sua atuação política, sua fé religiosa e os difíceis tempos de hoje. Ana Maria também participou, junto com a família, e resumiu assim as preocupações de todos, durante a cerimônia:

Naquela época, existia uma ditadura que perseguia todos aqueles que lutavam por uma vida melhor para o povo. Não havia liberdade política e, por causa disso, o Santo morreu. Ainda não temos liberdade – não há liberdade sem trabalho e pão. O que estamos fazendo para mudar isso?

A DITADURA E AS COMUNIDADES

Esta pergunta aparentemente simples era também o início para as reflexões de que Ana e Santo começaram a participar, juntamente com tantos outros moradores da periferia da capital na década de 1970, em grupos comunitários católicos nos bairros, as bases das Comunidades Eclesiais de Base. Na região sul, eles se multiplicaram, constituindo-se como pontos de articulação de dezenas de movimentos sociais pleiteando melhores condições de vida e trabalho para a população.

Esse trabalho de “formiguinha”, na organização popular no bairro, começou para Ana e Santo em 1969, quando ambos terminaram de construir sua casa no Jardim Santa Tereza e se mudaram para lá. Um momento político difícil – já estava editado o Ato Institucional no 5, que suspendeu as garantias constitucionais e permitiu ao regime militar aumentar a perseguição aos seus opositores.

Hoje, mais de trinta anos depois, a memória de como era viver sob uma ditadura se perdeu. Uma tensão permanente acompanhava aqueles que tinham conhecimento do que ocorria na esfera política, como Ana recorda:

Eu e o Santo íamos, os dois juntos, até a padaria, comprar pão, com medo de sermos presos... Era ver uma C-14, uma daquelas viaturas grandes que a polícia usava, e já sabíamos que tinha alguém espionando e procurando alguém para levar... O clima era de medo mesmo. O tempo todo.

Pessoas reunidas eram indício de atividade política, e os organismos policiais não distinguiam sua natureza, preocupados em reprimir os opositores, quaisquer fossem eles. As prisões e os “desaparecimentos” se tornaram comuns. O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh³, um dos fundadores do Comitê Brasileiro pela Anistia, nos anos 1970, e advogado de vários presos políticos e movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tinha abandonado em 1969 o escritório bem-sucedido de seu pai, também advogado, para assumir a defesa de presos políticos, ao lado de Idibal Piveta e Airton Soares, precursores na área. Ele descreve as estratégias desenvolvidas na época, para burlar o cerco repressivo e garantir um mínimo de vida política, um direito humano fundamental:

Certa vez, fui convidado por um grupo de religiosos e leigos para falar sobre a Lei de Segurança Nacional, na casa da rua Viasa, 50, no Aeroporto, perto da favela do Buraco Quente. Marquei oito horas. Mas era assim: oito horas, oito e cinco, oito e dez, cada um chegava num momento. Eu me lembro que fui pontual, mas não começava a reunião. De cinco em cinco minutos chegava alguém. Foi a primeira vez em que vi Santo Dias – e já era 1973.

Em 1969, o vereador Odilon Guedes era estudante de Economia, dirigente estudantil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e militante do Partido Comunista do Brasil. Alguns de seus colegas foram presos e torturados. Já formado, em 1970, ele entrou para a clandestinidade. Naquela época, conhecido publicamente como Júnior,

3. Foi vice-prefeito de São Paulo no governo Luiza Erundina (1989-1993) e deputado federal por São Paulo, entre 2001 e 2007.

morou primeiro no Jardim Nakamura, perto de Vila Remo, onde conheceu Santo Dias e depois, na Vila Campestre, na região do Jabaquara, onde participou dos movimentos por melhorias de bairros, que se articulavam com os demais, na região sul. Mais de trinta anos depois, considera equivocada a orientação partidária que o fez chegar ao bairro, mas valoriza essa vivência, pois o aproximou da realidade dos trabalhadores da época. A vida como clandestino no bairro era pautada pelo medo, como ele relata:

Vivendo na clandestinidade, se eu chegava em casa à noite e tinha um casal de namorados perto, eu evitava entrar em casa até eles irem embora porque poderia ser alguém da repressão espreitando a gente. Outras vezes, se estávamos dormindo e alguém chegava de madrugada e encostava o carro na frente de casa, um vizinho, algo assim, acordávamos porque poderia ser alguém que fosse pegar a gente. Quando tomava um ônibus no ponto, eu era sempre o último a descer para não ser seguido por ninguém. Era todo um esquema de sobrevivência.

Como sempre gostou de futebol, Guedes começou a jogar num time de várzea do bairro, e notou um sujeito que costumava aparecer no campo, com um revólver na cintura. Seu nome era Paulo Sargento. Numa conversa com um amigo, ficou sabendo da sua atividade: “Caça comunista: é da Segurança Nacional”. Certo dia, Paulo Sargento pediu ao próprio Odilon que levasse os documentos e a sua arma até o carro:

Ele foi para o campo, eu voltei para o carro. Vi os documentos dele: tinha uma carteirinha da Operação Bandeirantes. Quando ele ia jogar e estava em serviço, ia numa C-14, carro característico da repressão, aquela camionete da Chevrolet. Ia jogar bola com o carro cheio de metralhadora. Eu estava na clandestinidade, mas não era nenhuma liderança conhecida, entendeu? Acabei convivendo com ele ali uns dois anos. Eu fui anistiado e,

depois disso, um jornal da época trouxe uma relação dos assassinos da repressão, que tinha o nome do tal do Paulo Sargento, como amigo do delegado Sérgio Fleury. Hoje pode ser pitoresco, mas na época, dava calafrio...

O “BRASIL GRANDE” E O TERROR POLÍTICO

O que provocava esse medo de alto a baixo na cena social brasileira? Para implementar um regime econômico baseado na concentração de renda e na desnacionalização da economia, a ditadura civil-militar lançara mão de vários mecanismos autoritários e que se impuseram durante mais de duas décadas.

Um deles foi a Doutrina de Segurança Nacional, cujo pilar era o conceito de *guerra interna*, no contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos (considerado aliado geopolítico natural do Brasil, pelos seus formuladores) e União Soviética. Os inimigos do regime não mais se situavam fora do país, mas dentro, e deveriam ser combatidos. Os militares temiam a repetição do exemplo de Cuba e setores sociais inteiros eram seus aliados nessa posição, e por isso apoiaram o golpe de 1964.

Outro mecanismo adotado pelos golpistas para conter a oposição, qualquer que fosse ela, foi o conjunto de leis de exceção, os Atos Institucionais. Entre 1964 e 65, por meio dos Atos 1 e 2, centenas de políticos foram cassados, milhares de funcionários públicos demitidos e inquéritos policiais militares abertos por suspeita de “subversão”, já no contexto da Comissão Geral de Investigações (CGI) e da implementação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Os partidos políticos foram extintos e criados a Aliança Renovadora Nacional (Arena, governista) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB, a oposição consentida). As eleições presidenciais passaram a ser indiretas e permitiu-se ao Executivo fechar o Congresso Nacional de forma arbitrária. A Justiça Militar foi estendida aos civis. Por meio do AI-3, em 1966, as eleições para governadores também passam a ser indiretas.

A oposição se rearticulava dentro do MDB, denunciando o regime. E o MDB participava da chamada Frente Ampla, que tentava congregar não apenas políticos depostos em 1964, como também civis que participaram da conspiração e do golpe de 1964 (como Carlos Lacerda), isto em função do desacordo dos golpistas a respeito da sucessão do marechal presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Em 1967, toma posse o general Arthur da Costa e Silva, representante da “linha dura” dos militares. É desse ano a edição das novas leis de Segurança Nacional e de Imprensa, coibindo a divulgação de informações e o debate.

A insatisfação social cresceu entre os setores médios urbanos, que se manifestaram contra a censura e a repressão, sendo reprimidos pela polícia. Em março, no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luiz é assassinado no restaurante do Calabouço, dando início a uma onda de protestos e mobilizações de estudantes e setores médios urbanos em todo o país, que se estenderão pelo ano inteiro. É o ano das greves de Osasco e Contagem e do 1º de maio da praça da Sé. Embora já tivesse se manifestado o episódio conhecido como Guerrilha de Caparaó, em 1966, é no segundo semestre de 1968, que têm início ações armadas sistemáticas nas cidades, inaugurando o período que ficaria conhecido como da Guerrilha Urbana, ações dos grupos de esquerda.

Nesse contexto, é anunciado o Ato Institucional nº 5, em 13/12/1968, sem limite de tempo para vigorar. O regime militar “endureceu” ainda mais: o Congresso Nacional entrou em recesso compulsório, como também os legislativos de seis estados e de dezenas de municípios. Mais de cem parlamentares foram cassados, inclusive alguns apoiadores do golpe. Milhares de lideranças sindicais, educadores nas universidades, profissionais e funcionários públicos sofreram inquéritos militares, acusados de subversão. Era o início de uma grande escalada repressiva. O endurecimento do regime teria como contrapartida a radicalização de setores da esquerda.

Em 31 de agosto de 1969, o general presidente Arthur da Costa e Silva sofre um derrame. Para impedir a posse do vice, o civil Pedro Aleixo, assume a presidência uma junta formada pelos três ministros militares: Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Melo (Aeronáutica).

Em 4 de setembro de 1969, um comando do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), com o apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN), sequestra o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick para libertar quinze presos políticos, entre eles José Dirceu⁴. No mesmo mês, uma nova Lei de Segurança Nacional é anunciada, prevendo pena de morte, banimento, processos sumários na Justiça Militar etc.

No dia 7 de setembro é inaugurada a nova sede da Operação Bandeirantes (Oban), esquema paulista de repressão política, financiado por empresários e formado por oficiais das três armas e policiais, em São Paulo. A partir daquela data, a Oban deixa o quartel da Polícia do Exército e do Batalhão de Reconhecimento Mecanizado (REC-MEC) e se instala numa delegacia de polícia, na rua Tutoia, com pátio pavimentado e iluminação, obras realizadas pela gestão Paulo Maluf, então prefeito de São Paulo. Mantida com verbas de empresários, a Oban serviu de parâmetro para a posterior criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). À sua frente, ficou conhecido o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

REPRESSÃO AOS GRUPOS DE ESQUERDA

O aparato repressivo destinava-se a exterminar as cinquenta organizações de esquerda⁵, consideradas como ameaça ao Estado, algumas delas inclusive engajadas em ações armadas, e a aniquilar qual-

4. Foi deputado federal por São Paulo (1991-1995; 1999-2005) e ex-ministro da Casa Civil (2003-2005).

5. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 89.

quer tentativa de oposição ao regime. Depois do golpe de 1964, entendimentos políticos diferentes sobre a realidade brasileira fragmentaram a esquerda em vários grupos.

Havia desde o Partido Comunista Brasileiro (fundado em 1922), cujo bloco ortodoxo, em torno de Luís Carlos Prestes, rejeitava a luta armada, até organizações com matrizes diversas de pensamento de esquerda. As inspirações para essas organizações eram diversas, calcadas nas experiências de outros lugares como a Revolução Cubana, a Revolução Cultural Chinesa, a Revolução Argelina, as guerras pela independência de países africanos e asiáticos.

Citamos algumas delas: a Aliança Libertadora Nacional (ALN), surgida em 1967, estreitamente ligada a Carlos Marighella; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em 1968, no Rio de Janeiro, cujo integrante mais conhecido foi o jornalista Mário Alves, barbaramente torturado e morto pelos órgãos de repressão, em 1970; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em 1966; o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962, que se autoconsiderava continuador do PCB e que articulou a guerrilha do Araguaia, desmantelada pela repressão militar até 1974 e da qual sobreviveu José Genoíno Neto, hoje presidente nacional do Partido dos Trabalhadores; a Ação Popular (AP), surgida em 1962, pela organização de cristãos progressistas e que depois fundiu-se com o PC do B entre 1972 e 1973; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), criada em 1961; o Comando de Libertação Nacional (Colina), em 1967; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cuja imagem permaneceu ligada ao capitão Carlos Lamarca, que aliado a outras tendências organizou a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares); o Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port), que existia desde 1953 e depois de 1964 sofreu perseguição; a Organização Socialista Internacional (OSI), mais conhecida pelo braço estudantil Liberdade e Luta, em 1976; e a Convergência Socialista, depois de 1977.

Este era o quadro político brasileiro quando Ana e Santo Dias mudaram-se para sua casa no Jardim Santa Tereza e iniciaram participação na comunidade. Depois da perseguição às organizações de esquerda, alguns de seus militantes foram morar nos bairros, como relatou Odilon Guedes no segmento anterior. Ana conheceu vários militantes clandestinos que foram para a região sul. Ela comenta:

Sabíamos que eram diferentes do pessoal do bairro. Mas, na hora de lutar por melhorias na vida, ninguém perguntava quem era quem. Era uma situação muito complicada, mas tínhamos nossos princípios de democracia mesmo... todos podiam falar, cada um defendia sua ideia, os grupos de base é que decidiam o que iam fazer.

A repressão política era intensa: no dia 4 de novembro de 1969, foi assassinado Carlos Marighella, o mais procurado e conhecido dos dezenove militantes mortos nesse ano. Os padres dominicanos, entre eles o frei Tito de Alencar, sofreram processo militar por envolvimento com a organização política à qual pertencia Marighella, a ALN.

A tortura e os métodos medievais de coerção dos presos garantiram a consolidação do poder dos grupos paramilitares encarregados do “serviço sujo” do regime. De 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares entre 1964 e 1968, este número saltou para 1.027 só em 1969, e para 1.206 em 1970⁶.

Com a censura aos órgãos de informação, esses acontecimentos chegavam distorcidos à maioria da população. As notícias sobre o desrespeito aos direitos fundamentais percorriam caminhos tortuosos, no plano internacional, para depois serem veiculadas parcialmente no país.

Em outubro de 1969, assume a presidência o general Emílio Garrastazu Médici, que, dois anos depois, em 1971, impressionaria o

6. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 159.

presidente norteamericano Richard Nixon pelo empenho em ajudar os Estados Unidos a evitar a vitória da esquerda no Uruguai. Por conta de seu comprometimento com os planos hegemônicos dos Estados Unidos para a América Latina, Nixon afirmou ao seu secretário de Estado, William Rogers: “Gostaria que ele [Médici] estivesse mandando em todo o Continente”⁷.

O ano de 1969 termina com o crescimento de 9,5% do Produto Interno Bruto, a inflação de 20,1% e uma euforia com o programa econômico pilotado por Delfim Netto. É a fase do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, onda ufanista que tem como expressão maior a conquista definitiva da taça Jules Rimet, com o tricampeonato de futebol, em 1970. O *Jornal Nacional* estreava na telinha, de norte a sul no Brasil. É o ano em que Caetano Veloso e Gilberto Gil⁸ seguiam para Londres, exilados, de onde voltariam somente em 1973.

CATÓLICOS, MILITANTES DE ESQUERDA, SINDICALISTAS

Mudando-se para o Jardim Santa Tereza em 1969, o casal Ana e Santo Dias passou a participar das atividades de sua comunidade, ali perto. Santo já frequentava as reuniões salariais no Sindicato dos Metalúrgicos, mas nunca abandonou o bairro: dedicou grande parte de seu tempo à organização da comunidade do Jardim Santa Margarida.

Do mesmo modo procediam outras personagens dessa história, que acabaram entrelaçando suas vidas às do casal. Havia os padres e freiras que buscavam a renovação das práticas religiosas junto ao “povo mais pobre”. Moravam em casas nos próprios bairros, perto das paróquias, e tinham contato muito estreito e diário com a população e seus problemas, trabalhando nas estruturas institucionais da própria Igreja

7. CANZIAN. “Brasil e EUA evoluíram para ‘namoro’”, p. A19.

8. Foi ministro da Cultura de 2003 a 2008.

Católica, recuperando leituras bíblicas e revitalizando-as com o cotidiano do bairro e as tradições populares.

Das práticas religiosas e atividades como grupos de casais, salas de alfabetização, núcleos de jovens e clubes de mães participavam muitos leigos, os agentes de pastorais, católicos comprometidos com essa renovação, a exemplo da assistente social Yara Spadini Vicini, que residia então bem próximo do Jardim Santa Tereza, na estrada do Guarapiranga.

Esse movimento não estava acontecendo apenas na região sul. Tratava-se de algo maior, mais forte, que pressionava e abria espaço junto à cúpula da Igreja Católica, também premida por um posicionamento diante do avanço das posições repressivas da ditadura. Como experiência positiva e nova, esses grupos se multiplicaram na Região Metropolitana, em outras cidades do estado e inclusive em outros estados, pois sua identificação com a cultura popular era imediata e os espaços na Igreja permitiam a formação quase natural de uma ampla rede interligada.

Nos bairros da periferia foram morar, assim como Odilon Guedes, outros militantes de partidos proscritos pela ditadura que passaram à clandestinidade. As direções de muitos desses grupos haviam sido caçadas, quando não assassinadas pelo regime militar, e os militantes se dispersaram, buscando espaços para reorientar sua prática junto aos trabalhadores. Outros se deslocavam organizadamente, obedecendo a diretrizes políticas que priorizavam a movimentação social geral.

Não possuíam a força institucional da Igreja Católica, mas traziam consigo a experiência histórica da luta contra o capitalismo⁹. Foram morar nos bairros da periferia, não só da região sul, buscando um contato mais estreito com a população e construindo com ela uma visão histórica da realidade brasileira muito diferente do discurso

9. SADER, op. cit., p. 143-144.

individualista, desenvolvimentista e ufanista propagandeado pelo regime militar.

Ao bairro também chegava uma outra interpretação de realidade proposta pelos agentes engajados na luta sindical. Com o engessamento da máquina dos sindicatos, por conta das intervenções em suas diretorias e a perseguição às oposições sindicais, o lugar em que se mediava o conflito entre trabalhadores e empresários esvaziou-se do sentido legal a ele atribuído no período histórico anterior, ou seja, de mediador dos conflitos entre capital e trabalho.

Os grupos de trabalhadores, moradores dos bairros da periferia, passaram a reconstruir esse significado pela base. Em São Paulo, como não era possível organizar-se nos sindicatos, por conta dos pelegos, das práticas de delação e dos agentes policiais infiltrados nesses espaços, iniciaram sua luta para retomar as direções das categorias, partindo dos locais de trabalho e dos bairros. Esta foi a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, principalmente na região sul, onde se concentrava a maior parte da categoria. Uma tentativa original de retomar a institucionalidade do espaço sindical, interrompida pela fragmentação decorrente das diferentes concepções políticas e sindicais neste grupo e também pela morte de Santo Dias da Silva, uma das suas presenças catalisadoras.

PACIÊNCIA NA FÁBRICA E NO BAIRRO

Dessas três “matrizes discursivas”¹⁰ surgem os movimentos sociais da década de 1970, com práticas e discursos inovadores. A figura de Santo Dias é emblemática dessa tríade de concepções. Católico praticante, acompanhou e contribuiu para a renovação da Igreja Católica. Como participante das lutas por melhorias nos bairros, convi-

10. Ibidem, p. 143-144.

veu com os quadros da esquerda de matriz marxista, pregando a tolerância e a convivência entre as diferentes concepções acerca da realidade, percebendo a necessidade da preservação de espaços políticos possíveis e do avanço em torno de propostas comuns. Integrante-chave da Oposição Sindical Metalúrgica assumiu o compromisso da retomada da estrutura sindical para devolver a ela sua característica primordial de instituição de organização dos trabalhadores frente ao patronato.

Todos os que conviveram com Santo são unânimes em dizer que a luta sindical era prioritária para ele e que era ao que dedicava mais atenção. Convicto da importância da contribuição das visões políticas diversas para o avanço do movimento em geral, empenhou-se em aparar arestas e obter consensos. Mas não permanecia apenas nas discussões de lideranças. Era reconhecido pela capacidade que possuía de juntar pessoas, tanto na fábrica como no bairro, e de levar sempre mais e mais gente consigo nas atividades que desenvolvia. Uma coerência que construía dia a dia, com muitas dificuldades, segundo Ana Maria:

O Santo não era de falar muito nas reuniões e assembleias. Mas o pessoal sentia muito sua falta, quando ele não ia. Porque ele era um grande articulador de pensamentos diferentes. Outra coisa: conhecia a base. O modo de ver era sempre colado no que ele estava vendo na fábrica, no bairro. Tinha muita gente nessas reuniões que não era assim. Falavam por si, não levavam o povo. Esse trabalho de conscientização, assim, não era fácil, não... Ele andava sempre com os jornaizinhos da Oposição debaixo do braço. Se começava a conversar com as pessoas numa fábrica, voltava sempre lá, para levar mais coisas, não abandonava o pessoal, e isso custava muito tempo, dedicação, compromisso...

O vizinho de bairro e grande companheiro de luta de Santo Dias, o ex-metalúrgico Cenerino Evangelista de Andrade, comenta que isso talvez se devesse à sua concepção muito pessoal e pragmática,

advinda da sua vivência de participação tanto no bairro quanto nos locais de trabalho:

Na fábrica, como o Santo falava, estavam os mesmos trabalhadores que moravam nos bairros... Essa ligação com o bairro era muito importante, porque nas fábricas em que não havia assim um trabalho de oposição sindical, a gente alcançava no bairro mesmo. O pessoal pegava panfleto com a gente, porque conhecia e confiava, pois a gente era reconhecido no nosso reduto, o bairro. Eu nunca tive prática de falar em palanque, na assembleia, mas esse trabalho no bairro a gente sabia fazer muito bem. De vez em quando, saíamos daqui do bairro e íamos distribuindo material de ponto em ponto de ônibus, até o Socorro. Ninguém jogava fora não. Porque sabiam de onde vinha.

Esse compromisso forte com as possibilidades políticas do bairro e seu cotidiano começou a se consolidar em 1969, na participação do coletivo de comunidades em torno do Jardim Santa Margarida. Uma das primeiras religiosas com ideias e práticas calcadas numa visão diferente de catolicismo com quem Santo conviveu foi a então Irmã Angélica, ou Irma Passoni, que tinha ainda sobrenome Rossetto. Ela era freira da Ordem das Damas Inglesas, responsáveis pelo Colégio Beatíssima Virgem Maria, uma escola de classe média no bairro do Brooklyn, na região sul. Na linha da renovação católica, Irma tinha feito vários cursos, como o Instituto Superior de Pastoral Catequética, que reunia freiras de várias congregações.

Alguns professores, como o teólogo Hugo Assman, chamaram a sua atenção, pela leitura contemporânea da religião, baseada no Concílio Vaticano II (a Igreja como povo de Deus) e nos documentos dos bispos latino-americanos, reunidos em Medellín, em 1968, para decidir como aplicar as decisões do Concílio na América Latina (a salvação está relacionada a condições de vida mais humanas para este

povo). Essas ideias, ainda não cristalizadas na Teologia da Libertação, animavam padres e freiras a buscar o povo da periferia, rumo a uma interpretação de atividade religiosa muito calcada sobre seus problemas concretos.

RENOVAÇÃO NA IGREJA E HÁBITO

Foi uma época em que muitos religiosos abandonaram o hábito, tido como uma barreira de identificação com a população, saíram de conventos, seminários e escolas de classe média para morar em casas nos bairros da periferia e desenvolver uma nova prática religiosa. Alguns deles, mais radicais, constituíram família e passaram a trabalhar em escolas e fábricas, abandonando as congregações¹¹. Na década de 1960, Irma Passoni, ou Irmã Angélica, acreditava no trabalho pastoral nos bairros e estava decidida a empreender transformações radicais nos ritos e práticas de sua ordem religiosa:

Quando a gente veio para a comunidade, falamos que não tinha sentido continuar com o hábito. Eu me sentia muito ridícula. Nós tínhamos também congressos internos, os documentos do Vaticano, sobre as questões religiosas, aí eu consegui convencer todo mundo, e tirei o hábito. Fomos mudando toda a visão interna religiosa.

Para ela e outras freiras, era importante recuperar os preceitos de fundadores dessas ordens, geralmente ligados ao trabalho caritativo com os menos favorecidos e não enclausurados nos conventos. Irma morava no Colégio Beatíssima Virgem Maria, mas fazia parte do grupo de reflexão que se reunia na casa perto da favela do Buraco Quente, a exemplo do padre Luiz Giuliani e de leigos como Yara Spadini Vicini.

11. Irma saiu de sua congregação em 1971. Seis anos mais tarde, casou-se com Armelindo Passoni, um ex-franciscano do interior de São Paulo.

Nessa época, já eram quase quarenta pessoas que se encontravam às sextas-feiras pela manhã, sob a coordenação do monsenhor Ângelo Gianola. Refletiam sobre os textos bíblicos, trocavam experiências e avaliavam o andamento do trabalho pastoral nas comunidades que estavam criando na região sul, centralizado em quatro prioridades: direitos humanos, pastoral operária, educação de base e comunidades. Irma comenta a respeito:

Nós debatíamos as questões institucionais e políticas, a ditadura militar. Muita gente era perseguida, torturada, presa. Nos reuníamos para conversar e saber como andava a situação, numa época em que duas pessoas se reunindo, falando, já era motivo de prisão. Nessas reuniões, organizamos dois movimentos: o de alfabetização e o da pastoral operária. Tinha também a “missão conciliar”, que trabalhávamos nas comunidades, em que tomávamos os escritos da Bíblia, os documentos da Igreja e a realidade.

Como integrante do grupo de congregações, Irma estudava no Colégio Des Oiseaux, na rua Caio Prado, no bairro da Consolação. Presenciou os enfrentamentos dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e do Mackenzie, na rua Maria Antônia, e acompanhava as informações sobre a greve em Osasco, em 1968. Ela relembra que os ares de mudança agitavam não só o país mas também o mundo: foi a época das manifestações estudantis e operárias na França, dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, do Poder Negro (Black Power) dos grandes protestos pacifistas contra a guerra no Vietnã, das agitações feministas... Havia também muita polêmica com a ala conservadora da Igreja, campanhas contra dom Hélder Câmara, bispo de Recife, que apoiava os movimentos populares da época: “Era um clima de ebulição social de mudança, e a Igreja Católica se renovava com a ação de leigos e religiosos, também por meio de movimentos.”

O padre Luiz Giuliani, italiano de Trento, era um dos integrantes do grupo de sexta-feira, na favela do Buraco Quente. Tinha chegado ao Brasil em 1961 e fora direto para o Rio Grande do Sul. De lá, acompanhou toda a situação política anterior ao golpe de 1964, principalmente as ações do então governador do estado, Leonel Brizola. Fez faculdade com os padres franciscanos e obteve diploma universitário para lecionar no ensino médio.

Em 1968, foi para São Paulo e assumiu uma paróquia no bairro do Jabaquara, onde conheceu Conceição, a jovem filha de um casal de portugueses muito rígidos, católicos tradicionais, que se enamorou de um ex-seminarista chamado Aurélio Peres, na paróquia que ambos frequentavam. Ele nunca pensou que, um pouco mais tarde, iria encontrá-los novamente, desta vez na periferia sul da cidade, juntamente com Ana e Santo Dias, em outro contexto.

AS BASES DAS COMUNIDADES DE BASE

Giuliani não ficou muito tempo no Jabaquara. Foi chamado pela Arquidiocese a assumir a Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Vila Remo, que se tornaria em pouco tempo o centro de articulação dos representantes das mais de vinte comunidades que o novo trabalho pastoral acabou criando na região. Entre elas as do Jardim São Joaquim e do Jardim Santa Margarida, a base central da ação de Irma Passoni e do casal Ana e Santo. Giuliani foi um grande amigo de Santo e continua muito próximo da família do metalúrgico, mesmo depois de ter saído da região para assumir uma paróquia em Manaus. Ele explica o que acontecia naquele tempo:

Com o Vaticano II foi uma revolução na Igreja. De piramidal – papa, bispo, padre – passou a uma Igreja mais circular, mais democrática, mais participativa. O nosso trabalho principal, se fosse dito em poucas palavras,

era promover, fundar e incentivar a formação de comunidades de base, que tivessem ligação entre fé e política, não só fé, não só política, não só social. O Santo e a Ana são produto desse tipo de coisa. Foram fiéis a esse tipo de trabalho. Alguns poucos começaram assim e desviaram para uma formação só política, outros só para o religioso. O nosso trabalho era para reformar a própria Igreja, para o povo e para que o povo participasse com voz e vez das decisões.

Os ventos da renovação católica bateram não só no Brasil. A América Latina inteira foi influenciada pelas novas práticas, segundo Giuliani, que acrescenta:

Somos gente de antes da Teologia da Libertação. Nós somos da prática da libertação. Porque a Teologia da Libertação foi feita em cima dessa prática do povo. Foi uma reflexão dos teólogos sobre uma prática que o povo já tinha começado, que pegou a sua fé à luz do Concílio Vaticano II, e começou a perguntar por que Deus queria nesta América Latina gente morrendo de fome e gente que era rica demais.

O bispo de Blumenau (SC), dom Angélico Sândalo Bernardino, auxiliar de dom Paulo na região leste de São Paulo a partir de 1975, descreve um pouco esse contexto:

Vivíamos tempos de grandes utopias! Efervescência revolucionária em grande parte da América Latina. O Concílio Vaticano II abriu a Igreja, de modo admirável, para o compromisso histórico libertador de nosso tempo. Bispos da América Latina e Caribe se reúnem e nos oferecem o Documento de Medellín que aplica o Vaticano II às nossas realidades. Surgem as Comunidades Eclesiais de Base, a Teologia da Libertação (...) Muitos perceberam esses “sinais dos tempos” e responderam positivamente a eles. Outros não o perceberam e continuaram numa igreja pré-conciliar, numa igreja parada no tempo.

Apesar da existência de cristãos de esquerda pioneiros como Tristão de Athayde, Hélio Pellegrino e a madre Cristina (Célia Abreu Sodré)¹², na década de 1950, a grande mudança da posição da Igreja Católica – cujo setor mais conservador apoiara o golpe em 1964 – se deu em 1968, com a ação de grupos como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) e as decisões conciliares do clero.

Em 1968, reuniu-se a Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, na Colômbia. No documento final os bispos apontaram a necessidade da ação urgente contra as injustiças sociais, que eram grandes em todos os países do Continente. Inclusive no Brasil, em São Paulo, o estado que era considerado o mais rico da União.

Os trabalhadores viviam uma situação difícil em São Paulo. O regime militar alardeava o “milagre econômico” e São Paulo era o motor das transformações que aconteciam nesse contexto, atraindo migrantes de todo o país. A renda industrial per capita paulista era 5,4 vezes maior que a de outras regiões brasileiras, pois sua economia estava polarizada na indústria.

NA PERIFERIA DO DESENVOLVIMENTO

Em 1972, o estado se consolidara como o centro do capitalismo brasileiro. O setor dinâmico – a indústria – se ampliava, provocando a aglomeração de serviços em larga escala (água, esgoto, transportes, energia, comunicações, comércio) e atraindo investi-

12. Madre Cristina fazia parte da congregação das Cónegas de Santo Agostinho (que mantinham colégios como o Des Oiseaux, Stella Maris, Madre Alix), foi uma das fundadoras e, posteriormente, renovadora do Instituto Sedes Sapientiae, uma das primeiras faculdades de Filosofia de São Paulo. O Sedes foi pioneiro na instalação da primeira clínica psicológica paulista. Foi posteriormente incorporado à PUC-SP, na reforma universitária ainda na década de 1960 e, por isso, os serviços do instituto foram reorientados, com o objetivo de atenderem aos setores populares.

mentos de várias áreas e setores produtivos. Em 1969, das cinquenta maiores empresas brasileiras, 21 estavam no estado; em 1973, elas já eram 26¹³.

Mas essa pujança não implicava uma melhor distribuição de rendas, não significava uma vida melhor para a população. Pelo contrário: por conta do modelo de desenvolvimento com concentração de rendas, adotado a partir de 1964, milhares de pessoas sofriam diariamente a deterioração dos bairros populares onde eram confinados e amontoados os migrantes. Na década de 1970, o município de São Paulo tinha 5.928.615 habitantes recenseados, e em 1975, 130 mil eram favelados, 615 mil moravam em cortiços e 1,8 milhão em casas precárias da periferia, geralmente em loteamentos clandestinos¹⁴.

As habitações precárias eram estratégias individuais dos trabalhadores para a falta de resposta do poder público diante da necessidade crescente de moradia. Os loteamentos periféricos – quase sempre irregulares, clandestinos – tornaram-se uma resposta do mercado frente a essa demanda, diante da fragilidade das organizações populares, tolhidas na sua capacidade de manifestação pelos controles políticos impostos pela ditadura. Muito diferente da época de desenvolvimento econômico anterior, em São Paulo, com a construção de vilas operárias perto das sedes pelas empresas, nesta nova fase, o custo da moradia e do transporte fora transferido para o trabalhador e o dos serviços urbanos básicos, para o Estado.

O mercado é que passou a resolver a questão da moradia, de acordo com a sua ótica: o lucro. Loteamentos foram abertos sem infraestrutura, vendidos a preços compatíveis com os salários da população que lá iria construir sua casa. Entre um e outro bairro assim organizado, eram deixados terrenos vazios, logo beneficiados pela extensão

13. CAMARGO et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, p. 16.

14. *Ibidem*, p. 37.

das linhas de ônibus aos loteamentos mais distantes. Essas áreas deixadas vazias sofriram valorização rápida e eram posteriormente vendidas a preços mais elevados, num círculo vicioso que se repetiu até o esgotamento horizontal dos terrenos passíveis de ocupação.

Os loteamentos clandestinos, isto é, sem as especificações mínimas propostas nas leis de uso do solo da época, em locais impróprios e com documentação inadequada para o desdobro, proliferaram. Não tinham água encanada, eletricidade, ruas asfaltadas e nem equipamentos como escolas, creches, postos de saúde e centros comerciais. Já em meados da década de 1970 constituíam um problema urbano sério em toda a capital e nos municípios vizinhos.

Na região sul, tomavam de forma irregular praticamente todo o entorno dos grandes mananciais – as represas Billings e Guarapiranga, que outrora teriam determinado a vocação turística de Santo Amaro. Esses loteamentos foram alvo de inúmeras lutas populares da região sul e da capital, e das quais as comunidades de Vila Remo também participaram a partir de meados da década de 1970.

A grande maioria das casas nesses loteamentos era construída pelos próprios moradores, sua família, seus amigos, nos fins de semana, assim como fizeram Ana e Santo Dias. A precariedade habitacional se refletiu nas estatísticas. Em 1975, por exemplo, apenas 40% dos 8 mil quilômetros de ruas e avenidas paulistanas tinham pavimentação. Quase 500 mil pessoas moravam em casas sem eletricidade. Em 1973, 56% das casas da capital tinham água encanada e 35%, redes de esgoto¹⁵. Esses índices tomados em conjunto eram menores nos bairros da periferia, pois a população se servia de água de poços, geralmente contaminados pelas fossas negras – o destino dos esgotos de três quartos das casas dos lugares mais pobres.

15. *Ibidem*, p. 47.

O DESGASTE DO COTIDIANO

As condições existentes na periferia formavam mais um ponto de desgaste na vida cotidiana de milhões de trabalhadores. Além dos problemas com água e luz, para se comprar o necessário para a alimentação, se recorria às feiras livres e ao pequeno comércio – padarias, açougues, quitandas – que se formou nesses locais. Os preços praticados por esses comerciantes eram geralmente mais elevados que os do comércio dos bairros próximos ao centro da cidade.

Por isso, os moradores recorriam aos mercados do bairro da Capela do Socorro ou do centro de Santo Amaro, para fazer a despesa mensal de gêneros alimentícios. Nesses locais, encontravam-se também bancos, cartórios, hospitais, sedes dos órgãos públicos e das empresas estatais de telefonia, saneamento e eletricidade, escolas de ensino médio e profissionalizante, cinemas e o comércio nas ruas, que era muito dinâmico. Lojas de tecidos, confecções e calçados, móveis, eletrodomésticos (que começavam a se popularizar) e outros produtos duráveis se multiplicaram principalmente na alameda Santo Amaro, perto do largo 13 de Maio e na avenida de Pinedo, no Socorro.

Hoje as grandes redes de lojas e supermercados têm unidades em praticamente toda a região, formando subcentros comerciais a exemplo de Piraporinha, ou perto do terminal do Jardim Ângela, no eixo da estrada do M'Boi Mirim¹⁶, ou mesmo no largo do Capão Redondo, na região à volta de Vila Remo. O movimento comercial nesses locais é intenso nos fins de semana.

Aquelas pessoas como Irma Passoni, acostumadas aos bairros urbanizados e que foram para a periferia por opção, na década de 1970, a duras penas se adaptavam à precariedade desses bairros. Juntamente com outras freiras, Irma passou a viver no Jardim Santa Margarida,

16. Nome indígena que significa cobra pequena.

numa casinha alugada, e continuou a dar aulas em escolas estaduais para se manter. Ana Maria do Carmo conta que ajudou as irmãs a escolherem uma casa no bairro, pois a presença delas no local era uma novidade muito boa para todos:

Eu fui junto com a Irma e as outras religiosas ver as casas. Encontramos duas casinhas geminadas, que foram alugadas e abriu-se uma porta entre elas. O chão era de cimento vermelho. Tudo para elas era novidade, pois não estavam acostumadas. Até o choro de criança era novo. Quem viveu dentro de um convento, de repente você morar numa rua que não tinha água, não tinha esgoto. Elas passavam numa trilha em que as crianças faziam cocô no chão, porque não tinham banheiro. O transporte era outro problema. Era tudo muito precário, mas era essa a vida do povo. As irmãs escolheram morar lá. A gente não tinha muita escolha, não: era onde o dinheiro dava.

A falta de alternativa de moradia, por conta dos aluguéis altos, tinha deslocado o casal Odete e Antônio Marques. A família passara pela Granja Ipê, em Campo Limpo; depois pela rua Capitão Fidélis, em Santo Amaro; em seguida, pela Capela do Socorro, e acabara morando num quintal¹⁷, em Vila Remo. Odete e Antônio conseguiram com sacrifício juntar economias e compraram um terreno para construir uma casa, num loteamento aberto havia pouco tempo, no Jardim Vaz de Lima, ao lado de Vila Remo. A visão de Odete sobre o local consegue dar uma dimensão dos problemas que seus moradores enfrentavam:

Era como se você chegasse num formigueiro. Sabe por quê? Era aquela terra vermelha, nua, um imenso terreno cheio daqueles montes de terra. Porque o povo estava cavando poços. Todas as casas tinham poços para

17. Conjunto de quartos em que moram diversas famílias, que dividem banheiro e tanque, espécie de cortiço.

água e fossas pro banheiro. Um formigueiro, com aquela terra vermelha... Não tinha asfalto, luz, água encanada, não tinha nada... Pra gente pegar um ônibus, tinha de ir lá em Vila Remo, era na estrada do Embu-Guaçu. Aqui era assim: a gente construía uma casinha, no princípio era luz de vela ou lampião, e a gente morava aqui, com muita dificuldade. Era muita lama. Quando chovia você tinha de ir com um sapato na bolsa e outro no pé. Ou ia descalço e chegava lá, lavava o pé...

UM GRANDE FORMIGUEIRO HUMANO

A situação a que Odete se refere pode ser dimensionada em números. O sociólogo Silvio Caccia Bava, hoje um dos diretores do Instituto Pólis (ONG voltada à discussão e proposição de políticas públicas), foi monitor de alfabetização na década de 1970 em Vila Remo. Essa vivência serviu de base para sua tese de mestrado na Universidade de São Paulo, na década seguinte¹⁸, em que resgatou parte das informações sobre os movimentos sociais na região. Nesse trabalho, afirma que a região do M'Boi Mirim, em que Vila Remo se encontra, foi a área de maior índice de crescimento populacional em toda São Paulo – cerca de 481% de 1960 a 1970.

Migrantes de outros estados passaram a constituir a maioria dos moradores, a exemplo de Odete Marques, que viera de Minas Gerais. Os trabalhadores nascidos na região se tornaram minoria. Eles são testemunhas das modificações acontecidas no bairro com a explosão demográfica paulistana, entre as duas décadas.

O ex-metalúrgico Cenerino Evangelista Andrade, grande amigo de Santo Dias, é um deles e mora no Jardim Santa Tereza até hoje, bem perto da casa construída por Ana e Santo. Tem recordações sobre

18. BAVA. *Práticas cotidianas e movimentos sociais: elementos para reconstituição de um objeto de estudo*. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1983.

o bairro, antes de ser loteado em vilas. Sua família era proprietária de uma grande chácara que produzia batata, amendoim, milho, cebola e produtos hortícolas, na época em que Santo Amaro ainda abastecia de gêneros o centro da capital. Com o tempo, os herdeiros foram retalhando a propriedade, até que sobraram pequenos espaços, lotes de cidade, como aquele em que está a casa de Cenerino e de sua mulher, Benedita,ilhado por outras residências simples.

Dita e Cenerino casaram-se em 1969, na Igreja da Penhinha, uma capela histórica da ocupação da região ainda no século XVI, num espaço onde hoje se localizam o Centro Empresarial e o Jardim São Luiz. Receberam o terreno como presente dos pais, para construir a casa em que moram até hoje. Mas Cenerino já conhecia Santo e Ana antes de sua mudança para o bairro: a paróquia existente era em Santo Amaro e Santo se engajara na Legião de Maria. Lá encontrou Cenerino, também católico praticante. Este trabalhava na Walita, fábrica de eletrodomésticos em Jurubatuba, e tinha um amigo que frequentava as reuniões salariais do sindicato da categoria, assim como Santo Dias. Cenerino lembra-se do início do Jardim Santa Margarida:

Era um loteamento que começou a ser vendido no final da década de 1950. Era novidade retalhar terra assim, com ruas. Como morador e católico, a gente ajudou a construir uma primeira capelinha, bem antes da igreja de Vila Remo. É que a paróquia de Santo Amaro foi desdobrando: Socorro, Piraporinha e Santa Margarida. Em 1966, foi oficializada a paróquia de Vila Remo e Santa Margarida passou a pertencer a ela.

Na qualidade de membro da Legião de Maria, Cenerino visitava as casas, uma das tarefas do grupo de católicos ativos. A ele se juntou Santo Dias, assim que conseguiu mudar-se para lá. Juntos acompanharam as mudanças da Igreja Católica. Reuniam-se toda semana, para tocar a catequese, organizar a ajuda caritativa para as famílias mais necessitadas, preparar a missa.

Logo se revelaram excelentes animadores de comunidade: eram poucos os padres na região e havia missa com eles apenas uma vez por mês. Nos outros fins de semana, os responsáveis eram leigos como Santo e Cenerino, que presidiam as celebrações. Assim, uma nova concepção de gestão da prática religiosa estava sendo colocada em prática, calcada na leitura da Bíblia e na sua interpretação ligada à realidade da comunidade. As reuniões geralmente eram à noite, e os casais costumavam levar seus filhos, que acabavam dormindo nos bancos. Às vezes, esses encontros aconteciam durante o dia, nas casas dos vizinhos. Ana relembra:

A gente não tinha onde deixar as crianças e elas iam junto com a gente. Uma vez, elas ficaram brincando no quintal de uma casa em que a gente estava. O tanque de cimento caiu em cima do Santinho. Sorte que ele acabou ficando no oco do tanque, veja que perigo!!!

O grupo inicialmente de leigos foi se ampliando, com a presença de Irma e outras religiosas e do novo pároco de Vila Remo, Luiz Giuliani. Os problemas que afligiam os moradores dos bairros da região eram muitos e passaram a ser o tema das reflexões, assim como as mobilizações para exigir do poder público as respostas para tais impasses. Ana Maria se recorda de uma dessas primeiras reuniões, que diz ter mudado a sua vida. Depois dela, afirma que foi tomada por uma inquietude que nunca mais a abandonou, na busca de respostas para as perguntas que se fazia de vez em quando:

Esse encontro aconteceu no dia 15 de novembro de 1971. Toda a comunidade estava lá. O tema era “O valor da pessoa humana”. Nesse encontro foi feito um levantamento de todas as profissões que estavam ali. Tinha pedreiro, faxineiro, empregada doméstica, metalúrgico. O encontro era muito misturado. Tinha jovens, velhos, donas de casa, terceira idade. Fo-

ram dois dias de encontro. Era uma coisa muito nova pra mim e pro Santo, e pra comunidade, essa coisa de refletir sobre nosso valor e nossa vida.

Encontros como esse multiplicaram-se nas comunidades da região. Mudaram a rotina do cotidiano de muitas pessoas, principalmente das mulheres, que passaram a se encarar como sujeitos de mudança.

A MULHER DISCUTE SUA CONDIÇÃO

Odete Marques foi uma dessas mulheres. Sua vida era igualzinha à de muitas mães de família na periferia. Elas ficavam em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos, enquanto os homens saíam para trabalhar, numa divisão tradicional de papéis sociais nessa época.

Odete levantava cedo, lavava a roupa, cozinhava, passava.

Refrigeradores, *freezers* e máquinas de lavar eram coisa de gente rica e a mulher da periferia tinha de cozinhar as refeições todos os dias, cuidar da pouca roupa e manter a casa limpa. E economizar muito, pois o dinheiro era curto. Odete gostava de ouvir rádio, as novelas da rádio São Paulo, as paradas musicais de Barros de Alencar e os programas do Silvio Santos. Raramente saía, a não ser para levar um filho ao médico ou assistir televisão na casa de um amigo, junto com o marido, principalmente os programas de luta livre, aos domingos.

Ir à missa era mais raro ainda, porque as crianças eram pequenas e choravam na igreja, incomodando os demais, e Odete se sentia constrangida. A família já estava morando no Jardim Vaz de Lima, do lado de Vila Remo. Em 1969, o pároco da Igreja Nossa Senhora das Graças foi visitá-la e convidou Odete e Toninho para um encontro de casais. Ainda meio relutantes, resolveram tentar. Odete relembra:

Quando chegamos lá, parecia que aquele encontro tinha sido feito para nós, de propósito. Porque mexia em todos os nossos defeitos. Falava do

homem que saía, sozinho, que deixava mulher em casa, que não dividia tarefa de serviço, que a mulher sozinha cuidava dos filhos, da casa, e eu adorei – sabe – a fala. E do outro lado, também: exaltava o marido e pegava no pé da mulher, que era muito ciumenta, que o marido só trabalhava, que tinha de ter um dia de lazer, que tinha mulher que implicava do marido ir jogar um futebol, ou de ir jogar um baralho com um amigo, porque os casais estavam nessa deficiência aí de vida, tinha de haver esse diálogo, essa compreensão e aí não havia. Aí, então, eu tava me sentindo contemplada naquele grupo e ele também, porque aqui em casa, eu tinha uns atritos com ele, por essas coisas mesmo...

O cotidiano do relacionamento desse casal de trabalhadores era cheio de sentimentos contidos, marcados pela rotina do trabalho, conforme o depoimento de Odete:

Eu tinha aquela raiva: eu tava sem ele a semana inteira, por causa do trabalho, chegava no final de semana, ele queria jogar futebol. Eu ficava pê da vida com isso. Quando a gente vinha voltando do encontro, eu perguntei: “Nós vamos voltar?”. Ele disse: “Vamos, foi legal”. Aí começamos a ir. Eram quatro encontros no mês, no final de semana. Nós somos católicos. Quando terminou esse curso, eu já estava laçada, não consegui mais me afastar da Igreja. No último encontro, já mostraram assim como que podia estar saindo de casa, que a mulher não podia mais ficar presa dentro de casa, porque ficava doente, ficava encucando coisa, não aprendia como educar o filho, não aprendia coisa nova. E aquilo foi entrando na minha cabeça, como uma lição de vida, que eu precisava mesmo. Essa foi uma lição que eu nunca esqueci. Foi como uma receita médica. Comecei a participar.

No começo, a paróquia contava com a ajuda de esposas de empresários do Lyons Club, que ajudavam as mulheres do clube de mães, ensinando tricô, crochê, trabalhos manuais. Chegavam ao local

com lanche e pajens para as crianças, mas levavam a produção realizada pelas mães e não informavam para onde e nem o que faziam com ela. O pároco, o padre Egídio, que já olhava a realidade com outros olhos, resolveu acabar com essa prática. Odete se lembra disso até agora, e só lastima que o padre não tenha consultado o grupo antes de se manifestar.

Aí, um dia, numa festa de Natal, elas fizeram aquele banquete, tiraram fotos nossas, e o padre Egídio no ato da festa disse: “Daqui pra frente, esse grupo vai caminhar sozinho, elas sabem fazer o que vocês estão fazendo e vocês não precisam vir mais”. Aí eu sei que elas choraram, disseram que estavam fazendo uma caridade, que elas eram mulheres cristãs, tinham que fazer isso e que não queriam parar. Mas, o padre Egídio falou: “Não, eu acho que essas mulheres vão querer caminhar sozinhas”. Muitas de nós acharam que até era bom, mas muitas ficaram revoltadas, uma delas nunca mais quis pôr os pés na igreja, que achou que o padre não tinha o direito de dispensar aquelas senhoras. No entanto, o resultado foi positivo, pois começamos a andar com nossas pernas. E foi tão bom o que ele fez que nós tomamos o nosso papel e começamos a trabalhar junto. No Jardim Santa Margarida já tinha um grupo de mulheres, nessa época, acho que foi em 1972, e a gente foi trabalhando junto com elas.

A MULTIPLICAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES

No Jardim Santa Margarida, o clube de mães do qual Ana Maria participava já estava multiplicando sua prática. O grupo reunia mais de cinquenta mulheres toda semana, para fazer trabalhos manuais, mas também discutir a educação e a saúde dos filhos, o planejamento familiar, as condições em que se encontrava o bairro.

Era um verdadeiro sistema de autoajuda coletivo e bem organizado: o dinheiro para compra de materiais era cotizado entre elas, ha-

via divisão de tarefas com a designação daquela que tomava conta do caixa, da que organizava as reuniões e os temas a discutir, da responsável pelas visitas domiciliares e por outras tarefas que surgiam.

As mulheres se reuniam em outras áreas da região, como lembram Conceição Peres e Neide Abate, que participavam dos clubes de mães na Figueira Grande e no Capão Redondo, dois bairros próximos aos bairros de Ana Maria e Odete Marques.

Conceição era jovem e participava das atividades da Igreja Católica da Cidade Leonor, quando conheceu o ex-seminarista Aurélio Peres, no início da década de 1970. Tinha admiração pelo trabalho do pároco, ligado às correntes mais progressistas do clero.

Mesmo fora do seminário, Aurélio trabalhava em fábrica, mas continuou atuando nos grupos comunitários. Casou-se com Conceição, e ambos compraram uma casa modesta na Figueira Grande, bairro onde vivia a irmã de Aurélio. Ficaram muito conhecidos, a partir de 1978, quando Aurélio elegeu-se deputado federal pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um dos “candidatos populares” do movimento social da região sul. O outro parlamentar era Irma Passoni, dobradinha com Aurélio, para o Legislativo estadual.

Hoje, o casal Conceição e Aurélio Peres vive numa chácara em Ibiúna (SP) e cria avestruzes, para comercialização. Conceição recorda da sua vida em Figueira Grande e do bom relacionamento que o casal mantinha com os religiosos naqueles bairros:

Fomos morar numa pequena casa, que vivia cheia de gente. Resolvemos começar um trabalho com o clube de mães e o Aurélio arrumou emprego como metalúrgico, se dedicando mais à luta sindical. Nosso trabalho tinha muito contato com pessoas de partidos, mas era também ligado à Igreja Católica. As freiras iam muito à minha casa, me ajudavam a passar as fraldas das crianças – ainda não tinha descartável! De manhã, íamos passar panfletos nas portas de fábricas, era assim nossa vida.

Conceição e Aurélio também tinham muitas afinidades com o casal Neide e Abel Abate, que moravam no Capão Redondo. Neide havia sido enfermeira do Hospital das Clínicas, instrumentadora cirúrgica da equipe de Euríclides de Jesus Zerbini, quando foi realizado o primeiro transplante de coração no país. Abel fora capelão do HC por três anos, no final da década de 1960 e início dos anos 70.

Ambos já eram antenados com a situação política, pois começaram a aparecer muitas pessoas com marcas de torturas no hospital. A prisão do irmão mais novo de Neide, Elídio, que foi muito torturado, aproximou Abel, que, na qualidade de capelão, foi confortar a família. Ele tinha 32 anos quando abandonou a vida religiosa, voltando-se para um curso de administração, e Neide, 30, decidiu optar pelo trabalho político.

Resolveram casar e compraram uma casa em Campo Limpo. Já eram militantes da Ação Popular (AP). Como enfermeira, Neide trabalhava com atendimento a mulheres no Serviço de Orientação da Família (SOF), uma ONG organizada para trabalhar programas de planejamento familiar propostos pelo governo.

OS DEBATES SOBRE A VIDA EM CASA

Nessa condição, Neide era bastante solicitada a desenvolver palestras para os clubes de mães que se formavam. A professora Yara Spadini Vicini lembra desse período importante, em que as relações entre essas pessoas, baseadas na solidariedade e na confiança mútuas, eram base para o desenvolvimento de muitos grupos, numa periferia completamente abandonada pelos poderes públicos:

Conheci o Aurélio, a Conceição e a Irma desde o começo, por nossa ligação com o padre Fernando Penteadó, nos primeiros movimentos de paróquia renovada mesmo. Eles participaram dos cursos do Mundo Melhor.

Depois vieram os trabalhos com os clubes de mães. Como era importante tirar as mulheres de casa! Enquanto faziam crochê, essas mulheres participavam de cursos de educação sexual, tinha o SOF, a Neide Abate... No início da década de 70, fizemos juntos a primeira creche conveniada com a Prefeitura. Me lembro da Conceição lixando cadeiras para poder montar a creche... O trabalho de comunidade criou várias frentes: grupos de igreja na liturgia, na reflexão do evangelho, grupos de mães, de jovens...

Yara era fã das palestras de Neide Abate, nos clubes de mães, e era também sua amiga. Ana Martins, irmã de Neide e hoje vereadora em São Paulo (PC do B), cursara com Yara a Faculdade de Serviço Social na PUC-SP. Para Yara, é impossível esquecer o que acontecia nos clubes:

Ela era excepcional para dar esses cursos. Tinha um jeito para tratar com as mulheres. Lembro que, nas reuniões, havia muita curiosidade sobre a reprodução, isso que hoje faz parte da educação sexual dos meninos, desde cedo. Em certa parte das reuniões, ela descrevia o órgão sexual feminino e dava todos os nomes populares que ele tem e que as mulheres conheciam. Era um assunto que as mulheres não comentavam, tinham medo. Hoje parece coisa simples, mas nunca se falava disto publicamente, da frigidez na relação sexual, da dor e do sofrimento... da relação homem e mulher, da divisão de tarefas na casa... Quando tentaram discutir essas questões dentro de suas casas, muitas mulheres foram impedidas pelos maridos de participar nos clubes.

Ana Maria participou de centenas dessas reuniões e recorda que tudo começava com uma reflexão sobre uma leitura bíblica. Depois, se conversava muito sobre a situação da mulher. Algumas pessoas, como Neide, eram chamadas para assuntos específicos: saúde, educação, política... Mas o machismo era um dos primeiros problemas a ser enfrentado, segundo Ana:

No clube do Santa Margarida tinha uma mulher cujo marido era muito ciumento. Você ia à casa dela, estava tudo fechado, janelas, portas. Ela não podia sair, nem cortar cabelo podia. Ela aceitava essa situação, como um monte de mulheres até hoje, que você sabe... Uma vez a gente estava lendo Heloneida Studart, aquele livro *Mulher: objeto de cama e mesa*. Ela levou para casa, trouxe de volta dizendo que a gente estava ensinando a mulher a desobedecer o marido e nunca mais foi. Posso te contar um monte de histórias parecidas. Em compensação, tinha uma outra que apanhava direito do marido, vivia machucada. Foi ficando mais forte e acabou dando parte dele, se separou e hoje é dona de um restaurante. Ele está numa pior. Tudo isso tinha. As mulheres não tinham onde conversar essas coisas e era no clube, que a gente acabava discutindo isso e muitas outras coisas mais...

O DINHEIRO PARA O FUNDO DE GREVE

Desses clubes participavam mulheres que trabalhavam em casa ou fora dela. As mulheres que integravam a população economicamente ativa na região metropolitana crescia: de pouco mais de 25%, na década de 1950, passaram a 28,2% na de 70 e 32,8% na década seguinte¹⁹. Muitas eram lavadeiras, passadeiras e empregadas domésticas como dona Tanzinha, ou Carmerina Paula Oliveira da Silva, hoje com 70 anos, vinda de Porteirinha (PE), uma pequena aldeia de pescadores. Em 1977, 18% das mulheres da população economicamente ativa da Grande São Paulo eram empregadas domésticas²⁰. Gente como dona Tanzinha, cuja dureza do cotidiano as estatísticas – com seus números e percentagens frios – não conseguem traduzir.

Presentes em todas as casas de classe média e alta, as empregadas domésticas não se constituíam como um conjunto, vivendo as condições isoladas de cada local em que trabalhavam. Era assim com

19. SADER, op. cit., p. 85. 14. Ibidem, p. 85.

20. Ibidem, p. 85.

Tanzinha, amarrada às tarefas domésticas das casas das patroas. Chegava em casa – um barraco, dividido com cinco filhos e o marido, Benedito, ajudante-geral que trabalhou em várias fábricas da região –, tinha de continuar lavando, passando, arrumando e cozinhando. O dinheiro que o casal recebia nunca dava. Mesmo assim, no barraco de Tanzinha sempre cabia mais um. Os filhos de comadre Ana adoravam ficar por lá, olhando o leite e o pão ser dividido milimetricamente entre todos, no café da manhã. Num desses dias, o copo de leite quente estourou no peito de um dos filhos de Tanzinha. O hospital mais próximo ficava em Santo Amaro. A vida era bastante precária, apesar do trabalho exaustivo, como ela explica: “Em Moema, tinha uma casa tão grande, que eu vinha de noite tão cansada que evitava sentar no ônibus, porque ia dormir e não ia acordar mesmo na volta”.

Com a participação na comunidade, foi enxergando um mundo além das quatro paredes da casa da patroa e de seu barraco. A comunidade foi um fator importante, e a atuação de Ana e de Santo ali foi fundamental. É Tanzinha quem conta:

Em 1969, eu passei a morar num barraco de madeira na estrada do Guarapiranga, esquina com a rua Ubrique, a mesma da casa da Ana e do Santo. O proprietário tinha uma casa de alvenaria e um barraco que ele alugava. O compadre Santo e a comadre Ana vieram fazer uma visita, porque eles eram da comunidade e queriam saber como eu estava. Aí começou uma amizade mesmo, muitas vezes eu ficava com as crianças para a Ana e ela começou a me levar para um monte de coisas. Eu comecei a enxergar as coisas com outros olhos.

A comunidade ajudou-a na construção de um barraco próprio, em que morou por onze anos. Nesse tempo, participou de todas as movimentações por transporte, água, luz nas favelas (“Eu morava numa delas, né?”), contra o custo de vida. Por conta dessa movimentação, um grupo de jornalistas estrangeiros procurou Santo Dias para

o registro das condições de vida dos trabalhadores dos bairros. Santo consultou Tanzinha e ela permitiu a filmagem:

Aí gravaram como era nosso dia – marido dormindo à tarde, porque trabalhava de noite, os beliches dos meninos, não tinha água encanada, essas coisas. Eles deram um tanto que valia uns 10 mil reais pra nós. Aí eu sabia que o compadre Santo estava naquelas lutas dos metalúrgicos, então eu fiquei com sete mil e dei três mil pro fundo de greve. Aí eu reformei o barraco inteiro.

Tanzinha percebia o valor da solidariedade entre os moradores do bairro, estimulada pelo compadre e pela comadre recentes:

Santo e comadre Ana faziam a feira no sábado. O dinheiro deles dava para fazer isso. Eles podiam ficar na deles, nem ligar, mas lutavam para todo mundo ter também. A casa deles vivia cheia por causa daquelas lutas todas. A Luciana vivia na nossa casa, e o Santinho também. A gente ganhava muita coisa também das freiras – Irma e Verônica – e aí eu já participava da missa, das atividades da igreja de Santa Margarida. Começamos a formar o clube de mães de São Joaquim, na casa da dona Doloriza. Tinha curso de batismo, a Ana e o Santo explicavam o que era aquilo, enfim. A gente começou a ver que tinha de lutar para melhorar nossa vida: água encanada não tinha, os poços estavam contaminados – por isso que os nossos meninos eram cheios de vermes. A gente ia na Sabesp e ficava o dia inteiro e nem era atendida. Em 1972, eu já estava firme, participando de tudo. Eu já estava por dentro de tudo. Fomos um montão de vezes na Sabesp, fizemos abaixo-assinado e conseguimos água encanada. Lutamos por posto de saúde, em 1975. Aí já era a época do Movimento do Custo de Vida. Começou com as compras comunitárias lá do Santa Margarida. Era uma espécie de cooperativa, para pagar menos, porque a carestia era grande. Mas, nas manifestações, eu evitava de ir com as crianças, porque era barra

pesada – tinha polícia, tinha problema. Eles não queriam que a gente falasse pra todo mundo. Na época do abaixo-assinado, a gente ia de casa em casa no bairro, todo mundo estava sentindo as mesmas dificuldades.

Ela fala da imensa falta que faz Santo Dias ao bairro:

A comunidade nunca mais foi a mesma sem ele. A comunidade perdeu muito. O pessoal perdeu a coragem, parece que a coragem toda estava só nele. Se você fosse olhar pelo salário dele, dava para ele sustentar a família dele, mas ele não queria só pra ele, queria para todo mundo. Ele não pensava nele, pensava nos outros. Era admirado porque era honesto, bom, e sabia o que estava fazendo. Os outros seguiam ele naturalmente. As pessoas confiavam nele, porque o que ele prometia, ele cumpria. Quando abriu uma escola profissionalizante no Jardim Tomas, ele se prontificou a pagar a mensalidade para o meu marido ir lá e frequentar o curso de ajustador mecânico. A gente não tinha como pagar, e era muito mais barato do que uma escola em Santo Amaro. Se hoje esse bairro tem escola, tem tudo, luz na favela, que não tinha, é por causa da luta dele e de todos nós. As pessoas dos movimentos queriam o bem de todo mundo e se envolviam. Eram também muito amorosas, preocupadas com a nossa situação, até hoje isso não me sai do pensamento. Hoje, eu vejo que é cada um pra si e Deus pra todos, pois não tem mais aquela amizade, não!

ÁLBUM DE FAMÍLIA

LEMBRANÇAS DE LUCIANA DIAS



Da esquerda para direita: Alexandre, esposo de Luciana Dias, Ana Maria, esposa de Santo Dias, Bruna, filha de Santinho, Santinho e seu filho João Pedro; e sentadas, Laura, Livia e Letícia, filhas de Luciana.

TERRA ROXA

“As famílias de meus pais sempre foram gente que respeitou a terra. Dessa terra eles retiraram todo seu sustento e sua forma de lidar com as pessoas e a vida na sociedade. Jamais perderam os princípios básicos de respeito, solidariedade, partilha do pouco que tinham. Foram esses mesmos princípios que acompanharam a vida de meus pais e também são os nossos.”



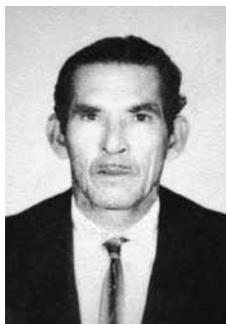
Seu Roger e dona Laura com as crianças pequenas. Santo é o segundo da esquerda para a direita, filho mais velho, atrás da avó, dona Maria. Os irmãos Sebastião e Aparecida, ao lado da avó, e Zeca, no colo da mãe. (álbum de família)



Jesus, conhecido como seu Roger.



Dona Laura, cujo apelido é dona Ninha.



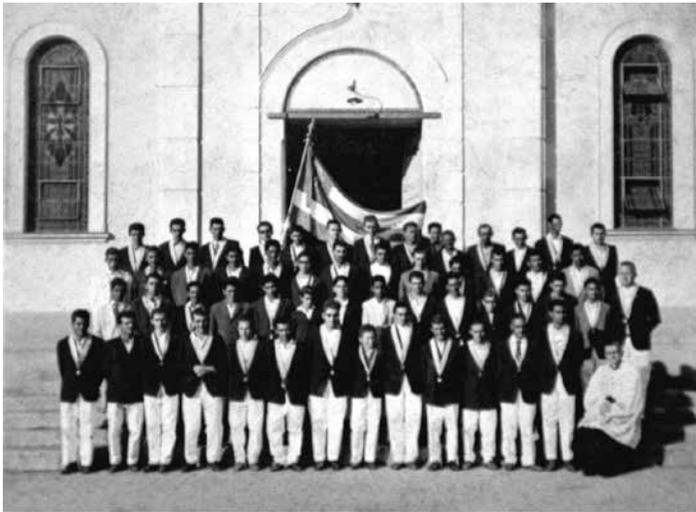
Seu José Antônio



Dona Santa



Santo e a família, em frente à casa alugada em Viradouro, depois da saída da fazenda Guanabara. (álbum de família)



No meio dos legionários de Maria, na capela da fazenda, Santo é o primeiro à direita, depois do padre. (álbum de família)

VILA DAS BELEZAS

“A convivência com os vizinhos, a casa sempre cheia de gente nos finais de semana, sempre havia alguém da família morando conosco, irmãos de meu pai ou minha mãe, as brincadeiras com os filhos de dona Irene, no quintal em comum. São essas as lembranças que tenho da época de moradia em Vila das Belezas.”



Da esquerda para direita:
Luiz, filho de dona Irene;
Santinho com o pai;
Sebastião, irmão de Santo, e
um amigo.
(álbum de família)

A família: Ana
com Luciana,
Santo e Santinho.
(álbum de família)



Luciana, sentada na janela, ao lado do pai; Ana com Santinho; dona Laura, com parentes e vizinhas do casal na casa da Vila das Belezas.
(álbum de família)



Santo e companheiros da Legião de Maria, prontos para as visitas dominicais às casas do bairro. (álbum de família)



O time de futebol na fábrica: Santo é o primeiro da esquerda, em pé. (álbum de família)

SANTA TEREZA

“Minha lembrança mais vívida quando da construção de nossa casa era que ajudávamos a carregar os materiais de construção, areia, tijolos, pedra. A casa ficava no alto e toda a família tinha de ajudar mesmo, não havia dinheiro para pagar ajudante de pedreiro. A construção nunca terminava – tinha sempre alguma coisa a mais, e a gente lixava portão, pintava janelas e vai por aí...”



A casa no Jardim Santa Tereza já construída, em 1979; à direita, é possível ver o telhado do barraco de dona Tazinha. (álbum de família)



A família em visita ao Santuário Nossa Senhora Aparecida, foto tradicional na frente da igreja. (álbum de família)



Ana, sua irmã, Lourdes, e os filhos, na casa semipronta. (álbum de família)



Os fins de semana do casal:
Ana ajuda Santo a carregar tijolos.
(álbum de família)



Santo Dias faz a cerca de sua casa. (álbum de família)

SANTO EM LUTA

“A missa, fiel todos os domingos, a família toda com o pai, as festas juninas – não tinha coisa melhor naquela comunidade. O pai ia montar a barraca, instalação elétrica, a gente ia junto, desde manhã... uma curtição a quermesse pra ajudar a comunidade! À noite, mesmo no frio de junho, não perdíamos uma só festa, principalmente eu e o pai!”



Dom Paulo Evaristo Arns, na ocasião Arcebispo de São Paulo, visita a comunidade do Jardim Santa Margarida, na década de 1970. (álbum de família)



Integrantes da Comunidade do Jardim Santa Margarida. Agachados: Cenerino Evangelista (segundo da esquerda para a direita); Santo Dias (quarto); Irma Passoni (sexta) e a seu lado, José Carlos Ferreira, que cedeu esta foto. (álbum de família)



Santo e Ana Maria num piquenique com os colegas da Burndy. (álbum de família)



Primeira comunhão de Luciana, na capela do Jardim Santa Margarida (Santo e a família aparecem nos círculos). (álbum de família)



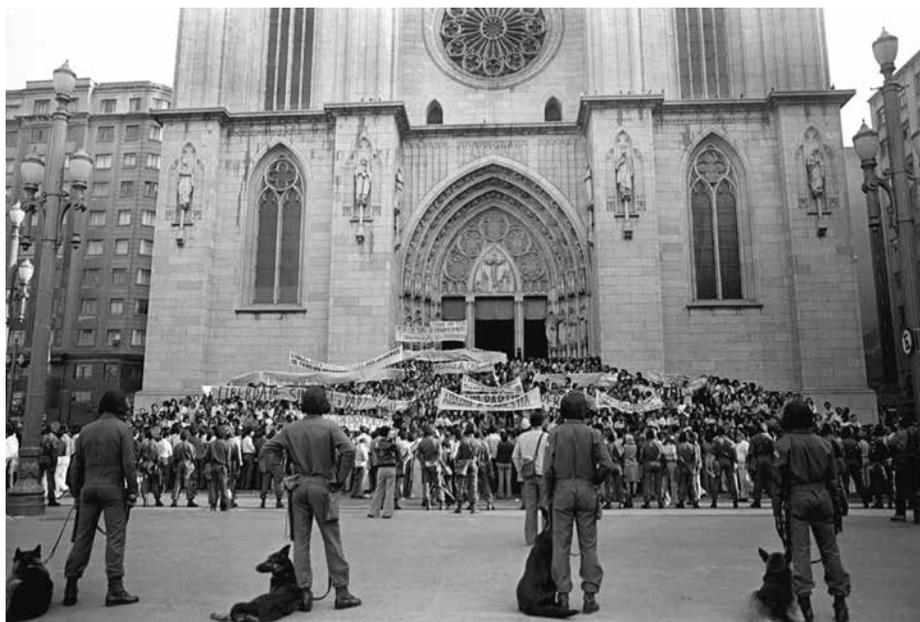
O casal na época do Movimento do Custo de Vida, em sua casa. (álbum de família)

LUTAS

“A gente desfolhava o jornal da Oposição no quintal lá de casa, todas as noites, para ajudar meu pai na panfletagem da madrugada seguinte. Ele pedia pra gente ler as notícias do jornal do sindicato, para ver se íamos bem na escola e também se começávamos a entender o que acontecia. Ajudamos a vender muitas canecas de chope com o selo da Oposição, para angariar fundos para a Chapa 3. Meu pai discutia com minha mãe os lances da campanha todos os dias, e aí, com as sugestões dela, ele ia delimitando suas posições.”



A segunda assembleia-geral do Movimento do Custo de Vida, no Colégio Arquidiocesano, em 1978. (Nair Benedicto)



A primeira grande manifestação do MCV na praça da Sé. (Nair Benedicto)



Os manifestantes foram cercados pela tropa de choque com seus cães.
(Nair Benedicto)



Manifestação do
Movimento contra a
Carestia, em 1979.
(Nair Benedicto)

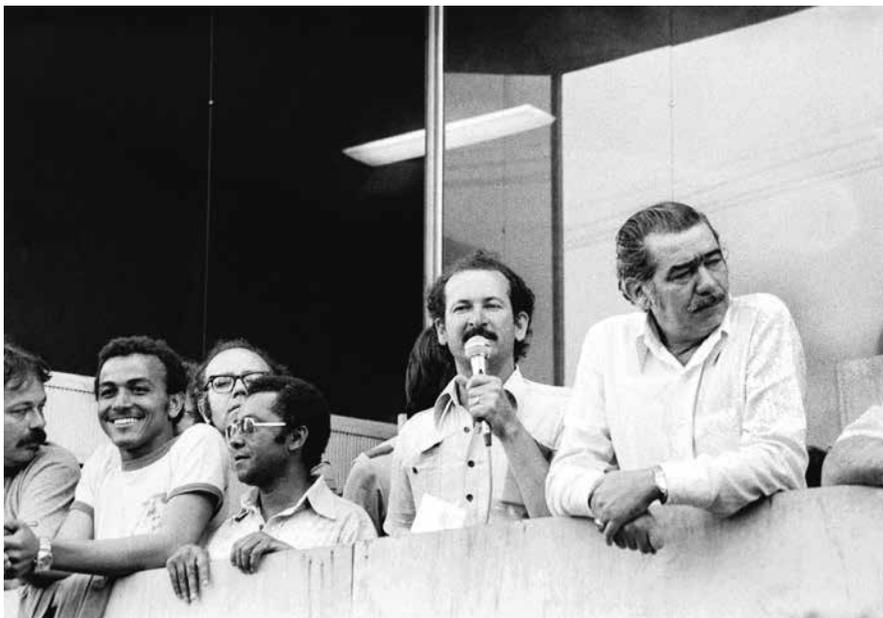


Aurélio Peres e Irma Passoni em foto para a campanha eleitoral de 1978, no bairro de Figueira Grande (foto cedida por Fernando Alvarenga).

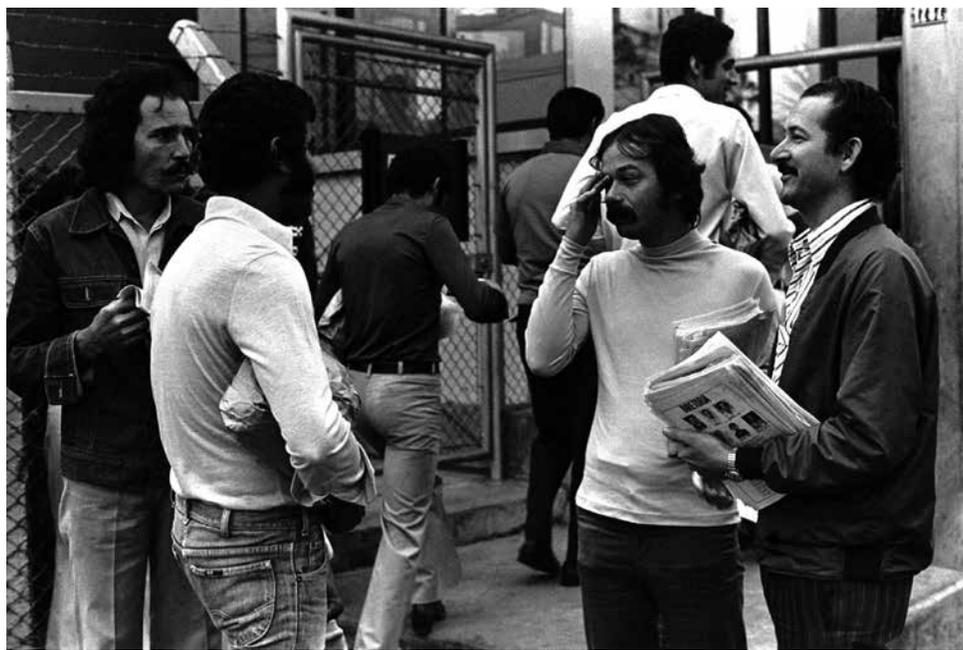


Integrantes da Chapa 3 de Oposição Sindical dos Metalúrgicos, em 1978, indicados: Ubiraci Dantas de Oliveira, Anísio Batista, Hélio Bombardi (sentados no chão) da esquerda para a direita; Santo Dias, Fernando do Ó Velozo, Marcolino Martins dos Santos e Sante Conti (em pé), da direita para a esquerda. (Nair Benedicto)

Anísio Batista,
com o microfone,
ao lado de
Joaquinzão,
durante a
campanha
salarial de 1978.
(Nair Benedicto)



Reunião de parte da Chapa 3 para o Jornal da Vila, da esquerda para a direita: Ubiraci Dantas, Hélio Bombardi, Anísio Batista, Marcolino Martins dos Santos, Fernando do Ó Vellozo e Santo Dias.
(Nair Benedicto)



Anísio Batista, na extrema direita, distribui impressos da Chapa 3, numa empresa metalúrgica. (Nair Benedicto)



Santo Dias divulga o jornal da Chapa 3, na porta de fábrica. (fotograma do filme Braços cruzados, máquinas paradas, 1979, cedido por Roberto Gervitz)

Contagem de votos na eleição sindical de 1978, no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (Nair Benedicto)



Metalúrgicos em greve, na Caterpillar, em 1978. (Nair Benedicto)

Santo Dias e Waldemar Rossi comemoram a "vitória" da Chapa 3, na rua do Carmo, em São Paulo. (Nair Benedicto)



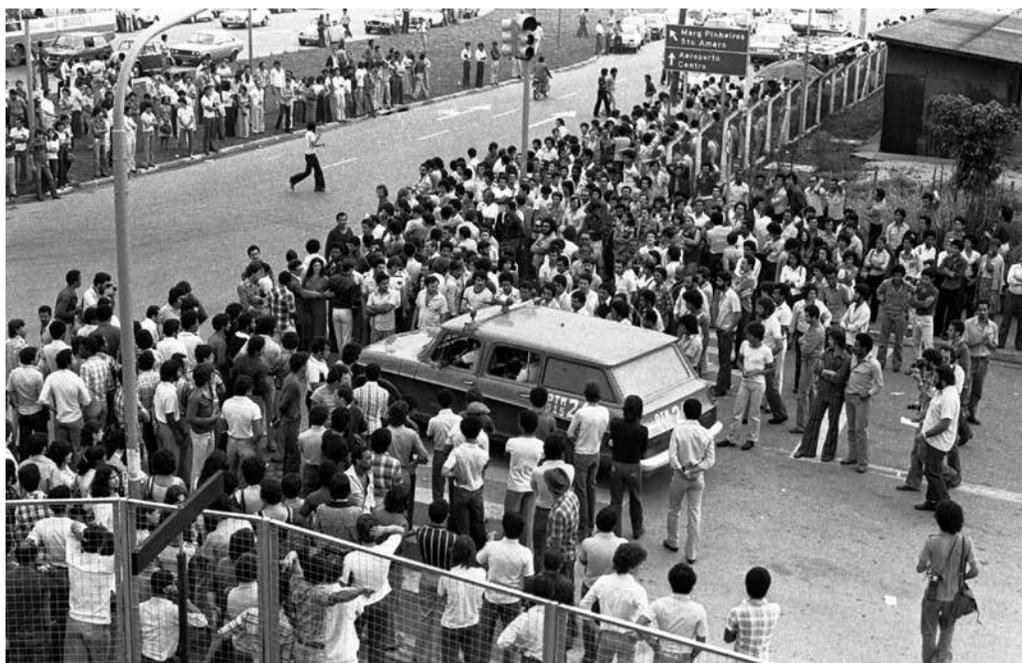
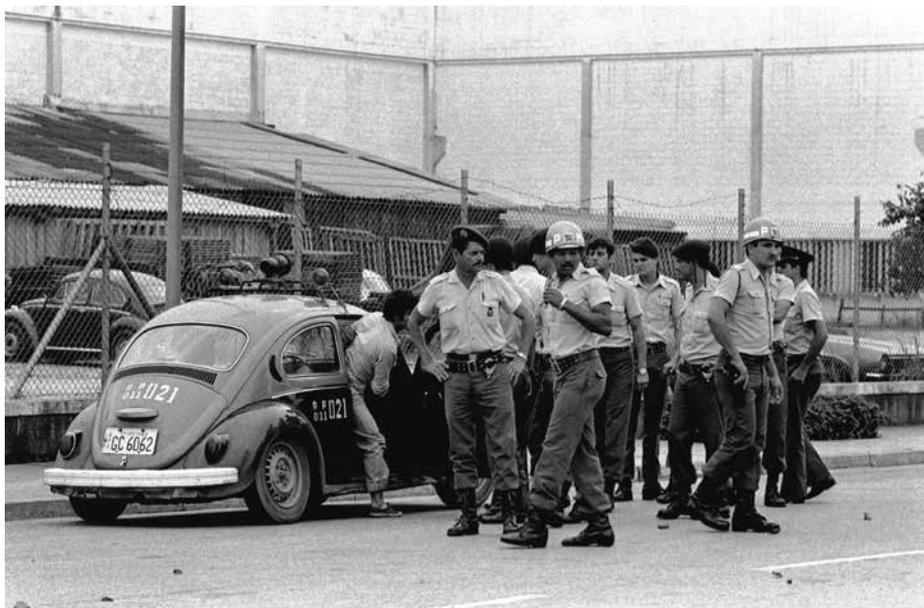
GREVE DE 1979

“Meu pai, nos comandos de greve, e minha mãe estava num retiro da comunidade, então a gente foi para a casa dos tios. Meu pai, já muito visado pela polícia, acabou dormindo em vários lugares, inclusive no comitê do Aurélio e da Irma, cercado pelas viaturas. A gente achava isso normal, mas eu me lembro de sentir o clima muito tenso em casa.”



Santo Dias (na extrema esquerda), ao lado de Wagner, Fernando do Ó, uma metalúrgica, Vicente Ruiz e outro trabalhador, numa das últimas assembleias na Capela do Socorro, 30 minutos antes de saírem para o piquete da Sylvania. (Ricardo Malta)

Os piquetes, em 1979, foram severamente reprimidos pela Polícia Militar. (Ricardo Malta)



A polícia reprime os piquetes, na frente da Villares, em Jurubatuba (1979). (Ricardo Malta)

ENTERRO

“Depois da morte de meu pai, entrei em depressão profunda, como minha mãe, as duas com vontade de morrer. No dia do enterro, me sentia em outro mundo, aquela cena – eu no carro de dom Paulo, com meu irmão –, vendo aquelas pessoas gritando e cantando a música do Geraldo Vandré, tudo foi muito triste. Ao ouvir essa música, tudo aquilo me vem na lembrança. A perda, a sensação de não ter mais meu pai, foi terrível para mim.”



O amigo Cenerino Evangelista, durante o velório de Santo Dias. (Ricardo Malta)



Vindos da Consolação, metalúrgicos transportam o corpo para dentro da Catedral da Sé. (Ricardo Malta)

Irma Passoni, Luciana Dias, Santinho (de costas, com camiseta listada). Ao fundo, de óculos e blusa escura, Raimundo Périllat, na noite do velório. (Ricardo Malta)



Manifestantes se concentram na frente da Sé, já lotada para a missa de corpo presente presidida por dom Paulo. (Ricardo Malta)

Waldemar Rossi e Chico Viola (da Pastoral Operária) aparecem na saída da Sé, rumo ao Cemitério do Campo Grande, na zona sul de São Paulo. (Ricardo Malta)



De óculos, István Jancsó, amigo de Santo, ajuda a carregar seu caixão. (Ricardo Malta)

O cortejo do corpo do metalúrgico passa em frente ao largo São Francisco. No primeiro plano, Ubiraci Dantas e, à sua direita, Luiz Inácio da Silva, o Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. (Ricardo Malta)



O advogado José Carlos Dias, à época então presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, na Sé. (Nair Benedicto)

O ex-vereador Benedito Cintra e o metalúrgico Nelson Nakamoto, na porta do Instituto Médico Legal (são os únicos de óculos na foto). (Ricardo Malta)



Companheiros de Santo Dias junto ao seu caixão, já no cemitério. (Nair Benedicto)

MISSA DE SÉTIMO DIA

“Chorei tanto no dia da morte do meu pai, que parece que esgotei o que tinha de chorar. Sempre fui muito chorona, por qualquer coisa. Mas, a partir daquele dia, comecei a achar que nada me deixava tão mais triste como naquele momento. Na missa de sétimo dia, eu estava mais refeita, me apoiei muito na minha mãe, que era a pessoa mais forte. Apesar de tudo que tinha passado, ela fez um discurso de ânimo, de esperança, de força. Ela superou a dor nesse momento e assumiu um compromisso com a luta pela memória, que continua até agora.”



Metalúrgicos participam da missa de sétimo dia em memória de Santo Dias, na Catedral da Sé.
(Nair Benedicto)



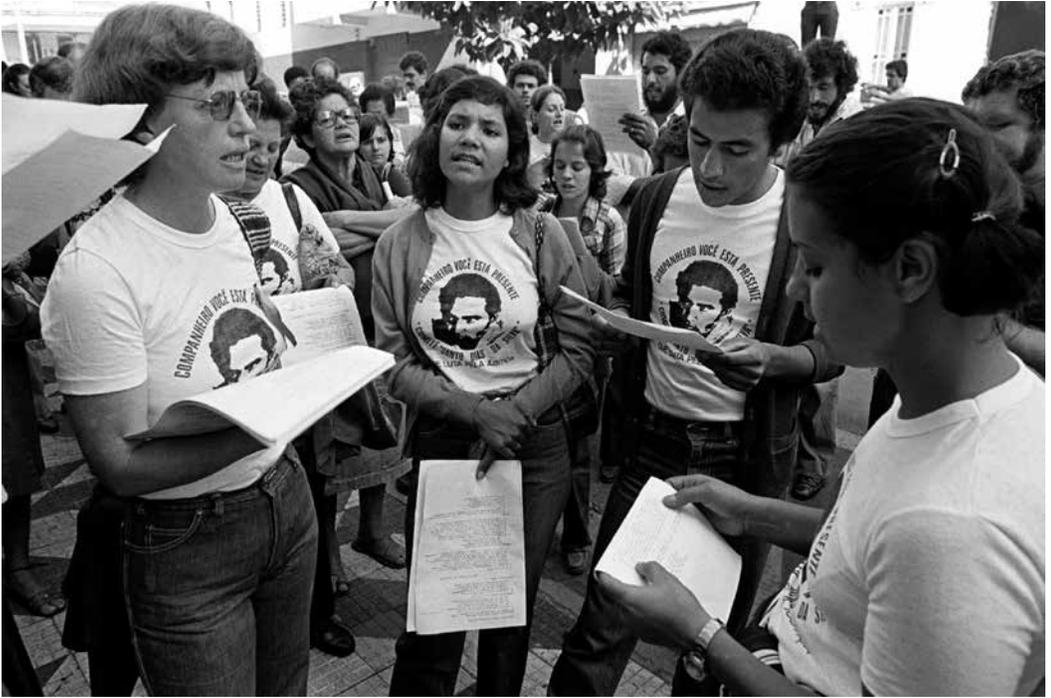
Ana Maria conclama os metalúrgicos a continuarem, ao lado de Luiz Eduardo Greenhalgh. (Nair Benedicto)



Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar da zona leste de São Paulo na ocasião, também fala durante a manifestação. (Nair Benedicto)

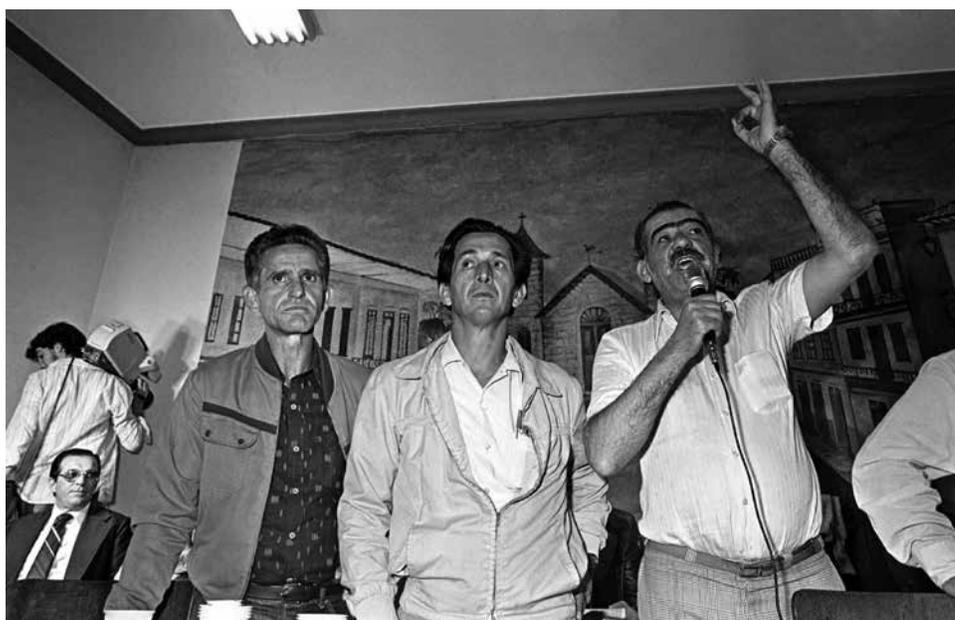
COMITÊ SANTO DIAS

“Assumimos com a mãe a nossa história de filhos do operário. Participamos das reuniões do Comitê Santo Dias, do processo de julgamento do PM que o matou, acompanhando a mãe nas suas andanças. No julgamento, passamos a noite em vigília, dormindo na rua, mas conseguimos finalmente a condenação do assassino. Temos agora um grande compromisso com a classe operária brasileira, que é quem faz a história. Meu pai fazia parte dela.”



Integrantes do Comitê Santo Dias durante o julgamento do PM que matou Santo Dias, vestidos com as camisetas que os caracterizavam. (Ricardo Malta)

Amigos e representantes de comunidades, movimentos e grupos populares acompanharam o julgamento do PM Herculano Leonel. (Nair Benedicto)

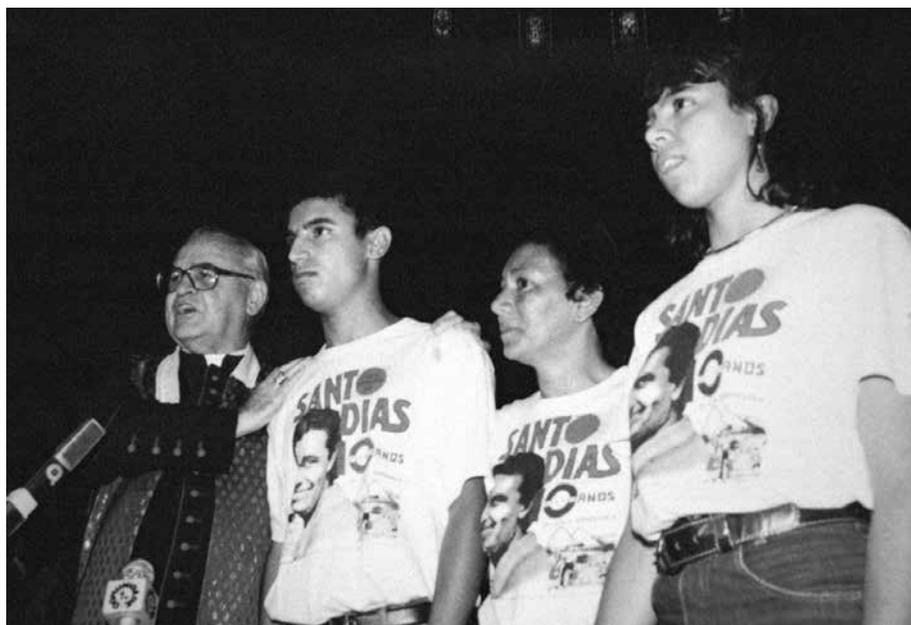


Os encabeçadores das três chapas que se apresentaram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1980: Aurélio Peres, Waldemar Rossi e o pelego Joaquinzão. (Nair Benedicto)

Metalúrgicos comparecem às eleições sindicais, no ano seguinte ao da morte de Santo Dias. (Nair Benedicto)



Missa no túmulo de Santo Dias, por ocasião do segundo aniversário da morte do metalúrgico, em 2/11/1981. (Ricardo Malta)



Dom Paulo com a família, na Catedral nos 10 anos da morte de Santo Dias. (álbum de família e Paulo Pedrini)



Luciana e Santinho na praça Santo Dias. (álbum de família)



Os dizeres na porta da Sylvânia, na zona sul de São Paulo. (álbum de família)



Padre Luiz Giuliani, Ana, Luciana e Santinho, na celebração dos 20 anos. (álbum de família)

MEMÓRIA VIVA



Grupo de jovens do projeto *Vivência Teatral*, da Cia. Paideia de Teatro, na peça *Santo Dias – da roça à fábrica*, em 2017. (Letícia Siqueira)



Luciana Dias, à esquerda e o diretor da Paideia, Amauri Falseti, junto ao elenco do espetáculo, há dois anos. (Letícia Siqueira)



Santo Dias Filho parabeniza a Cia. Paideia, por resgatar a memória do seu pai (Letícia Siqueira)



Participantes do Projeto Espetáculo, do Programa Fábrica de Cultura, na montagem *Os Santos Dias do Capão – uma peça de aprendizagem*, em 2018. (André Hoff)



O Projeto Espetáculo permite que jovens entre 12 e 21 anos experimentem todas as fases de produção de uma peça teatral. (André Hoff)



“Os Santos Dias do Capão é uma espécie de piquete que paralisa a história oficial para refletir sobre a história do nosso país”, comentou o diretor Ícaro Rodrigues. (André Hoff)



O grupo de jovens da Fábrica de Cultura do Capão Redondo com o diretor Ícaro Rodrigues, que é o terceiro da direita para esquerda na foto, embaixo. (André Hoff)



Luciana Dias e os padres Miguel Pipolo e Luiz Giuliani, do Comitê Santo Dias (30/10/2017).
(Cecília Hansen)



Cartaz para divulgação de show Santos Dias de Luta, realizado na região sul de São Paulo (1980), no primeiro ano após a morte do Santo e depois, na PUC no mesmo ano. Arte produzida pelo cartunista Ohi. Fundo Santo Dias (Cedem Unesp).

4

VILA REMO

(SÃO PAULO, CAPITAL)

A forte referência histórica a Santo Dias é uma das características da atuação presente, frente à Paróquia Santos Mártires, do padre Jaime Crowe – um irlandês, nascido na cidade de Claire e que pertence à Ordem de São Patrício. A sede da Paróquia está incrustada no Jardim Ângela, bem ao lado de Vila Remo. Ali o trabalho comunitário resiste, apesar da fama do bairro como o mais violento da capital.

Crowe integra também o Comitê Santo Dias e, em 2004, foi um dos organizadores do Fórum Social Sul, evento pautado pela proposta do Fórum Social Mundial de Porto Alegre e organizado em eixos temáticos relacionados à região: trabalho e sustentabilidade econômica (inclusive com a questão ambiental das represas), saúde, educação e segurança. O religioso era um dos participantes do grupo de padres da região sul que se reunia na rua Viasa, ao lado de Luiz Giuliani, na época de Santo Dias, de quem também foi amigo. Ele explica sua visão sobre o que aconteceu com o bairro desde aquela época:

A região de Jardim Ângela se transformou no local mais violento de São Paulo já a partir de meados da década de 1980, com a existência do Cabo Bruno¹, justiceiro contratado pelos comerciantes para acabar com bandidos. Em

1. O PM Florisvaldo de Oliveira, vulgo Cabo Bruno, foi preso em 1985 e condenado a 112 anos de prisão pelo assassinato de mais de cinquenta pessoas, na região sul.

1983, começa a onda de desemprego da crise econômica. O Jardim Ângela se fez das indústrias da avenida Nações Unidas e a população daqui também construiu essa parte da região sul. Com a saída dessas empresas na década de 1990, os bairros se empenharam numa luta pela sobrevivência sem igual e violenta, por conta do tráfico, da competição e da sociedade de consumo. O tráfico se instalou como opção de trabalho...

A vida dos moradores nessa parte da periferia, cujos serviços públicos ainda são precários frente às muitas demandas, é sombria, sem perspectivas. Para se ter ideia da gravidade da situação, é só tomar os dados de atendimento do Conselho Tutelar do Jardim Ângela/Jardim São Luiz, instalado em 2002, para encaminhar os casos de violência contra a criança.

Foram registrados 4.993 casos de violência contra crianças e adolescentes, para uma população geral de cerca de 600 mil pessoas. Cerca de um quarto desse contingente é constituído por gente com menos de catorze anos. A maior parte desses casos se refere à área da educação (falta de vagas em escolas, creches), que continua sendo um problema muito sério, a exemplo da época em que Ana e Santo estavam mudando para essa região, como será visto mais adiante. Em segundo lugar, no atendimento do Conselho ficam as questões relacionadas à família. O conselheiro Alex Ferreira de Carvalho, 47 anos, dá sua opinião:

Em um único dia, atendemos oito situações, das quais seis eram filhos de pais que foram assassinados. Não foi um caso isolado. Já atendi um adolescente de catorze anos ameaçado de morte por bandidos, que não aceitou ser levado para um abrigo. Três dias depois, apareceu morto. Percebemos famílias miseráveis mesmo, com pais desempregados, alcoólatras, sem possibilidade alguma de ocupações possíveis que lhes renda algo para sustentar suas crianças. Essa população está totalmente abandonada,

não há atendimento público condizente com o que é necessário. Todo dia, toda hora, é uma luta, um desafio constante...

O padre Jaime Crowe recorda que um grupo de participantes das comunidades fez uma pesquisa sobre o bairro, em 1998:

Constatamos que tem um bar para cada dez moradores, vendendo bebida alcoólica. O pessoal tem de trabalhar em algo e a falta de perspectivas alimenta o alcoolismo. Na rua em que moro, em 2002, um rapaz chamado Sérgio foi morto. Tinha vinte anos. O irmão dele, Moso, de dezessete anos, já vivia de pequenos furtos, essas coisas. No dia seguinte, na hora de encomendar o corpo no cemitério São Luiz, o Moso falou assim pra mim: “Ele está melhor que eu”, na frente do caixão. Quando faltava um dia para completar um ano da morte do irmão, eu encomendei o corpo do Moso. Quais perspectivas existem para essa juventude aqui? Não há trabalho e existe a sociedade de consumo, fazendo a cabeça da moçada.

ESPAÇOS DE CONVÍVIO SOCIAL

Na época em que Santo Dias vivia na região sul, os grupos comunitários representavam um espaço possível de participação política que, no plano institucional, estava cerceada fortemente pelos mecanismos repressivos da ditadura. Mas, antes de assumir esse papel, os princípios cristãos de solidariedade, diálogo e ação engajada conformaram esses agrupamentos em áreas de convivência social muito forte, que tampouco existiam na periferia.

Para os homens, havia o futebol e a autoconstrução das casas nos fins de semana. As mulheres que trabalhavam fora de casa, como dona Tanzinha, passavam o sábado e domingo fazendo as tarefas domésticas, sem as quais a família não poderia continuar vivendo durante a semana. Os jovens, que cedo ingressavam no mercado de

trabalho, tampouco possuíam espaços de relacionamento social. As crianças tinham suas brincadeiras de rua, não tão violentas como hoje. Visitas familiares a parentes ou amigos representavam outras formas de convívio.

O culto religioso católico e a comunidade de base, com todas as suas atividades – os círculos de animadores, os clubes de mães, os grupos de jovens, a catequese das crianças, as mobilizações conjuntas com o restante da população do bairro –, passaram a funcionar como alternativa de socialização para uma parte expressiva dessa população abandonada pelos poderes públicos na periferia. Por isso, esses grupos multiplicaram-se não só na região sul, em toda a década de 1970. As crianças seguiam junto com suas mães e havia sempre um esquema para sua guarda. Mesmo assim, as travessuras e as reclamações eram inevitáveis, segundo Santo Dias Filho:

Quando as reuniões eram no Santa Margarida, tinha um córrego perto, o Itupu, e a gente ia pegar uns girinos por lá... Quando a mãe começou a formar outros clubes em bairros distantes, tínhamos de andar muito a pé, então ela criava brincadeiras como jogar pedras e apanhá-las, nas estradas de terra... No final do dia, estávamos exaustos, de volta. Muitas vezes, fomos às reuniões em Vila Remo, depois do jantar, na maior escuridão, pois não tinha iluminação. A gente acabava dormindo nos bancos duros da igreja, junto com os filhos de muitas outras famílias, com o frio... No final, tínhamos de acordar sonolentos, para irmos embora para casa... Não era fácil.

Os clubes de mães cresceram em número e articularam-se entre si, vivenciando experiências comuns e trocando formas de enfrentar os mesmos problemas. Eles começavam discutindo as questões de relacionamento entre casais, a saúde das crianças e, em seguida, passavam a perceber a relação existente entre o que ocorria no âmbito privado e os assuntos sociais e políticos, que diziam respeito à esfera pública: o

salário baixo, a falta de equipamento de saúde no bairro, a água que não era encanada e a ausência de escolas e creches.

A DESCOBERTA DA SOCIEDADE

Em 1972, os clubes de mães de Santa Margarida, Figueira Grande, Vila Remo e São Joaquim criaram uma coordenação regional, que impulsionou o surgimento de vários outros. Em meados da década, eram mais de vinte na região do Guarapiranga, de acordo com Odete Marques ou 28, segundo Conceição Peres. De cada um dos clubes saía uma representante que, uma vez por mês, juntava-se às demais, para preparar ações conjuntas. Odete se recorda desses tempos:

A gente fazia crochê, bordados, as coisas todas, mas perguntava: o que a gente tem mais dificuldade? O que a gente precisava estar sabendo? Uma das primeiras coisas que surgiu foi educação de filho, problema de saúde. Nossos filhos todos eram cheios de verme, alergias de pele, piolhos, tudo isso tínhamos aqui. E não havia orientação médica. Aí eu lembro que a Neide, através do SOF, começou a explicar planejamento familiar, educação familiar, saúde, higiene. Foi nessa época que nós fizemos campanha pela coleta de lixo, para qualidade de água para nossos poços que estavam contaminados, lutamos por água encanada.

As mobilizações dos clubes de mães de Vila Remo ensinavam a lidar com a saúde da mulher e da família, ao mesmo tempo que desvendavam a realidade, mostrando que muitos dos problemas que apareciam não eram individuais e dependiam de equipamentos públicos, cuja administração desconheciam. No percurso de reivindicar coleta de lixo, água encanada, postos de saúde, pavimentação e eletricidade, serviços fundamentais para a vida urbana saudável, essas mulheres e suas famílias desvendaram as estruturas do serviço público, com seus meandros e sua burocracia, passando a questionar o próprio direcionamento

das políticas públicas existentes. Muitas das melhorias urbanas dos bairros da região do Guarapiranga e do M'Boi Mirim foram implementadas depois da ação diligente dos clubes articulados uns aos outros.

Além deles, nas comunidades, havia também os grupos de animadores. Como trabalhadores que eram, muitos animadores se reuniam nas atividades da Pastoral Operária, em que discutiam temas relacionados ao trabalho, como o arrocho salarial e o intenso controle da organização sindical.

Cursos de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire foram organizados nas comunidades, diante da grande quantidade de analfabetos, sem proposta de atendimento pelo sistema público de educação. Seus monitores participavam dos grupos de juventude da comunidade, eram estudantes ou universitários, moradores dos bairros ou não, frequentadores dos movimentos comunitários, conhecidos dos padres e freiras ou indicados por outras pessoas, que trabalhavam geralmente como voluntários.

Alguns desses cursos tiveram vida efêmera, mas em Vila Remo chegaram a formar dezessete classes em várias comunidades, atingindo quinhentas pessoas todos os dias. A coordenação geral se reuniu na Igreja Nossa Senhora das Graças por mais de cinco anos. Conjugada ao percurso dos militantes sindicais, já no meio da década de 1970, com uma verba obtida com entidades assistenciais, surgiu a escola profissionalizante do Jardim Thomas, reunindo recursos pedagógicos e monitores advindos dos cursos de alfabetização e técnicos especializados, principalmente da área metalúrgica. O principal curso oferecido era o de Desenho Mecânico, pois havia muitos empregados em indústrias metalúrgicas na região. Também havia as aulas de legislação trabalhista e de orientação profissional.

O engenheiro Fernando Alvarenga, hoje com 55 anos², barba e cabelos grisalhos, que na década de 1980 foi chefe de gabinete do en-

2. Dado de 2004.

tão secretário de Educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, era amigo de um grupo de militantes políticos e integrantes das comunidades, participando da organização da escola do Jardim Thomas. Foi requisitado pelo padre Luiz Giuliani, como engenheiro, a fazer a planta da nova igreja. Acabou envolvendo-se com os movimentos regionais e com os desdobramentos políticos que eles tiveram. Na época, acabara de concluir seu curso na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Recorda até hoje como foi apresentado ao círculo de coordenadores, no meio da década de 1970:

O pessoal estava reunido certa vez e o padre Luiz me levou até eles. Antes de me apresentar, disse que Vila Remo já havia obtido duas vitórias na sua caminhada: um engenheiro para assinar a planta do salão comunitário, e um porco para fazer uma rifa, para obter parte do dinheiro para construí-lo. Eu fiquei ali, me perguntando se o porco efetivamente não era mais importante naquele momento... Ajudamos a comunidade a vender a rifa em todos os cantos que frequentávamos, e deu um bom dinheiro!

A precariedade do bairro era um elemento a fomentar a organização das comunidades. Sem recursos, era preciso apelar para a criatividade, na hora de solucionar as necessidades comuns. A irmã Cecília Hansen, da Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo, belga, tinha 30 anos em 1969, quando chegou ao Brasil. Em 1972, foi para Vila Remo, a pedido da Arquidiocese, participando das atividades dessa época e tornando-se uma das amigas mais próximas do casal Ana e Santo Dias:

Vila Remo era um loteamento de um homem chamado Remo Sarti – tem até avenida com esse nome por lá. Na década de 60, era um lugar muito pobre... Foi nessa época que levantaram uma capelinha, e aí foi virando paróquia. Com o trabalho com as comunidades, chegamos a ter mais de

vinte delas e Vila Remo era mais ou menos o centro das atividades. Lembro de algumas: Jardim Ângela, Parque Santo Antônio, Jardim Thomas, Vaz de Lima, Jacira, Capela, São Pedro, São Joaquim, Souza, Alto da Riviera, Nakamura, Nova Santo Amaro, Ranieri, Sonia Regina... Encontros de reflexão, festas, quermesses, passeios, piqueniques faziam parte da nossa vida cotidiana nesses lugares e também a luta por melhorias nos bairros.

VILA REMO, CIDADE DUTRA, JARDIM MIRIAM...

A paróquia de Vila Remo era um nicho de movimentação social: havia o rito religioso, as atividades políticas, o agito cultural. O cenário de lazer e cultura regionais era tão minguado quanto as condições materiais de existência da população. Mas, apesar disso, os jovens das comunidades montaram um grupo de teatro. A sede do grupo: a paróquia de Vila Remo. Ele produziu muitas peças relacionadas às reivindicações populares, ajudando no processo de reflexão e mobilização social. Cultura atrai cultura e o grupo era também responsável pela organização de *shows* de música, apresentações de artistas da região e de outros locais, o centro de um verdadeiro pólo cultural sem dinheiro, sem estrutura, sem apoio do governo, mas com a disposição característica da juventude.

Santo Dias apoiava e acompanhava o grupo, segundo Ana:

O Santo gostava muito de teatro e do grupo de Vila Remo. (...) Eles usavam assim um pano que colocavam atrás, com uns desenhos e os atores representavam na frente... A peça era discutida por todo mundo e eles inventavam as cenas, todo mundo junto. Tinha um engenheiro que era nosso amigo que entendia de teatro, começou a ir no grupo também, então eles liam sobre teatro popular, essas coisas, para montar as pecinhas deles... Eles fizeram um monte de peças antes do Santo morrer. O pessoal adorava.... sempre lotavam os locais em que eles faziam apresentação...

O grupo de teatro da Vila Remo praticava o Teatro do Movimento, segundo seu coordenador, engenheiro Roberto de Souza, o Fróes. Estava sempre nas reuniões e encontros das comunidades, apresentando pequenos quadros temáticos para debate dos assuntos de então. Além desses sketches, o grupo montou três peças maiores: A invasão, de Dias Gomes; As aventuras de João Feijão, comédia sobre o custo de vida; A mãe, de Gorki, adaptada para a realidade de 1917, durante a greve geral dos trabalhadores de São Paulo.

Os jovens do grupo de teatro atraíam muitos amigos e vizinhos, que se engajavam no agito geral. Havia um jornalzinho editado pelo grupo – *A Semente* – que estampava em suas páginas vários artigos sobre o bairro e os temas que interessavam aos muitos rapazes e garotas que frequentavam a paróquia de Vila Remo e suas comunidades. Vanda Maria Andrade da Gama era uma dessas jovens, pois a mãe, dona Maria José Cavalcanti, se engajara no movimento comunitário e a levava, desde muito pequena, às reuniões. Naquela época, Vanda participava do agito de Vila Remo e ficou responsável pela edição do jornalzinho:

A gente imprimia quando dava, não tinha esse negócio de todo mês... Dava um trabalho danado rodar o jornal: era em mimeógrafo a tinta, não tinha xerox, isso não existia. E depois tinha a coisa de quem pagava a tinta, o papel. Tinha grupo para distribuir, a rapaziada lia bem e ainda discutia nos bairros.

O movimento provocado por todas as atividades – fossem elas de cultura, participação ou informação – articulava-se com o de inúmeros grupos comunitários na região sul, a exemplo do Jardim Miriam, na região do Cupecê; Vila Liviero, no Ipiranga, e, principalmente, de Cidade Dutra, bairro do outro lado da represa do Guarapiranga. Ali, um processo muito semelhante estava ocorrendo, como

recorda a pedagoga Maria Eunice Campanha, moradora de Cidade Dutra até hoje:

Vila Remo era uma espécie de parâmetro para a gente. Aqui, na Dutra, havia um movimento parecido, com a Igreja Renovada. Eu participei dos grupos de jovens ainda na década de 60, quando era secundarista. Fui participando mais e mais, trocávamos muitas experiências... Já na universidade, nosso grupo de jovens do bairro constituiu o grupo de alfabetização, que no seu ponto máximo, em 1976, chegou a ter dez classes, cada uma assistida por dois monitores. Não ganhávamos um tostão, éramos todos voluntários! E o grupo de monitores era autogestionado, se reunia no final da semana para debater e preparar as aulas. Dispersávamos e debatíamos nas classes as informações produzidas pela Pastoral Operária e pelos grupos de mulheres que existiam nas comunidades, pelos movimentos... Nosso ponto central era a Paróquia Nossa Senhora da Esperança, na Cidade Dutra. Os padres Oblatos, os primeiros padres a assumirem a região, abandonaram a ideia de fazer um seminário naquele prédio, então havia muito espaço que servia para as aulas. Um grupo de estudantes universitários conhecidos propôs também a organização de um curso de madureza (espécie de supletivo da época), o que praticamente conferiu uma característica de escola ao local... A comunidade tinha um centro de defesa de direitos humanos e um grande salão, que permitia a realização de assembleias, apresentações culturais e reuniões maiores.

A Congregação das Irmãs de Santa Cruz possuía duas religiosas que frequentavam as reuniões na casa perto da favela do Buraco Quente e trabalhavam nas comunidades de base da Cidade Dutra. Ana Maria Baptista, era uma delas e morou no bairro. Atualmente reside em Medina, Minas Gerais. Ela relembra a intensa troca de informações entre os grupos comunitários, mesmo diante das adversidades:

As comunidades se articulavam entre si, mesmo distantes, mesmo sem recursos... Nós da Dutra tínhamos muito contato com religiosos e leigos da região de Vila Remo. Fizemos muitas reuniões entre coordenadores das comunidades, como do Jardim Miriam, Ipiranga e outras áreas da região sul. Nessas reuniões se decidiam muitas atividades e ações.

O dominicano José Resende era o pároco da igreja do Jardim Miriam, nessa época. Hoje é professor da rede municipal de ensino. Ele tem lembrança de Santo Dias em muitas dessas ocasiões:

Santo Dias foi uma pessoa muito importante no contexto do movimento social na região sul. Nos encontramos em muitas reuniões em Vila Remo, na Capela do Socorro, no próprio Jardim Miriam. Eram momentos de troca de experiências, de confraternização também.

ANIMADORES DA VIDA E DA LUTA

Essa dinâmica dos grupos comunitários cristalizou um grupo central que era seu promotor bastante forte, com capacidade de irradiação para o resto do bairro. Era formado pelos animadores de comunidades, que elegiam representantes, depois articulados em coordenações regionais.

Ana e Santo começaram assim e depois passaram a coordenar atividades conjuntas mais e mais articuladas, não só em Vila Remo, mas na região sul. O que aglutinava esse conjunto de práticas era a vivência religiosa, talvez como uma forma de manifestação dos anseios populares sem o terror da represália³, da repressão política daqueles dias. A irmã Cecília Hansen acredita que os ventos da renovação católica se agregaram a necessidades muito concretas dos moradores da periferia:

3. CAMARGO, op. cit., p. 151.

Começava com celebração numa casa, pois os bairros tinham muitos problemas, com o convite para nos encontrarmos, formando comunidades sobre reflexões bíblicas. Era olhar e ver a realidade a partir do povo, não com olhares de cima. Acabava aquela ideia de castigo, que o povo carregava: “minha situação é assim porque estamos pagando pecados”. As pessoas achavam que por não ter estudo, não poderiam resolver nada. Devagar todo mundo ia percebendo que cada um tinha um papel, ninguém era melhor que ninguém. Também havia a ideia de que era preciso fazer junto. A gente discutia o que o bairro precisava. Como vamos fazer, quem vai assumir isso e aquilo. Era uma das características das Comunidades Eclesiais de Base: a participação de todos na igualdade, com papéis diferentes. A religião tinha uma mística que sustentava a conquista.

Outra característica desses grupos era a forte convivência entre as pessoas, um grande espaço para relacionamentos de amizade e troca de experiências de vida. Ana do Carmo relembra esse tempo: “A gente não vivia só de reunião e reivindicação, como muitas pessoas naquela época, que achavam que a vida era só isso. Por causa disso que as comunidades atraíam tanta gente: era um lugar de luta, mas também de convivência”.

A irmã Cecília Hansen explica como isso acontecia no cotidiano. Ela sempre teve uma proximidade muito grande de todos, por morar no bairro. A convivência era algo natural, como ela explica:

Santo e Ana gostavam de convidar-nos para um churrasco ou uma janta. Também muitas festas passávamos juntos. O primeiro passeio com a equipe de coordenação da paróquia foi em dezembro de 1972, na praia de Bertiooga. Brincamos, conversamos muito, nos divertimos bastante. Santo gostava de contar piadas e rimos muito. Às vezes eu ia para a casa da Ana, depois das reuniões. E Santo estava lá fazendo a janta. Perguntava como foi a reunião. E quando Ana e eu desanimávamos por causa das tensões e

brigas no Movimento do Custo de Vida, Santo nos encorajava com muita firmeza e a convicção dele nos fortalecia para enfrentar a luta. Outra ação marcante de Santo foi a comunicação com o centro da paróquia. Todos os sábados, ele ia na Vila Remo para comunicar tudo que tinha acontecido durante a semana, inclusive levava material da Oposição, dos grupos de fábrica. Depois de sua morte sentimos muita falta desse contato. Santo sabia organizar o seu tempo: participava da luta, da missa no domingo, encontrava tempo para visitar os doentes, estava sempre disponível para conversar com a gente, alegrava as pessoas com a sua presença nas festas, sempre de bom humor e com o seu sorriso cativante. Era um grande artista da vida: soube dialogar, viver com o diferente sem perder a sua identidade e integrar as várias dimensões da vida.

ESCOLAS DE EMERGÊNCIA EM BARRACOS

Como embriões de organização social, as comunidades estimularam o surgimento de vários movimentos reivindicatórios na região. Um deles, entre dezenas que surgiram, foi a luta por mais escolas. Com a migração maciça, os prédios escolares não davam conta da demanda. Em 1966, na Grande São Paulo, havia 10% das crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Em 1971, esse índice crescera para 20%. O processo de achatamento salarial dos trabalhadores, ao lado da falta de prédios, também ajuda a explicar essa situação, pois o trabalho infantil retirava as crianças da escola. Dos meninos de 10 a 14 anos que viviam na Grande São Paulo, entre 1971 e 1972, 9,4% trabalhavam; entre as meninas dessa faixa, 7,7%⁴.

A falta de escolas era visível na região de Vila Remo. Ana Maria do Carmo recorda-se até hoje dos barracões de madeira, pintados de verde, que constituíam as salas de aula. Luciana estudou numa dessas

4. Cf. *ibidem*, p. 83, 91-93.

escolas de emergência numa igreja no Alto da Riviera, e Santinho, num salão alugado no Jardim Leila.

Além da precariedade, não havia salas para todas as crianças e jovens nos bairros. As mães fizeram uma pesquisa, de casa em casa, para quantificar as crianças sem escola e, ao mesmo tempo, passar um abaixo-assinado pleiteando mais salas para a região. Irma Passoni se recorda:

Um dos primeiros bairros que tinha problemas era o Jardim Alfredo. Eu era professora do Estado, e nós alugávamos barracos pra dar aula, alugávamos garagem. A escola funcionava num barracão, caindo aos pedaços. Na verdade, existiam as escolas de emergência, porque não tinha nenhuma política de construção de escolas. Nós montávamos as salas de aula, com nosso salário de professor, pagando aluguel, comprando material, bancávamos tudo.

A luta por escolas reuniu 38 bairros. À primeira assembleia, realizada no pátio aberto da comunidade do Jardim Alfredo em 1973, cerca de quinhentas pessoas compareceram. Posteriormente, uma comissão de representantes dos bairros, entre eles Ana Maria, foi à Assembleia Legislativa e à Secretaria de Educação do Estado para “cutucar” uma ação do poder público. Segundo Irma Passoni, tanto a Secretaria reconheceu a justeza do movimento, que elaborou o Plano de Emergência das 100 Escolas. Técnicos do órgão, receptivos ao diálogo com a população, passaram a trabalhar para definir a construção de mais salas:

E aí a gente foi tocando, identificando os bairros, as áreas que tinham possibilidade de construção. Fomos indicando as regiões e eles pesquisaram os terrenos, que precisavam um mínimo de área... No Jardim Alfredo foi construído, no Jardim Souza tem uma escola, no Kagohara, no Alto da Riviera também, aí foi espalhando. Tiramos o Maria Peccioli. Era um barracão que ficava na curva da morte, descendo a M’Boi Mirim, e tinha

milhares de acidentes. Uma das coisas fortes começou por aí também, para tirar a escola daí, e conseguimos. Saiu da curva da morte aí e foi lá para o alto. Ao todo foram 25 escolas...

Os clubes de mães continuaram a se articular e passaram a pleitear creches, a partir de então, estabelecendo um “modelo” de organização da reivindicação que se multiplicou pela cidade, pelo estado e até pelo país: as assembleias com os representantes do poder público, depois de intensa mobilização por meio de abaixo-assinados nos bairros.

ÔNIBUS COMPLETAMENTE LOTADOS

Outra marco dessa mesma época é o movimento por transportes. Surgido em 1973, por conta das inúmeras reclamações contra duas empresas de ônibus que monopolizavam o transporte local – Jurema e Monte Alegre –, ele cresce com a adesão dos bairros locais. Além das comunidades de base, dezessete Sociedades Amigos de Bairros – associações cujo modelo de organização era ainda da década de 1950, mas que também aumentaram em número nos anos 1970 – entraram no movimento.

O aumento da frota de ônibus não conseguia acompanhar o crescimento populacional da região do M’Boi Mirim. O resultado era o aumento do tempo gasto pelos seus moradores para ir ao trabalho. Já naquele tempo, havia pessoas que chegavam a perder quatro horas diárias nos percursos. O transporte público era tão ruim que algumas indústrias de grande porte da região ofereciam serviço de ônibus aos seus funcionários, numa tentativa de garantir pontualidade. Não era, no entanto, uma solução para a locomoção diária da grande maioria.

O transporte era um problema crucial em todos os bairros da periferia paulistana. Empurrados cada vez mais para longe dos centros comerciais e de serviços da cidade, os trabalhadores demoravam para

chegar ao serviço. Gastavam horas nos percursos, também por causa do trânsito que começava a ficar congestionado. Afinal, a indústria automobilística estava em sua fase áurea nessa época. Em 1960, a capital possuía 120 mil veículos; em 1974, 1 milhão já estava nas ruas, principiando os congestionamentos de trânsito. O transporte se revelava fundamental na vida cotidiana: em 1968 eram feitos 7 milhões de deslocamentos diários, e em 1974 esse número crescera para 13,9 milhões⁵.

Os automóveis particulares aumentavam nas ruas, transportando pouca gente. Do outro lado, 7 mil ônibus (mais 1.500 de empresas intermunicipais) movimentavam 6,8 milhões de passageiros todos os dias. Nas horas de pico, os ônibus com capacidade para setenta passageiros transportavam muito mais que o dobro.

Certa ocasião, Irma Passoni conseguira um “bico” para implementar um novo sistema de trabalho no Hospital do Servidor Público, no bairro do Ibirapuera. Saía às 4h30 da manhã, trabalhava e ia para a faculdade, em outro bairro central. Voltar para a periferia, onde passara a morar, era um problema, pois não havia ônibus. Resultado: chegava todos os dias depois da 1 da manhã em casa: “Era um sufoco. Eu tinha de tomar ônibus para dar aulas. Quando perdia aquele de volta, ficava às vezes por mais de uma hora esperando outro, à noite”.

Cenerino Evangelista recorda que às vezes os ônibus passavam tão cheios que, de manhã, as pessoas iam a pé até o ponto final para poder entrar nos coletivos, transtornando ainda mais a vida cotidiana. A pesquisa feita pelos coordenadores do movimento de transporte apontava que havia ônibus que já saíam do ponto com uma lotação de 100 a 130 pessoas, verdadeiras latas de sardinhas.

A comunidade do Jardim Santa Margarida resolveu se mobilizar para ver se a situação mudava. Cenerino e Santo participaram dessa luta, passando abaixo-assinados, integrando comissões que fo-

5. Cf. *ibidem*, p. 33.

ram à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) e, finalmente, ajudando a organizar uma assembleia, no final de 1973. Cerca de quatrocentas pessoas participaram dela. O secretário municipal de Transportes, Olavo Cupertino, e a diretoria da CMTC foram convidados. Não compareceram, mandaram um representante, que prometeu solucionar a questão, e, como era de se esperar, isto não aconteceu.

O núcleo inicial do movimento, formado quase que exclusivamente de participantes dos grupos comunitários, decidiu convocar outras personagens que se mobilizavam igualmente para pleitear melhorias para os bairros. Morador do Jardim Souza, o cearense Fernando do Ó Velozo não pertencia à comunidade católica. Mas foi um dos fundadores da Sociedade Amigos de Bairro local, cuja atividade incluía classes de alfabetização, reuniões para discussão dos problemas de bairro, atendimento de serviços. Era um militante político clandestino, do proscrito Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Velozo chegara a São Paulo em 1969. Por conta da repressão política, assim como outros militantes, refugiou-se na clandestinidade. Foi morar perto dos irmãos que viviam na região sul, mas longe o suficiente para que o ônus da perseguição à militância política não os prejudicasse. Ajudou a fundar a Sociedade Amigos de Bairro (SAB) do Jardim Souza, cujos integrantes buscavam uma solução para os transportes da região. Um amigo de Velozo conhecia Santo Dias do Jardim Santa Tereza e aproximou-os.

OBJETIVOS COMUNS REUNIAM OS GRUPOS

Santo, como era de seu feitio, logo fez amizade com Velozo. A luta era comum, então não havia o que discutir. A personalidade de Santo Dias era esta mesma: não importavam as linhas políticas ou os credos diferentes. O que contava era a disposição de enfrentar a

batalha pelas bandeiras comuns que todos assumiam juntos, para melhorar a qualidade de vida nos bairros e os salários na fábrica. Ou seja, valiam os objetivos mais gerais e, sobretudo, a proposta de ação política concreta. Em seguida, Velozo foi trabalhar numa indústria metalúrgica, e também fez parte da Oposição Sindical Metalúrgica, ao lado de Santo Dias.

Em 1974, o movimento por ônibus, por meio de reuniões dominicais das lideranças e mobilizações nas comunidades, já reunia dezessete SABs e representantes de cerca de trinta bairros da região. O objetivo era um só: conseguir mais e melhores ônibus das empresas do sistema municipal. Acabou por constituir-se como uma das primeiras formas de articulação dos movimentos comunitários da época na região⁶.

Seus organizadores passaram por diversos patamares de compreensão política, trabalhando diretamente com a população numa forma de exercício democrático muito expressiva. Inicialmente foram influenciados por uma conduta dirigida pelas SABs, cujos representantes tentaram usar as formas clientelistas de abordagem das autoridades, por meio de encontros, almoços e contatos com políticos, sem resultado.

Depois, se articularam e desenvolveram mobilização mais ampla, por meio da Comissão do Ônibus, que se revestiu de poder de representação popular, dirigida de forma colegiada, por representantes de todos os bairros, imprimindo dinâmica original às organizações do bairro⁷, e cuja fórmula passou a ser parâmetro para outras reivindicações. Era realmente uma novidade no pedaço. Os representantes consultavam suas bases diretamente, antes de tomar decisões, retornando a elas para informar as linhas de atuação definidas em grupo menor.

6. BAVA, op. cit.

7. *Ibidem*, p. 122.

A Comissão do Ônibus convocou para dia 1º de junho de 1974 a assembleia com as autoridades. Ela foi realizada no Colégio Cedros do Líbano, no início da estrada do M’Boi Mirim. Compareceram mais de mil pessoas. Antes, a Comissão discutiu profundamente o Plano de Integração dos Transportes (PIT) nos bairros, para poder reivindicar a permissão de uma linha de ônibus concorrente à Jurema. Também se encarregou de entregar em mãos os convites ao então prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz⁸, que assumira o cargo em 1971, logo depois de Paulo Maluf; à CMTC e às empresas interessadas na possível concorrência; à própria Autoviação Jurema; a parlamentares da Arena e do MDB, além de entidades da região, jornais etc. Nos bairros, antes da realização da assembleia, apareceram agentes policiais à procura de quem estava “fazendo subversão”. Os agentes visitaram algumas SABs e comunidades, o que intimidou integrantes do movimento.

Nenhum representante do poder público compareceu à assembleia. Nem das empresas que poderiam ser concorrentes. Apenas da Jurema. Fernando do Ó Velozo relembra até hoje o “quebra-pau” que aconteceu:

Eu era um dos coordenadores da reunião. O padre Luiz Giuliani, o presidente da mesa. Nessa época veio o Airton Soares, que já era deputado, veio o administrador do Campo Limpo, um tal de Geovane. Veio o dono da Jurema que era um tal de doutor Luís, e o povo já estava muito revoltado, querendo se manifestar. Então um rapaz que era metalúrgico foi explicar toda a situação. O dono tentou justificar que os ônibus eram compatíveis, que estava colocando ônibus novos – que a gente denunciou que além de não ter ônibus, os que tinham eram velhos. Mostraram os chassis. O meta-

8. Ferraz permaneceu no cargo até 21 de agosto, quando foi demitido pelo então governador Laudo Natel. Foi substituído pelo seu secretário municipal de Planejamento, Miguel Colasuonno, que permaneceu no cargo até que o próximo prefeito, Olavo Setúbal, assumisse (1975-1979).

lúrgico falou que não queriam saber de chassis, que queriam saber de soluções e o pessoal começou a gritar na plateia. O administrador ficou bravo com todo mundo, tentou defender o doutor Luís, aí ele pediu o microfone e não queria devolver, então tiramos o microfone na marra. Aí ele falou que era o administrador e precisava falar, mas nós dissemos que a assembleia era de nossa responsabilidade e a gente não ia permitir tumultuar tudo.

Foi Airton Soares⁹ que conseguiu arrefecer os ânimos, elogiando a manifestação popular, que considerou a primeira desde 1968, e denunciando a falta de compromisso do governo com as necessidades da população. Os chamados “autênticos” do MDB constituíam um grupo forte de parlamentares que procuravam exercer uma oposição real e não aquela prevista pelo regime militar, segundo Soares. Ele exerceu dois mandatos como deputado federal pela sigla (em 1974 e 1978) e um pelo Partido dos Trabalhadores (1982):

Na nossa concepção, deveríamos apoiar os grupos populares no caminho para a redemocratização. Era um pessoal à esquerda, que queria fazer de fato a oposição. Até essa época, os setores mais esclarecidos da opinião pública deixavam de votar no MDB porque achavam que ele e a Arena eram a mesma coisa. O voto mesmo só foi se direcionando para o MDB na medida em que os setores mais combativos foram dando mais credibilidade ao partido, até que explodiu no grande resultado de 1974, quando a grande massa também votou elegendo senadores no Brasil inteiro. Foi

9. Airton Soares fora eleito deputado federal em 1974, juntamente com Marcelo Gatto, da Oposição Sindical Metalúrgica da Baixada Santista, cassado dois anos depois. O grupo de parlamentares paulistas “autênticos” em 1976 foi reforçado pelos vereadores Benedito Cintra (Diretório do MDB da Freguesia do Ó), Flávio Bierrembach e Marco Aurélio Ribeiro (advogado dos loteamentos clandestinos). Em 1978, foram eleitos deputados federais por São Paulo: Santilli Sobrinho, Freitas Nobre, João Cunha, Airton Soares, Benedito Marcílio (Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), Alberto Goldman, Audálio Dantas, Aurélio Perez e Ralph Brasil. Deputados estaduais: Geraldo Siqueira Filho (ex-líder estudantil), Eduardo Suplicy, Fernando Morais, Irma Passoni, Marco Aurélio Ribeiro, Sérgio Santos (Membro do Movimento do Custo de Vida da Freguesia do Ó), Antonio Resk, Flávio Bierrembach, Mauro Bragato, Almir Pazzianoto (advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), Roberto Purini (interior), Vanderlei Macris, Robson Marinho e Antonio Carlos Mesquita.

a primeira grande demonstração, através do voto, de oposição à ditadura militar. Ao participarmos de assembleias como essa do transporte, funcionávamos como escudo para a organização popular, um canal para fazer com que os segmentos populares perdessem o medo de se organizar. Foi uma fase embrionária na mobilização porque o terror tinha se instalado. Você ia para uma reunião e era preso, o sindicato estava fechado. Então, esse foi, sem modéstia nenhuma, o papel mais importante do meu mandato: quebrar esse medo de participação.

Na assembleia de transporte, uma comissão de diretores das SABs foi formada, para entregar o documento com 10 mil assinaturas, com as reivindicações à CMTC. Os grupos continuaram debatendo a situação do transporte nos bairros. Qual foi o saldo da organização? Segundo Fernando do Ó Velozo, dois pontos foram fundamentais:

A CMTC implantou uma linha especial, que cobrava um pouco mais, o que aliviou um pouco o sufoco. A empresa também, por conta disso, aumentou o número de ônibus nas ruas, mas foi pouca coisa. Mas, foi uma vitória porque conseguimos quebrar o monopólio da Jurema. Outra coisa importante é que o povo se animou para outras lutas conjuntas.

O movimento por transporte prosseguiu na região sul até 1976, com a articulação de outros bairros como Parelheiros e Cipó, do outro lado da represa do Guarapiranga, na região de Cidade Dutra. Nessa época, a reivindicação de quebra do monopólio já incluía outras empresas, além da Jurema: a Sete de Setembro e a Independência. Nesse ano, seiscentos moradores da região fizeram uma concentração na Câmara dos Vereadores, reivindicando mais atenção para o transporte coletivo e intervenção da CMTC na região. Essa reunião aconteceu após um abaixo-assinado e estavam presentes três vereadores e um deputado dos “autênticos” do MDB.

O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

A luta pioneira por ônibus incentivou ainda mais a articulação dos grupos comunitários e movimentos da região. Muitas ideias surgidas na região de Vila Remo foram “assimiladas” por bairros que já tangenciavam suas articulações: Cidade Dutra, Cupecê, Cidade Aedemar, Jardim Miriam, Vila Liviero, na região do Ipiranga, São Mateus e São Miguel Paulista.

Uma delas, em particular, transformou-se em forte movimento nacional, reunindo milhares de pessoas e favorecendo a participação de centenas de entidades muito além do âmbito comunitário. Ela surgiu, mais uma vez, dos clubes de mães.

O problema a ser enfrentado agora era o preço alto dos alimentos. Este foi o assunto de uma conversa de mulheres do Jardim Nakamura, ainda em 1973 – segundo Odete Marques –, mas estava na “boca do povo” e, por isso, se espalhou rapidamente. Partia de uma situação vivida por todas as famílias, o que favoreceu a agregação de comunidades inteiras, cujo movimento rapidamente ganhou uma dimensão política:

Duas mulheres do Nakamura estavam lavando roupa e falaram: “Puxa vida! Não temos nem o que comer direito. Será que a gente não podia escrever uma carta para o presidente?”. Aí surgiu essa ideia e chegou na coordenação dos clubes de mães. Que as mulheres estavam pensando em escrever uma carta para o presidente da República, para ver se ele fazia alguma coisa em benefício da classe pobre, porque a inflação estava alta, tudo era muito caro. Era uma saída nossa, tentar escrever uma carta, que dizia que nós, mães da periferia, estávamos desesperadas com a alta do custo de vida, e escrevemos essa carta. Aí saiu na imprensa. O deputado Freitas Nobre, que era do MDB, leu no Congresso Nacional. Ficou conhecida, o rádio falava... Isso numa época de ditadura, veja só...

Muitas mulheres participaram da redação da carta, mas sua formatação final ficou a cargo de Conceição Peres, Irma Passoni e Ana Maria. Elas decidiram também contatar o deputado federal Freitas Nobre, antigo militante socialista antes do golpe, que a leu no Congresso. Esse primeiro documento teve grande repercussão política, segundo Irma: “Foi um marco do processo eleitoral de todo o ano de 1974, em que o MDB deu uma lavada na Arena, com a população votando em massa na oposição permitida”.

Hoje, depois de três décadas, quando é possível comprar exemplares do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, em bancas de jornais, supermercados e até farmácias, a preço de um par de meias, parece uma história exagerada. Naquela ocasião, portar um livro desses podia ser motivo de prisão arbitrária e tortura por agentes da repressão política, infiltrados nas escolas, nos bairros, em todo lugar. As mães foram ousadas para a época, como lembra Ana Maria:

Quando a gente fez essa carta, eu me lembro que fiquei com o original, e aí, como estavam perseguindo todo mundo, nós enchemos sacos de papéis e documentos como esse, e enterramos tudo, coisas que eu acho que até apodreceram. A gente limpou toda a casa de madrugada com medo deles pegarem a gente. Textos bíblicos, pautas, avaliações, tudo que era rodado no mimeógrafo foi enterrado. Sumimos com a carta original.

Santo Dias já fazia parte da Oposição Metalúrgica de São Paulo e levou a carta das mães para as reuniões, juntamente com o então metalúrgico Aurélio Peres, que estava trabalhando na Caloi. Posteriormente, em 1974, Aurélio foi preso pelo DOI-CODI e muito torturado. A carta fazia parte de seu “dossiê” de “subversivo”. Não só os operários foram perseguidos. Os agentes policiais passaram a procurar as autoras na periferia. Era um clima de terror, mas a solidariedade dos grupos nas comunidades era bem mais forte, segundo Odete Marques:

Teve a carta, foi o maior boxixo¹⁰, porque a repressão começou a procurar as autoras... Aí sabe o que aconteceu? A gente aqui era tão organizado que quando chegava alguém e perguntava: “Ô, Odete, quem está na cabeça desse movimento?”, nós falávamos: “Nós, as mulheres da periferia. A vida tá ruim pra todas, não tem uma cabeça”. A gente era muito fiel, muito unidos, e não dava a cabeça de ninguém.

A solidariedade salvou Aurélio Peres da morte por tortura. Essas recordações são dolorosas para ele e sua mulher, Conceição. Sua prisão se deveu à leitura da carta e também à intensificação da perseguição aos dirigentes dos grupos políticos de esquerda pelo regime militar. Antes, o casal teve de conviver com a tensão da eminência da prisão a qualquer momento, mudando para vários lugares, com seus dois filhos, durante quase nove meses. Uma vizinha escondeu Aurélio num poço, certa vez, por vários dias. No final, não era possível continuar daquele modo. Foi para casa e os agentes o levaram, uma noite, para o prédio da rua Tutoia:

Fui preso em setembro de 1974, numa terça-feira... eu sabia que ia ser preso, porque eles já tinham aparecido em casa antes, pesquisando e tal. Mas só que, assim que eu fui preso, o pessoal da Igreja, o padre Luiz Giuliani e o Raimundo Perillat, eles tomaram as providências...

Conceição Peres diz:

Os meninos ficaram com a minha irmã, ali por perto, e eu fui com a outra irmã para bem longe, eu fiquei longe um tempo.

Ana Maria recorda:

As nossas crianças brincavam juntas, Santinho e Luciana sentiram muito a falta deles, e a gente dizia para os dois não falarem sobre esse assunto com

10. Boxixo: acontecimento, agitação, na gíria daquela época.

ninguém... Luciana até hoje se lembra que, quando Aurélio saiu da prisão, ela pensou que ia ter uma festa, imagine, coisa de criança: quando chegou na casa da Conceição, era um homem barbudo, magro, mal vestido, muito diferente de antes... Choramos muito.

Aurélio continua relatando detalhes de sua permanência no DOI-CODI, durante 15 dias, de onde saiu para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), na Praça General Osório, no bairro da Luz, para aguardar julgamento em auditoria militar:

Então, como eu fui preso numa terça-feira... naquela condição de que eu tinha sentença assinada, minha sentença já estava decretada, porque todo preso quando ia para a sala de tortura e entrava sem capuz é porque ia morrer. Eu sabia desses detalhes todos. Eu entrei para a sala de tortura sem capuz, no entanto que se eu vir os meus torturadores, eu reconheço todos. Não eram muitos. Foram duas equipes que me torturaram. Porque lá funcionavam três equipes: a primeira, que estava em funcionamento quando eu entrei... Eu entrei, mais ou menos, meia-noite, para a sala de tortura, ela se revezou às sete da manhã. Depois a outra pegou... Das sete da manhã, ela ia até as sete da manhã do outro dia; e a terceira... No terceiro dia eu já não fui mais torturado fisicamente, porque aí já entrara em ação a pressão da Igreja. Eu fui barbaramente torturado da meia-noite até o meio do dia seguinte, e aí então começou... Já houve a interferência do dom Ulhôa, que substituíra dom Paulo, porque ele estava em Roma. O dom Ulhôa parece que entrou em contato com o comandante do II Exército, parece que cobrou providências e interferiu no DOI-CODI. Aí é que começou a fúria dos torturadores, pois eles queriam saber quem é que estava fazendo todo aquele escarcéu, que acionou o arcebispo, que acionou o comandante, que estava fazendo manifestações... Eu não sei o que aconteceu nas comunidades, mas deve ter acontecido muitas coisas, porque eles queriam saber quem era o responsável por tudo isso. Eu ainda fui torturado até o outro dia. Não na mesma intensi-

dade, é claro, porque no pau de arara, essas coisas todas, choque, palmatória, cigarro, telefone... eu já tinha passado, foi na madrugada. Eu perdi em torno de trinta a quarenta por cento da minha audição. Basicamente, eles queriam nomes, não queriam nem saber se eram desse partido, se era daquele partido, se eram da Igreja ou se não. Eles queriam nomes: “Vai dando nomes”, falavam. Nomes do pessoal que estava na luta política.

Todos os grupos comunitários que conheciam Aurélio se mobilizaram por ele. Organizaram a divulgação de sua prisão, solidarizaram-se com Conceição e empreenderam esforços para que fosse prontamente solto. No dia de seu julgamento, na Auditoria Militar (um tribunal de guerra) da avenida Brigadeiro Luís Antônio, sob forte aparato militar, centenas de pessoas se revezaram na sala estreita para acompanhar a arguição do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh em defesa de Aurélio Peres e de outros presos políticos, acusados de pertencer a partidos de esquerda e a fomentar a “subversão” política.

PRISÕES, TORTURAS, TERROR

O então padre Giulio Vicini e a assistente social Yara Spadini também haviam sido presos alguns anos antes, em 1971, acusados de fazer um panfleto denunciando a prisão de trabalhadores em Mauá e Santo André, além da morte do operário Raimundo Eduardo da Silva, sob tortura, na Oban. As comunidades se mobilizaram e dom Paulo Evaristo Arns, que tinha sido empossado como arcebispo de São Paulo em 1970, foi visitá-los no cárcere e divulgou, em todas as comunidades, um comunicado em que mencionava “ignominiosas torturas”. Yara se lembra de tudo e, com sua fala mansa, explica:

Tudo que se fala de bom sobre dom Paulo eu assino embaixo. Quando o pessoal era preso e torturado, ele ia e defendia, não interessava se ca-

tólico, comunista, ateu... Nós fomos presos e ficamos apenas uma noite no Dops... por causa da intervenção de dom Paulo. Na noite que a gente foi preso, ele foi lá e disse que nos conhecia. No dia seguinte, saímos. As pessoas ficavam meses na fase de interrogatório... eram tirados da cela indiscriminadamente, à disposição da tortura. Fomos torturados nessa noite. Na manhã seguinte, ele foi e interveio e a gente foi já para o presídio Tiradentes. Em dois meses, nós fomos ouvidos, a primeira audiência, estávamos julgados. Isso foi inédito. Porque as pessoas ficavam dois anos sem ser ouvidas pela polícia. Eram trinta mulheres no presídio, naquela época. Algumas foram tiradas da cela do presídio, nunca mais vimos... A qualquer hora tiravam do presídio para interrogatório para a tortura, assim completamente arbitrário. Como nós tínhamos um trabalho comunitário aberto, dom Paulo apoiou. Não adianta: o apoio público é a defesa mesmo, a força da informação... O pessoal ia para as audiências e enchia as salas. A intervenção de dom Paulo fez que em dois meses tivéssemos o processo já concluído. Júlio foi condenado a seis meses e eu fui absolvida por falta de provas.

Seu processo foi um fato desencadeador na atividade de dom Paulo na defesa dos direitos humanos à frente da Arquidiocese:

Ele entrou em novembro, dezembro, e nós fomos presos em janeiro, e então foi a primeira denúncia pública de tortura que ele fez. Foi um marco nesse sentido. Eu era tão boba, tão inocente, que dom Paulo falou para a gente: “Faça um relato da tortura que você sofreu”. Eu disse que tinha sofrido pouco, só levei choque elétrico na cadeira do dragão, só no tornozelo. Eles te mandam tirar toda a roupa, te põem numa cadeira metálica, e aí tem fio direto da tomada, dando choque e fazendo pergunta. Você sente o cheiro de carne queimada. O Júlio foi muito mais torturado, com equipamentos sofisticados – o capacete, quanto mais alto fala, mais se autoeletrocuta. Ficou duas horas. Nós saímos bem, porque

continuamos a ter apoio da comunidade. Continuamos a participar de encontros, não tinha nem tempo para cair em depressão. Mas, que dá uma bruta insegurança... A gente vivia numa época que a gente tinha quase certeza que mais cedo ou mais tarde a gente ia ser pego de novo. Aquilo dava muito medo.

O cardeal arcebispo de São Paulo mal começara sua luta pelos direitos humanos, com o episódio Yara-Julio. Na Arquidiocese, por sua recomendação, multiplicaram-se grupos de padres, freiras e leigos para tratar desse assunto e acompanhar tudo o que acontecia. Depois foram articulados na Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese, sob a coordenação do então procurador Hélio Bicudo, que se sobressaía pela sua luta contra o Esquadrão da Morte – grupo de extermínio integrado por policiais, entre eles o delegado Sérgio Paranhos Fleury, incorporado pelo regime às equipes da repressão política como diretor da Divisão de Ordem Social do Depto. Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), cujo diretor era Romeu Tuma.

A Comissão de Justiça e Paz, formada por intelectuais como José Gregory e o advogado José Carlos Dias, entre outros, acompanhou esses casos, posicionando-se firmemente contra as práticas da ditadura. Em 30 de março de 1973, o cardeal reuniu 3 mil pessoas na Catedral da Sé para a missa em memória de Alexandre Vanucchi Leme, estudante da Universidade de São Paulo, assassinado pelos órgãos de repressão naquele mês.

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Wladimir Herzog, diretor de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, “aparece” morto na sede da rua Tutoia, depois de preso sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A versão oficial era a de que ele se suicidara. Dom Paulo e o rabino Henry Sobel convocaram um ato ecumênico na Sé, que ficou lotada apesar do aparato policial costumeiro cercando a catedral.

Em 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi preso sob igual pretexto e morreu depois das torturas no DOI-CODI, em São Paulo. Em todas as comunidades foram celebradas missas e reflexões sobre esses episódios. No caso conhecido como Massacre da Lapa, em 1976, foram assassinados Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, dirigentes do PC do B, e preso João Batista Franco Drummond, assassinado sob torturas no DOI-CODI. Foi a intervenção do cardeal que impediu o assassinato de outros presos nesse episódio ou pouco antes, como ocorreu com Aldo Arantes.

MULHERES CORAJOSAS SAEM ÀS RUAS

Era nesse clima que as mulheres dos clubes de mães da região de Vila Remo fizeram suas reivindicações por melhorias nos bairros e começaram a organizar o Movimento do Custo de Vida. A primeira manifestação foi a carta, lida em vários lugares, como Aurélio Peres mencionou.

A carta das mães apoiava-se nos dados obtidos por um questionário sobre as condições de vida na periferia, que elas mesmas idealizaram. Passaram em todos os locais onde tinham contato, montando um diagnóstico sobre o preço dos gêneros de primeira necessidade, na região sul, entre outubro de 1972 e outubro de 1973. A “Carta das Mães da Periferia” foi redigida e enviada à Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Horácio Ortiz (MDB). Um trecho foi publicado pelo jornal *O São Paulo*, em 27 de outubro de 1973, mas sua íntegra perdeu-se no tempo:

Nós, as mães da periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida, viemos pedir aos senhores que tomem providências para baixar o custo de vida, porque o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de pôr a panela no fogo para fazer a comida para os filhos.

Para onde vai a carne, o feijão, o leite? Porque até agora o feijão e o arroz eram comida de pobres e agora nem os pobres podem comer mais. Junto a essa carta vai a nossa pesquisa de preços dos alimentos de mais necessidade. O feijão de 2 cruzeiros e 40 centavos passou para 6 cruzeiros e 70 centavos; a carne de 7 cruzeiros para 15 cruzeiros e o arroz de um cruzeiro e 25 centavos subiu para 2 cruzeiros e 40 centavos.

Assim sendo, o custo de vida subiu 120% e o salário mínimo é um salário de fome. Ou não é? E ainda notamos na pesquisa que quanto mais longe é o bairro da cidade, mais alto é o custo de vida. Por exemplo, na cidade ele subiu 69%, nos bairros menos afastados 94% e nos mais afastados 120%.

Em novembro de 1973, foi lida pelo deputado Freitas Nobre, na Voz do Brasil; comentada por dom Paulo Evaristo Arns na Rádio Nove de Julho e no jornal *O São Paulo*; motivo de nota nas rádios Tupi e Bandeirantes e comentários na TV Cultura de São Paulo. No ano seguinte, por causa das prisões de ativistas fabris, militantes políticos ou sociais, o movimento refluíu.

Apesar disso, os clubes de mães retomaram-no, realizando nova pesquisa em 2 mil casas, de agosto de 1974 a agosto de 1975. A enquete trazia perguntas sobre a quantidade de integrantes das famílias, seus ganhos e gastos. A coordenação dos clubes de mães redigiu mais uma carta, já com os dados da pesquisa, e os grupos trabalharam para reunir 16.500 adesões.

A pesquisa foi muito trabalhosa e as mães saíram para feiras, bares, reuniões, escolas, com o questionário nas mãos. Aprenderam a abordar as pessoas e, assim, a debater o assunto com elas; a tabular pesquisas com a manutenção fidedigna das informações coletadas; passaram meses redigindo os resultados, sempre de forma conjunta, eliminando dificuldades e apoiando-se umas às outras. Esse aprendizado político se iniciou com a coleta e organização de dados para mostrar às “autoridades” como os preços dos alimentos estavam altos, segundo Yara Spadini Vicini.

Ajudamos as mães a conceber e depois a tabular os resultados. Que trabalhadeira até todo mundo entender como era! E ninguém queria passar por mentiroso, elas só estavam querendo mostrar a ginástica que faziam com os salários todo mês!

No Jardim Santa Margarida, também surgiram grupos de compras comunitárias, uma forma de diminuir os gastos com a alimentação. A casa de Dita e Cenerino servia de sede de reuniões, formação de grupos e também de depósito para os alimentos comprados em conjunto com várias famílias. Certa vez, Ana Maria encarregou Luciana de levar o dinheiro de três famílias para Dita, e ela foi até lá com as filhas de dona Tanzinha:

Eram crianças pequenas ainda! Pararam no meio do caminho, para mexer com latas e plásticos de um lixão que havia lá. Esqueceram da tarefa e perderam o dinheiro. Luciana voltou chorando para casa, sabia que o dinheiro era de todo mundo. Voltei lá e ainda encontramos o pacotinho embrulhado. Era assim... Havia muitas mães nessa discussão, assim como eu, Tanzinha, Dita e Odete. Tinham crianças, tinham de dar conta da casa e da vida.

CINCO MIL PESSOAS: VITÓRIA!

A pesquisa sobre o custo de vida foi o primeiro momento em que essas mulheres saíram das discussões sobre a vida privada, confinadas nos pequenos grupos, e ganharam o espaço público, as reuniões com setores diferentes do ambiente da Igreja, as articulações políticas e as disputas de poder. Passaram a se movimentar fora dos lugares a que estavam habituadas, o que ampliou sua compreensão da realidade e alterou sua maneira de viver.

Todas as comunidades de Vila Remo se engajaram na luta contra o custo de vida. Ana e Santo Dias eram considerados um casal

emblemático do movimento e participavam da sua coordenação. Mas, seu engajamento provinha de discussão com muito mais gente: Ana no clube de mães; Santo nos grupos de fábrica. Uma das características fortes dessa movimentação é a sua profunda vinculação com os grupos nos bairros. O processo de decisão dos rumos do movimento era muito exigente. Só depois de consultados os participantes, é que decidia-se o que fazer. Ana Maria relembra: “A gente fazia essas pesquisas nas casas e voltava para os grupos, porque estava sempre indo e voltando. Quando acabava a pesquisa, nós mesmos tabulávamos tudo manualmente. Era um trabalho insano”.

Em maio de 1976, alguns jornais já traziam artigos sobre a preocupação do então presidente Ernesto Geisel com a alta do custo de vida em ano de eleição. Nessa mesma ocasião, eram necessárias 142 horas e 51 minutos para aquisição da alimentação mínima para uma família média, enquanto em maio de 1975 esse tempo perfazia 127 horas e 42 minutos, segundo as estatísticas da época.

Odete Marques lembra dos detalhes da organização das mulheres:

Fizemos uma pesquisa, a gente foi de casa em casa, levantamos quanto de arroz cada família gastava, quanto de feijão, e aí vimos que era milagre o que se fazia com o dinheiro, porque não dava. Então, o movimento foi crescendo até que fizemos uma assembleia de São Paulo inteira no Colégio Santa Maria. Eu fui uma das coordenadoras da mesa e tinha montes de agentes do DEOPS, do DOI-CODI, à paisana. Essa assembleia foi muito comentada, muito elogiada, uma organização popular, sem policiamento, tinha polícia deles, nossa não. A mesa era composta de sete pessoas: dom Mauro Morelli junto. A gente coordenou essa assembleia – eram só mulheres e o bispo. No final dessa assembleia, nós saímos escoltados, tinha segurança nossa seguindo, entramos no carro e fomos levados no alto lá do Colégio, para evitar prisões e perseguições. Era uma coisa com muita segurança nossa, nossa organização era muito forte nessa época. No dia

seguinte, todos os jornais deram manchete, com nossas caras, foto da multidão, juntou cinco mil pessoas. Era uma coisa bonita de se ver. Valeu todo aquele trabalhão. Não conseguimos o que pretendíamos, mas abrimos a discussão sobre esse assunto, que antes era tabu, não tinha espaço para isso. A gente tinha razão e percebeu isso quando outros setores vieram engrossar o movimento: sindicatos, associações de estudantes, políticos, outros movimentos...

A assembleia pioneira a que Odete se refere aconteceu em 20 de junho de 1976, no Colégio Santa Maria, uma escola religiosa de classe média alta, dirigida pela Congregação das Irmãs de Santa Cruz. Para sua convocação, foi divulgada a carta às autoridades redigida em 1975, além dos dados que resultaram da pesquisa.

Eis a íntegra da carta:

Ilmos. Senhores

Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governador, Prefeito, Vereadores, outras entidades e povo em geral.

Somos mães de família em desespero e, mais do que ninguém, sentimos os preços dos alimentos, remédios, escolas, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração.

Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da falta de vagas nas escolas.

Sendo o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, nós, mulheres de São Paulo, nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro.

O resultado de 2.000 pesquisas feitas por nós mostrou que, nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais de cinco pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham juntas Cr\$ 1.688,53 por mês. Só com a comida, gás e sabão, a família gasta Cr\$ 992,29. Com o que sobra, temos que pagar roupa, casa, condução, remédios, materiais de limpeza e de escola. Desse jeito não dá mesmo.

O salário é apertado e o custo de vida sobe sem parar. De agosto de 1974 até agosto de 1975, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai de família é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muitas horas extras e quase não vê os filhos. Também a mãe trabalha. Muitas crianças em idade escolar têm que fazer biscates como: carroto na feira, engraxar sapatos, vender bugigangas nas ruas em vez de ir à escola. Isso tudo está prejudicando nossas famílias. Por isso resolvemos lembrar as autoridades para controlar o aumento do custo de vida e aumentar o salário de acordo com as necessidades das famílias dos trabalhadores.

Para aguentar essa situação, nós mulheres precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos. Eles ficam ou trancados em casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua, sem nenhuma proteção, correndo o risco de serem marginais. E, olha, não é por falta de procurar. Sabemos que em alguns bairros já tem creche da Prefeitura. Em muitos outros vários grupos de mães já tentaram, por todos os meios possíveis, conseguir creches, sem nenhum resultado.

Por tudo isso, nós, junto com os nossos maridos e todas as pessoas que participam conosco desta preocupação, reivindicamos: controle do custo de vida, melhores salários, creches e escolas para os nossos filhos.

São Paulo – Ano Internacional da Mulher – Novembro de 1975

A preparação da assembleia foi cercada de todos os cuidados, para fugir à repressão. Ana Maria Baptista, da Congregação das Irmãs de Santa Cruz, morava em Cidade Dutra, onde as comunidades também participavam do movimento. Ela tem as lembranças muito vivas na memória:

Não podíamos nos reunir livremente, sem a companhia de agentes dos órgãos de repressão. As prisões eram rotina. Todo mundo tinha medo... Para sair a assembleia no colégio foi complicado. Não podia ser em praça pública porque a polícia reprimiria. Não podia ser em sindicato, porque

os pelegos estavam lá, então foi no colégio. As irmãs se reuniram e decidiram ceder o espaço. Depois, acolhemos os coordenadores na nossa casa, para que não fossem presos. As reuniões para preparar foram feitas em vários lugares, para despistar a repressão. Sempre com as pessoas chegando em horas diferentes, para não dar bandeira e tudo o mais. Era um clima insustentável, um terror mesmo. Conseguimos apesar de todas as dificuldades!

Realizada no pátio coberto do colégio, reuniu 5 mil pessoas, principalmente moradores de quase todos os bairros da região sul, deputados opositores, representantes de entidades estudantis e jornalistas. Um feito notável para uma época tão difícil. Um impulso novo para o Movimento do Custo de Vida¹¹, pois a assembleia fora divulgada pelos principais jornais brasileiros.

1978: AVANÇO E ENCRUZILHADA

O fato de haver discussão pública do tema passou a atrair setores diversos que participavam de outras mobilizações. Em março de 1977, cerca de setecentos delegados das Comunidades Eclesiais de Base elegem uma coordenação para o Movimento do Custo de Vida em São Paulo, que passa a direcionar suas ações¹².

No início de julho de 1977, uma lista de dezenove produtos alimentícios básicos sofrera novo aumento de preço, apesar das tentativas inúteis de tabelamento feitas pelo governo. Por outro lado, o movimento começou a encontrar eco na sociedade e a receber adesões de mais gente. Isso fez com que, em agosto, uma coordenação-geral de 40 representantes de sindicatos, associações de bairros, comunidades

11. Para conhecer a história detalhada do Movimento do Custo de Vida, consultar: MONTEIRO, T. N. *Como pode um povo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*.

12. KUCINSKI. *O fim da ditadura militar.*, p. 78.

etc. fosse escolhida para articular melhor o movimento. Um boletim informativo foi redigido em setembro, com a avaliação desse grupo, propondo pontos básicos de articulação, entre eles um dia de luta contra o custo de vida.

Mas a liderança do MCV já tinha consciência de seus limites. Os movimentos por melhorias até então se confrontavam com os poderes públicos, mas obtinham resultados concretos e visíveis – linhas adicionais de ônibus, construção de prédios escolares, ampliação da rede de água, entre outros. No caso do MCV, não só os representantes do poder público, de nível federal, não compareciam às mobilizações organizadas, como as bandeiras de luta podiam ser consideradas mais “abstratas”, em razão do seu questionamento de macropolíticas públicas. Com isso, a própria direção do movimento acabou “descolando das bases”, por conta de sua maior politização no caminho traçado.

O ano de 1978 foi pautado pelo ascenso do movimento enquanto frente de oposições, no país inteiro. Em março, dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar da região leste, dom Luciano Mendes de Almeida, do Belém, e dom Antonio Celso Queiroz, do Ipiranga, mencionam o Movimento nas páginas do jornal *O São Paulo*. As comunidades de toda a Arquidiocese estavam engajadas no MCV.

A direção do Movimento, por outro lado, apresentava-se cindida: havia um setor que advogava seu crescimento paulatino, com formas mais modestas de convencimento e discussão nos grupos dos bairros, e outro, que propunha a massificação do abaixo-assinado para sua entrega em Brasília. Venceu a segunda posição, que previa o lançamento da mobilização com nova assembleia maciça. Esse embate refletia também a composição de sua direção, formada por representantes de clubes de mães, movimentos populares, entidades classistas, que implicava a presença de diferentes forças políticas, inclusive quadros das organizações clandestinas de esquerda. Estes possuíam diferentes concepções sobre trabalho e organização de massa, e percepções diversas

sobre aquela conjuntura, do que decorriam diferentes estratégias para as lutas contra a ditadura como um todo e para o MCV, em particular.

INFLAÇÃO: “QUESTÃO PARA DEUS”

Em 12 de março, 5 mil pessoas se reuniram no Colégio Arquidiocesano, na Vila Mariana (capital), para a divulgação do abaixo-assinado a ser entregue posteriormente às autoridades, com as reivindicações: congelamento dos preços de primeira necessidade; aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e abono salarial de 30% imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. O ano de 1978 fora pautado por um grande colapso no abastecimento, depois de uma década de abandono das culturas alimentares e dois anos de clima ruim¹³, o que elevou os preços dos alimentos e forneceu substrato para as reivindicações formuladas na manifestação do MCV.

Três ministros se posicionaram frente às reivindicações do MCV, em artigo da *Folha de S. Paulo* do dia 14 de março de 1978. “Se me mostrarem como fazer, eu gostaria. E quem me dera fazê-lo... Antes eles têm que me provar que dois mais dois dão oito”, disse Mário Henrique Simonsen, então ministro da Fazenda. O ministro Reis Veloso, do Planejamento, afirmou: “Nem Deus daria conta de controlar a inflação no Brasil se o governo desse abono salarial não compensado para os trabalhadores e congelasse o preço dos produtos alimentícios”. Respondendo pela pasta da Agricultura, Alisson Paulinelli disse que seria impossível congelar os preços dos alimentos “enquanto não for neutralizado o aumento constante dos fatores de produção”.

No dia seguinte, Eduardo Suplicy, economista e então professor da Fundação Getúlio Vargas, depois eleito deputado estadual pelo

13. *Ibidem*, p. 79.

MDB no pleito de 1978, rebatia as declarações dos ministros em artigo no mesmo jornal. Até parlamentares da Arena se manifestaram na imprensa, condenando a ironia e o menosprezo com que os ministros responderam às reivindicações do MCV. O MDB apoiou incondicionalmente a movimentação, desde seu início.

Com espaço aberto na cena política, o Movimento do Custo de Vida continuou crescendo. No 1º de Maio daquele ano, apoiou a luta dos trabalhadores que iniciavam greves nas fábricas da Grande São Paulo. Mas nada era fácil de ser encaminhado. Seus integrantes muitas vezes passavam por “agitadores”. No Colégio Carolina Renno Ribeiro, na região sul, a folha do abaixo-assinado foi manchada de tinta propositalmente, para inutilizar o documento. Esse episódio aconteceu em maio e foi muito discutido pela coordenação do movimento, que se reunia para programar o lançamento oficial de novo abaixo-assinado. Em junho, os setores se organizavam e dividiam tarefas para o evento.

Em 23 de junho, os integrantes do MCV, inclusive as mães dos clubes, vão ao centro de São Paulo recolher assinaturas. Conseguiram 14 mil adesões em três horas, segundo alguns jornais. Em julho, o abaixo-assinado é passado em todas as igrejas católicas da cidade, bem como são realizadas coletas maciças para juntar assinaturas, em locais movimentados: feiras, praças, pontos de ônibus, terminais etc. As crianças de Ana Maria, Odete Marques, Maria José Cavalcanti, Conceição Peres e tantas outras acompanharam suas mães nessa tarefa. Nova ida ao centro ocorre em 14 e 15 de julho. Agora o movimento já tem a adesão de amplos setores. Em Goiás, foram recolhidas 19.500 assinaturas.

Agosto de 1978 é repleto de atividades do MCV. Há programação de mutirões em feiras, igrejas e no centro de São Paulo para adensar o abaixoassinado e convocar para a grande assembleia do dia 27 de agosto, na praça da Sé.

Mas a ditadura ainda existia e permanecia alerta. No dia 25, o então governador Paulo Egydio Martins proíbe a utilização da praça

da Sé para o ato público de entrega do abaixo-assinado do MCV. Dom Mauro Morelli permite sua realização na Catedral da Sé, mas apela para o governo, pois o local não comporta a grande concentração de gente como esperavam os organizadores e noticiaram vários jornais. Nesse dia, o mutirão convocatório das mães na praça da Sé é cercado por forte aparato militar, os panfletos são recolhidos e a concentração, dispersada por “prevenção”. Depois de meia hora, os policiais se retiraram afirmando que havia sido um grande mal-entendido.

A *Folha de S. Paulo* do dia 27 de agosto de 1978 traz matéria sobre a denúncia feita pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo de que três pessoas haviam sido ameaçadas de prisão, quando recolhiam assinaturas, e de que a CMTC ordenara cancelar os contratos de locação de ônibus para o transporte até a praça da Sé no dia da manifestação.

NA SÉ, 20 MIL PESSOAS JUNTAS

A preparação para a assembleia mobilizou a cidade inteira. Em todas as regiões, grupos se constituíram para ir até a Sé, na tarde de 27 de agosto. Uma verdadeira operação estratégica foi realizada na surdina, saindo da periferia e tomando o centro. Ônibus foram lotados, mas o estacionamento foi feito bem distante dali, para evitar o cerco policial. À paisagem cinzenta, formada pelos edifícios escuros e vazios, adicionou-se o colorido de uma multidão silenciosa que foi se organizando, juntando grupos vindos de todas as regiões de São Paulo: homens e mulheres; crianças, adultos e velhos; operários, donas de casa, estudantes, políticos, religiosos e tantos outros.

Muitas pessoas tomaram coletivos comuns com muita antecedência, para garantir a presença naquele momento que se revestiu de grave solenidade. Portando faixas pintadas à mão com *slogans* contra a alta do custo de vida, dobradas ou embrulhadas cuidadosamente, as

peças foram chegando pelas ruas laterais da Catedral e preenchendo seu interior. E, do lado de fora, soldados da tropa de choque, com seus cães ou a cavalo, cuidavam para que a manifestação não extrapolasse o limite imposto pelos governantes. Mesmo assim, muitas pessoas tiveram de ficar nas escadarias da Catedral, isoladas dos soldados por um cordão formado por padres e religiosos da Arquidiocese. Santinho se lembra de tudo:

Na praça da Sé, Luciana e eu acompanhamos nossos pais. Quanto cavalo, quanta gente... Ficamos um pouco assustados, mas participamos da manifestação até o fim. Víamos os cachorros e os policiais, minha mãe tentava nos proteger e dar apoio a uma dezena de vizinhas que havia convidado, que estavam com seus filhos. Lembro-me como se fosse hoje: saímos uns cinco minutos antes da pancadaria... Ouvimos ao fundo, a gritaria do povo...

Mesmo com toda pressão, 20 mil pessoas lotaram a Catedral para a entrega do documento com 1,3 milhão de assinaturas. Estavam presentes os deputados Rui Brito, Airton Soares, Alberto Goldman, Freitas Nobre e Frederico Brandão, todos do MDB, além de Fernando Henrique Cardoso, candidato a suplente de senador por esse mesmo partido.

A assembleia foi realizada com emoção e nervosismo, durou cerca de três horas, diante da possibilidade de confronto. Seus organizadores deram orientações aos participantes para que saíssem em pequenos grupos pelas laterais da Catedral, evitando a passagem pela porta principal. Mesmo assim, a tropa de choque agiu, invadindo a igreja e distribuindo sopapos e cacetadas, além de jogar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral nos bancos da catedral, onde estavam sentados muitos idosos que chegavam para a missa das seis da tarde.

Atrás do altar principal, foi organizado um ambulatório improvisado que serviu para atender essas pessoas até que religiosos e inte-

grantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo negociassem com os militares a saída dos remanescentes.

Os jornais do dia seguinte publicaram matérias sobre a repressão policial ao ato com trecho da fala do comandante da PM, coronel Arnaldo Braga, dizendo que foi obrigado a agir, pois havia infiltração da tendência estudantil “Liberdade e Luta”, e que os líderes do MCV já não estavam conseguindo “controlar a massa”.

O bispo de Capela do Socorro, dom Mauro Morelli, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, afirmou que a culpa dos incidentes era do governo e do ministro da Justiça, que não permitiram que o povo se reunisse na praça da Sé e se recusaram a ouvir as reivindicações populares. O governador de São Paulo considerou normal a ação da polícia e comentou:

Eu já havia dito numa entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes que as colocações do manifesto, no meu entender, eram impróprias, absolutamente primárias e demagógicas. Isto eu afirmei na última quinta-feira, antes da realização desse ato. Se essa petição fosse possível, como eu também já afirmei anteriormente, os que a elaboraram seriam merecedores do prêmio Nobel de Economia.

O jornal *Última Hora* trazia reportagem com entrevistas de diversos policiais, durante o ato, apoiando o movimento e afirmando que cumpriam ordem de dispersar a concentração contra a própria vontade, já que eram subordinados.

Quatro dias depois, em 31 de agosto, o Movimento do Custo de Vida ainda é pauta dos jornais. Membros da coordenação criticam a forma como foi noticiado o ato público do dia 27, dizem que a imprensa deu muita ênfase ao breve tumulto com a polícia, quando na verdade deveria ter exaltado o expressivo abaixo-assinado e a presença de 20 mil pessoas, apesar da proibição oficial.

BRASÍLIA, 10 DE SETEMBRO DE 1978

Em 10 de setembro, uma comissão de 21 pessoas do MCV segue para Brasília, com o objetivo de entregar as assinaturas, amarradas em 21 pacotes. Ana Maria é uma delas. Santo Dias e os dois filhos levam-na até a rodoviária, na época em frente à estação Júlio Prestes, no bairro da Luz. Por uma semana, sentiram-se muito sós sem a mãe, segundo Santo Dias Filho: “Apesar dos vizinhos, ficamos muitas vezes sozinhos. Os filhos de outra participante do movimento não tinham com quem ficar, e quase sofreram um acidente por brincadeiras do filho mais velho com álcool e fogo”.

Na capital federal, o tratamento dispensado aos representantes do movimento não é muito diferente que em São Paulo. Um grande esquema de segurança impediu a entrada da comissão do MCV no Palácio do Planalto e seu encontro com o presidente Ernesto Geisel. O general Euler Bentes, candidato à Presidência da República pelo MDB, recebeu a comissão em outro local e declarou seu apoio e o de seu partido. Na comissão encontrava-se Ana Maria do Carmo Silva.

Em 9 de outubro, o jornal *Movimento* fez uma reportagem sobre o Movimento do Custo de Vida, entrevistando Santo e Ana e Aurélio Peres. Sua íntegra:

AS GREVES CONTRA A CARESTIA

A luta contra a alta do custo de vida, pelo congelamento nos preços dos gêneros de primeira necessidade, sempre foi uma das bandeiras do movimento operário brasileiro

Um abaixo-assinado não é mais do que um pedaço de papel. As donas de casa não são como os operários. O que uma dona de casa pode fazer? Ela pode fazer greve?

Muitos dos que apóiam o Movimento do Custo de Vida estão perguntando o que fazer, agora que o abaixo-assinado gigante foi desprezado pelas autoridades. De que forma o Movimento pode levar adiante suas reivindicações de

congelamento de preços do gênero de primeira necessidade, abono imediato e sem desconto e aumento salarial acima da alta do custo de vida?

O MCV é formado essencialmente pelo povo pobre e, em São Paulo, inclui, além de operários, donas de casa, seus filhos, pequenos assalariados, estudantes, religiosos e até mesmo feirantes e pequenos comerciantes. Essa formação heterogênea amplia a penetração e os campos de ação do Movimento, mas dificulta uma ação mais enérgica e decisiva, como a greve.

Por essa razão, em virtude do caráter amplo e pouco agressivo do MCV, alguns de seus críticos, mesmo de dentro do movimento popular, o contrapõem à luta operária e ao movimento sindical.

O MCV sempre foi uma bandeira

A crítica de que o movimento contra a carestia tem pouca importância política e desvia esforços ou se opõe ao movimento operário se baseia, no entanto, em dois grandes desconhecimentos: 1) o de que hoje o MCV desempenha um importante papel no fortalecimento das correntes mais autênticas do movimento sindical; 2) o de que na história do movimento operário brasileiro, a luta contra a carestia, de forma ampla como agora e com as metas específicas de congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, também como agora sempre foi uma bandeira da vanguarda.

“Noutros tempos eram os sindicatos que assumiam a luta contra a carestia”, diz Santo Dias da Silva, 36 anos, um dos líderes da Oposição Sindical de São Paulo. Santo é casado com Ana Maria, uma das mulheres da comissão que foi a Brasília entregar o abaixo-assinado ao governo. Santo é também um dos muitos operários que participaram da redação do abaixo-assinado e que o levaram às fábricas, sindicatos e outros locais. Ele acha que o movimento operário deveria estar à frente da luta contra a carestia, que deveria assumir suas bandeiras.

Seu caso é semelhante ao de Aurélio Peres, outro líder metalúrgico paulista que participa ativamente do movimento contra a alta do custo de vida (já foi da coordenação do Movimento, hoje está um pouco afastado por ter-se candida-

tado à Câmara Federal pelo MDB). São casos que mostram como é grande o relacionamento entre o MCV e o movimento operário.

Em algumas regiões de São Paulo, como na Zona Sul, a campanha da oposição à diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos – o maior da América Latina é uma peça estratégica na política oficial de controle e repressão ao movimento operário – teve grande apoio das bases do Movimento do Custo de Vida. Mulheres como Ana, além de desenvolver intenso trabalho de propaganda da oposição metalúrgica em seus círculos de atividades, participaram de manifestações diretas contra a corrupção e a fraude eleitoral nas eleições sindicais de meados deste ano.

Posições como a de Santo e Aurélio são, no entanto, pessoais e não representam o conjunto da oposição metalúrgica de São Paulo. Outras correntes sindicais têm a mesma posição indefinida em relação ao movimento contra a carestia. Na manifestação do dia 27 na Catedral da Sé, quando foi anunciada a marca de 1,3 milhão de assinaturas, estavam presentes poucos líderes sindicais, como Hennis Amorina, dos metalúrgicos de Osasco; Benedito Marcílio, dos metalúrgicos de Santo André; e David Moraes, dos jornalistas de São Paulo. Lula, Luís Inácio, dos metalúrgicos de São Bernardo, havia sido convidado pelo MCV como representante dos operários que se opuseram a Ary Campista, no recente congresso da CNTI. Mas não quis comparecer.

A “súcia” de sempre, 66 anos atrás

Em épocas passadas, no entanto, a situação era bem diferente: os sindicatos eram os condutores da luta contra a carestia. Já em 1912 os operários paulistas tinham um “Comitê de Agitação contra a Carestia da Vida”, que realizou pequenos comícios nos bairros denunciando “uma súcia de especuladores responsáveis pela elevação dos preços de víveres e alugueis”.

Nesse período, os jornais proletários faziam campanhas populares contra a alta de preços e procuravam identificar as razões estruturais de sua elevação desenfreada. Ao apresentar as razões das manifestações e greve do período, o jornal **Germinal** diz:

“O governo de São Paulo, que é naturalmente representado por grandes proprietários de cafezais, valorizou o café às custas do povo. Ora, todos nós sabemos que, quando o café vende bem, o fazendeiro quase não cultiva cereais, daí o encarecimento das mercadorias de primeira necessidade. Junte-se a isso a ação dos açambarcadores: trustes das farinhas, das fábricas de chapéus, dos refinadores de açúcar e arroz e temos a explicação dessa calamidade”.

A história do movimento operário brasileiro registra greves e manifestações contra a carestia em todos os seus períodos. E as causas são, no geral, as mesmas – a estrutura deformada e antipopular de nossa economia – agravadas pelas condições políticas particulares de cada época.

Em 1942 e 1945, enquanto o aumento de salário é de 60%, o crescimento médio nos preços de 17 gêneros alimentícios é de 80%. Entre 1948 e 1954, enquanto a renda nacional se eleva de 158,5 para 551,3 bilhões, subindo 348%, a participação dos salários cresce 211%, contra 267% de crescimento da participação dos juros e 303% de incremento na participação dos lucros.

Em consequência desta deterioração em suas condições de vida, os trabalhadores e outras camadas populares fazem greves, passeatas e manifestações. No dia 6 de julho de 1952, no Rio Grande do Sul, uma Comissão Executiva Sindical promove uma grande concentração popular contra a carestia. A polícia ataca os manifestantes, e em resposta há greves em 27 cidades. Em Santa Maria, os ferroviários realizam enérgicas manifestações e impedem a alta da carne, chegando a invadir a prefeitura municipal e a prender alguns de seus funcionários. Em São Paulo, no dia 2 de setembro de 1954, há uma greve geral de grande repercussão contra a carestia, devido às condições políticas da época: as massas populares estavam descontentes e agitadas devido ao suicídio-protesto de Getúlio Vargas, forçado pelas manobras das correntes conservadoras.

O comando de greve pedia aumento do salário-mínimo e congelamento nos preços. Participaram cerca de 1 milhão de trabalhadores e é a maior manifestação até então na história do operariado brasileiro.

JK cede e congela preços

Em 1958, o movimento sindical – unido a outros movimentos populares – consegue, entre outras coisas, o congelamento nos preços de uma série de

produtos essenciais. Uma manifestação do início de 1959 contra a carestia une 7 federações operárias, 194 sindicatos, 30 organizações populares, 125 grêmios estudantis. Em março daquele ano o governo de Juscelino estabelece um “Plano de Abastecimento”, no qual são preconizadas medidas de melhoria na distribuição e armazenamento dos gêneros de primeira necessidade.

Os trabalhadores, no entanto, insistem em que as causas da carestia são estruturais e profundas e exigem medidas radicais.

Um Congresso dos Trabalhadores Gráficos, por exemplo, exige limitações das exportações de dividendos, lucros, *royalties* e seguros, pede a nacionalização dos bancos estrangeiros, e modificações na política de créditos dos bancos oficiais. Cita, em defesa de sua tese, distorções na política de crédito agrícola muito semelhante às atuais – crédito concentrado nas mãos dos grandes proprietários e atravessadores: dos 114 bilhões de cruzeiros da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil, 60 bilhões estão nas mãos de 2 grandes trustes estrangeiros que monopolizavam a comercialização de produtos agrícolas do país, Sanbra e Anderson Clayton.

O povo pede “reformas de base”

A situação das classes trabalhadoras e da população pobre das grandes cidades continua a se agravar também durante o governo Goulart, especialmente no período conturbado em que ele governa com um gabinete parlamentarista e desenvolve uma política de tentar equilibrar-se entre os interesses dos trabalhadores e os do grande capital internacional e dos latifundiários. A crise do abastecimento é gravíssima e as manifestações populares contra a carestia, pedem providências urgentes e também reformas econômicas e políticas.

Documento de 5 de janeiro de 1962 feito por “organizações sindicais, estudantis, femininas, culturais e populares da GB*”, pede, em primeiro lugar, “o congelamento nos preços dos gêneros de primeira necessidade, dos serviços públicos e das utilidades de uso popular”. Pede também reformas de base

* GB, o então estado da Guanabara.

como “limitação de lucros, *royalties* e dividendos das empresas estrangeiras”, “reformas agrárias através de desapropriação dos latifúndios”, “direito de voto para os analfabetos”, “aplicação intransigente do princípio de autodeterminação dos povos e de não intervenção”.

Em fins de março de 1962, no Recife, a I Conferência Nacional dos Estivadores pede, entre outras coisas, o mesmo que os trabalhadores sugerem agora, nas justificativas de seu abaixo-assinado: “que o governo federal subvencione alguns gêneros alimentícios como o feijão, o arroz, o charque, o trigo, a fim de assegurar a venda desses produtos à população a preços reduzidos”. Defende também “a criação de milhares de comissões e comitês de combate à carestia, que promovam ações em cada local”¹⁴.

ACUSAÇÃO DE FALSIDADE E PANELAS VAZIAS

A matéria do jornal *Movimento* refletia o intenso debate público desencadeado depois da manifestação do dia 27 de agosto. A coordenação do MCV se reunira para avaliar os desdobramentos, diante da falta de resposta do governo. Os jornais reproduziam opiniões diversas sobre a “dureza” do regime, como a fala do bispo de Uberlândia, dom Estevão Cardoso Avelar, que se manifestara chocado com o fato de o presidente não ter recebido os representantes do movimento.

Em 25 de setembro é divulgada uma nota pela assessoria de imprensa da Presidência, lida pelo coronel Rubem Ludwig acusando o MCV de ter sido desonesto: “O governo, aceitando de bom grado o abaixo-assinado entregue pela delegação do Movimento, e a fim de pronunciar-se em função de reivindicações legitimamente expressas, determinou a verificação da autenticidade das assinaturas, para melhor aquilatar essa ponderável manifestação da opinião pública (...) Na impossibilidade de se verificar a totalidade dos signatários, em virtude de seu elevado número, bem como

14. Cf. O Movimento, 9 out. 1978, p. 21.

da ausência de dados de identificação de cada um, foi uma amostragem submetida a exame grafotécnico pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal. Em seu laudo, os peritos concluíram que grupos de pessoas lançaram respectivamente grupos de vários nomes, à guisa de assinaturas, como se fossem de pessoas diferentes (...) depois desse laudo, perdeu credibilidade porque foi desonesto; e, se usou desses meios desonestos, havia uma segunda intenção”.

Uma das reportagens da época reproduz a opinião do advogado José Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz, criticando essa posição: “Se for verdade que o coronel Ludwig disse isto, ele vai ter que provar e está sujeito a ser processado”.

No dia 27, os representantes do MCV se manifestaram aos jornais, explicando que pessoas assinaram por analfabetos e crianças que queriam participar do abaixo-assinado, rebatendo a acusação de desonestidade. Sugeriram também que o governo fizesse um plebiscito para saber se o povo apoiava ou não as reivindicações do MCV. Dom Paulo Evaristo Arns foi procurado pelos repórteres e disse: “É preciso estar andando muito longe do povo para duvidar da autenticidade deste movimento”. Alguns deputados oposicionistas criticaram as acusações do governo.

A trajetória do MCV não parou por conta disso. Em 29 de outubro, é realizada a assembleia das panelas vazias. Nela foi aprovada mais uma carta a ser enviada às autoridades, em função do não cumprimento do prazo estabelecido pelo movimento para uma resposta às reivindicações, da acusação de desonestidade, exprimindo apoio às campanhas salariais, além de mostrar a grande expansão do movimento para outros estados.

Um dos grandes méritos do MCV, segundo Ana Maria, é que a bandeira histórica contra a carestia saiu dos bairros, pelos clubes de mães, e foi para as fábricas:

As mulheres levavam aquele abaixo-assinado para os maridos pegarem as assinaturas nas fábricas. Chegava na mesa do chefe, que perguntava aos maridos onde suas mulheres andavam, pois aquilo era muito perigoso. E a gente naquela discussão, nos clubes de mães. Então a gente fazia a mulher acordar e despertar. Isso para os maridos era uma afronta, porque imagina a mulher discutir uma coisa que nem eles estavam por dentro.

Outro avanço obtido pelo MCV foi reunir uma frente de posições políticas diferentes: desde os trabalhos comunitários da Igreja Católica, representantes de partidos clandestinos e de novos movimentos sociais que começaram a aparecer, a parlamentares, sindicalistas, estudantes, setores da classe média. Essa mistura contribuiu para que os grupos populares crescessem em conhecimento político, segundo Irma Passoni:

Teve uma relação com intelectuais, um pessoal mais rico, e estudantes. Eles financiaram também, inclusive quando fizemos os jornaizinhos. Setores que também tinham muitos contatos, em rede nacional. Foi um dos movimentos mais unificados, a nível de Brasil mesmo, porque foi uma junção mesmo, partido com a igreja, mas que deu certo. Foi para o confronto da conjuntura política da ditadura, e foi para o confronto da regra econômica estabelecida. A gente afrontou a capacitação da cidadania contra a elite. Segundo, a gente afrontou o estabelecido político para o nascimento da democracia.

Ana continua ressaltando o saldo de conhecimento político para os integrantes das comunidades:

Tinha uma coisa que eu achava interessante, porque a gente conseguia fazer grupos, tanto de homens, quanto de mulheres. Sentávamos dias inteiros nos espaços que a gente tinha disponível para fazer estudos sobre economia. A

gente queria entender como funcionava... O Eduardo Suplicy deu curso de economia para nós. Isso preparava a gente para discutir o abaixo-assinado com qualquer um na rua. A Odete, a dona Maria José e tantas outras iam pra lá afinadas para discutir tudo. Eu me lembro que um dia fizemos coleta na rodoviária velha. Então saía grupo de três, cada uma com uma prancheta e caneta. As pessoas paravam a gente para perguntar, quem era o líder, quem fez, ameaçando nos entregar para o DEOPS.

Participante da comunidade de Vila Remo desde meados da década de 1970, a pernambucana Maria José Cavalcanti, ainda hoje uma das lideranças mais respeitadas daquela região, considera o Movimento do Custo de Vida como um marco:

Para mim, foi a coisa mais importante que aconteceu. Todo mundo se unia. Foi um movimento no qual conseguimos levantar as pessoas. Em qualquer lugar você podia falar porque as pessoas começaram a te ouvir. Espalhou-se pelo Brasil inteiro, as pessoas começaram a perder o medo da ditadura. Primeiro passo: a mulherada saiu nas ruas e os homens tiveram coragem de começar a fazer greve. Era um tempo muito mais difícil que hoje, não tinha tanto telefone, nem tanta condução, e a gente conversava com todas as regiões, se articulava e não tinha tempo feio para nada!

Para Irma Passoni, o MCV foi o primeiro movimento político nacional de massa contra um dos pilares do regime militar: os fundamentos da política econômica recessiva. Mostrou sua densidade política, quando as candidaturas populares de Aurélio Peres e dela própria, em 1978, foram propostas. Isto apesar dos conflitos existentes na direção, que se debatia sobre os objetivos do movimento: uma campanha pela conscientização de massa ou a mobilização de amplos setores que obrigasse o governo a reconhecê-lo como ator social? Os dois objetivos eram aparentemente compatíveis, mas implicavam tempos políticos

diferentes: o primeiro, mais lento, para atingir grupos; o segundo, mais veloz, visando ao impacto de massa gerado pelo volume de assinaturas. Este último prevaleceu no processo de decisão coletivo, dentro do movimento¹⁵.

O DEBATE DAS CANDIDATURAS POPULARES

As candidaturas chamadas “populares” do MDB, dentro do grupo dos parlamentares “autênticos”, as primeiras depois de mais de uma década de ditadura militar, foram pioneiras e surgiram no bojo do Movimento do Custo de Vida. Desde 1964, o parlamento – em seus três níveis – estava amordaçado pela ditadura. Havia apenas os partidos “oficiais” – Arena e MDB, e, neste último, um grupo de “autênticos” tentava acabar com a pecha de oposição “consentida” pelo regime.

Em 1974, já havia uma tendência eleitoral pelo voto de protesto. O MDB havia capitalizado a insatisfação popular, tanto que seu candidato ao senado naquele ano, Orestes Quêrcia, levara 70% dos votos da capital contra 19% dados ao da Arena e 11% nulos ou brancos¹⁶. Nos bairros da periferia, o candidato do MDB obtivera oito ou mais vezes votos que o concorrente da Arena. Desde 1974, o crescimento da votação no MDB paulatinamente havia crescido, como uma das formas possíveis de manifestação, pois a organização do Estado voltava-se toda para reprimir quaisquer inconformismos organizados¹⁷. Faltava participação política popular mais permanente, e os movimentos sociais, em particular o MCV, davam os primeiros passos para construir novos mecanismos nesse sentido, preenchendo espaços existentes e, por meio deles, chegando a outras formas de organização política.

Entre elas, a colocação das candidaturas populares ligadas à movimentação social. Uma das características históricas da participa-

15. SADER, op. cit., p. 216-220.

16. Cf. CAMARGO, op. cit., p. 110. 15. Ibidem, p. 115.

17. Ibidem, p. 115.

ção política nos partidos em São Paulo, antes mesmo do golpe de 1964, era uma atividade partidária circunscrita às vésperas da eleição. Agora, a inserção nos partidos passara a ser precedida por um movimento, que escolhia representantes ao parlamento e interferia nos rumos do trabalho político do candidato.

O princípio dessa novidade acontecera ainda em 1974, quando as coordenações dos grupos de Vila Remo fizeram cartilhas para discutir a eleição estadual com a população. O então deputado Alberto Goldman, do MDB, foi chamado para debate no Jardim Santa Margarida, um gesto de proselitismo político que hoje pode parecer tão comum, mas que, em tempos tão bicudos, era uma grande ousadia. As comunidades continuaram a discussão sobre política partidária dois anos depois, nas eleições municipais, apoiando já alguns candidatos, segundo Irma Passoni: “De 1976 a 78, a discussão era: se a gente traz os políticos aqui para discutir política e eles dizem o que precisa ser feito, mas depois a gente não conta com eles para fazer o trabalho, então é melhor a gente indicar gente do meio do movimento”.

Isso não aconteceu de modo pacífico no interior dos grupos e movimentos comunitários. Muita gente não conseguia entender a importância da indicação de duas lideranças locais para o Legislativo. Odete e Maria José foram duas delas e confirmam as dúvidas que tinham se eles não “passariam para o lado de lá”. Isto é, para o lado do regime e do grupo de políticos que apenas prometiam e não cumpriam. Ana e Santo Dias funcionavam muitas vezes como mediadores desses impasses.

A questão política institucional estava na pauta em nível nacional, depois de mais de dez anos de ditadura. Na base da sociedade, no meio do povo da região sul de São Paulo, essa questão irá se colocar a partir de um coletivo que reunia forças tão diferentes, com entendimentos diversos sobre a realidade, e que disputavam os novos espaços políticos produzidos. Isso ficou mais evidente no Movimen-

to do Custo de Vida, quando o debate de seus rumos se colocou. A opinião de Irma:

A dificuldade da gente era o embate entre o trabalho de massa e o ideológico. Quando esse trabalho começou a aparecer, que tinha muita cobertura da imprensa, aí muitos estudantes vieram para o bairro. Veio muita gente, além dos espíões que vieram junto também. Mas, teve gente séria que veio morar aqui, ajudou a gente a refletir. O pessoal mais ideológico queria que a gente rezasse a cartilha do partido. Nós não tínhamos a cartilha do partido, nós tínhamos a Teologia da Libertação que, no fundo, era uma tolerância com todas as religiões. No ponto de vista partidário, nós não pedíamos carteirinha para as pessoas. Aí que está a grande diferença. Como se dá uma mudança num país? Foi pela visão ideológica ou foi pela consciência de milhares de pessoas? Não era porque tinha dirigentes partidários clandestinos que se fazia o movimento. A verdadeira força do movimento era o movimento de massa. Nós éramos os mobilizadores sociais.

A divisão entre a concepção de sua candidatura e a de Aurélio Peres, que se cristalizou na época da reestruturação partidária, poucos anos mais tarde, já se evidenciava. Peres era cobrado pelo seu alinhamento ao PC do B, com posições anteriormente definidas com a sua direção. Mesmo em uma assembleia de representantes comunitários realizada na Capela do Socorro, para propor finalmente as candidaturas, houve um entrevero, na versão de Irma Passoni:

Havia uma decisão de que eu não poderia ser candidata, pois o candidato do PC do B era o Aurélio para federal e Fernando Lopes para estadual. O padre Luiz Giuliani percebeu isso e nos dias antes de fazer aquela grande reunião na Igreja do Socorro, com a presença de Orestes Quércia e outros parlamentares, articulou para que todas as comunidades fossem. A minha indicação foi uma reviravolta na assembleia. Tive 68 indicações, se eu não me engano.

O PRINCÍPIO DAS DIVISÕES INTERNAS

A versão de Aurélio Peres é outra. Ele diz que a candidatura de Irma Passoni para deputada estadual, em 1978, era um consenso na direção do MCV, depois de acalorados debates se o movimento deveria ou não participar das eleições. A tendência, na sua opinião, era apoiar apenas um candidato, para deputado estadual:

Aí vieram ideias de fora e trouxeram a discussão para dentro do Movimento. Claro que deveria lançar a chapa, não um candidato isolado, mas a chapa: senador, deputados federal e estadual. Franco Montoro para senador e Fernando Henrique Cardoso para suplente. Mas quem seria o candidato a federal? Aí o pessoal veio para cima de mim. Eu não podia, primeiro porque eu não era nem filiado ao MDB. A minha filiação aconteceu fora de prazo, por interferência do Fernando Henrique e do Quércio. O segundo obstáculo era que eu era inelegível porque respondia a processo.

Aurélio afirma que esta foi outra discussão difícil, e a conclusão foi a de que não importava se ele era ou não elegível. A questão era marcar uma determinada posição, ou seja, dar visibilidade a uma proposta de candidatura diferenciada. Muitas reuniões foram feitas para consultar o maior número de lideranças a respeito. A opção pelo lançamento de candidaturas “populares” ao parlamento abriu caminho para outras experiências.

Ana e Santo Dias participaram ativamente desse processo, primeiro como amigos que eram dos pré-candidatos, depois como integrantes da coordenação do Movimento do Custo de Vida e das comunidades da região. Acompanharam as discussões exaltadas, as muitas divisões que produziram, as incompreensões de ambos os lados. Santo ainda não estava convicto de que a participação parlamentar era prioridade para o movimento da região, segundo Ana Maria: “Certa vez, a

Irma pediu reforço de boca de urna ao Santo, mas ele perguntou porque ela não havia feito o mesmo no trabalho nas fábricas, juntamente com a Chapa de Oposição Metalúrgica. Para ele, acho que a luta operária era tudo”.

Nos embates do movimento operário, a questão partidária já era uma preocupação de Santo Dias, só que sob outra perspectiva, pelo que se depreende de sua fala¹⁸:

Mas, inclusive na discussão que a gente tem travado por aí, e mesmo em algumas vezes em que se consegue conversar separadamente com alguns companheiros, eles acham que devem estar algum dia no poder, ter esse poder na mão. Inclusive eu tive oportunidade de conversar algum tempo com o Lula, Luís Inácio, e ele também tem esse ponto de vista e inclusive a proposta partidária que ele está levando está dentro dessa concepção, um partido trabalhista; então é o trabalho que tem de estar mandando e, dentro disso aí, é claro que está fechada a participação de qualquer outro.

Irma e Aurélio, em 1978, tinham um grupo de apoio formado por gente das comunidades, militantes políticos e outros. Seus integrantes se cotizaram para alugar uma sala num edifício na avenida Vitor Manzini, no caminho entre Santo Amaro e o largo do Socorro, ao lado de uma academia de capoeira. Ali passou a ser o comitê Aurélio-Irma, palco de muitos debates e espaço novo de articulação política dos movimentos sociais da região sul. Era outra novidade. Só existiam os comitês de candidatos e parlamentares ligados à Arena, e os grupos dos bairros se reuniam nos salões de igreja ou nas SABs.

O engenheiro Conrado Montineri, empresário na área de informática, morava na região desde 1974, quando foi trabalhar na Villares. Pertencia a esse círculo solidário aos candidatos. Antes, partici-

18. Cf. NOSELLA, op. cit., p. 115-116.

para da constituição do grupo de teatro de Vila Remo e em outros trabalhos na comunidade do Jardim Souza, levado por um grupo de amigos que militavam na Ação Popular. Morava com a mulher, Araci, ao lado do Parque do Guarapiranga, muito perto da casa de Santo e Ana, de quem se tornou grande amigo. Já não se recorda de muitas coisas, mas algumas delas faz questão de mencionar:

O Santo pairava acima das politicagens e das disputas que aconteciam. Ele não estava preocupado em aparecer, disputar espaço. Ele se impunha por si mesmo. Ninguém era peitudo o suficiente para se opor a ele, quando falava, pois ele era o mais razoável, era o que tinha de ser feito. Quantas e quantas vezes eu vi isso. Eu digo que aprendi muito com ele. Na questão partidária, acredito que sua participação não tenha sido expressiva, preocupado com o movimento operário naquele ano. Mas, nós, quando ajudamos a compor a candidatura Aurélio-Irma, pusemos dinheiro do nosso bolso para a campanha. Dá para imaginar uma época em que gente de classe média podia financiar duas candidaturas dessa magnitude?

O espaço do comitê teve duração efêmera. Acabou no início da década de 1980, com as diferenças de compreensão política dos dois parlamentares: Irma ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e Aurélio foi para o PMDB. Com isso, também “racharam” as lideranças tanto na região sul, quanto em outros locais que os apoiavam, principalmente na zona leste da capital, onde o movimento social também crescia.

DIAS CONTADOS DO MOVIMENTO

Em 1978, isso não era tão evidente e as lideranças que apoiaram a candidatura de Aurélio, segundo ele mesmo se recorda, firmaram ponto para que ele se candidatasse, mesmo com risco de impugnação:

Achava que abria um espaço e como, na época, tudo que a gente fazia era no sentido de abrir caminho para a revolução passar, esse era o grande ideal, abrir caminho para a revolução passar. Então a gente enfrentava qualquer coisa. Eu acreditei nisso, pior que eu acreditei...

Mesmo depois de tantos anos, Aurélio continua enfatizando que a participação parlamentar é apenas uma frente de luta popular, não a única.

Ela é uma frente de luta que joga um papel importante numa luta democrática, porque abre um espaço de atuação. Quando você quer fazer uma atividade política séria, abre um espaço, embora, hoje, eu não vejo os deputados usarem isso como um espaço de luta para organizar o povo.

Naquela época, a ação do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh viabilizou a candidatura, segundo Aurélio Peres. Seu processo foi retirado do arquivo do Supremo Tribunal Federal e colocado na ordem do dia, por sinal um dia antes de expirar o prazo de registro da candidatura. A campanha foi um desafio ao poder do dinheiro dos políticos tradicionais:

Imagine um candidato a deputado federal fazer campanha andando de ônibus, com um pacotinho de jornal embaixo do braço, folha de jornal impresso em *silk screen*, para colar nos postes e nas portas de fábricas! Posso até achar que eu não fui suficientemente competente para transmitir o recado que eu tinha para transmitir, posso até achar isso. Agora, eu fiz na medida das minhas limitações, da minha compreensão de tudo... Em Brasília, depois da minha eleição, a região sul de São Paulo era considerada o movimento popular mais avançado do Brasil. Nesse período todo, o movimento popular na região sul era o mais politizado, muito mais politizado que o ABC. Era a vanguarda e isso era a opinião de todos os analistas

políticos... Eu era abordado sempre como o deputado da base da região sul, e isso impunha respeito.

Com todos os equívocos, debates, as cisões e incompreensões que ocorreram, uma coisa é indubitável: as candidaturas populares alteraram o panorama político da época, não só em São Paulo mas em todo o Brasil, e plantaram bases para a reorganização partidária. Para Irma Passoni (eleita deputada estadual em 1978 e depois federal em 82, 86 e 90, já pelo Partido dos Trabalhadores), a dobradinha com Aurélio serviu para dar voz a personagens que antes não tinham e se impuseram por conta do Movimento do Custo de Vida:

Foi instrumento de conscientização e trabalho da massa e não apenas de elites intelectuais. Por isso que dom Paulo chama o Movimento do Custo de Vida de maior movimento político de massa, pois foi um movimento que se disseminou. Você não podia discutir partido, não. Você ia discutir os problemas sociais, mas eram problemas que confrontavam com o poder público, com as políticas públicas. Então ali o confronto era: o Estado para quem? E a sociedade reivindicando seu espaço. Foi aí que começou o processo de democratização.

O Movimento do Custo de Vida, no entanto, já estava com os dias contados. Seu auge foi mesmo em 1978. No ano seguinte, esvaizado pela falta de conquistas visíveis e dividido na sua direção, vai perdendo força paulatinamente, e deixando de ser uma área comum de convergência nacional de múltiplas forças políticas. Outros espaços começam a se apresentar, a exemplo da luta pela anistia (cuja lei foi aprovada em agosto de 1979, depois de intensa mobilização nacional, por meio de comitês regionais que se multiplicaram pelo país), do ressurgimento do movimento estudantil, da reorganização partidária e das greves nas fábricas. Em fevereiro, o MCV mudara até mesmo seu

nome para Movimento Contra a Carestia, e, em 26 de agosto, uma passeata pelo centro reunira cerca de 5 mil pessoas. Já não era o mesmo, segundo Irma:

O PC do B já tinha dominado sua direção. Nós, que fazíamos o trabalho duro de mobilização nas comunidades, éramos qualificados como “papa-hóstias”, “basistas”, e assim, muita gente se retirou, abandonou mesmo o movimento, porque não entendia as disputas de poder e suas discussões. Ele foi perdendo a característica da intensa participação popular. Mas, enquanto viveu, nós tivemos o mérito de ter aberto caminhos para a participação, ajudar as pessoas a perder o medo de ir para a rua, se organizar em assembleias, reivindicar, confrontar com o poder... Nós fizemos primeiro, ninguém nos retira essa primazia.

Os tempos estavam mudando, em parte também pela ação de outros movimentos sociais. Os operários da Saab-Scania haviam parado em maio de 1978, e as comissões de fábrica já eram realidade em muitas empresas de São Paulo, articuladas pela Oposição Sindical Metalúrgica. O eixo industrial de Jurubatuba, na região sul, era uma grande força operária e foi a base fundamental para que uma chapa de oposição concorresse à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ainda em 1978. Era encabeçada por Anísio Baptista e Santo Dias, lideranças metalúrgicas novas na capital, advindas dos grupos de operários católicos de bairro. Começava aqui outra história em que Santo exerceu papel central.

5 CAPELA DO SOCORRO 1 (SÃO PAULO, CAPITAL)

Centenas de famílias lotam o *shopping* SP Market nos fins de semana. Isso por causa das várias salas de cinema, das dezenas de lojas e da praça da alimentação, com as opções pasteurizadas das *fast-food* e, principalmente, pela ilusão de segurança que esses conjuntos comerciais passaram a oferecer, diante do aumento da violência urbana em São Paulo. Automóveis fazem fila para entrar e preenchem as vagas nos pátios abertos ou cobertos, recentemente ampliados para estacionar tantos carros.

Do outro lado da avenida Nações Unidas, bem no seu final, perto da ponte de Interlagos, o movimento é igual ou maior nos fins de semana e nas quintas-feiras à noite. O canteiro central da avenida fica lotado de ônibus de fretamento, as ruas se transformam em verdadeiros mercados com barracas de produtos como velas, santinhos, terços, camisetas, cachorro-quente. É numa travessa ali perto que funciona o Santuário do Terço Bizantino, um imenso galpão que abrigou uma indústria metalúrgica em outros tempos e, hoje, é onde o padre Marcelo Rossi celebra missas para milhares de pessoas.

Depois da ponte do Socorro, rumo à avenida Interlagos, a Nações Unidas é sempre movimentada pelo trânsito ininterrupto de ôni-

bus, caminhões e muitos automóveis. Ao redor das duas pistas, instalaram-se em alguns dos muitos galpões industriais vazios várias concessionárias de automóveis, atacadistas de gêneros alimentícios, lojas de material de construção, empresas de guarda de móveis e outros. Um desses edifícios abandonados, já na avenida Interlagos, chama a atenção: tem uma imensa torre de testes para elevadores. É o prédio da Aços Villares. O jardim da empresa hoje é um condomínio com várias torres de apartamentos. Por perto, ainda funcionam algumas indústrias, como a fábrica de cosméticos Avon.

Poucos recordam como era essa parte da avenida, na época de Santo Dias. Onde hoje é o *shopping*, em Jurubatuba, funcionava a sede da Caterpillar, grande o suficiente para abrigar fundição, usinagem, escritórios e muitos outros setores, onde trabalhavam milhares de pessoas na produção de máquinas pesadas de terraplanagem.

Em trinta anos¹, tudo mudou e a memória industrial se foi. A globalização econômica, a revolução tecnológica, a reestruturação produtiva e a guerra de incentivos fiscais entre os municípios brasileiros, que aconteceram desde então, fizeram com que empresas metalúrgicas como essa e outras migrassem para outros lugares.

Aquelas que permaneceram reorganizaram seus espaços e a forma de produzir, encolhendo o contingente de pessoal necessário à produção, aumentando a produtividade por meio da robotização e da informatização pesada dos seus processos. Por isso, a geografia econômica da avenida Nações Unidas do Brooklyn até o seu final, na frente da Villares, um dos eixos pesados da industrialização paulista entre 1950 e 1980, mudou completamente.

Esse processo não aconteceu apenas na região sul, mas ali foi mais expressivo, como constatou Vanda Maria Andrade da Gama, a filha de dona Maria José Cavalcanti, que participava do grupo de jovens

1. Dados de 2004.

em Vila Remo, na década de 1970. Em 2002, ela e um grupo de ex-militantes da Oposição Sindical Metalúrgica da região sul visitaram os locais em que se encontravam as principais indústrias metalúrgicas da capital, numa tentativa de reconhecer onde estariam os metalúrgicos:

A maioria das fábricas mudou e se mudou para outros locais... As que restaram, diminuíram o número de funcionários, terceirizaram etapas da produção, mudaram tudo. Não é só no eixo Nações Unidas que tudo mudou: na avenida Mofarrej; na avenida Santa Catarina, em direção a Diademá; nos fundos do Ipiranga, quase em São Judas, pelos lados da avenida Ricardo Jafet; na zona leste... O sindicato da categoria insiste em divulgar uma base de 150 a 200 mil metalúrgicos hoje, mas pelo que constatamos de modo informal, isso não pode ser verdade...

Ainda se localiza no eixo de Jurubatuba a MWM, fabricante de motores a diesel, que chegou a empregar 2 mil trabalhadores e hoje não tem a metade.

A parte brasileira da sociedade da Metal Leve, cujas instalações ainda ficam perto da ponte do Socorro, foi adquirida pelo sócio alemão e agora leva seu nome, Mahle. Dos 2 mil postos de trabalho, restaram cerca de trezentos.

O *downsizing* atingiu também a Prada, fabricante de embalagens metálicas, que em 1979 chegou a ter quase 4 mil funcionários e, passados 25 anos, foi cortando até atingir pouco mais de 1.400, e estão previstas novas demissões. As fábricas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos fazem a maior parte de produtos na Zona Franca de Manaus, mas conservaram escritórios de decisão em edifícios modernos e sofisticados no eixo Alto da Boa Vista – avenida Luiz Carlos Berrini, anexos à avenida Nações Unidas, em direção a Pinheiros.

Indústrias de outras naturezas, que se beneficiavam do adensamento de mão de obra e da infraestrutura promovidos pelas metalúrgi-

cas, igualmente se modificaram. A área de mais de 95 mil m² da empresa de plásticos Plavinil, mais da metade com galpões, ao lado da antiga Metal Leve, na rua Brasília Luz, em Santo Amaro, foi abandonada para depois ser o local de edifícios de comércio, igualmente abandonados. O prédio de andares que abrigava a Atlas Copco, fabricante de equipamentos pneumáticos, perto da avenida Vítor Manzini, a duas quadras do prédio em que funcionou outrora o comitê de Aurélio e de Irma, agora é ocupado por uma empresa de sistemas de informática.

INDÚSTRIAS SAEM, JURUBATUBA ESVAZIA

Sem as indústrias metalúrgicas e a miríade de pequenas e médias empresas que adensavam o seu entorno, restaram seus edifícios, o dilema do que fazer com eles e a infraestrutura de telefonia, água, esgoto e eletricidade que foi montada para atendê-las.

Um grupo de técnicos foi reunido, em 2003, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, para buscar propostas de revitalização de parte da zona leste e do eixo Jurubatuba, na região sul. Esse grupo se voltou para a implementação de uma área industrial na estrada Jacu-Pêssego, na região leste, que interliga Guarulhos, o ABCD, o aeroporto metropolitano e as saídas para o Vale do Paraíba. Mas a discussão sobre Jurubatuba ficou para depois.

Desse grupo faz parte o geógrafo Vagner Bessa, pesquisador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Para ele, Jurubatuba é ainda eixo industrial importante na capital, mas hoje caracterizado pela indústria farmacêutica. Bessa atribui a decadência de Jurubatuba às baixas taxas nacionais de crescimento econômico e menciona algumas possibilidades de revitalização:

Pode ser transformado num eixo de serviços, alterando-se a lei de uso do solo e permitindo índices maiores de aproveitamento dos terrenos. Pode

continuar com sua característica industrial, com setores de pesquisa e desenvolvimento. Pode ter uso misturado das duas propostas. Pode ser mais...

Novas plantas industriais têm como barreira a Lei de Mananciais e a ação dos ambientalistas, que mesmo com a legislação disponível não conseguiram, e ainda não conseguem, deter o avanço da ocupação habitacional das margens dos corpos de água da região sul. Em 2003, quando São Paulo pleiteou sediar os Jogos Pan-Americanos, aventou-se a possibilidade de reviver a proposta do turismo e dos esportes náuticos, com as represas e o equipamento urbano existente, a exemplo do edifício do Clube Santa Paula, em Interlagos, construído há 50 anos para abrigar um hotel e hoje totalmente abandonado. O eixo Jurubatuba se relacionaria a esses novos usos. Mas São Paulo perdeu a parada dos Pan-Americanos e, requalificar tudo isso para o turismo urbano exige investimento alto.

Pensou-se num eixo de hotéis. De novo um senão: a proximidade da avenida Luiz Carlos Berrini, na Vila Olímpia, que tem uma nova rede hoteleira voltada para o turismo de negócios, já é pólo de atração de investimentos do setor. Outros urbanistas são mais radicais: há que deitar tudo abaixo, para levantar construções mais modernas e funcionais para outros tipos de indústria. E há ainda aqueles que enxergam Jurubatuba como um local de acolhimento de serviços do Terceiro Setor, a rede de organizações não governamentais que se criou entre o poder público e a iniciativa privada, desde a década de 1980, na esteira do encolhimento dos serviços sociais realizados anteriormente pelo Estado.

Para Wagner Bessa, qualquer seja a proposta, o governo municipal possui poucos instrumentos para garantir uma reorientação daquele eixo. Dependeria dos atores econômicos, de sua articulação e do casamento das políticas urbana e industrial, esta última colada às decisões federais: “Do ponto de vista do emprego, a atividade industrial

perdeu importância, não só em Jurubatuba, mas na região metropolitana inteira, sendo substituída pelo setor de serviços. Mas, ela ainda é expressiva para o país porque gera valor”.

SÃO PAULO AINDA PUXA O RESTANTE

O geógrafo exemplifica essa afirmação com estatísticas. O valor adicionado produzido por 350 mil empresas comerciais do estado de São Paulo, em 1996, chegava a 19 bilhões de reais, ao passo que 45 mil indústrias geravam 98 bilhões de reais. Cerca de 11% da produção industrial nacional ainda é processada na cidade de São Paulo, índice maior do que o desempenho do estado de Minas Gerais ou de todo o Nordeste.

Isso acontece mesmo com a mudança econômica drástica que se verifica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) há duas décadas, motivada pela terciarização. O setor de serviços cresceu mais que o industrial, diminuindo o número de empregos. As empresas aumentaram a produção, “enxugaram” a quantidade de funcionários, reinventaram métodos de produzir.

Por isso, Jurubatuba deixou de ser o eixo industrial por excelência da década de 1970, quando Santo Dias e seus companheiros trabalharam em várias de suas empresas. Por isso, muito mais que a tarefa de pensar sua revitalização urbana, o poder público recebeu uma herança social perversa para solucionar: o que fazer com o desemprego que assola a região e a própria capital há quase duas décadas, provocado pela mudança dos parâmetros de produção industrial das grandes empresas.

O exemplo de Francisco José Filho, o Chiquinho, cearense de 39 anos, sócio de Santo Dias Filho, 38 anos, num pequeno depósito de material de construção no Jardim Nakamura, é paradigmático. Torneiro mecânico formado, trabalhou onze anos como metalúrgico nas empresas da região sul. Em 1996, estava havia dois anos na MWM,

com um rendimento mensal de cinco salários mínimos, quando houve um corte de 550 dos cerca de 2 mil funcionários: “A empresa implantou tornos novos, informatizados, para fazer as peças. Era só apertar os botões e a máquina fazia tudo sozinha. Minha sorte é que não tenho família para sustentar...”.

O ex-metalúrgico não conseguiu outra colocação em indústrias. Cansado, trabalhou como gerente de uma lavanderia e, depois, montou negócio próprio, um bar em Santo Amaro. Santinho, que conseguira uma vaga graças a alguns metalúrgicos conhecidos que ainda trabalhavam na MWM, também ficou desempregado como Francisco.

Quando começou a procurar novo trabalho, havia ainda a herança da militância do pai: várias empresas da região se recusaram a admitir “filho de grevista”. Mesmo formado pela Escola Suíço-Brasileira do Serviço Nacional da Indústria (Senai), que era um desejo do pai quando vivo. O estudo na escola exigira de Santinho dedicação de tempo integral durante quatro anos. Isso requereu da família um grande sacrifício, pois ele não podia trabalhar para ajudar no sustento da casa. Ana bancava tudo com o baixo salário mínimo de pensão e outro, de auxiliar na creche do Jardim São Joaquim. A militância do pai pesou muito para Santinho, segundo ele próprio:

Apesar de ser curso pra ferramenteiro, quem frequentava as aulas do Senai eram meninos de famílias que não eram tão pobres como a gente. A gente não tinha nada mesmo... O que deu um choque também é que eu como filho, com o mesmo nome do meu pai, estudando para ser metalúrgico, toda a Oposição Sindical e todos os trabalhadores que fizeram parte de todo o movimento da Oposição Sindical e militantes de outros sindicatos chegavam e me cobravam que eu tinha que ser igual ao meu pai. Para mim aquilo era muito chato porque eu era adolescente, a minha cabeça estava em formação ainda. Eu não era meu pai e nem poderia ser... as pessoas

me rotulavam e eu me cobrava por eu não ter uma ação como meu pai na sociedade. Demorou um tempo para ter minha independência...

A sua vida acabou marcada por isso, e ele acredita que os ensinamentos do pai lhe valeram:

O leme que foi colocado pelo pai, a direção que foi dada por ele, de ser uma pessoa que está sempre vendo o mundo de uma nova perspectiva, de uma visão crítica e bem esclarecida, mesmo não sendo um atuante efetivo, isso permanece... Eu trabalhei sete anos numa indústria metalúrgica em um outro momento. Em que o trabalhador não tinha mais a organização que existia na época do meu pai. Era diferente. A postura do sindicato ainda era a mesma, porque o pelego ainda era o mesmo. A atuação dos trabalhadores era fundamentada nas comissões de fábricas. Se a firma não possuísse comissão de fábrica, não existia movimento sindical e nem movimento nenhum naquela firma. Nas firmas que tinha alguma pessoa com uma visão um pouco mais esclarecida, rapidamente era eliminada do quadro de funcionários. Participei de reuniões das comissões e de eventos na fábrica, da fundação de um grêmio, ministrei cursos profissionalizantes, isso sem fins lucrativos, tudo isso como militância. Em 1985, quando começou o êxodo das firmas grandes da Marginal Pinheiros, para o interior devido aos incentivos fiscais, houve um grande desemprego entre os metalúrgicos e principalmente para aqueles militantes que ainda permaneciam nas fábricas.

Muitos deles foram amigos de Santo Dias, e acabaram desempregados crônicos por causa dessa militância anterior, da idade, mas principalmente pela falta de trabalho na região sul. Com o desemprego em massa provocado pela reestruturação produtiva das empresas, muitos industriários foram trabalhar como taxistas, perueiros, vendedores de lanches, biscateiros, feirantes, ambulantes, isso quando não amargaram ou ainda amargam longos períodos de inativida-

de, obrigando a família toda a inventar as mais variadas estratégias de sobrevivência. Representante da segunda geração de metalúrgicos na região, Santinho, por exemplo, depois de perder emprego, se associou a Francisco José Filho em várias atividades: entrega de produtos, perueiro e, finalmente, a montagem da loja de material de construção no Jardim Nakamura.

Muitas empresas também transferiram linhas inteiras ou parte da produção para outros municípios, como é o caso da Prada, com unidades em Mairinque, Araçatuba e Uberlândia. Para produzir embalagens metálicas para extrato de tomate, conservas e doces, a empresa ainda usa a grande unidade de Santo Amaro. Mas aumentou o ritmo da produção e “enxugou” o quadro de pessoal. Com o grande desemprego, os empregados remanescentes foram pressionados a dar conta do recado. Mais: está em processo o uso de cooperativas de trabalhadores, como prestadores de serviço na linha de produção.

A MUDANÇA NA INDÚSTRIA PAULISTA

Entre 1980 e 1994, a indústria paulista ficou estagnada, acompanhando o panorama nacional. Ainda assim, o estado de São Paulo, que era responsável por 51% da produção industrial brasileira até a década de 1990, continuava a deter 40% desse montante. Novas tecnologias e novos modos de produzir foram agregados aos processos industriais, o que aumentou a produtividade tanto do trabalho como do capital empregados, diminuiu os custos e incrementou brutalmente o desemprego. É importante ressaltar que, além dessa mudança, o custo dos terrenos para novas plantas industriais aumentou em São Paulo, e a guerra fiscal entre os municípios para atrair empresas contribuiu com sua cota para a mudança das indústrias da região. As que permaneceram mudaram profundamente.

Técnicas inovadoras de organização e gestão da produção foram introduzidas. As atividades das empresas passaram a ser “focaliza-

das” nos produtos em que têm maior competência e capacidade de competição no mercado, e as demais, deixadas a prestadores de serviço, como contabilidade, segurança, limpeza, manutenção e outras. Usaram e abusaram da tecnologia de informação para monitorar seu parque, agora não mais necessariamente localizado na capital ou na Região Metropolitana de São Paulo.

Esta que era marcadamente industrial até então, passou a funcionar como um grande centro de serviços, de decisões estratégicas das grandes empresas e de mediação dos fluxos, inclusive internacionais, das operações financeiras². Quer dizer, foi assumindo, de forma veloz, a feição caracterizada pelo setor terciário da economia, abandonando sua característica histórica ligada ao setor secundário, isto é, a indústria. Os dados sobre seu novo modo de ser neste setor impressionam.

Em 1996, a estrutura industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tinha cerca de 24 mil empresas. Mais de 90% eram de pequeno porte, empregavam um terço do pessoal da RMSP, tinham baixa participação no valor adicionado e baixa produtividade, sendo a maioria (42%) produtora de bens de consumo não duráveis. Do outro lado da ponta, 2% das empresas eram de grande porte (mais de quinhentas pessoas ocupadas), responsáveis por 61% do valor adicionado da RMSP, com 1.515 unidades locais e 437 sedes, com o dobro da produtividade das demais, distribuídas em indústrias de bens intermediários e de capital e de consumo duráveis.

São as grandes empresas que comandam a dinâmica industrial na RMSP³, racionalizando emprego; mexendo na estrutura de produção e na rede de fornecedores; criando novos mercados e generalizando novos métodos de trabalho. Elas determinam o modo de funciona-

2. ARAÚJO. *Impactos da reestruturação produtiva sobre a região metropolitana de São Paulo no final do século XX*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, p. 36-39.

3. *Ibidem*, p. 70-82.

mento das demais e inclusive da própria estrutura urbana. Em 1996, eram 436 as grandes empresas na região: 294 na cidade de São Paulo; 70 no ABCD e 72 nos demais municípios da RMSP. Trabalhavam nos ramos de química, automobilística, máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas e edição, impressão e reprodução de gravações. O capital estrangeiro predominava nas indústrias química e automobilística.

O NOVO MERCADO DE TRABALHO

Em todas as cidades brasileiras aumentou a população ocupada na indústria, entre 1992 e 1998. Mas nas regiões metropolitanas, as estatísticas oficiais indicam uma queda: de 5 milhões de ocupados a 4,6 milhões, ao passo que o setor de serviços de 12,6 milhões de ocupados agora abriga 14,8 milhões. Nesse mesmo período, foram eliminados 225 mil empregos na indústria de transformação e gerados 873 mil no setor de serviços só na Grande São Paulo. Em 1988, 32% dos ocupados da RMSP ficavam na indústria, 14% no comércio e 42% nos serviços. Em 1999, esses números eram de 20%, 16% e 53%, respectivamente. Os desempregados praticamente dobraram de número em uma década: em 1988 eram 6% da população economicamente ativa regional; em 1999, 12%⁴.

Cresceu o número de assalariados sem carteira assinada, autônomos e do emprego doméstico. Na contramão mundial, em 1999, a RMSP tinha o emprego doméstico como o segundo colocado nas ocupações do setor de serviços. Podemos concluir que, atrás de um cenário movimentado das ocupações em serviços, altamente competitivas e flexibilizadas, articuladas à nova produção industrial de ponta, existe uma realidade de ocupações precárias, como a da mulher, no emprego doméstico, dentre tantas outras.

4. Cf. *ibidem*, p. 105-149.

A urbanista Maria de Fátima Infante de Araújo, diretora técnica da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), órgão ligado à Casa Civil do estado de São Paulo, afirma que a indústria mudou seu paradigma de produção, mas à custa da penalização do emprego:

Esses empregos perdidos na indústria paulista não voltam mais. Seu retorno depende do crescimento econômico do país, que não será nos patamares antigos, mas, mesmo com o crescimento do emprego industrial, este permanecerá em níveis inferiores, pois a indústria se reestruturou em novo paradigma. Ela tem mais produtividade, está mais competitiva. Quando se fala em desindustrialização, a referência é mais ao emprego do que à produção. Hoje, na economia brasileira, existe uma sinalização contrária entre esses elementos. Não é mais uma relação sinérgica, ao contrário do paradigma anterior: quando crescia a produção, crescia o emprego.

NADA SERÁ COMO ANTES

É com os dados reunidos por Maria de Fátima, em sua tese de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que podemos comparar esta realidade industrial e do mercado de trabalho com aquela outra que foi o cenário do engajamento de Santo Dias no movimento operário.

A partir de meados da década de 1950, a indústria pesada – química, mecânica, material de transportes e elétrico, e o setor de comunicações, a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek – foi o motor da dinâmica econômica brasileira. Atraiu 3,3 milhões de migrantes para a Região Metropolitana de São Paulo até 1970, e aumentou a sua população de 2,7 milhões para 8,1 milhões. Quase 6 milhões estavam na capital.

Praticamente a metade (45%) dos trabalhadores ocupados no estado todo, já na década de 1950, se encontravam na indústria. Esta

se concentrava na capital, no ABCD, em Guarulhos e Osasco. A RMSP, por conta disso, cresceu em importância econômica no estado e também no país. Tanto que, na década de 1970, respondia por 75% do Valor de Transformação Industrial do estado de São Paulo e 44% do brasileiro.

Apesar de haver em andamento um esboço da terceira revolução industrial nos países do Hemisfério Norte, o esforço do Brasil naquela época era consolidar a industrialização nos padrões taylorista e fordista⁵, que predominaram depois da Segunda Guerra Mundial.

A industrialização expandiu o mercado interno e a metrópole cresceu, atraindo mais população, constituindo um novo mercado de trabalho, com estratos marginalizados expressivos e não assimilados por ele. A ocupação do espaço urbano pela indústria abandona o eixo ferroviário de até então e passa a seguir o curso das autoestradas, como a via Anchieta, ou suas articulações.

A industrialização pesada aconteceu na RMSP entre 1956 e 1962. Uma crise econômica caracterizou o período entre 1962 e 1967, e a partir daí o regime militar consolidou as precondições para se dar uma nova etapa de acumulação produtiva, ocorrida entre 1968 e 1974 e pilotada pela dupla de economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, ministros do Planejamento e da Fazenda (1964-67).

Segundo o trabalho de Maria de Fátima Infante de Araújo, os governos militares – “autoritários e fortemente estruturantes” – alteraram as relações entre capital e trabalho, provocando acentuada

5. O taylorismo e o fordismo nasceram no início do século XX, nos Estados Unidos. O engenheiro Frederick Winslow Taylor inventou seu Método de Organização Científica do Trabalho em 1911. Consistia em economizar tempo no processo de produção, para aumentar a produtividade, sistematizando e padronizando o trabalho. Cada etapa da produção deveria seguir um padrão de execução e um tempo de realização. Henry Ford criou a linha de montagem, nas suas fábricas de automóveis: cada operário realizava uma tarefa sem sair do lugar – era o produto que percorria a fábrica, na linha de produção. Ambos adaptaram o trabalho humano às máquinas, parâmetro que elevou a produtividade das empresas, aplicado no mundo todo. Charles Chaplin, em seu filme Tempos modernos, ridicularizou esses métodos, por conta da transformação do operário numa das engrenagens da produção, a serviço dos lucros das empresas. No Brasil, ambos os métodos foram adotados a partir da década de 1930.

queda do salário real, dentro do contexto do “milagre econômico”. Um processo que estava atrelado ao financiamento externo e que teria como consequência, nas décadas seguintes, a expansão da dívida externa brasileira.

Em 1970, a RMSP respondia por 43% do produto industrial brasileiro e 75% do produto industrial paulista, 48% na capital e 27% nos demais municípios (com destaque para o eixo sudeste – São Caetano, Diadema, São Bernardo, Mauá e Santo André). A parte mais expressiva do parque automobilístico brasileiro encontrava-se nesse eixo.

Na década de 1970, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a taxas entre 11 e 12% e a indústria a 14 a 15% ao ano. A RMSP concentrava, até então, um terço da indústria de transformação do país, era o maior complexo industrial brasileiro, três vezes maior que o estado do Rio de Janeiro, o segundo colocado.

O esforço de modernização e de avanço do capitalismo no Brasil no período foi concomitante ao agravamento da histórica desigualdade e pobreza da sociedade brasileira. A renda continuou concentrada na mão de poucos: em 1960, o 1% da população mais rica recebia 11,9% da renda total, e em 1980, 16,9%. Os 50% mais pobres reduziram sua participação de 17,4% para 12,6%, no mesmo período.

A primeira crise do petróleo, em 1973, revelou os sinais de esgotamento do “milagre”, que nesta fase era conduzido por Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda do governo Emílio Garrastazu Médici. Revelou também a fragilidade das matrizes energéticas do país e do bloco capitalista. O preço do petróleo quadruplicou e o Brasil importava 85% do que consumia⁶, situação que desequilibrou a balança comercial.

6. ARAÚJO, op. cit., p. 40.

No final da década de 1970, com a fase da “distensão política lenta, gradual e segura” encerrando-se junto com o governo Ernesto Geisel, um novo plano de desenvolvimento é proposto, com a previsão de avanços na indústria de bens de capital, petroquímica, insumos básicos, infraestrutura; substituição energética via Pró-Álcool e implantação de energia nuclear. Nele, era incentivada a desconcentração industrial, por meio de estímulo à agroindústria nas regiões de Goiás, Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro, entre outros investimentos regionais.

A militância social e política de Santo Dias está inserida nesse cenário, em que a indústria era a área estratégica da economia e São Paulo, o seu eixo central. No panorama político, vigorava o “endurecimento” político para evitar oposições à proposta econômica concentradora de renda e dependente dos países capitalistas centrais.

DA LAVOURA PARA A INDÚSTRIA

Recém-chegado à capital, Santo acompanhou as movimentações de trabalhadores pelo 13º salário em 1962 e a greve geral, em 1963. Quando do golpe de 1964, soube da prisão de muitos metalúrgicos, da nomeação do pelego para a direção do sindicato da categoria e percebeu também a fragilidade da organização do movimento operário.

Depois da intervenção federal no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo, em 1965, uma junta de pelegos fora nomeada, no lugar do presidente, Afonso Deléllis. Militantes operários – simpatizantes da diretoria cassada, membros de grupos de esquerda marxista e da esquerda católica – reiniciaram articulações para repensar o modo de organizar os metalúrgicos, segundo o próprio Santo Dias⁷:

7. NOSELLA, op. cit., p. 37.

Quer dizer, à medida que houve as intervenções, a gente começou a se preocupar em ver um sindicato montado mesmo através da fábrica e, dentro desse processo, a gente conseguiu montar um grupo dentro do movimento operário, que se denominou Oposição Sindical. Eu, como vindo da lavoura e como elemento integrante do movimento operário na época (isso ocorreu mais ou menos em 1965) e atuando criticamente nesse movimento sindical, achei que essa proposta da montagem de uma oposição sindical era mais correta. Então entrei nesse grupo e estou até hoje aí, embora, dentro desse grupo de oposição sindical, exista uma série de divergências, uma série de contradições, mas agora não preciso entrar em detalhes.

A Oposição Sindical Metalúrgica nasceu publicamente em 1967, quando lançou a primeira chapa ao sindicato, mas a discussão sobre a estrutura sindical já vinha de bem antes. Veja o relato do líder metalúrgico⁸:

Então, passamos a fazer oposição a isso que está aí, que é a estrutura sindical e também aos dirigentes sindicais, que estão aí como suporte. Um dado específico disso, um exemplo mais concreto, é o nosso sindicato dos metalúrgicos, onde realmente o dirigente é um elemento que é o ponto central dessa estrutura sindical. (...) mas muita coisa a gente só conseguiu perceber a partir de 1968-1969, porque, mesmo constituindo esse grupo, ele teve uma série de baixas. Foi em 1965 quando a gente se deu conta de montar o grupo. Em fins de 1965 para 1966 começamos a perder elementos: vários elementos foram presos, porque o regime, na época, não era o regime que está aqui hoje, quer dizer, é o mesmo, mas com outra roupagem, outra característica. Então, realmente estava baixando o cacete: qualquer vestígio que tinha de operário mais combativo, e esses operários eram realmente colocados à margem da coisa e presos, expulsos.

8. Cf. *ibidem*, p. 38.

ESTRUTURA SINDICAL, PELEGOS E CONTROLE

Uma das primeiras tarefas dos interventores foi “dedurar” 1.800 delegados sindicais nas empresas que, presos, demitidos e até torturados, se viram desarticulados⁹. Em 1965, alguns desses operários mais combativos, como Waldemar Rossi, paulista de Sertãozinho, que fora militante da Juventude Operária Católica na década de 1950, e que trabalhava como metalúrgico da Cofres Bernardini, no Ipiranga, foram procurados pelos integrantes da junta para as eleições. Rossi conta como foi:

No fim de 1964, começo de 65, a gente voltou a fazer trabalho de fábrica e a juntar, no sindicato, algumas pessoas que estavam descontentes com os interventores – para os interventores eu era conhecido como um homem de igreja. Aí vinha um pessoal ligado ao Partido Comunista, aí vinham sindicalistas. E eles passaram a... primeiro com medo, mas depois percebendo que a gente sabia o que queria... aí propuseram, no ano de 1965, quando foi a primeira eleição em São Paulo, depois da intervenção, queriam que nós formássemos uma chapa de oposição. E juntou toda a pelegada numa chapa só. E, analisando, qual era a oposição? Fazer uma oposição à diretoria. Aí foi a discussão. Nós dissemos o seguinte: para nós é mais do que isso, nós queremos iniciar um movimento de combate à estrutura sindical. Vixe! Deu uma confusão dos diabos. Bom, enfim disseram que era a eleição pela eleição, eu não entrei nessa, não saiu chapa.

Joaquim dos Santos Andrade – o Joaquinção, como era conhecido –, operário da Matarazzo e interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, foi candidato único e levou. Seria o início de uma longa permanência sindical: Joaquinção só saiu do sindicato em 1988.

9. SADER, op. cit., p. 229. BATISTONI, op. cit., p. 35.

Por outro lado, as discussões sobre a estrutura sindical se remetiam ainda ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, em 1930, por Getúlio Vargas, e na concepção que o norteou: os sindicatos como órgãos colaboradores do poder estatal, fundamentados na conciliação de classes.

No caso dos metalúrgicos de São Paulo, depois da criação do sindicato, correntes anarquistas fundaram uma federação que durou até 1934, independente da tutela oficial. Mas, em 1932, o Estado já reconheceu o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. As correntes que formavam o movimento sindical independente se viram diante de um dilema: ou adentravam o sindicato e tentavam muda-lo por dentro ou seriam isoladas, pois os direitos trabalhistas – alvo da luta operária do período anterior – agora só eram concedidos por meio do sindicato oficial¹⁰. Essa situação é ratificada na Constituição de 1937 e em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho.

A estrutura sindical imposta era piramidal¹¹. No topo da pirâmide, ficava o Ministério do Trabalho; no segundo piso, as confederações (de profissionais, trabalhadores e empresários); no terceiro patamar, as federações, e a base era constituída pelos sindicatos dos diversos ramos. Não se permitia a articulação horizontal entre as categorias, apenas no alto da pirâmide, por meio da confederação, “engessando” possíveis movimentos entre os trabalhadores das áreas diversas.

O Estado tinha ainda outros meios para controlar a atividade sindical. Mecanismos legais possibilitavam a intervenção governamental em diretorias sindicais “problemáticas”; afastar diretores eleitos e torná-los inelegíveis. O Ministério do Trabalho era quem decidia em última instância se um sindicato poderia ou não ser legalizado, por meio da “carta sindical”.

10. *Ibidem*, p. 29.

11. ALVES, *op. cit.*, p. 237.

Os controles financeiros eram igualmente cerceadores. Os sindicatos passaram a atuar por conta da dotação provinda do imposto sindical instituído pelo governo. Este era uma taxa no valor correspondente a um dia de trabalho por ano, recolhida pelas empresas diretamente das folhas de pagamento de todos os trabalhadores registrados e enviada ao governo federal. Ele é que redistribuía o dinheiro às confederações e federações que, por sua vez, definiam quais sindicatos receberiam ou não.

A CLT regulava inclusive quais despesas poderiam ser realizadas com esse dinheiro, isto é, nenhuma de natureza política – sequer a constituição de fundo de greves. A maior parte das despesas permitidas dizia respeito a ações assistenciais e educacionais. Todo o dinheiro do sindicato, vindo de outras fontes inclusive, a exemplo das mensalidades, teria de ser depositado em conta da Caixa Econômica Federal, passível de bloqueio, também por causa da legislação.

AS CORRENTES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Apesar de todos esses controles, a partir de 1945 emergira o sindicalismo populista, ainda fortemente subordinado à ideologia nacionalista e à concepção de colaboração de classes. Até 1950, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo participou das articulações para um órgão unificador de sindicatos – o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT, em 1945), iniciativa dos militantes comunistas.

Integrou também movimentações e articulações como o Pacto de Unidade Intersindical, surgido do comitê da greve dos 300 mil, em 1953, uma espécie de plenária sindical que articulou mais de cem entidades sindicais que, além de organizar a greve geral de 1957, durou cinco anos. As paralisações da década de 1950, ante a nova realidade de trabalho nas indústrias, introduziram formas de organização como as comissões de salários e de empresas e a figura do delegado sindical,

diferentes do período anterior. Às vésperas do golpe de 1964, se estruturava o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma tentativa de furar o bloqueio da estrutura sindical, com uma organização horizontal das categorias e independente do Estado.

Até então, as tendências político-ideológicas no sindicalismo eram basicamente articulações de cúpulas: “vermelhos”, frente única entre nacionalistas e comunistas; “amarelos”, oficialistas alinhados ao Ministério do Trabalho, que criaram o Movimento Sindical Democrático, anticomunista, e que gerou os interventores e membros das juntas governativas depois de 1964; e os “renovadores”, grupo heterogêneo que reunia socialistas, comunistas dissidentes, católicos de esquerda e independentes¹².

Com o golpe militar, essa tradição de organização sindical se diluiu. Os interventores de todos os demais sindicatos de metalúrgicos do estado foram arregimentados no Movimento Sindical Democrático do sindicato da capital¹³. Todos esses pelegos, e em especial o Joaquinzão, tinham uma prática de conchavos com o regime para obter o apoio da categoria, tanto que, ainda em 1964, o governo concedeu aumento de 83% nos salários dos metalúrgicos. A categoria dos metalúrgicos era estratégica, pois controlava a ponta mais avançada da produção industrial do país e “puxava” a manifestação de outras.

Desse modo, em 1961 tinham ocorrido 161 greves; em 1962, 154; e em 1963, 302. Depois da lei de greve (Lei no 4.330 de 1964), 25 em 1965; 15 em 1966; 12 em 1970 e nenhuma em 1971¹⁴. A ditadura usou e aprofundou os mecanismos já existentes da estrutura sindical, agregados à repressão política, para frear a organização dos trabalhadores¹⁵.

12. BATISTONI, op. cit., p. 35.

13. Ibidem, p. 35.

14. Cf. FARIA. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do Movimento Operário (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

15. ALVES, op. cit., p. 240.

Também investiu nas direções que eram suas aliadas. A estrutura burocrática dos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, cresceu para oferecer à categoria serviços de assistência médica, jurídica e cultural. Na sede de cinco andares e dois subsolos da rua do Carmo, em 1971, a diretoria pelega se gabava de comemorar 39 anos de entidade, com mais de 180 mil consultas médicas, mais de 43 mil atendimentos odontológicos, mais de 2.500 audiências nas juntas de conciliação, 12 mil reclamações trabalhistas encaminhadas pelos advogados, mais de mil processos ganhos, mais de 1.600 bolsas de estudo concedidas aos filhos de trabalhadores associados, cursos para 400 metalúrgicos e outras atividades do gênero.

A sede e o restante do patrimônio – colônia de férias na Praia Grande com sessenta apartamentos, ambulatório médico em construção etc. – exigiam um *staff* de 182 funcionários. A diretoria metalúrgica pelega de São Paulo fora um bom aluno cumpridor das tarefas, então o fluxo orçamentário advindo do imposto sindical nunca cessou para ela.

Mesmo participando do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), uma articulação de entidades sindicais de São Paulo contra a política salarial de 1967-68, a diretoria metalúrgica da época não ultrapassava os abaixo-assinados e petições ao Congresso¹⁶. O MIA, no entanto, reuniu categorias importantes como os metalúrgicos de Osasco, retomado dos pelegos por um grupo de oposição em que despontava José Ibrahim e que, em 1968 pararam a Cobrasma.

COMEÇAR A ORGANIZAR AS BASES

O embrião de uma nova organização sindical, pela base, começava a nascer com a experiência de Osasco, apesar de todo o controle do regime militar e dos pelegos, segundo Waldemar Rossi. Ao comen-

16. BATISTONI, op. cit., p. 38.

tar a razão para o princípio de sua militância sindical junto à categoria dos metalúrgicos, depois de ter participado do colegiado nacional da Juventude Operária Católica (JOC), ele menciona como isso se deu:

(...) uma coisa que me inspirou muito foi a decisão do João Batista Cândido, meu antecessor na JOC, que foi me convidar para substituí-lo. Ele deixou a direção da JOC e foi trabalhar na Cobrasma, com o intuito de fazer a organização de pequenos grupos nos vários setores. Ele era encanador, ele também poderia trabalhar por conta e ganhar, mas ele fez questão e discutiu isso conosco. Ele fez um trabalho miúdo no ano de 1963. Houve uma greve lá dentro, num confronto com um engenheiro, algumas coisas, a fábrica parou, e eles já tinham organização em tantos setores de pequenos grupos... eles conseguiram, na negociação com a empresa, impor a primeira comissão de fábrica que foi reconhecida pela empresa, 1963. (...) Foi a fábrica que acabou sendo o pivô da greve de 68. Então quem fez o trabalho, embora a história conte que o mérito era do Ibrahim, foi o João Batista Cândido, que fez o trabalho miúdo.

No ano de 1966, várias greves por reajuste salarial “esquentaram os motores” para as eleições sindicais do ano seguinte. Formaram substrato para os movimentos de 1968, a saber, a greve de 15 mil trabalhadores em Contagem (MG) e de 6 mil trabalhadores do setor, em Osasco (SP). Eram baseadas nas comissões de fábricas, mas fenômenos isolados de outras categorias e de outras lutas tiveram desfecho próprio do período: consideradas ilegais, as diretorias metalúrgicas foram cassadas, e a intervenção não ocorreu só nos sindicatos, mas também nas duas cidades, que foram ocupadas por tropas militares.

Em 1967, a liderança metalúrgica da capital que estava dispersa resolveu disputar a eleição. Foi articulada a Chapa Verde, encabeçada por Waldemar Rossi, considerada o marco da existência oficial da

Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Casado em 1964, Rossi foi morar na Vila Rica, perto da Vila Formosa, e estava trabalhando na empresa Security. Participava das atividades da paróquia local – Santa Cruz – já desenvolvidas dentro do espírito da renovação conciliar e em forte articulação com a região de São Mateus. Rossi conta como eram as articulações na fábrica:

Foram duas chapas verdes: em 1967 e 72. Em 69 nós não participamos. Fui candidato a presidente em 67. Nessa chapa nós já discutíamos uma nova estrutura sindical, inclusive a formação de uma central sindical... O que é que nós defendíamos? A organização dentro das fábricas (...) Aliás eu já vivia essa experiência antes, baseado naquilo que fez o Cândido, naquilo que eu fiz, naquilo que outros fizeram em outras cidades, que nós trocávamos ideias desde 63 e nós queríamos levar isso a ferro e a fogo para dentro das fábricas (...) Em cada fábrica em que trabalhei – dezessete fábricas – foram dezessete grupos que eu organizei.

Naquela época não eram chamadas comissões de fábrica, proposta que conflitava com a estrutura de delegados sindicais, defendida pelo PCB e PC do B. Rossi diz também que os integrantes da Chapa Verde sabiam não ter chance de ganhar a eleição, por conta da estrutura sobre a qual se assentava o pelego e da intensa repressão política. No entanto, afirma que a intenção do grupo era firmar uma posição diante da categoria. O pelego continuou na direção da entidade, mas os descontentes se articularam.

Em 1968, aconteceu o 1º de Maio da praça da Sé: as oposições resolveram participar do ato convocado pelas direções oficiais pelegas que chamaram o governador nomeado Abreu Sodré e outras autoridades. Durante o ato, os trabalhadores se revoltaram e tomaram à força a palavra, depredando e destruindo literalmente o palanque. O governador Sodré foi retirado às pressas do local. No ano seguinte, já decre-

tado o AI-5 e iniciado o período de repressão política mais aguda do regime militar, chegou o tempo de nova eleição para a direção do sindicato dos metalúrgicos. Eram eleições bienais até então e, depois desta, passaram a ser a cada três anos.

Em 1969, quando uma chapa de oposição à diretoria, composta por integrantes que “racharam” com Joaquim, foi organizada, não contou formalmente com a participação da Oposição Sindical, nas palavras de Waldemar Rossi. Mas o trabalho de base nas fábricas já era embrionário. Tanto que Santo participou divulgando as eleições onde trabalhava. Iria conhecer Rossi apenas em 1970, com a formalização da Pastoral Operária da Arquidiocese, que articulava vários militantes católicos.

Foi também em 1970 que Olavo Hansen, militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e da Oposição, foi preso quando distribuía panfletos no estádio Maria Zélia, no dia 1º de Maio, durante as comemorações oficiais da data. Foi torturado e, oito dias depois, retirado do DEOPS em estado de coma. A versão oficial é de que se suicidara com uma injeção de inseticida. No ano seguinte, mais um militante da Oposição, integrante da chapa de 1967, também é torturado e morto: Luiz Hirata.

A Pastoral Operária (PO), na Arquidiocese, era um espaço novo para a liderança católica, constituindo um dos pilares para a formação de lideranças emergentes como Santo Dias, da região sul, e Anísio Batista, da leste. O clima era adverso à organização sindical livre, mas a constituição da PO foi um espaço institucional importante para os metalúrgicos. O cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, em entrevista às autoras, diz que era uma questão de opção muito clara da Igreja naquela época:

A gente amava os operários, não era simplesmente porque era contra o governo. A gente estava do lado deles porque eram injustiçados e não ganhavam

salários necessários. A gente ficava do lado deles por convicção e por amor à classe, isso eu guardo até hoje.

SURGEM NOVAS LIDERANÇAS METALÚRGICAS

Na época da formação da Pastoral Operária, Santo conheceu Anísio, o futuro cabeça da chapa de Oposição Metalúrgica em 1978. Anísio viera também do interior do estado, mais precisamente da região de Marília, em 1960. Depois de ter trabalhado na Cervejaria Antártica, aos dezenove anos passou para a Metal Leve e resolveu ser metalúrgico. Trabalhou em dezoito empresas metalúrgicas em São Paulo, por 27 anos, entre elas: Caterpillar, Villares, Voigt, Schüller, Toshiba, Ford. Como Santo, na região sul, Anísio tinha atividade intensa na organização das comunidades católicas do Ipiranga, na região sudeste. Ele conta:

Era forte a repressão. Conheci pouco o Olavo Hansen no movimento sindical, ele era de uma geração anterior à nossa. De 1960 para cá, era uma geração nova saída da Igreja, no movimento sindical, muito forte, mas logicamente tinha muita gente de partidos clandestinos, PCB, tinham suas lideranças sindicais. Isso veio somar mais pra frente as lideranças dos partidos clandestinos com as lideranças de Igreja, foi onde criou uma oposição mais organizada, mais forte.

Além de Anísio, havia também o Zico, ou José Zico Prado de Andrade, hoje deputado estadual (Partido dos Trabalhadores) há quatro mandatos¹⁷, outro interiorano, mas de Santa Fé do Sul. Chegara à capital meio foragido em 1969. Participara de uma ocupação de terras na Alta Araraquarense, com 136 famílias de camponeses, em 1967, e acabou sendo procurado pela polícia. Ficou na casa de um tio, na re-

17. Dado de 2004.

gião leste. Precisava trabalhar e mandar dinheiro para a família. O pai morrera e ele era o mais velho de nove irmãos.

Em São Mateus, começou a participar das atividades da Igreja Renovada e conheceu Santo Dias na Pastoral Operária, passando a frequentar também as reuniões da Oposição Metalúrgica. O último contato de Zico com Santo foi na véspera de sua morte, em 29 de outubro de 1979, uma carona entre companheiros metalúrgicos depois de uma das reuniões, à noite. Ele se recorda:

Já era meia-noite e nós estávamos fazendo uma reunião da Oposição lá no centro da cidade e eu não tinha mais ônibus para voltar para casa. Então ele foi me levar para encontrar um que passasse perto. Ele tinha um fusquinha azul... Lembro que a minha aproximação maior do Santo foi na fundação e construção da Pastoral Operária de São Paulo, que eu ia para a zona sul e ele vinha para a leste, a gente fazia muita reunião. O que mais eu admirava no Santo era a calma... Às vezes você estava num pau no sindicato, numa briga, ou mesmo numa comunidade... aí a voz dele acalmava a gente, aquele jeitão muito calmo que ajudava a gente. Ele sempre falava para pensarmos bastante. Eu acho que essa era uma das coisas que eu gostava muito no Santo.

O grupo de Oposição Metalúrgica era bem heterogêneo, mas os integrantes da Pastoral Operária tiveram nele uma atuação decisiva. Isto por conta de seu intenso trabalho de base nos bairros da periferia e da possibilidade de articulação via estrutura da Igreja. Depois, existiam aqueles militantes ligados à esquerda, como menciona Anísio: ex-ativistas do PCB e do PCdoB, da Ação Popular, da Organização Comunista Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO) e grupos de correntes trotskistas. Havia também sindicalistas saídos da diretoria de interventores, que não tinham a mesma compreensão sobre estrutura sindical, mas se juntaram aos demais.

OPOSIÇÃO, PASTORAL E TRABALHO “DE FORMIGUINHA”

Em 1972, a Oposição lançou nova chapa, para divulgar sua existência e aproximar-se da categoria. Houve muita confusão para articulá-la, com a indicação de Hermeto Dantas, auxiliar dos interven-tores de 1964, que saíra do sindicato, na cabeça de uma frente, por um grupo, e de Waldemar Rossi, por outro. Ao final, Dantas foi escolhido, mas depois se retirou. Rossi, o vice, assumiu, mas alguns setores se re-tiraram da composição, descontentes com o desfecho.

O programa dessa chapa denunciava o arrocho salarial (redu-ção de 43% do valor aquisitivo dos salários), o abuso de horas extras para compensar salários baixos, o trabalho de mulheres e adolescentes com salários inferiores aos dos homens, a falta de condições de traba-lho, desemprego em consequência da substituição da estabilidade pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e assistência muito deficiente do INSS.

Lançava um apelo aos metalúrgicos para o desenvolvimento de um sindicalismo “autêntico”, considerando o sindicato como instru-mento de luta dos trabalhadores com três objetivos: garantir direitos conquistados, manter luta constante por novos direitos e exigir maior participação nas decisões de interesse. Apresentava-se como grupo de oposição comprometido com um sindicato independente de interesses partidários e livre das amarras do Estado; de luta pelos direitos; orga-nizado nas bases e partidário das práticas democráticas. No programa, aumento salarial de acordo com a alta do custo de vida; contra as leis do arrocho salarial e pela revisão da legislação do FGTS; pelo direito de greve; pelo reconhecimento das comissões de empresa, e pela cria-ção de subsedes do sindicato.

A chapa opositora de 1972 recebeu 5.500 votos e a dos pelegos, 18 mil.

Com esse resultado, muitos dispersaram, mas os que permaneceram articulados continuaram seu “trabalho de formiguinha”, organizando as fábricas. Santo foi um deles. Em 1972, ele participou da campanha salarial como integrante da comissão de salário. Ele relatou essa experiência¹⁸:

A delegacia do trabalho libera, mediante um parágrafo, um artigo da CLT, os elementos componentes da comissão de salário. Então, eu fiz um trabalho de contato com o pessoal que a gente conhecia em várias fábricas; em todas as fábricas que a gente pôde fazer. Foi quando a gente conseguiu se posicionar. Mas, aconteceu na época, e até hoje isso acontece quando a gente participa de um processo desse, de comissão de salário, por exemplo, nas épocas das campanhas salariais, que o elemento ao voltar deste tipo de trabalho, a empresa imediatamente manda embora. Quando não manda imediatamente, ele nem entra no portão; quer dizer, chega no portão e o cartão já está lá para receber a conta. Então, eu fui mandado embora daquela empresa e passei para uma outra empresa que foi a Burndy do Brasil.

Santo explicou que havia consolidado um trabalho de organização de fábrica em 1973, discutido e apoiado pela Pastoral Operária. Na empresa, iniciava o processo de discutir o cotidiano fabril e mobilizava para uma ação. A primeira luta foi para acabar com a suspensão no trabalho por causa do não cumprimento das metas de produção. A seção em que trabalhava parou, assim que um dos funcionários foi suspenso por este motivo. Suas palavras¹⁹:

A palavra de ordem era de que o companheiro deveria retornar ao trabalho imediatamente, sem prejuízo das horas já paradas, e realmente destruir aquela suspensão, quer dizer invalidar aquela carta de suspensão. Isso se efetivou, quer

18. Cf. NOSELLA, op. cit., p. 41-42.

19. Cf. *ibidem*, p. 41-45.

dizer, os companheiros pararam, a gente se reuniu e reivindicamos a volta do companheiro. A direção da fábrica achou que isso não era expressivo e mandou a segurança da fábrica tirar o companheiro da fábrica. Então a gente se organizou, e quando o guarda de segurança veio para buscar o companheiro o pessoal interveio e não deixou tirar.

O guarda desistiu e a gerência resolveu chamar dois metalúrgicos – além daquele que fora suspenso – e propôs rasgar o documento da suspensão, para que voltassem ao trabalho. Depois disso, tudo se acalmou, mas Santo continuou organizando o pessoal. Em 1974, a fábrica já reivindicava a efetivação do adicional de hora extra; o pagamento correto das horas para compensar o sábado (a jornada semanal era de 48 horas); e aumento de salário, de acordo com o que fora negociado pelo sindicato, havia quase um mês.

Os trabalhadores pararam na hora do café. A empresa fez assembleias por seção, e a gerência da fábrica abordou os operários com propostas. Santo continuou seu relato:

Então, as três reivindicações a gente pôde considerar que foram vitoriosas dentro de alguns aspectos. As oito horas de trabalho, eles pagaram no dia seguinte. Na época a gente fez os cálculos e achou que davam em torno de aproximadamente 50 mil cruzeiros, que estavam sendo descontados dos trabalhadores. Essas oito horas pagaram no dia seguinte. O caixa foi na seção e pagou um por um. Inclusive o pessoal do escritório veio cumprimentar os operários por terem tomado as iniciativas, porque também receberam a parte deles que estava sendo levada. E, com o problema do adicional, eles pagaram no mês de fevereiro. Teve companheiro que chegou a receber um montante, porque fazia muitas horas extras na fábrica.

A luta se dividiu, pois a empresa deu aumentos maiores aos trabalhadores com salários mais baixos e menores aos demais. Tam-

bém montou um esquema de vigilância para saber quem estava “agitando”. Resultado: Santo e um pequeno grupo de trabalhadores foram demitidos. Ele disse que essa realidade se repetia nas diversas empresas em que trabalhou²⁰:

E dentro dessa atuação difícil que a gente tem, é claro, dentro de uma consciência de vida e dentro de uma concepção de classe operária, a gente acha que não tem outra coisa a ser feita a não ser optar realmente por lutar para conseguir uma melhora. Dentro disso aí, a gente tem procurado participar do processo de organização da classe operária, e acho que isso é válido. A gente está dentro dessa luta, por todo o valor que a gente acha que isso tem, quer dizer pelo valor e necessidade que isso tem.

RECONHECER A REALIDADE DA FÁBRICA

No reconhecimento do cotidiano fabril, processo realizado por militantes como Santo Dias, é que a Oposição Sindical foi construindo os grupos de fábrica e, com eles, acumulando forças para “ousadias” maiores. Na própria fábrica, com os grupos formados pelos militantes como Santo, é que os metalúrgicos começam a perder o medo de se organizar, constituindo-se lentamente como sujeitos coletivos. A ligação de vários militantes com a prática comunitária nos bairros é outra característica do desenvolvimento da organização operária neste período²¹.

Assim, o grupo de Oposição se reconstrói – de coletivo de lideranças representativas de tendências políticas, abre-se para a nova militância que desponta. Lideranças com uma ligação visceral com as comissões nas fábricas, mas que, mesmo embrionárias, eram vistas de

20. Cf. *ibidem*, p. 47.

21. Cf. BATISTONI, 2001; FARIA, 1986; e MARONI. A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78.

forma diferente de acordo com o que propunha cada grupo que formava a Oposição Sindical Metalúrgica. Em 23 de maio de 1978, o jornalista Sérgio Sister gravou uma entrevista com Santo Dias, para um estudo da professora Lia Zatz, na Universidade de São Paulo (USP). Um trecho dessa entrevista foi registrada num livreto do Comitê Santo Dias, em 1980, como forma de rememorar seu pensamento. Eis o diálogo, contendo a sua opinião sobre a Oposição e as comissões de fábrica:

Pergunta: Quais as diferenças de ponto de vista dentro da Oposição Sindical?

Santo: A Oposição Sindical tem uma porção de operários que participam dela e existem uma série de pontos de vista que não dão sempre na mesma coisa. Tem alguns que acham que as comissões operárias devem ser desvinculadas da direção sindical, embora ela trabalhe assim com o respaldo do sindicato. E tem outros que acham que as comissões de fábrica devem ser eleitas dentro do próprio sindicato e reconhecidas tanto em termos sindicais como em termos de fábrica, em termos amplos para a imprensa. Eu acho que as comissões operárias devem ganhar o máximo possível de legalidade em cima, por exemplo, de problemas específicos de fábrica. Eu acho que as comissões só vão se dar em cima de um problema. Forma-se então uma comissão que se torna representativa para os operários, e reconhecida na empresa (é o organismo que encaminha as reivindicações), e reconhecida também pelo sindicato.

Pergunta: Independente do sindicato?

Santo: Não, as que proponho são veiculadas ao sindicato embora ela tenha que ter o respaldo tanto do sindicato quanto da categoria. E base dentro da empresa para sua manutenção, estabilidade dentro da empresa.

Pergunta: Mas, essa estabilidade não depende que o sindicato esteja respaldado pelo governo?

Santo: Esta estabilidade quem tem de garantir é o próprio operário e sua organização.

Pergunta: E se o sindicato sofrer intervenção por parte do governo, impedindo?

Santo: Aí a comissão também tem o prejuízo dela. Mas intervenção no sindicato só vai ocorrer na situação atual, porque nós ainda estamos numa fase de organização. Nós ainda não temos base para garantir que não ocorra dentro do sindicato uma intervenção. Mas eu acho que uma comissão que parte de uma organização dentro da empresa e que tenha realmente uma organização dentro da fábrica, talvez a gente tenha condições de impedir uma intervenção.

Pergunta: É possível discutir coisas políticas nas comissões ou só se discute problemas do trabalho?

Santo: As comissões são formadas em cima de problemas específicos. Depois de formadas, no seu desenvolvimento, não se pode controlar o que elas vão discutir. Atualmente já discutimos problemas de liberdade sindical em pequenos grupos, mas não se pode dizer que esses grupos sejam comissões. Por exemplo, dizer que um grupo de fábrica hoje é comissão é errar em termos de dado que a gente tem para dizer que é uma comissão.

Pergunta: O que é necessário para ser uma comissão?

Santo: Ter toda essa legalidade, ela discutir um problema, encaminhar, ela se criar. Hoje a gente está dentro da empresa, a gente tem companheiros que ficam ali em torno da gente discutindo. Então é um grupo. Não tem representatividade nenhuma. Os próprios operários dentro da fábrica não têm acesso a esse grupo, ele não conhece, não sabe que existe esse grupo.

Pergunta: O que é liberdade sindical para você?

Santo: Liberdade sindical ela se dá no desvinculamento do sindicato do Ministério do Trabalho. Seria a contratação coletiva, a livre negociação entre patrão e empregado e o direito de greve.

GREVES GATO SELVAGEM E PRISÕES

Um marco das paralisações do ano de 1978, período que será tratado mais adiante, é a greve dos 2.500 trabalhadores da Villares, empresa do eixo Jurubatuba. O grupo de fábrica começara logo no início da década de 1970, como relataram Nelson Nakamoto, do grupo de metalúrgicos da região, grande amigo de Santo, e Anísio Batista, ambos integrantes da Oposição que trabalharam naquela empresa.

Pararam uma semana, por trinta minutos, alternando manhãs e tardes. O motivo: na campanha salarial de 1973, a categoria reivindicava 23% e o governo deu 10%. A Villares descontou este índice por ter concedido antecipação. Os trabalhadores queriam ainda a revisão de faixas salariais e a redução dos preços de alimentação e condução. A diretoria da empresa negara a concessão desses itens.

A gerência recusou-se a negociar com a comissão e contactou o sindicato, que, por sua vez, convocou uma assembleia à qual compareceram 1.500 pessoas. Nela ficou acertada uma comissão de representantes de todas as seções para encaminhar as negociações. A direção sindical propôs uma trégua, algumas lideranças foram demitidas, mas o restante da comissão organizou uma operação tartaruga, até que a empresa concedeu 24% de aumento, parcelados em três anos. Nakamoto se lembra de tudo:

Quando o torno vertical do Anísio parava, fazia um som característico e todo mundo sabia. Tinha um outro amigo, o Chiquinho, que era um dos poucos militantes que tinha coragem de fazer alguma coisa naquela época. Ele passava com o carrinho da manutenção avisando que hora que ia ser a parada. Quando chegava exatamente naquela hora o Anísio desligava a máquina, então fazia aquele barulho, parecia que era um sinal. Mas não era. O horário da greve já estava predefinido. Às vezes era de manhã, às vezes era à tarde, os caras nunca sabiam quando era a greve. E aí chamava de “greve selvagem” porque

não tinha como dialogar com ninguém. Falava que isso era uma greve “gato selvagem”, um gato selvagem só mostra as garras na hora de atacar, antes a mãozinha fica encolhida. E essa greve foi o tema de umas reuniões do grupo de Pastoral Operária do núcleo de Santa Margarida. A gente refletiu essas coisas e uma das coisas que foi observada é como era diferente você estar numa fábrica que nem a Villares e outra que nem a Burndy, muito menor...

Anísio Baptista ressalta a organização que o grupo construíra até o momento:

(...) em 1973, na Villares, nós tínhamos uma comissão de fábrica naquela época. Foi greve pipoca. Pára de manhã uma hora, depois, pára à tarde, mais uma, alternando as paradas, numa semana. Pipocava em tudo que era lugar e pipocava o horário da greve também. Não sabiam quando ia parar. Em cada seção, tinha um elemento da Oposição, nosso trabalho era muito organizado.

Santo Dias comentou que um trabalho de organização operária mais maciça esbarrava sempre na situação política, muito difícil, com a prisão de muitos militantes²²:

Mas, entre 1973 e 74, quando a gente estava consolidando realmente um trabalho e estava mesmo dando uma direção para a coisa e a categoria estava percebendo toda a manobra que o regime estava aplicando. A gente recebeu uma puta duma cacetada que foram as prisões. Em 1974 prenderam muitos companheiros aqui em São Paulo. Na zona Sul, tivemos prisões de aproximadamente uns 45 companheiros, isso no conjunto. De sindicalistas, tinha 40 da área dos metalúrgicos. Inclusive, lá na prisão, era classificado como grupo dos 40. Então, quando ocorreram essas prisões,

22. Cf. NOSELLA, op. cit., p. 40-41.

mutilou todo o trabalho da gente, quer dizer, realmente deu um breque, assim, em termos de organismo, porque o trabalho continuou; mas em termos de organização e força, inclusive de avaliação do encaminhamento da luta, a gente perdeu. Chegou 1975 e a gente não teve nem condições de montar uma chapa de oposição para concorrer às eleições, porque estava tão desarticulada a coisa e tão prejudicada, que não deu para fazer isso.

Toda a coordenação da Oposição e mais setenta militantes foram presos. Estavam entre eles: Waldemar Rossi, Vito Gianotti, Antonio Flores. Na região sul, quase todo o grupo ligado a Aurélio Peres. As prisões, como Santo percebeu, desarticularam totalmente o movimento, o que impossibilitou a participação organizada nas eleições para a direção sindical em 1975. Nesse ano, o grupo apenas divulgou um manifesto, que não propunha um posicionamento claro para a categoria.

O pelego continuou a ocupar a direção do sindicato. Mas o coletivo da Oposição decidira estabelecer uma linha de atuação, aproveitando a conjuntura política – em 1974, o MDB se evidenciara como um dos canais de insatisfação política, capitalizando votos; o general Ernesto Geisel sucedera Médici na Presidência e o movimento social começava a se articular, perdendo o medo da repressão. A palavra de ordem da Oposição Sindical era organizar grupos dentro das fábricas. Santo descreveu esse processo²³:

Entrar dentro da fábrica da forma que fosse possível; procurar sempre fábricas com maior número de operários para ter uma possibilidade maior de um trabalho e ser reconhecido com tempo mais longo (...) a palavra de ordem era lutar para constituir grupos de fábrica, que até então a gente, por alguma falta de clareza do movimento sindical, dava o nome de comissão de fábrica. Isso era tudo superficial, porque não era bem uma

23. Cf. *ibidem*, p. 47-48.

comissão, eram grupos que a gente constituía dentro da fábrica e nesse grupo a gente ia discutir e encaminhar os problemas que tinha dentro daquela fábrica. Esse grupo realmente não aparecia como grupo.

UM GRANDE ARTICULADOR

A Oposição cuidou de conceber formas inovadoras para articular e coordenar sua ação, pois o espaço do sindicato seguia fechado. Na região sul, ampliou-se um grupo que reunia representantes de várias empresas – a Interfábricas. A reunião era feita toda semana, aos sábados, na Capela do Socorro. Também às quartas, outro encontro acontecia: dos militantes que ficaram conhecidos como “grupo de quarta”.

O padre Natal Campana, o pároco, não fazia parte da turma de religiosos articulados da rua Viasa, mas gostava dos operários e era amigo de Santo Dias. A sala estava sempre disponível. A chave da porta de entrada do salão paroquial, no segundo andar, ficava com Santo, o primeiro a chegar e o último a sair.

Santo era conhecido por essas peculiaridades, segundo Nelson Nakamoto. Tinha articulação com várias pessoas, tanto de cúpula, como de base, na Igreja, nos grupos políticos de esquerda. Seu trabalho prioritário sempre foi a fábrica, mas era reconhecido em um sem-número de espaços, por ter pontos de apoio e despontar como “aparador” de arestas: aquele indivíduo que consegue perceber o que se pode fazer de forma consensual, no conjunto de vários grupos marcados por posições que julgam muitas vezes antagônicas. Eis o que diz Nakamoto:

O Santo era um dos poucos caras do nosso grupo que tinha visão de base e institucional. Era capaz de ficar conversando horas na porta da fábrica, e a gente ficava criticando o Santo por causa disso. Mas quem ia para as nossas reuniões? O pessoal que o Santo tinha conversado. Me lembro

de uma vez, que a gente estava na Caterpillar, e eu fiz um discurso para um cara muito legal que tinha lá – “por que era importante lutar contra esse sistema e tome, tal e tal...”. O cara arregalou os olhos e nunca mais falou comigo. Eu contei pro Santo e ele disse: “Você não sabe ouvir: tem de ouvir primeiro!”. Ele era assim e estava certo! Era um cara que sabia das coisas... não tinha vergonha de entrar em todo espaço de discussão, ia falar com os bispos, entrava na discussão daqueles grupos... Mas, era imbatível na fábrica. Depois que ele morreu, perdemos muito porque não tinha mais quem soubesse fazer tudo isso.

COMPROMISSO DIFÍCIL E EXIGENTE

Amigo de fábrica e de bairro de Santo Dias, Cenerino Evangelista Andrade, também companheiro de Nelson Nakamoto, na Caterpillar, onde trabalhou, enfatiza essa característica do parceiro:

O Santo falava muito isso: nosso poder é a base. Não pode falar qualquer coisa, se não tiver a base com você. A gente convivia com pessoas muito diferentes, logo distinguíamos quem era quem. A gente acabou participando de um monte de encontros, fora do bairro, entre comunidades, e a gente se informava e informava os outros... Era um trabalho de formiguinha, convenciam as pessoas na honestidade, no compromisso, na pontualidade. A gente dava testemunho do que a gente pensava, desse jeito.

A tarefa de organizar os operários não era uma coisa qualquer: exigia muito dos militantes. Principalmente daqueles que tinham suas famílias e moravam na periferia. Havia a repressão política, as distâncias entre os bairros eram grandes e os ônibus precários, e não existia tanta facilidade de comunicação como hoje. As reuniões e debates eram realizados depois da jornada de trabalho. O ex-padre Raimundo Périllat, que veio da França para o Brasil em 1968 e, depois foi traba-

lhar na fábrica como inspetor de segurança, largando a batina, foi grande amigo de Santo e companheiro de Pastoral Operária. Perillat morava na Água Funda, bairro da região do Ipiranga, e relembra algumas dificuldades enfrentadas por Santo Dias:

A gente ia à reunião no centro da cidade, a reunião terminava às dez horas da noite (...) então eu dava carona para ele até o Socorro, a gente chegava no Socorro, onze, onze e quinze, aí o Santo tomava ônibus para o Jardim Santa Margarida e eu voltava para Água Funda... No dia seguinte, o Santo estava na porta de fábrica, visitava, estava presente... Ele não era uma pessoa acomodada, tinha uma disponibilidade e, para mim, eu pensava: “Olha, que compromisso tem este menino”... sempre ele estava presente, sempre disponível. Essas reuniões não eram brincadeira, hoje em dia a gente não faz mais isso. Já pensou? Naquela época, saía do Socorro às seis, sete e ia até o centro da cidade, ficava até às dez, depois voltava para o Santa Margarida, e não era só uma vez.

Os parceiros de Santo Dias nos grupos que frequentava, mesmo tendo visões diferentes sobre a realidade, são unânimes em caracterizá-lo como sério, ponderado, comprometido e dedicado. Veja por exemplo a opinião de Aurélio Peres:

Ele era um operário nato, de origem. Ele não se impunha à primeira vista, a gente só descobria o seu valor na medida em que começávamos a nos aproximar dele nas reuniões, nas ponderações, porque sempre foi muito ponderado. O Santo era sempre uma opinião ponderada, não era um cara que riscava o primeiro palito de fósforo não. Era muito ponderado, muito calmo. Ele acabava conquistando a simpatia de todos por aquela simpatia e moderação dele. E ele era moderado, mas não tinha ideias atrasadas não. As ideias dele eram sempre muito avançadas. Agora, a maneira de colocar, era aquela ponderação sempre. Eu não me lembro de ter tido divergência com o Santo...

Com os outros a gente tinha cada quebra-pau terrível. Ele fazia sempre a síntese de tudo... O Santo tinha muita capacidade de síntese. Ele era especial.

E o que dom Angélico Sândalo Bernardino, que coordenava a Pastoral Operária, diz:

Conheci Santo Dias nas frequentes reuniões da Pastoral Operária. Bom amigo! Falava pouco. Era convicto e determinado. A vida colocada a serviço da libertação da classe trabalhadora. Homem de fé. Católico militante, informava sua ação por suas convicções religiosas. Homem prático. De ação.

Antonio Flores, representante de tendências que posteriormente se alinharam a Joaquim Santos Andrade (a Unidade Sindical), assim se expressou sobre Santo Dias, à revista da Fase, em maio de 1984:

O Santo soube sempre se manter calmo e com tranquilidade. E a ditadura, quando o assassinou, assassinou consciente, sabendo que estava matando um quadro operário. Inclusive, o Santo era um companheiro que além de ser consciente, era um ponto de unificação de uma série de correntes políticas.

O historiador István Jancsó, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP em 2004, conheceu Santo em 1978, numa conversa com vários sindicalistas. Os dois ficaram muito amigos, e Jancsó frequentou várias reuniões na Capela do Socorro, a convite de Santo, sempre atento a todas as pessoas que pudessem contribuir com os movimentos de trabalhadores. Antigo militante político da Ação Popular (AP), Jancsó entrou para a clandestinidade parte dos anos 1970, voltando a morar em Moema, região sul, onde viveu na juventude. Ele deu esse depoimento também à revista da Fase:

Eu quero deixar registrado um negócio que eu acho muito importante, que foi das pessoas de cabeças mais independentes que eu já conheci em

minha vida. E toda vez que tinha ação efetiva, na verdade, não é que Santo se colocava à frente, mas as pessoas é que se reuniam em torno do Santo assim como é, tranquilizava, ponderava e tal (...) O Santo perdeu muito emprego por conta do movimento sindical, mas se quisesse abrir mão do seu compromisso, provavelmente seria encarregado, ou mestre... Era um profissional sério, respeitado. Era respeitado não só no meio operário, mas também pelos chefes de um modo geral, porque sabia até onde queria ir...

Jancsó esteve muito próximo de Santo antes de sua morte e respeitava muito as opções do amigo. Agora, em 2004, relatou às autoras:

O Santo era um cara muito bem-dotado, muito inteligente. E o processo de formação do Santo, da consciência dele, foi resultado de uma série de situações e de leitura dele de realidades. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse sentimento de pertencimento dele à Igreja era um enorme valor porque foi um dos caminhos que lhe permitiu chegar a um nível de consciência da realidade. Porque não existe um só caminho para isso. Esse foi o caminho dele. Para ele, a fé, a Igreja, essa coisa toda era um valor, porque era constitutivo da visão de mundo e do nível de consciência dele.

O psicólogo Paulo Maldos, que era ligado ao Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) e chegara à periferia da região sul, para assessorar um trabalho comunitário perto de Cidade Dutra, conheceu Santo Dias em 1974, quando este o convidou para assistir a uma reunião de representantes da Pastoral Operária na histórica Capela do Socorro. Seu depoimento:

Deve ter sido no final de 74. Ia reunir o pessoal de todas as pastorais para planejar lá no Socorro, aí eu fui uma noite, teve uma apresentação, divisão em grupos para aprofundar a discussão de cada tipo de trabalho. Eu fui parar no grupo do Santo e aí que ele me falou da existência de um grupo que

se reunia de quinze em quinze dias na Igreja do Socorro à tarde. Eu fui ficando assim sem ar, tudo o que a gente mais queria era integração política. A gente começou a trabalhar lá vendo mulheres com crianças e, de repente ali, o pessoal falando de grupo de fábrica, representante das comissões de fábrica falando das Comissões Obreiras de Madri. Eu achei até meio estranho: “Pô, como é que falam na reunião assim, tranquilamente, sobre um grupo importante de intervenção política direta, operário”. Aí ele falou do grupo dos representantes de fábrica que se reuniam de quinze em quinze dias para planejar as ações e eu falei que tinha interesse, então ele me convidou. Eu fui na primeira reunião que teve depois, entrava pela portinha do fundo, era num salão grande lá atrás, tinha um padre italiano...

O psicólogo, que fazia parte do grupo criado pela pedagoga Maria Nilde Mascellani e pela madre Cristina, e do qual faziam parte também Pedro Pontual e Paulo Vanucchi Leme, estabeleceu uma relação muito próxima com as comunidades da região sul e seus integrantes. Principalmente Santo Dias. Quando Maldos teve de viajar à Paraíba, entre 1977 e 1978, Santo sempre escrevia, dando notícias de seu cotidiano. Eis uma dessas cartas, datada de 6 de março de 1978:

Olá, Paulo. Tudo bom? Como vai por aí? Recebi suas notícias e fiquei muito contente.

Aqui vamos indo como sempre, encaminhando diversos trabalhos, quero dizer, em vários níveis: fábrica, bairro e sindicato. Os trabalhos, sindicato e fábrica caminham juntos. Fizemos a campanha salarial de 1977, a participação foi boa dos companheiros em termos de discussão nas fábricas e nas assembleias. Agora, estamos discutindo a campanha das eleições dos metalúrgicos de São Paulo, que vai se realizar em junho próximo. Tem vários companheiros bastante cotados para participar da composição da chapa de oposição.

No bairro vamos levando os debates de legislação trabalhista e campanha da fraternidade Trabalho e Justiça para Todos. Já começamos a pensar no 1º de Maio de 1978.

Ficamos contentes em saber que você tem propostas para voltar. Isso é bom, pois pode fortalecer os trabalhos (hoje devo encontrar com a Maria). Sem mais, um abraço de todos os seus amigos daqui. Um abraço do seu amigo Santo.

TAREFA PERMANENTE: INFORMAR

Santo Dias procurava discutir seus pontos de vista com pessoas diferentes, que encontrava no percurso das reuniões: intelectuais, políticos, lideranças operárias, jornalistas que participavam do movimento social da época. As informações que conseguia dessa forma passava para seus companheiros no bairro e na fábrica. Todo domingo, recortava os jornais e montava um mural na sua comunidade; divulgava jornais de oposição e boletins da Oposição Metalúrgica e de outros grupos. Frequentava a redação do jornal *Movimento* e discutia seus pontos de vista com os editores, entre eles o jornalista Raimundo Pereira, que fez muitas palestras sobre a realidade brasileira nos bairros nesse período.

Por conta dessa inserção, um amigo do sociólogo Paolo Nosella, que preparava sua tese de doutorado lastreada nos pressupostos de Gramsci²⁴, indicou Santo Dias para ser um dos entrevistados. Nosella gravou um longo depoimento com Santo, em 15 de setembro de 1979, pouco mais de um mês antes de sua morte, posteriormente editado no único livro a registrar o pensamento do líder metalúrgico e que é citado neste trabalho. O sociólogo conta um pouco sobre as circunstâncias desse registro:

Eu era um acadêmico, cheguei com um gravador. Me lembro que entrei na sala e ele demorava para chegar, tinha ganchos muitos por lá. Finalmente chegou, e uma coisa que me chamou muito a atenção foi o cansaço. “Está

24. Antonio Gramsci (1891-1937): político e teórico marxista italiano.

cansado? Senta e relaxa um pouco na poltrona.” E quando ele fez isso, parece que o inconsciente veio à tona. Quando fiz a pergunta “fala um pouco sobre sua vida”, ele falou muito tempo depois disso, de forma pausada, uma calma, um clima tão gostoso, relaxante, não havia assim... nervosismo (...) a (lembança) que eu tenho é que era um mobilizador pacífico, calmo, pausado. Fiz minha entrevista, fiz meu roteiro. O Santo era assim meio passo lento, meio que dormindo, a entrevista ficou fantástica.

Mesmo com toda essa carga de participação e articulação, Santo não descuidava da família e de suas relações pessoais. Toda noite só dormia depois de verificar a janela do quarto das crianças e dar um afago nas cabeças de Santinho e Luciana. Quando estava em casa, era proibido ver televisão durante as refeições, dando espaço para a conversa. Lia as tarefas da escola das crianças, toda semana. Quando chegava cedo do trabalho, queria ver as crianças fazendo suas lições: caso não tivessem, seus livros serviam de inspiração para bolar expressões matemáticas a resolver. As brigas com Ana Maria – claro, por pontos de vistas diferentes sobre as lutas em que estavam imersos – eram feitas no banheiro, para Luciana e Santinho não presenciarem. Os passeios com a família, na sua opinião, deveriam ser culturais e trazer informações, a exemplo de museus, teatro, Instituto Butantã, Simba Safári... que faziam parte do lazer. Ele plantou uma horta, no fundo do quintal, e ensinou os filhos a lidar com a terra. Nas férias escolares, uma vez por ano, os quatro visitavam a casa das famílias, em Viradouro.

Santo Dias Filho recorda-se dos traços da personalidade de seu pai:

As primeiras lembranças mais fortes que eu tenho do meu pai é que ele era uma pessoa muito trabalhadora. Depois de uma jornada longa de trabalho durante o dia, ele chegava e ainda ia arrumar as coisas em casa. Ele ia consertar o que estava quebrado, construir alguma coisa diferente. Quando

da construção da nossa casa no Jardim Santa Tereza, ele chegava cansado do trabalho, e ainda ajudava a fazer o telhado. Nos meus quatro anos de idade, era a lembrança do meu pai em cima de uma escada pregando as madeiras para fazer a cobertura da casa. Tudo que meu pai fazia ele envolvia todo mundo da casa.

A solidariedade e a articulação com a comunidade eram outros pontos fortes, segundo Santinho:

Em casa ele tinha uma prancheta de estudos, onde ele escrevia seus projetos e fazia as plantas das casas dos vizinhos que necessitavam construir as suas casas. As pessoas não tinham imaginação e nem criatividade para poder estar fazendo a construção. Não tinha arquiteto, não tinha engenheiro, uma pessoa que tivesse habilidade com desenho como era o caso do meu pai, era uma pessoa muito requisitada. Eu comecei a ver que a participação dele também na comunidade com relação a esses projetos começou a ficar maior. Quando eu já estava na idade de escola, percebi que as pessoas se orientavam com ele com relação às leis trabalhistas... Na verdade, a solidariedade parou ali na minha mãe e no meu pai e ficou. Se vinha um vizinho que não tinha um prato de comida, ficava em casa. Vinha o pessoal da comunidade que precisava fazer alguma coisa, ficava em casa. Se tinha alguma reunião de planejamento, era em casa. Alguns refugiados políticos ficavam lá. Tinha os familiares que vinham para São Paulo, tentar uma vida nova ou para se tratar em algum hospital, ficavam em nossa casa.

A busca permanente por informação também caracterizava o metalúrgico, segundo seu filho:

Quando eu entrei na escola, fazia parte das crianças ali, mas, eu não podia ficar muito tempo brincando na rua, porque umas das preocupações do meu pai era de que eu tivesse um bom estudo e um bom encaminhamento

nos estudos. Ficar na rua e ficar vadiando, pro meu pai, era um pecado muito grande. Então, quando ele apontava no começo da rua nós subíamos correndo para casa. Ele nos fazia ler livros, exercícios de matemática. Uma das coisas, também, que eu lembro foi uma vez que participamos da construção de uma estante de livros na casa. Era uma coisa raríssima na casa de um operário: uma estante com livros lidos e livros para ler.

Santo arrumava sempre um tempo para um almoço com os amigos da fábrica e do bairro, para uma caipirinha com os conhecidos. Na comunidade, era padrinho de muitas crianças e acompanhava o desenvolvimento delas nas famílias. Era muito requisitado para aconselhar, por ser tranquilo e sensato, além de bem informado e acessível. Entre militantes sindicais, essas qualidades também eram valorizadas, segundo Nelson Nakamoto. Casado até hoje com a pedagoga Maria Eunice Campanha, que conheceu na época do Movimento do Custo de Vida, por obra de Santo Dias. Ele recorda os conselhos que o amigo lhe dava:

Uma vez o Santo me disse que eu precisava casar, que não podia ficar solteiro pro resto da vida. Disse também para procurar alguém que tivesse convicções semelhantes e estivesse na luta. Ele sabia muito das coisas... Foi o que eu fiz, segui seu conselho. Claro que acabei me apaixonando, também, né? Mas foi ele que me apresentou à Nice, que conhecia do Custo de Vida. Ele foi nosso “Santo Antônio”!

6

CAPELA DO SOCORRO 2

(SÃO PAULO, CAPITAL)

Os traços da personalidade de Santo Dias – calma, firmeza, simpatia, capacidade de ouvir, sintetizar e articular diferentes visões, constância, moderação, preocupação com o bem-estar dos outros – favoreceram sua relevância na nova organização que a Oposição adotou a partir de 1975. Havia ainda o movimento de bairro, nas comunidades de Vila Remo, que começava a crescer e do qual ele também era um dos mais conhecidos representantes, justamente pelas mesmas características.

A Oposição Sindical Metalúrgica decidiu formar um grupo com oito representantes das zonas sul e leste, que compunham uma coordenação com 16 pessoas, auxiliada por integrantes de várias comissões de trabalho. A organização nas fábricas crescia e era preciso dar conta de novos desafios. A divisão regional era representativa, pois as empresas metalúrgicas da industrialização recente se localizavam na sul e, era na leste que estavam os militantes históricos da Oposição. Santo Dias participava pela sul.

Era na região sul que se concentravam maciçamente os metalúrgicos da capital – mais de um terço¹. As maiores fábricas da cidade lá estavam – MWM, Villares, Caloi, Caterpillar, Prada, Metal Leve, Cibíé, Monark, Pial, Wapsa e Weber. Somada à região sudeste, área do Ipiranga, constituía praticamente a metade da categoria, que tinha 375.753 trabalhadores na base. Militantes da Oposição afirmavam que destes apenas 60 mil eram sindicalizados. Aqueles que iam às assembleias eram um contingente ainda menor – mil a 2 mil trabalhadores².

A região leste, adicionada ao setor industrial histórico da Moóca, abarcava quase um quarto da base da categoria metalúrgica, e a oeste, mais de 17%³. Assim, a divisão geográfica adotada pela Oposição para se conformar correspondia à realidade de concentração dos metalúrgicos e, também, à da organização existente nos bairros, como os grupos de Pastoral Operária, associações e movimentos. A identidade da Oposição Sindical Metalúrgica mudou a partir de então, estampando a fisionomia dos grupos de fábrica⁴. Nesse processo, os militantes da Pastoral Operária assumiram papel fundamental.

A mudança de estrutura ajudou a multiplicar e consolidar os grupos nas fábricas. De modo geral, reivindicavam melhorias nos salários (pagamentos atrasados, reajustes, equiparações); nas condições de trabalho (melhores refeições, cafezinho decente, banheiros limpos, dependências arrumadas etc.); na segurança do trabalho e também nas relações com as chefias. Faziam isso organizando abaixo-assinados, ins-

1. Dados apurados por Maria Rosângela Batistoni, sobre o Cadastro Industrial do SENAI em 1985, indicavam que a região sul possuía naquele ano quase 31% do total de trabalhadores metalúrgicos – 115.072, em 947 empresas, quase 22% do total de empresas, no município de São Paulo. Os demais dados apresentados neste trecho são recolhidos da leitura deste trabalho (p. 132 a 142).

2. Idem, 1985.

3. Batistoni aponta 680 empresas (cerca de 16% do total de empresas do município) e 40.669 trabalhadores (cerca de 11% do total) na região leste da capital. Moóca, Brás, Pari, Glicério etc. tinham pouco mais de 16% das indústrias e 13,2% dos metalúrgicos, citando dados de 1985. No mesmo ano, a região oeste detinha 16,4% das empresas (mais de um terço de porte médio) e 17,4% da base de trabalhadores da capital. Possuía também dezenove indústrias grandes – Sofunge, Sabroe, Basilicata, Rolamentos Fag, Philips, que concentravam quase um terço dos metalúrgicos da região.

4. SADER, op. cit., p. 241.

trumento muito conhecido desde as mais antigas lutas operárias até os movimentos nos bairros; reclamações; paralisações do trabalho (operações tartaruga; greves; boicotes etc.)⁵ daquele tempo.

DAS PEQUENAS LUTAS ÀS AÇÕES MAIORES

Esses movimentos coletivos isolados, muitas vezes vitoriosos, serviram para acumular força, experiências e vivências em comum, quebrando o imobilismo e o conformismo resultantes do sindicato pelego e da repressão política. Além disso, passaram por cima das práticas dos militantes de esquerda, que tinham presença no movimento operário, muitas vezes com referências totalmente descoladas da realidade imediata vivida pelos trabalhadores⁶.

O importante é ressaltar o papel das comissões que se formaram nesse processo como interlocutores legítimos nas negociações com as empresas, a partir de 1978, com o período das greves. A criação de um jornal – *Luta Operária*, em fevereiro de 1976, uma proposta que saiu do conjunto dos grupos, ajudou essas experiências a se multiplicarem. Santo mencionou esse fato⁷:

Ele vinha como alternativa de um jornal operário, embora fosse muito restrito, porque dentro de 300 mil trabalhadores da área metalúrgica, nós chegávamos a tirar até 1.000 boletins e 1.000 boletins dentro desse con-

5. Sader encontrou referência de grupos em várias metalúrgicas: Massey-Ferguson, HobartDayton, Arno, Burndy, Villares, AMF, Metalúrgica Matarazzo, Caterpillar, MWM, Metal Leve, Ingersol Rand, Semp, Lorenzetti, Caio, Caloi, Aliperti, entre outras (1988: 242).

6. Emir Sader considerou essas ações como “momentos de autoafirmação de grupos operários, que vêm nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos” (p. 250), práticas que acabaram “passando por cima” das práticas de grupos de esquerda que tentaram direcioná-las. “... havia uma tal distância entre as referências estratégicas que as informavam e os problemas concretos postos na prática da oposição que era muito fraca a incidência daquelas referências sobre essas práticas” (p. 250). Para o sociólogo, os grupos de fábrica expressam significados diversos segundo o momento em que afloram: luta entre capital e trabalho; base para a Oposição ao sindicato; base e premissa para outro sindicato, livre da tutela do Estado; base e premissa de transformação radical, mas por meio do sindicato, arrancado ao pelego (idem).

7. Cf. NOSELLA, op. cit., p. 48-49.

junto não têm expressão nenhuma. Mas a gente conseguiu fazer um trabalho, embora houvesse rejeição pela própria forma do material. O próprio jeito de escrever não era muito aceitável para alguns companheiros, mas muitos companheiros levaram esse material e conseguiram divulgar (...) Se conseguiu então efetivar os grupos. A gente se dividiu nesse grupão, por setor: alguns foram atuar na área leste, oeste, sul e área do Ipiranga. Conseguimos montar um esquema de atuação, onde consolidamos mais o trabalho de oposição sindical.

Eram jornais mimeografados, que saíam duas vezes ao ano, ressaltando o trabalho e a importância das comissões de fábrica, o direito de greve, a liberdade sindical, as bandeiras unificadoras do movimento. A primeira edição impressa em gráfica só foi feita em abril de 1979. Na região sul, os militantes imprimiam também um jornal de recortes de outros periódicos, destinado a discutir os assuntos de interesse que saíam em notícias dos jornais diários, mais ágil e com periodicidade irregular. Os integrantes da Oposição ainda se serviam de jornais como *Opinião* e, depois *Movimento*, para discutir assuntos mais gerais com os representantes que se destacavam nos grupos de fábrica. Santo Dias Filho ajudava o pai a montar os jornais, que ele apanhava na gráfica: “Uma vez por semana, desfolhávamos os jornais, tanto para o pessoal da comunidade, como das fábricas.”

Isso apesar da repressão política que ainda persistia: em 1976, o metalúrgico Manuel Fiel Filho morreu sob tortura no DOI-Codi, acusado de rearticular o PCB. Os jornais da chamada “grande imprensa” enfrentavam a censura e sua linha editorial historicamente não priorizava o registro da organização operária, a não ser em editoriais de cobertura da área sindical, isso quando havia.

A Oposição Sindical Metalúrgica crescia com os grupos. No 1º de Maio de 1977, já convocara um ato, ao qual compareceram 450 pessoas, na Igreja de Vila Santa Catarina, perto do Jabaquara, na capi-

tal. Nesse mesmo ano, com a denúncia feita pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) de que o governo manipulava os índices de reajuste salarial, prejudicando em até 34,1% os salários, várias categorias começam a se movimentar pela reposição⁸. Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por meio de sua diretoria sindical em que despontava Luís Inácio da Silva – o Lula –, é que encomendaram a pesquisa ao Dieese, iniciando a mobilização em assembleias. Ainda em 1977, uma assembleia de 5 mil trabalhadores metalúrgicos do ABCD ratificou a decisão da categoria de lutar pela reposição salarial.

Durante aquele ano, este foi o mote para a movimentação de 300 mil trabalhadores de 110 categorias no Rio Grande do Sul, que divulgaram um manifesto nesse sentido; dos metalúrgicos da Cosipa, em Santos; de 500 trabalhadores em Pernambuco, entre outros lugares⁹. Para surpresa geral, o governo admitiu que ocorrera manipulação nas estatísticas oficiais sobre a inflação de 1973 a 1974, em agosto de 1977¹⁰. Isso abriu caminho para a “campanha dos 34,1%”, iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, proposta que foi um ponto unificador das ações dos diferentes grupos no movimento sindical¹¹.

Para conhecer os detalhes do episódio dos índices de inflação neste período, leia o artigo do economista Eduardo Suplicy publicado no jornal *Movimento*, em 1977, em Nota Explicativa, no final do livro, na página 421.

○ ABCD COMEÇA A OFENSIVA

Além da campanha pela reposição, os sindicalistas considerados como “autênticos” – ou seja, novas lideranças empenhadas em fomen-

8. FARIA, op. cit., p. 249.

9. Cadernos do CEAS. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 63, set./out. 1979.

10. Cf. ALVES, op. cit., p. 246.

11. *Ibidem*, p. 246.

tar a organização de suas categorias e defender seus interesses – tinham participado do congresso de trabalhadores industriais, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) convocara, no Rio de Janeiro. Pelegos e “autênticos” se confrontaram nos debates.

O mais interessante fora a articulação dos sindicatos oposicionistas por meio de uma carta de princípios, cujos vários objetivos se agrupavam em três grandes assuntos – problemas nacionais, de desenvolvimento e sindicais. O documento propunha o retorno do estado de Direito, liberdade de expressão, anistia política; fim do arrocho salarial e negociações diretas com as empresas e reforma agrária; e término do atrelamento sindical ao governo e pelo direito de greve, entre outros pontos¹².

Em São Paulo, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos não incluiu nem mesmo a proposta de reposição na sua campanha salarial. Mas a Oposição Sindical Metalúrgica a colocou nos pontos de seu programa para as eleições sindicais, programadas para junho de 1978. Em 4 de dezembro de 1977, a Oposição realizou uma assembleia para discussão do programa da chapa, onde foram ressaltadas algumas pontuações, depois encaminhadas para decisão dos setores.

Esses temas, resultado de muitos debates nos grupos de base, tinham a luta contra a estrutura sindical atrelada ao governo como pano de fundo, a exemplo do que também estava acontecendo com os metalúrgicos do ABCD. Nessa reunião, a Oposição fomentou a discussão e indicou temas agrupados em três aspectos principais: econômicos (contra o arrocho salarial, jornada de quarenta horas, reposição salarial e aumento trimestral, entre outros); políticos (direito de greve; livre negociação; desvinculação do Ministério do Trabalho; comissões de fábrica e delegados sindicais eleitos nas fábricas, entre outros); e administrativo-sindicais (subsedes nas regiões; diretoria

12. *Ibidem*, p. 246-247.

comprometida com os interesses da categoria e fim do imposto sindical, entre outros).

A formação da chapa e a aprovação dos pontos foram feitas em assembleia reunindo 150 representantes da base metalúrgica, logo no início de 1978, no Colégio São Bento. Os nomes de Anísio Batista e Santo Dias eram unanimidade. Aprovados, em março a campanha da Chapa 3 estava nas portas de fábrica. Anísio Batista fala de como ele e Santo viram isso:

Queríamos um sindicato independente do governo federal, onde os trabalhadores tivessem uma autonomia. Na época a gente discutia nossa autonomia. Isso veio a calhar em 1978, a grande liderança do Santo Dias e eu, nos destacamos no movimento da Igreja e na Oposição Sindical, porque tínhamos um trabalho de fábrica muito grande, ficamos à frente da chapa de 78. Eu e o Santo não tínhamos nenhuma divergência de um ou outro encabeçar a chapa, porque nos entendíamos muito bem, tanto fazia um como outro, não tinha divergência como tem hoje. Era tranquilo. Isso foi até motivo de discussão num almoço na minha casa e com as nossas mulheres. A gente colocou que um de nós dois ia encabeçar a chapa e a gente não tinha tanta experiência assim, e era uma coisa pesada. Já a Ana e a Albertina não queriam que a gente aceitasse (...) nós conciliávamos opiniões conflitantes, tínhamos um trabalho prático muito forte. Não tinha como e a gente discutiu, que os dois prioritários tinham de estar na frente.

A Chapa 3 tinha a seguinte composição: Anísio Batista de Oliveira, torneiro vertical da Toshiba do Brasil S.A. (presidente); Santo Dias da Silva, inspetor de qualidade da Metalúrgica Alfa S.A (vice-presidente); Hélio Bombardi, programador de produção da Massey Ferguson do Brasil (secretário-geral); Sante Conti, Ferragem e Laminação Brasil (tesoureiro); Fernando do Ó Velozo, meio oficial ajustador da

Instron S.A. (primeiro secretário); Ubiraci Dantas de Oliveira, ajustador mecânico de manutenção da Philco Rádio e Televisão Ltda. (segundo secretário) e Marcolino Martins dos Santos, fiscal de iluminação da Siderúrgica J. L. Aliperti S/A (segundo tesoureiro), entre outros.

A Chapa 1 era encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, na tentativa de sua sexta reeleição, ao lado de interventores de 1965¹³. A Chapa 2 – Renovação – tinha entre seus integrantes Cândido Hilário Garcia Júnior (Bigode) e Walter Schiavon, entre outros, que não se posicionavam contra a estrutura sindical, mas sim contra a diretoria, e propunham comissões controladas pelo sindicato¹⁴.

O 1º de Maio de 1978 ocorreu no pátio de uma igreja em Osasco, referência ao movimento de 1968, promovido pelas oposições sindicais de São Paulo: dos metalúrgicos, bancários, químicos, gráficos, de papel e papelão, construção civil, plásticos, professores e outras categorias. Os sindicalistas “autênticos” convocaram um ato no Sindicato de Metalúrgicos de Santo André, também com a participação das oposições, sem direito a voz¹⁵.

A GREVE DA SAAB-SCANIA E A OPOSIÇÃO

Ainda em maio de 1978, os 1.800 operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo, paralisaram o trabalho por reajustes de 20% acima do índice oficial e pela livre negociação salarial. Na segunda semana do movimento, 23 empresas e quase 80 mil metalúrgicos estavam parados naquela região. Os trabalhadores entravam na fábrica, batiam cartão de ponto e cruzavam os braços na frente de suas máquinas. No final de maio, haviam conseguido 24,5% de aumento, escalonados até 1979¹⁶, furando a po-

13. FARIA, op. cit., p. 378.

14. Ibidem, p. 380.

15. BATISTONI, op. cit., p. 198.

16. Cf. ALVES, op. cit., p. 249.

lítica salarial oficial e iniciando uma onda grevista em várias categorias. Com isso ficou patente a correção das visões oposicionistas de esquerda sobre o quanto estratégica era a posição dos metalúrgicos na produção e na mobilização dos demais trabalhadores.

Eles eram os trabalhadores mais bem pagos no país, em 1978¹⁷, mas se fossem levados em conta os padrões internacionais do mundo capitalista de então – o que tinha lógica, pois as grandes indústrias metalúrgicas geralmente eram multinacionais –, seus proventos (60 centavos de dólares a hora) só eram maiores que os de operários filipinos (35 centavos de dólares) ou argentinos (55 centavos de dólares). No topo da pirâmide, estavam os ganhos dos metalúrgicos dos Estados Unidos (8 dólares e 65 centavos), da Suécia (6 dólares e 20 centavos), da República Federativa da Alemanha – Alemanha Ocidental (5 dólares e 65 centavos) e do Japão (4 dólares e 30 centavos)¹⁸.

Assim, o movimento trabalhista se impôs novamente na cena política¹⁹. Só no estado de São Paulo, de 12 de maio a 13 de julho de 1978, pararam 213 fábricas, em nove cidades, mobilizando mais de 245 mil trabalhadores. No ano todo, 24 greves de 14 categorias diferentes ocorreram no país, envolvendo cerca de 540 mil trabalhadores²⁰. Como uma onda, o movimento foi se propagando lentamente, em meio ao pânico dos empresários e à ansiedade no governo, sem mecanismos para controlá-lo²¹.

O movimento desencadeado pelo ABCD alavancou a campanha da Chapa 3, o que deu cacife político para a Oposição. Nas fábricas da capital em que ocorreram paralisações pela reposição salarial, os metalúrgicos não reconheceram a diretoria sindical como

17. Cf. *ibidem*, p. 249.

18. Cf. *ibidem*, p. 248.

19. Cf. *ibidem*, p. 247.

20. Cf. *ibidem*, p. 250-251.

21. KUCINSKI, *op. cit.*, p. 94.

sua liderança, mas sim os integrantes da OSM, quando havia. Os comentários de Santo Dias a respeito disso²²:

Mas em 78 a gente conseguiu montar uma chapa de oposição sindical, onde vários companheiros participaram, e nessa montagem de chapa então foi onde o movimento operário estava em ascensão. Quer dizer, começou a greve dos operários da Scania, lá em São Bernardo do Campo, e essa greve se estendeu lá na área de Santo André, São Bernardo. À medida que ela se estendeu lá, ela chegou até na área aqui de São Paulo e, dentro desse processo, a gente estava com várias campanhas das eleições. Foi quando favoreceu muito o avanço da luta dos operários aqui na área de São Paulo. Especificamente, aqui na área da região sul, onde a gente chegou a ter reuniões diárias e de várias fábricas, onde até então o pessoal não tinha passado por um processo de negociação e nem de paralisação no geral. Quem tinha algumas experiências disso era, por exemplo, eu, que participei desse processo na Burndy do Brasil, e o pessoal que tinha trabalhado na Villares, porque na Villares também houve um movimento de paralisação entre 73 e 74. Então a gente era requisitado para fazer colocações a respeito das greves ou de como é que se dão as greves dentro da fábrica para muitos que até então não tinham claro como organizar a coisa; mesmo porque toda essa classe operária de 78 já não era mais aquela que estava aí em 1964 ou antes de 1964, que é quando se tinha várias experiências e as experiências maiores. Então contribuímos nessa fase.

Além de divulgar as formas de luta já realizadas, com palestras e reuniões, os militantes da Oposição distribuíam o material da campanha da Chapa 3. Na ausência de um trabalho do sindicato da categoria, estes panfletos e jornais adquiriram valor simbólico de proposta de paralisação pela reposição, na opinião de Santo Dias²³:

22. Cf. NOSELLA, op. cit., p. 49-50.

23. Ibidem, op. cit., p. 50.

O material que a gente estava fazendo como propaganda das eleições imediatamente virou a palavra de ordem, quer dizer, aí já não era mais o problema de chamar o pessoal para votar numa chapa de oposição, mas era também chamar o pessoal para lutar por um aumento de salário real. E o material realmente correspondeu. A palavra de ordem era 21%. E dentro desse boletim, em que a gente colocava a palavra de ordem de 21%, tinha a história, ou melhor, a experiência da primeira paralisação que foi na Toshiba aqui em São Paulo. Teve a paralisação da Toshiba na divisão de São Bernardo e a paralisação aqui na Raist:* foram as duas primeiras fábricas que pararam aqui em São Paulo. Então, a gente dava esse informe também no material. À medida que esse material estava dentro da fábrica, imediatamente tinha repercussão e tinha paralisações.

O MOMENTO PROPÍCIO PARA SÃO PAULO

Santo relatou o exemplo da Metal Leve, cuja panfletagem ocorrera às cinco da manhã, e às sete os metalúrgicos já estavam parados. Ressaltou que existia um princípio de organização na empresa, desde que ele trabalhara ali e começara a discutir os temas salariais com um grupo de metalúrgicos. A maior parte dos integrantes da chapa trabalhava em fábricas com mais de 500 funcionários. E em quase todas elas, os trabalhadores conseguiram aumentos entre 15 e 25%²⁴.

A Toshiba de São Paulo foi a primeira a parar, segundo Santo. Lá trabalhava Anísio Batista. Depois que começaram as greves no ABCD, em maio, o grupo de fábrica que havia na Toshiba divulgou o que ocorria, por meio de boletins. Uma comissão de representantes das maiores seções da empresa elaborou as reivindicações para uma greve local – 21% de aumento, comida adequada, melhoria das condições de segurança, higiene e atendimento médico.

* Foi transcrita Raist no livro, mas o correto é Hyster, fabricante de empilhadeiras.
24. Cf. FARIA, op. cit., p. 303.

Discutiram uma noite inteira se deveriam mostrar-se enquanto comissão que estava à frente do movimento²⁵, mas nada concluíram. A comissão “pública” acabou sendo formada na prática, depois da paralisação em 26 de maio. A gerência procurou Anísio para saber o motivo da greve e ele discutiu com o grupo, que formou a comissão, para negociar. Foram seis dias de greve e eles conquistaram 15% de aumento, mais a estabilidade dos representantes. A garantia de emprego à comissão foi dada “de boca”, sem assinatura de acordo em papel, e depois da greve a empresa demitiu todos os seus integrantes, inclusive Anísio Batista, no final da campanha da Chapa 3.

Na Massey Fergusson, multinacional de origem canadense em que 1.200 trabalhadores produziam tratores, máquinas industriais e motores, trabalhava outro integrante da Chapa 3, Hélio Bombardi. Entre 1972 e 1973, pequenas lutas nucleadas surgiram nessa empresa, cujos operários foram sistematicamente demitidos²⁶. Em 1978, cinco reuniões prepararam a greve, envolvendo mais de cem operários, longe da diretoria sindical. Um grupo com um terço deles passou a participar da Interfábricas da região sul.

A empresa parou praticamente toda, bem antes do previsto, pois a direção ficara sabendo da data. Todos os trabalhadores foram orientados a falar juntos numa assembleia, e os representantes da empresa solicitaram uma comissão com dois representantes de cada seção. Os supervisores tentaram indicar gente de confiança sua e propuseram chamar o sindicato, propostas rechaçadas pela assembleia de trabalhadores.

Uma outra comissão, com 50 representantes, foi escolhida, por seção e capacidade de o representante entender e levar o movimento grevista adiante. Ela organizou as reivindicações: 21% de aumento, melhoria do serviço médico, fim do autoritarismo das chefias, melhoria da alimentação etc. A empresa tentou dissolver o grupo represen-

25. SADER, op. cit., p. 252. 26. BATISTONI, op. cit., p. 206 27. *Ibidem*, p. 207.

26. BATISTONI, op. cit., p. 206

tativo, mas a greve foi mantida por nove dias. Os diretores tiveram de voltar atrás e solicitar a comissão, refeita com um número menor de integrantes, mas com a garantia de dois anos de estabilidade, assinada com a presença do delegado regional do Trabalho²⁷.

A comissão mantinha a fábrica informada principalmente por meio de assembleias, em que chefias não entravam. Foram realizadas oito ao todo. O sindicato participou apenas como homologador do acordo, rejeitado que foi, nas assembleias, para funcionar como interlocutor. As conquistas: 10, 13 e 15% de aumento; das 86 horas paradas foram descontadas 28; aumento por mérito para 20% dos operários da fábrica, entre outros itens²⁸. A comissão permaneceu, mas bastante pressionada pelas tentativas de desmobilização da empresa: controle individual de seus integrantes, cooptação (oferta de cargos e promoções) e burocratização (exaustão por meio de longas reuniões). Uma dessas tentativas era a oferta de um estatuto para regular a comissão, que a descaracterizava totalmente. A coordenação da Oposição Sindical Metalúrgica ajudou os metalúrgicos a fazerem uma contraproposta, discutida na fábrica e aceita verbalmente pela empresa. Mas, com a greve no período do dissídio, a empresa demitiu esses representantes, além de vários operários que participaram do movimento.

AS GREVES MULTIPLICAM E SANTO É DEMITIDO

Outra comissão havia se organizado na Caterpillar. Lá estavam Nelson Nakamoto e Cenerino Evangelista, amigos de Santo Dias, dois dos integrantes do grupo de fábrica. Esse grupo primeiro fez todo um trabalho de informação com as várias seções da fabri-

27. *Ibidem*, p. 207.

28. Cf. *ibidem*, p. 208.

ca²⁹, quesito fundamental para que ocorresse a solidariedade e a confiança entre os operários.

A greve começou no horário de troca do turno da noite para de manhã. Um grupo expressivo de metalúrgicos – cerca de mil – marchou para os fundos da fábrica (onde hoje funciona o *shopping*) e praticamente acabou com a possibilidade de manobras das chefias para conter a paralisação. A direção insistiu na formação de uma comissão, mas o grupo retardou sua articulação, pois visava transformar a Caterpillar, uma das maiores empresas em Jurubatuba, na referência para a greve em outras empresas do eixo Jurubatuba.

Mas a Delegacia Regional do Trabalho interveio para acabar com o movimento. A empresa aceitou garantir a estabilidade da comissão, argumentando até mesmo que “a culpa não é de vocês”, dirigindo-se aos operários e desqualificando a diretoria sindical da categoria para essa mediação. Foram escolhidos 80 operários, mas a estabilidade só foi garantida a 40.

Destes, 12 foram escolhidos para continuar a negociar, depois da greve. Na nova bateria de paralisações em novembro, os operários da Caterpillar mantiveram a greve por 11 dias, a despeito da direção sindical³⁰.

Enquanto isso, a vida profissional de Santo Dias, como vice da Chapa 3, estava complicada. Três dias depois da abertura do edital de convocação para inscrição das chapas, no mesmo mês, ele foi demitido da Metal Leve, onde era inspetor de qualidade. Isso inviabilizava a sua candidatura. Foi um verdadeiro sufoco, pois o impediu de participar efetivamente das greves de maio, organizando seu novo local de trabalho, a Fogões Alfa. Ele qualificou como a pior coisa que havia acontecido na sua vida e falou sobre suas convicções, de forma emocionada:

29. MARONI, op. cit., p. 85-86.

30. Ibidem, p. 91.

31. NOSELLA, op. cit., p. 53-54.

Fui mandado embora três dias após a abertura do edital de convocações para inscrição das chapas. A diretoria do sindicato tinha transado com a administração da fábrica e então, para prejudicar minha saída da chapa, eles me mandaram embora três dias após a convocação da inscrição das chapas. Então, para mim foi um puta de um chute isso aí, né? E a dificuldade se tornou maior ainda quando eu tive que arrumar emprego correndo, para poder ter legalidade. Quer dizer: devia estar empregado, porque uma das condições que a portaria impõe é estar empregado para concorrer na chapa. Eu tive de arrumar emprego imediatamente e esse emprego tive que arrumar mediante “cartucho”. E eu entrei na fábrica – diria na linguagem que está aí na praça – “biônico”, entende? Quer dizer, eu caí de paraquedas numa fábrica para poder concorrer numa eleição, e nessa fábrica eu era estranho. Estranho na fábrica, estranho na área, porque eu fui trabalhar numa área totalmente diferente da área que eu estava acostumado a trabalhar, que era aqui em Santo Amaro. Então eu fui para o Brás e lá entrei nessa fábrica, e trabalhando dentro desse processo, quer dizer, em 15 dias registrou a chapa. Registrou a chapa, saiu a propaganda da chapa e eu como elemento daquela fábrica. Os operários olharam: “Quem é esse cara? Nunca vimos esse cara aqui na fábrica”. Tinha operário lá com 20 anos de luta dentro daquela fábrica e inclusive muitos sindicalistas: “Pô, mas quem é esse cara?”. Então, até eu efetivar minha vida legal dentro da fábrica, passei por humilhações. Até o pelego explorou isso aí. Estava no processo de greve e saiu a greve na fábrica, e eu não tive condição nenhuma de me impor na greve, porque eu estava alheio ao processo. E foi uma ginástica tremenda para eu poder consolidar minha vida normal dentro da fábrica e ter uma vida normal também dentro do sindicato, dada toda essa manobra que fizeram...

Ana Maria, a viúva de Santo Dias, recorda as circunstâncias da demissão do marido e o quanto foi penosa essa situação para ambos:

Nesse dia [da demissão], tanto o Santo como eu choramos. Naquele momento, era importante que ele fosse registrado na chapa com o nome de

uma fábrica grande. O reconhecimento pela base seria muito mais forte. Mais uma vez, estava ali o dedo dos adversários sindicais. Foi um sofrimento.

Santo só conseguiria mudar essa situação no início de outubro, no episódio do operário Nelson Pereira de Jesus, também da Fogões Alfa. Jesus fora reivindicar o pagamento de horas extras ao patrão, o advogado Cássio Scatena, que o matou. A fábrica parou por 26 dias, e Santo articulou apoio aos grevistas, divulgando o movimento e captando sustentação financeira e alimentar da Igreja, do movimento estudantil e de vários outros setores.

Com isso recuperou a confiança dos companheiros de fábrica. Por conta da envergadura do caso, foi mandado embora três dias depois que a greve começou. A partir de maio, assistiu e ajudou os companheiros da Interfábricas nas greves pela reposição, mas amargou o fato de não ter podido organizar nenhuma em seu espaço de atuação privilegiado – a região sul.

BALANÇO GERAL: O MOVIMENTO AVANÇA

As comissões se formaram em várias fábricas da capital, mas, quando confrontadas com as direções das empresas, tiveram de assumir um papel para o qual não tinham preparo suficiente. Com isso, a maioria de seus integrantes foi dispensada, no mesmo ano, e as lideranças em breve conheceriam o poder das listas negras da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Mesmo qualificados, as listas contendo os nomes dos “agitadores” circularam entre as diretorias das grandes empresas e esses trabalhadores não mais conseguiam vagas nesses locais. Ainda assim, a onda grevista de maio e junho deixou saldo de organização de comissões, reconhecidas pelas empresas em pelo menos 35 fábricas³², “tratorando” a Lei no 4.330.

32. SADER, op. cit., p. 251.

Além dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo e do ABCD, ocorreram greves durante todo ano: em junho, professores da Bahia (18 mil pessoas) e médicos residentes em São Paulo do setor público e privado; em julho, funcionários do Hospital das Clínicas e dos ceramistas de Itu e Cabreúva (SP), esta última conseguindo mobilizar 21 empresas e efetivar a jornada de oito horas para a categoria no estado; em julho, os trabalhadores rurais de Itanhaém (SP); em agosto, 80 mil professores da rede oficial em São Paulo e 20 mil do Paraná, e também os bancários de São Paulo³³; entre agosto e setembro, os operários da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em João Monlevade (MG); em outubro, metalúrgicos da Fogões Alfa e de Betim (MG), e entre 27 de outubro e 2 de novembro, nova greve dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, somando 200 mil operários parados na época do dissídio coletivo, entre tantas outras.

Até os vendedores de pules do Jóquei Clube de São Paulo fizeram greve. Motoristas e cobradores da Grande São Paulo, Araraquara e Jundiá (SP), Rio de Janeiro, Vitória e Juiz de Fora entraram na onda. Garis e lixeiros de São Paulo e do Rio de Janeiro cruzaram braços, assim como os gráficos de São Paulo e as lavadeiras do Acre. Os trabalhadores queriam reposição, motivados pelos movimentos de metalúrgicos, os pioneiros. Mesmo com o Decreto-lei 1.632, que proibia as greves nos serviços considerados essenciais (transportes, bancos, empresas de energia etc.), as paralisações continuaram.

A Chapa 3 da Oposição Metalúrgica de São Paulo beneficiou-se dessa conjuntura e também das articulações políticas gerais que caracterizaram o período. Havia uma campanha eleitoral em curso, a Frente Nacional pela Redemocratização, articulação de forças políticas de cunho liberal³⁴, estava em seu auge com a candidatura Euler

33. Segundo ALVES (op. cit., p. 252), os bancários foram alvo de atenção especial do governo: a greve foi duramente reprimida e, em 4/8/1978, o novo Decreto-lei 1.632 incluía os bancários no rol de “atividades essenciais”. As penalidades previstas eram suspensão de trinta dias, demissão por justa causa e denúncia nos termos da Lei de Segurança Nacional (p. 252).

34. KUCINSKI, op. cit., p. 94.

Bentes. Os comitês pleiteando anistia política encontravam-se em pleno ascenso.

Assim, a OSM foi para o processo eleitoral enraizada nas fábricas e no sentimento geral antipelego da categoria, fortalecida pela ampliação do número de metalúrgicos atuantes na base e inserida numa conjuntura política de intensa movimentação social. Mas isso não seria suficiente para derrubar o Joaquinzão da diretoria, como veremos a seguir. A família de Santo Dias participou intensamente da campanha da Chapa 3: “desfolhando” os jornais à noite, para a panfletagem no dia seguinte, e ajudando a distribuí-los. O grupo de metalúrgicos da região sul organizou uma festa do chope numa chácara: Luciana e Santinho ajudaram a vender as canecas com a estampa da Oposição. Ao lado de Santo, Ana Maria, como sempre, mobilizou os grupos de bairro.

Todo o movimento dos metalúrgicos de São Paulo, em 1978, foi documentado pelos cineastas Sérgio Toledo e Roberto Gervitz em seu filme *Braços cruzados, máquinas paradas*, de 1979. Nele estão registradas imagens das assembleias da Massey Ferguson, entrevistas com trabalhadores da Sofunge e da Philco, além das lideranças da Oposição nas portas de fábrica, nas negociações com as empresas e em entrevistas exclusivas. Santo Dias entre elas. O filme documenta o processo eleitoral que se seguiu, acompanhando a Chapa 3 na sua luta por eleições sindicais com um mínimo de democracia, a enorme dificuldade enfrentada pelos opositoristas e a ligação direta de Joaquinzão com o governo.

O PELEGO CONTRA-ATACA

A Chapa 3 tinha base na fábrica, mas não controlava a máquina sindical, uma situação muito diferente dos metalúrgicos do ABCD, cuja diretoria sindical era o motor das movimentações, abrindo o espaço do sindicato para a articulação geral das comissões. Na capital, Joaquim dos Santos Andrade fez toda sorte de manobras para garantir

sua vitória nas eleições de junho de 1978: denunciou a ação da Oposição nas greves de maio; indicou mesários, amparado pela Portaria no 3.437 (20/12/1974) do Ministério do Trabalho que garantia a condução do processo eleitoral pela diretoria; fraudou o pleito e até ameaçou fisicamente os integrantes da Chapa 3³⁵.

Havia outro fator que também contribuiu para a vitória de Joaquinção. Uma grande parte das novas lideranças, inclusive de militantes da OSM, não era sindicalizada e, por lei, não podia votar. A sindicalização maciça tampouco era preocupação desses trabalhadores, muitos influenciados por concepções do movimento sindical que rejeitavam a participação no sindicato existente. O grupo da região sul, e principalmente Santo Dias, percebiam essa fragilidade, de acordo com as informações de Nelson Nakamoto. O pelego, ao contrário, fizera campanhas sistemáticas de sindicalização usando o suporte de suas atividades assistenciais³⁶.

Realizadas em junho, as eleições foram tumultuadas e repletas de irregularidades denunciadas pelos integrantes da OSM e seus advogados – Gilda Graciano e Marco Aurélio Ribeiro. Os representantes da Chapa 3, por exemplo, não puderam acompanhar o transporte das urnas da sede para os locais de votação e vice-versa. Algumas dessas lideranças resolveram usar táxi para seguir os carros do sindicato, mas em vão. Muitas urnas não foram sequer fechadas, e muito menos lacradas. Em 160 urnas, a Oposição não tinha um mesário sequer para acompanhá-las. Os protestos não tiveram resultado, pois o conluio pelego e órgãos oficiais era evidente. Anísio Batista recorda aqueles momentos:

Um ponto que me marcou muito, na nossa chapa de 78 – eu e o Santo fomos discutir com o delegado do trabalho, toda semana a gente estava por lá, para ter uma eleição democrática, a gente chegava no ministro, falava.

35. FARIA, op. cit., p. 336.

36. *Ibidem*, p. 338.

Um dia o delegado perguntou pra nós dois, viu um cartaz na parede e disse se a gente estava realmente preparado para ser dirigentes sindicais. A gente disse que sim. Mas ele nunca deu nada pra nós.

O resultado das eleições, mesmo sem a apuração final: dos 49.020 associados em condição de votar, 44.809 votaram; foram apurados 36.538 votos; 24.511 para Chapa 1; 3.289 para a 2; e 7.378 para a 3; 299 brancos e 1.061 nulos. Os comentários de Anísio:

Foi assim: não foram nem contados os votos, basicamente. A fraude era tão vergonhosa que vou dar um exemplo para vocês: na fábrica Aliperti, a gente tinha uma organização muito grande, forte. Tínhamos mais ou menos novecentos e poucos sócios, só ali. Desses novecentos sócios, setecentos eram certeza que votariam na gente, no mínimo. Quando abriram as urnas da Aliperti, foi o inverso. Deu mais de setecentos votos para eles, e uma merrequinha pra gente. Nós chamamos o procurador do Trabalho, Oswaldo Preus, que estava conduzindo as eleições, e fizemos checagem nos votos. Via-se claramente que a urna tinha sido trocada e os votos foram colocados, uma pessoa só fez o xis, e o procurador com nossa advogada chegaram a essa conclusão, e o procurador anulou as eleições, porque viu que a fraude era violenta. Basicamente que era tranquilo nossa vitória, e houve fraude...

Novas eleições deveriam ser convocadas, mas isso não aconteceu, segundo Anísio:

Pelo regimento do Ministério do Trabalho, as próximas eleições eram em quinze dias, teriam de ser convocadas de novo. O que aconteceu? O Joaquinzão vai para Brasília, conversa com o Arnaldo Prieto, o ministro do Trabalho na ocasião. O Prieto veio a São Paulo, empossou Joaquinzão e disse: “Meus amigos, o que passou, passou, o Joaquinzão é a liderança de São Paulo”. Passamos uma puta raiva danada, e aí não chegou a ter novas

eleições. Aí, nós colocamos três mandatos de segurança por ele dar posse irregular ao Joaquinzão e perdemos os três mandatos de segurança. Esse foi o desfecho de 1978.

A ex-metalúrgica Vanda Maria Andrade da Gama, que em 1978 iniciava sua militância sindical, acompanhando Santo Dias nas reuniões e articulações dos metalúrgicos, lembra que na ocasião ainda havia uma certa unidade na OSM, inclusive com as tendências políticas que depois associaram-se ao pelego. Ainda assim, Joaquinzão “puxou o tapete” da Oposição:

A maior rasteira, contada no filme *Braços cruzados, máquinas paradas ...* ao vivo. Documentário mesmo. Então tudo aquilo que nós fizemos, em São Paulo principalmente (...) foi muito forte porque nós tínhamos gente... A gente trabalhava junto, tinha as dificuldades, tinha os seus conflitos, mas a gente caminhava junto, nós tínhamos unidade.

Ana Maria do Carmo recorda a decepção na família:

Em casa, também ficamos decepcionados, a fraude era vergonhosa. Todos nós estávamos muito envolvidos, trabalhamos demais na campanha. Até no dia da eleição, quando Santo chegou em casa, Luciana lhe deu um presente, pois tínhamos certeza da vitória. A alegria da anulação do escrutínio foi a única vitória da Oposição, e que durou pouco...

Na avaliação de Santo Dias, a eleição desmascarara Joaquim dos Santos Andrade perante a categoria. Para ele, os trabalhadores também haviam compreendido que a estrutura sindical era um fator de contenção da organização dos trabalhadores³⁷:

37. NOSELLA, op. cit., p. 51-53.

Dentro desse avanço que deu o movimento operário na época de maio e junho, e com o fato de ter participado da eleições ou estar no processo de eleição sindical dos metalúrgicos, a gente viu na prática uma luta tanto contra o regime, tanto como contra essa estrutura sindical, que é realmente antioperária. (...) Diante da atuação que a gente teve, levamos o procurador da Justiça do Trabalho a anular as eleições e essa anulação foi considerada pela maioria dos companheiros como uma vitória. Até então, a gente não tinha conseguido nem participar do processo eleitoral e agora, a gente conseguiu, dentro desse processo, mostrar as falhas que a gente estava apontando. Por outro lado tinha o Joaquim dos Santos Andrade, o dito dirigente do maior Sindicato da América Latina. A posição dele era a seguinte: reconhecer a anulação das eleições do sindicato era contribuir para uma alteração na legislação sindical vigente. Então foi quando começou uma outra transa por fora, onde o Ministério do Trabalho interveio e passou por cima do pleito eleitoral. Porque quando as eleições foram anuladas, tinha uma série de coisas que deveriam ser consideradas para retomar o processo eleitoral. O Ministério do Trabalho passou por cima de tudo isso e deu posse para o Joaquim, novamente, para a diretoria do Joaquim. Dessa forma, fica claro para a gente que o Joaquim é hoje um interventor, um cara que está aí na direção do sindicato mediante o aval do Ministério do Trabalho. Então, dentro disso, tem dois fatores que a gente tem que analisar, e a análise é que a gente realmente deu um toque nessa estrutura sindical, porque ela dificulta a participação do trabalhador na vida sindical.

O PELEGO MUDA SUA TÁTICA

As manobras do pelego garantiram seu controle da máquina sindical, o que dificultou ainda mais a organização proposta pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo na base da categoria. Essas falcaturas eram um presságio do que estava por vir em novembro, na ocasião do dissídio coletivo. Muitas paralisações prosseguiram até

agosto e a Oposição Sindical Metalúrgica, mal refeita das eleições malogradas, começou a se organizar novamente, propondo uma pauta de reivindicações para a categoria já “sob o signo da greve geral”³⁸.

Na pauta figuravam: 65% de aumento salarial sem desconto das antecipações, piso de três salários mínimos, reajuste trimestral, contrato coletivo de trabalho, salário igual para trabalho igual, reposição das perdas de 1973-74 e estabilidade para as comissões de fábrica. Ela foi discutida na coordenação e nos grupos regionais da Oposição, que havia incorporado outros representantes das fábricas que se destacaram nas greves de maio.

Nas discussões também foi firmada posição contra a instauração do dissídio, mas pela negociação direta entre o sindicato dos metalúrgicos e as empresas. Entraram na greve os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos, cuja data-base era a mesma, perfazendo um contingente de 270 mil metalúrgicos parados³⁹.

Isolado na base, por conta do avanço do movimento da Oposição nas fábricas, o pelego muda de tática e tenta se assenhorear da situação, abrindo espaço para a ação dos militantes da OSM. Nesse ponto, o grupo de oposição se divide em relação aos rumos a tomar numa possível greve geral. Uma parte propunha a condução da paralisação por meio dos mecanismos do sindicato, “empurrando” a diretoria⁴⁰, e a outra, formar organismos próprios para conduzir o movimento, sem contar com a diretoria sindical.

A primeira posição venceu, e a OSM jogou todas as fichas para ocupar o espaço dentro do sindicato, utilizando a estrutura para amplificar o trabalho de base nas fábricas, realizando reuniões e assembleias regionais ou gerais com participação de muitos metalúrgicos, sindicalizados ou não. Mas Joaquim dos Santos Andrade não era nem um pouco confiável.

38. BATISTONI, op. cit., p. 233.

39. KUCINSKI, op. cit., p. 96-97. 40. BATISTONI, op. cit., p. 235.

40. BATISTONI, op. cit., p. 235.

As assembleias da campanha salarial reuniram muitos trabalhadores. Na primeira, 6 mil aprovaram a pauta de reivindicações e compuseram uma comissão de salários, que reuniu trabalhadores ligados aos grupos de fábrica, militantes da Oposição e membros da diretoria sindical. Oito mil metalúrgicos, na segunda assembleia, recusaram a contraproposta patronal de 13%, descontadas as antecipações. Essa oferta permaneceu inalterada até o momento da greve.

A região sul, onde os operários eram mais organizados e mobilizados, formou uma comissão salarial setorial, com 36 representantes de grandes empresas (Caterpillar, Massey Ferguson, Metal Leve, Telefunken, Telemecanique, Villares, Wapsa)⁴¹. Ali, as reuniões ampliadas contavam com operários de 30 empresas.

No final de outubro, numa tumultuada assembleia na rua do Carmo, o pelego foi obrigado a encaminhar a proposta de greve e a formalizar sua aprovação, a primeira greve geral da categoria depois de 1964. Era também a primeira vez que a Oposição tratava o conjunto da categoria e não mais grupos isolados nas regiões. Joaquinção tentou por todos os modos boicotar o movimento, depois da decisão. Deixou de imprimir boletins suficientes, passou informações falsas, fechou o sindicato, entre tantas manobras⁴².

Por sua vez, a Oposição se encontrava num grande dilema, formado por fatores de ordem diversa. A organização das fábricas precisava crescer e ser organizada de forma geral e o sindicato deveria ser o espaço para tal. Não havia consenso sobre esse assunto na liderança oposicionista. Agora, com a possibilidade de nova greve, era preciso enfrentar mais uma vez esse debate, no calor dos acontecimentos.

A região sul contornou a questão apoiando-se na estrutura da Interfábricas, para criar um comando de mobilização. Amparava-se

41. *Ibidem*, p. 137.

42. *Ibidem*, p. 245.

também nos movimentos populares e nas comunidades católicas, seu espaço quase natural de apoio e infraestrutura.

JOAQUINZÃO DÁ NOVA RASTEIRA

Mas havia outro complicador. As empresas se organizaram em unísono, para acabar com os braços cruzados dentro das fábricas e jogar o movimento nas ruas, onde poderia ser reprimido pela polícia, o que aconteceu de forma drástica no ano seguinte⁴³. Em 29 de outubro, a Fiesp fez uma circular, publicada nos jornais, com procedimentos a serem adotados pelas empresas em caso de greve. Entre eles: não fazer acordos diretos com os funcionários, a não ser dentro dos percentuais propostos, e o impedimento da ocupação das fábricas.

Os mecanismos de organização dos trabalhadores, do outro lado, não mudaram. Pelo contrário, muitas greves, nos diversos ramos de produção, começaram a fracassar também pela repetição das formas de luta anteriores. Mesmo assim, não podem ser desconsiderados a repressão violenta, os níveis de consciência política em patamares diferentes, nas diversas categorias, e, ainda, a traição de algumas direções sindicais, entre elas a dos metalúrgicos de São Paulo, categoria estratégica assim como a do ABCD⁴⁴.

Com tudo isso, trabalhadores de 26 empresas da região sul entraram em greve, além de sete na oeste; seis na sudeste; nove na Mooca-leste. Os metalúrgicos insistiam em 70% de aumento. A diretoria sindical negociava por fora com o patronato, para acabar com a greve. O governo fixara índice de 43%, e a proposta do pelego era 15% a mais do índice oficial, perfazendo 58%, ou a decisão de dissídio seria submetida à Justiça do Trabalho.

43. ALVES, op. cit., p. 252. KUCINSKI, op. cit., p. 96.

44. KUCINSKI, op. cit., p. 96.

No dia 31 de outubro de 1978, 30 mil trabalhadores foram ao sindicato para decidir, mas o pelego não permitiu sua votação, alegando que aquela massa de gente era uma “minoría” de “baderneiros” e que era a maioria que deveria votar. Marcou a votação para o dia seguinte. A votação seria realizada mediante a apresentação da carteira profissional ou a carteirinha de sindicato. A assembleia acabou com a tentativa de “tomada” do sindicato por um dos grupos da assembleia, e a diretoria ficou trancada no elevador. Sindicalistas até então alinhados à Oposição, como Ubiraci Dantas, o Bira, apoiaram o encaminhamento de Joaquim dos Santos Andrade, complicando a imagem da OSM junto à categoria.

No dia seguinte, o sindicato amanheceu cercado de policiais, e a cédula em que mais de seis mil metalúrgicos votaram oferecia duas opções: 43% ou greve e os 15% acima do índice. O resultado era previsível, com a aprovação dos 58%. O acordo foi assinado entre o sindicato e a Fiesp e homologado no mesmo dia pelo Tribunal Regional do Trabalho. Foi a primeira Convenção Coletiva de Trabalho negociada diretamente com as classes empresariais depois de 1964.

Os metalúrgicos não conseguiram estabilidade para as comissões, perderam os aumentos conquistados nas greves de maio. Houve gente que rasgou a carteira de associado, revelando o sentimento de mágoa com o sindicato. A greve continuou em algumas empresas, principalmente da região sul, mas foi por pouco tempo. Depois que terminou, cerca de 1.500 metalúrgicos foram demitidos, sobretudo aqueles que integravam as comissões de fábrica.

Para o historiador István Jancsó, diretor do IEB-USP e que na época pertencia a um grupo de militantes de esquerda saídos de várias organizações, denominado “O Círculo”, o movimento dos metalúrgicos extrapolou os limites da Oposição por conta da ação dos grupos de fábrica, experiência de organização operária que ele considera sem precedentes na história brasileira. Sua opinião, recolhida pelas autoras:

O movimento de massa era muito maior do que a Oposição poderia ter produzido. Ao mesmo tempo, quem deu forma àquele negócio, ainda que precariamente, foi a Oposição. Uma das coisas mais extraordinariamente ricas da história do sindicalismo brasileiro foi aquele brotar de comissões de fábricas como cogumelos. Eu acho que a história das comissões de fábrica no Brasil é talvez a mais dramática história de uma derrota. Porque o pessoal [lideranças] ao invés de investir tudo em movimento de massa, democrático, organização da base e tal, todo mundo [tendências políticas] procurou ter a sua comissão...

Em seu livro *O fim da ditadura militar*, o jornalista Bernardo Kuczinski, que na época acabara de sair do jornal *Movimento* para ser um dos fundadores de outro semanário – *Em Tempo* –, assim avaliou o movimento dos metalúrgicos de São Paulo:

Apesar da maciça adesão à greve, que paralisa o trabalho em 80% das indústrias, o distanciamento entre as bases e a direção, a falta de locais adequados e de mecanismos para auscultar e conduzir a vontade de uma massa tão grande, uma greve que se espalha por trinta mil quilômetros quadrados, tudo isso leva o movimento a um fim desorganizado.

Joaquim negocia um acordo com os patrões e consegue que uma minoria de sindicalizados mais fiéis referende esse acordo em uma votação que exclui a grande massa. As oposições sindicais, que tentam dirigir o movimento, não conseguem criar formas alternativas de direção e fracassam os comandos regionais, criados em áreas distintas da Grande São Paulo. O que a greve demonstrava era a impossibilidade ainda de uma greve geral, pela falta de quadros dirigentes intermediários e de uma organização ligando os vários sindicatos. E a greve dos 270 mil metalúrgicos, pela sua extensão, era uma modalidade de greve geral. Não estava feita a transposição da greve por fábrica para a greve por setor, ou por região, e muito menos a greve geral⁴⁵.

45. *Ibidem*, p. 97.

A OPOSIÇÃO ORGANIZA CONGRESSO E “RACHA”

Diante dessa experiência negativa para a categoria, os integrantes da Oposição Sindical Metalúrgica convocaram um congresso, em 24 e 25 de março de 1979, para discutir sua reorganização interna. Quase 90 delegados representaram os setores nos debates. Por conta da divisão ocorrida no grupo desde a paralisação de novembro, a própria realização do congresso já era polêmica: havia um setor, que se retirou logo no início do evento, que criticava a realização do próprio congresso, propondo, em vez disso, uma assembleia deliberativa, do seu ponto de vista mais adequada para o momento.

Santo Dias, ao lado de Zico, Antonio Flores, Nelson Nakamoto, Clóves de Castro e Fernando do Ó Velozo, entre outros, estava no grupo que se retirou, denominado o “Grupo dos 21”. Outro motivo alegado para a saída foi a preparação de nova greve dos metalúrgicos do ABCD, que já começara e que, além de melhorias salariais, propugnava estabilidade no emprego⁴⁶. O Grupo dos 21 defendia algumas teses, que foram impressas em dois livretos com capas verde e rosa, incorporados à coletânea de documentos do congresso mas não debatidos pela ausência do grupo.

Todas as correntes de pensamento que faziam parte da Oposição concordavam que era preciso um forte de trabalho de base, por meio das comissões de fábrica, rumo a uma estrutura sindical desatrelada do Estado. Defendiam também a articulação de uma Central Única dos Trabalhadores. Mas o ponto de discórdia residia em como fazer tudo isso.

O grupo que se retirou propunha a participação maciça da categoria no sindicato existente, por meio de uma sindicalização ampla. Argumentava que o sindicato era reconhecido pelos trabalhadores,

46. Segundo ALVES (op. cit., p. 252), as empresas burlavam os acordos salariais aumentando a rotatividade no trabalho: demitiam, para admitir novamente outros trabalhadores com salários mais baixos. Isso acontecia principalmente na indústria automobilística.

mas apresentava duas contradições naquele momento: era atrelado ao Estado e sua direção não era representativa e nem responsável pela categoria⁴⁷. Então, era preciso “ocupá-lo”, dinamizando a vida sindical pelas bases, e a Oposição seria responsável pela promoção desse processo. Esse grupo apontou suas concepções em documento e denunciou também o risco do sindicalismo paralelo, enfatizando a necessidade de combinar as formas de luta *no* e *fora* do sindicato oficial.

O grupo que permaneceu no congresso enfatizava dois pontos fundamentais no eixo de organização da OSM: combate do controle dos sindicatos pelo Estado e defesa desse controle pelos trabalhadores. A tarefa da Oposição estaria em destruir a atual estrutura sindical e construir outra, independente, a partir da organização da fábrica. Nesse processo, as comissões de fábrica eram elementos primordiais, “alavancas de destruição da estrutura sindical” e sua multiplicação extinguiria o sindicato existente, sem mediações de instâncias políticas ou de outros sujeitos⁴⁸.

Dividida entre essas duas posições, a OSM entrou em 1979, ano em que ocorreriam 113 greves, parando mais de 3 milhões de trabalhadores de diferentes categorias, no país inteiro, entre elas a dos metalúrgicos de São Paulo, professores, jornalistas, funcionários públicos, motoristas, mineiros, bancários⁴⁹, padeiros, coveiros, ceramistas, tecelões, ceramistas, trabalhadores em moinhos e outras.

O mesmo ano da “abertura política”, comandada por outro general – João Batista Figueiredo –, em que a repressão policial se abateria fortemente sobre os movimentos de trabalhadores, com agressões, choques, invasões de igrejas, cassações sindicais, intervenções e até assassinatos como o de Santo Dias. Além de Santo, morreram mais sete trabalhadores em 1979, dos quais as autoras conseguiram levantar

47. *Cadernos do CEAS*, op. cit., p. 20.

48. BATISTONI, op. cit., p. 264-265.

49. Cujas diretorias sindicais no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, além de afastar dirigentes eleitos em 24 outros. Olívio Dutra, presidente dos bancários gaúchos, ficou preso por duas semanas. Cf. ALVES, op. cit., p. 254-255.

os nomes daqueles de Minas Gerais: Orocílio Martins Gonçalves, durante a greve de trabalhadores da construção civil, em Belo Horizonte; Guido Leão dos Santos, na greve dos metalúrgicos de Betim; e Benedito Gonçalves, durante a paralisação dos metalúrgicos de Divinópolis.

Estavam definidos os limites da “abertura”: enquanto o governo articulava a reformulação partidária e negociava a anistia política com partidos e movimentos representativos da classe média e mesmo de setores da elite, com os trabalhadores não havia negociação, pois o modelo de desenvolvimento econômico, o ponto central de todo o sistema político, estava em cheque. Reconhecendo o aumento da tensão social, o governo apresentou uma nova política salarial (Lei 6.708), prevendo aumentos salariais semestrais e não mais anuais, além de negociações diretas entre sindicatos de trabalhadores e patronais, acerca da participação no índice de produtividade⁵⁰. A nova política salarial tinha data para entrar em vigor: o mês de novembro, que era também a época de dissídio de várias categorias. Entre elas, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

POUCA MOBILIZAÇÃO E MUITO DESALENTO

Na greve decretada em 28 de outubro de 1979, as lideranças metalúrgicas tinham mudado sua articulação: o grupo de sindicalistas reunidos na Unidade Sindical (PCB, PC do B e MR 8) se alinharam com o pelego. No campo da Oposição Sindical Metalúrgica, havia a cisão a partir do Congresso. O sentimento da categoria era de desânimo, frente à derrota do movimento em novembro de 1978, e a divisão interna era pouco compreendida pela massa de trabalhadores.

Havia um desalento geral também na cena social. Esse sentimento não era exclusivo dos metalúrgicos, como registrou uma reportagem do jornal *Movimento*⁵¹. Eis um trecho:

50. *Ibidem*, p. 257.

51. Cf. *O Movimento*, n. 227, 5 nov. 1979, p. 4.

Há algum tempo as manifestações populares em São Paulo parecem se perder diante de um certo desinteresse da massa mais ampla de trabalhadores. Grandes atos públicos falharam. Esperava-se que o ato convocado por Lula e outros sindicalistas para protestar contra a nova política salarial do governo tivesse 100 mil pessoas – e teve pouco mais de 5 mil. O grande comício contra a extinção do MDB, marcado para São Bernardo do Campo, dois sábados atrás, mesmo com todas as estrelas do partido – Ulysses, Teotônio Vilela, Miguel Arraes – e mais Lula, não foi visto por mais de 3 mil pessoas.

Houve comparecimento pouco expressivo dos metalúrgicos da base da capital às assembleias⁵², apesar dos salários defasados e do sucesso da greve da categoria em São Bernardo⁵³, mais uma vez mostrando a liderança dos sindicalistas “autênticos” e na qual ficou patente o papel unificador do sindicato. Os metalúrgicos de São Paulo fizeram 11 assembleias de meados de agosto a 28 de outubro de 1979, no Cine Piratininga, no Brás, com a participação de 3 a 4 mil trabalhadores.

A diretoria sindical pelega, por sua vez, novamente modificou seus métodos, tentando manter o controle sobre a base da categoria. Precisava mostrar-se “confiável”, tanto que apoiou formalmente a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, participou do 1º de Maio Unificado, assumiu decisões dos congressos metalúrgicos de Lins (estadual) e Poços de Caldas (nacional), além de redimir sócios inadimplentes, convocar o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado em agosto/setembro, permitir a participação de sócios e não sócios nas assembleias e a criação das subsedes regionais, propostas pela Oposição.

O índice de reajuste pleiteado era de 83% e um piso salarial de Cr\$ 7.200,00, entre outras reivindicações, com base nos estudos do

52. BATISTONI, op. cit., p. 277.

53. Grandes assembleias aconteceram no estádio de Vila Euclides, o governo interveio nos sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano. Depois disso, a Igreja Católica abriu a catedral de São Bernardo para as assembleias e reuniões. Naquela época, dom Cláudio Hummes era o bispo de Santo André. A greve foi perdendo força aos poucos, e, depois de 45 dias de trégua, o governo devolveu o sindicato aos seus diretores e o aumento negociado foi de 63%. Cf. ALVES, op. cit., p. 253.

DIEESE e na movimentação salarial de outras categorias. O aumento do custo de vida estava em 76% em novembro⁵⁴, dados oficiais. O índice proposto pela OSM foi muito criticado pela diretoria sindical (que estabelecera 50%) e pelos integrantes da Unidade Sindical, que consideraram a Oposição aventureira e irresponsável. Vieram críticas até dos sindicalistas de São Bernardo, estampadas em matérias de grandes jornais, apesar de os metalúrgicos do ABCD terem proposto 78,1% para a campanha em março daquele ano.

Depois da saída dos integrantes da Unidade Sindical, um grupo de lideranças oposicionistas, entre elas as do Grupo dos 21, fechou em torno das propostas imediatas do movimento, assumindo a greve. As comissões Interfábricas funcionaram e cerca de 260 representantes foram eleitos em cada região para formar a Comissão de Mobilização, base do comando de greve. Também foi eleita uma Comissão de Negociação, que fiscalizava diretamente a diretoria nas negociações com os empresários.

Revistas e jornais fizeram reportagens com o Joaquinzão, destacando sua “reabilitação” perante a categoria⁵⁵, ao mesmo tempo que insinuavam intransigência por parte da Comissão de Negociação. José Zico Prado de Andrade fazia parte do grupo de metalúrgicos de base dessa comissão. Fora escolhido na sua região, e afirma ter relutado em aceitar essa tarefa. Foi Santo Dias quem insistiu para que ele a desempenhasse. As negociações foram difíceis, pois os empresários endureceram perante as reivindicações de reposição salarial, reconhecimento das comissões de fábrica, estabilidade no emprego, conforme o depoimento de Zico:

O Barelli (Walter), nosso negociador do DIEESE que estava lá, junto com a gente, disse que as negociações nunca tinham sido tão duras como naquele

54. Cf. BATISTONI, op. cit., p. 285. 55. Ibidem, p. 287.

55. Ibidem, p. 287.

ano (...) Eu lembro da negociação de antes da morte do Santo. Depois que ele morreu desmontou tudo, nós ficamos sem pernas, sem cabeça para pensar, ele foi um esteio que tiraram do meio de nós. O Santo era um cara que ajudava muito a pensar isso. Eu, particularmente, tinha nesse grupo o Santo como um dos pensadores.

A VIOLÊNCIA DA REPRESSÃO

O Grupo 14 da Fiesp, que reunia os representantes das maiores empresas metalúrgicas, rapidamente se organizou para não admitir mais “fascos” entre seus pares, como nas greves anteriores. A comissão de negociações passou a ser formada incluindo representantes de pequenos e médios empresários, que no ABCD mostraram-se propensos a abandonar a unidade patronal. Os negociadores dos empresários conheciam inclusive os perfis psicológicos das lideranças do movimento e sua capacidade de mobilização, dados obtidos com a assessoria contratada de especialistas em recursos humanos.

Durante a campanha, os empresários também usaram e abusaram das famosas listas negras, para evitar a admissão daqueles que haviam participado das greves nas fábricas, além de organizarem estoques extras para o caso de possíveis paralisações.

O empresariado fez três propostas, contando inclusive com a falta de mobilização dos metalúrgicos: 58%, 61% e 67%. Na assembleia do domingo, 28 de outubro, os metalúrgicos decidiram pela greve. Santo Dias já estava muito preocupado com a campanha salarial toda, com a possibilidade de greve, e expressou isso a sua mulher, Ana Maria:

Ele estava sofrendo muito. Ele falou comigo nesse momento difícil, era uma coisa que precisava, mas ele não sabia como fazer... foi um momento forte que ele enxergou e disse para mim. Havia muita coisa em jogo, tanta gente envolvida, emprego, família. O Santo falou que a situação ia ter

violência e poderia até surgir morte... só que não poderia prever que era a sua... “Olha, Ana, essa greve vai ser muito difícil, não era para sair agora”, eu senti que ele estava sofrendo muito.

Também metalúrgico, Fernando do Ó Velozo fazia parte do comando regional e sentia a mesma coisa que Santo Dias:

Não estava maduro, era diferente do ano anterior, a massa não estava participando, pois o pessoal estava muito temeroso. A gente não via clima para a greve, tanto eu como o Santo, acho que o Nelson, o pessoal mais da sul. A gente achava que era uma greve sem respaldo.

Quem pertencia aos comandos regionais foi para as subsedes que o sindicato alocara recentemente, no movimento de “namorar” hipocritamente com as bases. A subsede da região sul era na avenida Interlagos, no salão de festas Arco-Íris, quase na esquina com a avenida Nossa Senhora do Sabará. Santo passou por lá e alertou ao grupo reunido para saírem dali o mais rápido possível.

Era previsível o fato de a polícia tentar desbaratar a organização dos operários, e as subsedes sindicais seriam um alvo fácil. Segundo Vanda Maria Andrade da Gama, que o acompanhava, ela e Santo foram depois para suas casas tomar um banho e, a seguir, para a porta de fábrica da Pirelli, iniciar a paralisação:

Isso foi no domingo e eu lembro perfeitamente do Santo falando no microfone e dizendo: “Gente, vamos nos espalhar, vamos nos dispersar, porque nós vamos ser presos aqui, porque já tem articulação, está todo mundo sabendo, já tem polícia aí fora, eles vão invadir o Clube e vão prender todo mundo”. O pessoal não ouviu e eles ficaram por lá, organizando piquetes, imagine...

Os amigos de Santo e Vanda dividiram o trabalho de informação sobre a greve, naquele domingo. Foi um processo muito seme-

lhante ao que aconteceu a outras lideranças metalúrgicas, nas demais regiões. Militantes da Pastoral Operária foram para a igreja de Vila Remo, que, a exemplo de outras igrejas, constituía o centro de toda uma movimentação das comunidades de base em apoio ao movimento operário nessa hora.

Havia grupos apoiadores centralizados em Cidade Dutra, em Vila Liviero, na Cidade Ademar, no Jardim Miriam, no Ipiranga, todos nas regiões sul e sudeste, mas também na Mooca, na Vila Alpina, em Vila Formosa, em Sapopemba, na Penha, em São Miguel, na região leste e em muitos outros locais.

A região sul contava com dois parlamentares eleitos pelo movimento comunitário de São Paulo, em 1978 – Aurélio Peres, deputado federal, e Irma Passoni, deputada estadual, ambos pelo MDB. Muitos metalúrgicos dormiram no seu comitê, durante a greve. Os dois acompanharam os piquetes, para atenuar a violência da polícia sobre os grevistas, usando sua imunidade parlamentar. A polícia sequer considerou isso, segundo Aurélio: “Fui preso quatro vezes e jogado no camburão, mesmo sendo parlamentar!”

GREVE SEM SINDICATO: O BAIRRO APÓIA

Uma greve nesses moldes requeria trabalho redobrado de organização, informação e articulação, por conta da falta do sindicato. Santo Dias sabia muito bem como era: “rodar” panfletos para distribuir nas portas de fábricas, conversar com as comunidades para avisar da paralisação e acionar apoio, dialogar com companheiros mobilizados que não puderam ir às assembleias, além de relatar o que estava acontecendo de forma mais ampla possível.

No caso dessa greve em especial, com o desbaratamento das comissões e a falta de ânimo da categoria, os piquetes teriam de assumir papel fundamental. São Paulo tinha outra característica: eram 13

mil empresas metalúrgicas espalhadas pelas regiões. Os piquetes deveriam centralizar-se nas maiores, com grande concentração de operários, para que as outras “entrassem” no movimento, por mimetismo.

Tudo o que aconteceu até dia 30 de outubro de 1979 é ainda muito presente na memória do pernambucano Eutrópio Barbosa de Farias, o Chacrinha, amigo de Santo Dias que morava em Parelheiros e também era metalúrgico. Usando óculos de aro grosso no rosto bem redondo, ele lembra mesmo o apresentador de televisão, como o apelido indica. Afirma que a greve abandonava a característica de ser de “dentro para fora” da empresa, para acontecer de “de fora pra dentro”, com piquetes. Ninguém poderia prever o que aconteceria. Chacrinha foi à assembleia no Cine Piratininga com Santo e Vanda, no domingo, como ele relata:

Eu estava na assembleia, o Santo estava na assembleia e tinha um encontro no domingo, no comitê do Aurélio Peres, com o Miguel Arraes. E depois da assembleia, o Santo me chamou e falou: “Chacrinha, nessa assembleia foi determinada a greve pela categoria. Nós não temos condições de bancar essa greve. Vamos fazer porque o sindicato decidiu, mas isso aí foi para prejudicar o nosso trabalho”. Ele já tinha falado isso. “Você vai para o comitê, que eu vou para a Pirelli.” (...) Então eu fui lá. E dei o meu recado, que na assembleia foi decidida, e que não tínhamos condição, mas a gente ia partir para as cabeças, a gente ia fazer o piquete! Nessas alturas terminou o encontro, aí eu fui para casa. Para vir quatro horas da manhã para a porta da fábrica. Quando eu chego na porta da fábrica, recebi a notícia de que a polícia já tinha invadido o Arco-Íris.

Na Pirelli, uma das primeiras empresas a parar na madrugada, Santo, junto com outros metalúrgicos, fez um bom trabalho de convencimento do pessoal, segundo Ana Maria. Até mesmo os policiais encarregados de reprimir o piquete, diante da firmeza da sua argumen-

tação, cederam e deixaram o grupo convencer o pessoal a parar. O metalúrgico Vicente Garcia, o Espanhol, estava desempregado desde que foi demitido da Villares, e conhecera Santo Dias na Interfábricas do Socorro. Também foi à assembleia do dia 28 e depois para o Clube Arco-Íris:

Eu participei diretamente no Arco-Íris, onde era a subseção do sindicato. Como eu estava desempregado, eu ficava direto lá. Os fatos que eu me lembro claramente, é do domingo, que tinha sido decretada a greve. Sábado e domingo ficamos de plantão lá no Arco-Íris, todo o pessoal da região sul, Santo, Silva [Cleodon], João, Chacrinha. No domingo, foi quando chegou o camburão, e pegou os cento e treze lá. Minha mulher, a Terezinha, chegou um pouco antes do acontecido, e insistiu para que eu fosse para casa. Quando eu voltei, estavam todos no paredão. Santo não foi pego nesse dia porque ele tinha ido fazer um piquete na Pirelli. Eu acho que foi isso. Eu escutei depois, que lá na Pirelli, foi onde ele teve o encontro com o cara que matou ele, foi algum confronto, algum desentendimento. Isso foi um comentário, não sei se foi verdade...

Como Santo previra, a polícia invadiu todas as subseções na noite de domingo. Mais de 100 trabalhadores foram presos no Arco-Íris. A Igreja do Socorro, local habitual da reunião da Interfábricas da região sul, acabou sendo a sede do comando de greve regional.

Era ali o centro nervoso dos piquetes, que saíam para as fábricas da região. Durante toda a segunda-feira, a polícia reprimiu severamente todos os grupos que buscavam adesão de metalúrgicos à paralisação, nas portas de fábrica. Santo fazia parte do comando de greve sul ao lado de Fernando do Ó, Nelson Nakamoto e outros metalúrgicos. Santo foi para casa, no domingo. Ana havia saído para um retiro e as crianças ficaram com o irmão de Santo, Sebastião. Santo Dias Filho recorda-se dessa noite:

Luciana e eu ajudamos meu pai a lavar o carro e lixar o portão da garagem. À noite, a mãe chegou e dormimos ouvindo os comentários sobre a greve. Meu pai passava a mão nas costas, dizendo sentir uma dor. Depois, fomos descobrir que esse lugar nas costas foi onde passou o tiro...

A barra estava pesada e Santo era muito conhecido por causa da eleição sindical em 1978. Nas assembleias, existiam muitos dedos-duros que relatavam à polícia o que ocorria. Os integrantes do comando regional sul que restaram não foram para suas casas na noite de 29 de outubro. Dormiram no comitê do Aurélio e da Irma, nas casas de amigos de comunidades distantes do seu bairro, procuraram parentes, para evitar a prisão. Logo na madrugada, foram para os piquetes nas portas de fábrica, violentamente reprimidos pela polícia. Ainda assim, conseguiram algum saldo de paralisações.

O comando regional se encontrava na Capela do Socorro, para decidir os rumos da greve. Membros dos grupos de apoio e religiosos da região passavam pela Capela, para se municiar de informações e se revezar nas dezenas de tarefas necessárias à manutenção da greve: informação, transporte e alimentação da liderança, contato com os jornais, com a Arquidiocese, denúncia das prisões, atendimento àqueles que sofreram violência policial nos piquetes. A polícia rondava o local, muito próximo do eixo industrial de Jurubatuba e da avenida Guarapiranga.

Pela manhã, no dia 30 de outubro de 1979, Santo saiu com Vicente Ruiz para um piquete na Chácara Santo Antônio. Depois disso, foi para a Capela do Socorro. Às 14 horas, fora organizado um grupo para avisar os metalúrgicos da fábrica Sylvânia, no Campo Grande, sobre a assembleia prevista para aquela noite, no Sindicato. Como havia pouca gente para ir, Santo decidiu acompanhar Vicente e João Pereira dos Santos, o João “Porrada”, apesar das inúmeras recomendações para que evitasse se expor.

O que aconteceu mudou completamente os rumos daquela greve fadada ao fracasso, além de lhe dar a conotação política que até então não possuía – um grande movimento pelo direito de greve e contra a repressão e o cerceamento à organização dos trabalhadores. Vicente Garcia lembra que policiais pediram reforço na porta da fábrica e começaram o tumulto:

Quando chegamos todos na Sylvânia, tinha dois policiais, começamos a falar com o pessoal, com toda aquela tranquilidade. Aí os policiais entraram no meio, com intuito de levar alguém preso. Começou aquele empurra-empurra, tira um, pega outro, foi então que eles me pegaram para levar. Nisso, Santo encarou os caras. Até que o João perdeu a paciência e deu um soco no cara. O que eu penso sobre aquele momento? Nós tínhamos planos pacíficos, mas os policiais tentavam levar os líderes, e depois tentaram segurar a gente. No momento que a gente estava saindo, eles me deram uma rasteira, caiu minha carteira, e nesse exato momento foi quando teve um disparo. Depois disso, aí todo mundo começou a correr para cima, mas o tumulto foi tão grande que não deu para ver o que realmente aconteceu. Logo depois desse episódio, tivemos a notícia da morte de Santo.

Um dos operários assistiu tudo, depois de se esconder dos policiais atrás de uma banca de jornais, próxima à entrada da empresa. Viu quando um PM forte, alto, alourado e com uma falha dentária na arcada inferior deu um tiro para cima. Os operários se dispersaram e correram rumo à avenida Nossa Senhora do Sabará. Mesmo assim, ele assistiu a esse mesmo PM fazer mira e acertar Santo Dias pelas costas.

7 CONSOLAÇÃO (SÃO PAULO, CAPITAL)

Passados 25 anos¹ da morte de Santo Dias, a única testemunha ocular do assassinato, o metalúrgico Luiz Carlos Ferreira, que trabalhava numa empresa de Jurubatuba em 1979, ainda é traumatizado por essa experiência. Como sofre de pressão alta, na medida em que recorda alguns momentos daquele ano fica emocionado e sua respiração se torna ofegante. Repete várias vezes, apoiado numa cadeira, na sala de estar da casa modesta do bairro de Pedreira onde vive, que a melhor pessoa para dar um depoimento sobre o caso é mesmo Luiz Eduardo Greenhalgh, o advogado que acompanhou em quase tudo o que aconteceu depois da morte de Santo Dias.

Ferreira lembra perfeitamente dos acontecimentos daquele dia 30 de outubro, mas falar sobre eles é penoso. Entremeia suas lembranças com comentários sobre sua atual condição: nunca mais conseguiu emprego nas empresas da região, levou uma surra certa vez na porta de um bar e acha que os autores do espancamento só o pouparam por estarem na frente de uma escola e o horário ser o de saída das crianças. Acredita que foram militares à paisana que fizeram isso. Lastima as mudanças que aconteceram no mundo do trabalho desde então.

1. Refere-se à 1ª edição deste livro, em 2004.

Seu depoimento no processo contra o PM que matou Santo deu-se mais por questão de princípios, pois fazia parte dos grupos de fábricas. Participou da greve buscando melhores condições de trabalho e salário. Foi às reuniões na subsede do Sindicato no Salão Arco-Íris e só não foi preso pela polícia pelo motivo prosaico de ter saído para um café.

Disse a Ana Maria, em certa ocasião, que não conseguiria dormir se não contasse o que tinha visto naquele fatídico piquete. Uma história conhecida e repetida: saíram da igreja do Socorro naquela terça-feira, segundo dia de greve, para dar um reforço ao pessoal que estava na frente da Sylvânia, tentando convencer os operários do turno da tarde a comparecer à assembleia no sindicato, que decidiria a continuidade ou o fim da paralisação. Dois policiais ali estavam, mas queriam prender o pessoal. No meio da conversa, um reforço policial chegou e começou a confusão.

Houve uma tentativa de prisão de um trabalhador, Manoel, que foi levado para o camburão. Também queriam fazer o mesmo com Vicente Garcia, o Espanhol. Santo interveio. A polícia quis prender Santo, os operários puxam-no do outro lado. João Pereira dos Santos, que fazia parte do comando de greve, perde a paciência e encara um dos PMs. Os soldados revidaram e espancaram João. De repente, um policial alto, aloirado, deu um tiro para cima, as pessoas correram em direção à avenida Nossa Senhora do Sabará. Este mesmo policial mira as costas de Santo Dias e o mata. Luiz ficou mordido com tanta covardia, e isso moveu seu depoimento.

Depôs no 43º DP no dia. Queria fazer o reconhecimento do PM que atirou em Santo, e o delegado pediu que ele achasse os soldados “por ali”, mas não havia nenhum. Deu depoimento na Rota, na Igreja da Consolação, falou para intelectuais e políticos e jornalistas. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo divulgou a seguinte nota, no dia 30, com base nos depoimentos de Ferreira e de Vicente Garcia, João e Manoel, os operários que estavam naquele fatídico piquete.

Nesta data, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e a Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo reuniram-se para ouvir operários que testemunharam os acontecimentos que culminaram na morte, praticada por membros da Polícia Militar de São Paulo, do metalúrgico e líder da Oposição Sindical, Santo Dias da Silva, membro da Pastoral Operária da Região Sul e de movimentos de bairros.

Na forma dos depoimentos tomados, os operários foram provocados pelos policiais militares, únicos responsáveis pelo acontecimento, pois se tratava de um movimento pacífico e praticamente terminado, quando se agravaram as violências, com espancamentos e prisões de companheiros.

Ficou também claro, por esses depoimentos, que os policiais militares fizeram disparos de arma de fogo contra trabalhadores desarmados, atingindo propositalmente Santo Dias da Silva, o qual, em consequência dos ferimentos recebidos, veio a falecer.

Todos os depoimentos assinalam que, antes do tumulto final, os policiais militares ameaçaram de morte operários presentes.

As Comissões de Justiça e Paz de São Paulo e Pastoral de Direitos Humanos protestam veementemente contra as arbitrariedades que envolvem o crime praticado, com o lamentável desfecho de ceifar uma vida humana.

Exigem que os fatos sejam apurados e punidos os responsáveis materiais e intelectuais do evento, porque acreditam que as autoridades policiais tiveram sempre em vista, no atual movimento dos metalúrgicos de São Paulo, impedir a livre e pacífica reivindicação de seus legítimos direitos, procurando sempre agir com violência.

Dias depois, Luiz Carlos foi ao parque D. Pedro, uma das seções da PM na época, para fazer o reconhecimento do soldado. Greenhalgh o acompanhou, assim como havia feito na delegacia. Desceram quase cinquenta PMs, alguns com capacete, um com braço engessado, alguns com farda, outros à paisana. O coronel pediu para que Ferreira indicasse qual tinha sido o autor dos tiros: ele disse que era o

policial ao lado de um outro com o braço engessado. O coronel ainda tentou confundi-lo com o PM engessado, mas ele se manteve firme.

“Como você pode ter certeza?”, perguntou o oficial. Ferreira respondeu que o autor dos disparos possuía uma falha dentária na arcada inferior. O oficial pediu ao soldado apontado que abrisse a boca, e lá estava a falta do dente. Depois desse episódio, religiosas o esconderam por um tempo, com medo de retaliação da polícia.

O metalúrgico recorda ainda da invasão da Capela do Socorro, onde os operários se reuniam, no segundo dia após a morte de Santo, mencionando o fato de a PM ter invadido o local com tudo, batendo em todo mundo, “até na estátua da santa”. Muitas bombas de gás lacrimogêneo foram usadas. Na tentativa de arremessar uma delas para fora do local, um metalúrgico perdera o dedo indicador de uma das mãos. Até hoje, ele é revoltado com a violência com que os metalúrgicos foram tratados naquela época, como se fossem baderneiros ou criminosos. Violência denunciada pelos movimentos sociais, pela Igreja Católica, pelas organizações de esquerda, pelos parlamentares do MDB, pela imprensa de oposição e por alguns veículos da mídia empresarial da época. Um trecho da reportagem especial sobre a morte de Santo Dias, do jornal *Movimento*², com o título “Crime e protesto”, dá uma ideia da magnitude dessa violência:

Santo foi assassinado no segundo dia de uma greve que encontrava enorme dificuldade para sobreviver. O comparecimento às assembleias que decretaram a greve ficara em torno de 5 mil pessoas (são 400 mil os metalúrgicos paulistas) e isso se refletira no grau de paralisação. A esperança dos grevistas eram os piquetes, já que se sabia que o descontentamento dos trabalhadores dentro da fábrica era muito grande. No entanto, o nível de repressão policial era elevadíssimo, refletindo a nova postura dos patrões e do governo. O próprio Murillo Macedo, Ministro do Trabalho, já dissera

2. Cf. *O Movimento*, n. 227, 5 nov. 1979, p. 3.

que tinha incentivado os empresários a solicitarem a ação policial, sempre que houvesse piquetes, pois esses seriam considerados ilegais. E outro alto funcionário do governo completara de modo ameaçador: “Vamos usar o método francês: pode o que está na lei. O resto é pau puro”.

E a promessa se efetivara de um modo brutal. Já nas primeiras horas após a assembleia que decidiu a greve, no domingo, 4 operários da Zona Leste da cidade eram presos. E por volta da meia noite de domingo (a paralisação fora marcada para a zero hora da segunda), enormes contingentes policiais se dirigiram às 5 subdeses do sindicato dos metalúrgicos para desencadear feroz repressão. Na região sul da cidade – onde estão 180 mil dos 360 mil metalúrgicos da capital – foram presos 113 operários, entre os quais os integrantes de praticamente todo o comando de greve na área. Assim, a polícia armada invadiu – pela primeira vez na história do governo militar – a subsede de um sindicato. Outras subdeses foram cercadas pelos policiais. Ao todo, incluindo-se as prisões feitas pela polícia política – DOPS – e pelos vários distritos policiais, mais de 500 operários foram parar na prisão. E a repressão não se destacava apenas por ser maciça, mas sim também por ser brutal. Três exemplos: em Itaquera, região bem pobre da cidade, 50 PMs de arma na mão espancaram uma dezena de trabalhadores que tentavam parar a fábrica Sanyo. Uma freira e dois padres foram presos; um deles espancado. Em Guarulhos, o deputado estadual e ex-líder estudantil Geraldo Siqueira Filho foi cercado por uma viatura policial e preso ilegalmente, sendo jogado no “chiqueirinho” de um Tático Móvel. O deputado Aurélio Perez teve um revólver encostado à nuca por um policial que ameaçava disparar sobre ele ao menor gesto. E se isso ocorria com padres e autoridades, imagine-se o que não tiveram de enfrentar os operários...

A mesma matéria citava o fato de que a greve seguia precária, com a paralisação de apenas 20% dos trabalhadores da categoria. O balanço feito no segundo dia, coisa difícil de se analisar com 13 mil empresas metalúrgicas existentes em São Paulo, dava conta que a greve na região sul se ressentira das prisões das lideranças.

No grupo de operários que fizeram esta avaliação, no sindicato, estavam Santo Dias e Vicente Ruiz. Santo informara também ao repórter que havia destacamentos policiais fardados ou disfarçados, na frente de todas as empresas, mas que os trabalhadores estavam dispostos a participar da greve. Em Osasco, no entanto, a paralisação não cresceu entre os 37 mil metalúrgicos, e na terça-feira o acordo já fora firmado pelo sindicato.

OS JORNALISTAS E A COBERTURA

Como repórter do *Jornal da República*, Ricardo de Carvalho cobriu uma boa parte dos acontecimentos do dia 30 e sentiu a enorme tensão no clima da cidade.

Hoje proprietário da produtora de televisão Argumento, lembra alguns detalhes, entremeando comentários sobre a atuação dos jornalistas naqueles tempos. Lembra um grupo específico de setoristas, do qual fazia parte, que cobria as atividades da Igreja Católica de São Paulo, a área de direitos humanos e os movimentos sociais, o que acabou definindo padrões de comportamento muito solidários. A “repressão” já conhecia aquele grupo de repórteres, que se pautava sempre nas questões relacionadas ao mesmo assunto: os conflitos, as denúncias e as movimentações que compunham o quadro de pressão pelo retorno das liberdades democráticas.

A gente, como cidadão, se achava na obrigação de defender os trabalhadores (...) Trabalhávamos muito com essa coisa de cobrir preso político, tortura, e (...) sabíamos que ao denunciar a tortura ou o desaparecimento, ajudava a salvar as pessoas...

No dia 30, Carvalho foi à Capela do Socorro, conversou com os operários, acompanhou um piquete e, depois, ficou sabendo da

morte de Santo Dias. Esteve na porta da Sylvânia, com bares e lojas fechando suas portas. Recolheu muitas informações e ficou angustiado com a chegada do prazo de fechamento da edição. Suas palavras:

Cheguei a ir numa esquina, da Sylvânia, onde ele levou o tiro... Onde ele está? Fiquei procurando de carro. Aí depois, na igreja da Consolação, o corpo foi para lá. O jornal ficava a uma quadra da Consolação, quando veio notícia que o velório ia ser na Consolação, eu fui para o jornal escrever a matéria e fui para o velório... Estava eu, Luiz Eduardo Greenhalgh, poucas pessoas, umas sete da noite, cena que vi, voltei para o jornal, e abrimos a matéria assim, o jornal quase fechando e pedi para esperar. Uma cena emocionante, que me emociona até hoje, quando o caixão chegou, já anoitecia, muito pouca gente na igreja, não conhecia a Ana, só depois, puseram o caixão na igreja, o cônego Dario Bevilacqua, arrumaram o lugar do suporte do caixão. Aí que abrimos o caixão, o Luiz Eduardo foi tirar a gravata dele, só dizendo que a gravata era símbolo da opressão (...) Sou testemunha, saí correndo para a redação, para resgatar o *lead*, não lembro o título, e sei que a matéria abriu com o Luiz Eduardo Greenhalgh tirando a gravata do Santo, como se a libertação na morte, não pode perder essa simbologia, pois a gravata em 79 evidente que simbolizava a burguesia opressora, a burocracia. A minha participação não foi muito grande, mas ter escutado do Luiz Eduardo, me lembro de todos os detalhes.

A eterna batalha pela publicação de matérias com forte conteúdo social, na redação, era ainda mais aguda 25 anos atrás. Um pouco antes de sua morte, em abril de 2003, Jair Borin, coordenador do Núcleo de Jornalismo e Cidadania da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, fez um depoimento pessoal às autoras, sobre a cobertura do 30 de outubro de 1979. Como repórter especial, ajudava na edição de Economia da *Folha de S. Paulo* e coordenou a equipe de cobertura da greve e da morte de Santo Dias. Eis um trecho:

Tratava como tema econômico, aí quando a gente soube da morte, a greve já estava repercutindo, então colocamos a equipe na rua. E houve uma comoção nacional sobre aquela morte, porque era um operário importante, uma greve com dimensão grande e a imprensa, apesar da ditadura, era início de governo Figueiredo, já tendo uma liberdade maior, porque em setembro, já tinha sido aprovada a Lei de Anistia aos presos políticos, e já tinha exilados voltando, um ano muito efervescente, já estavam organizando a vinda do Brizola, o Pedro Simon já tinha ido buscá-lo... Então, a morte do operário e o nome que ele tinha, deu dimensão muito maior, num ano particularmente muito politizado. Na Folha, botamos uma equipe grande cobrindo, e quando chegou umas oito da noite, começamos a fechar todo esse material. Então lá pelas nove e meia, dez horas, estava fechado o material da greve. O corpo estava sendo velado na Consolação, a gente fotografou, tinha mais de dez mil pessoas ali no entorno, visitando... e o material que chegou a gente foi lendo e dando uma acertada, mantendo o texto do repórter, que era um material forte. Repercussão nacional, internacional, as mobilizações todas, a presença da população no velório, a presença de membros do DOI-Codi também no velório. O material ficou rico e bastante forte, do ponto de vista jornalístico.

Mesmo assim, segundo Borin, as matérias que foram publicadas tiveram seu impacto diminuído. O jornal *Movimento* aponta 30 mil pessoas no cortejo do corpo; os demais jornais, 10 mil. Pelas fotos, é possível perceber uma multidão nunca presenciada nas principais ruas do centro da capital, desde o golpe de 1964. O controle da informação sobre o movimento grevista não era feito apenas por conta do rastro da contenção política do regime. Até hoje, a cobertura jornalística sobre a movimentação social continua como um esforço individual de repórteres preocupados com esses temas, nas redações dos grandes veículos de comunicação. Uma nota na mesma edição especial do *Movimento*, na semana seguinte à morte de Santo Dias, apontava

que a cobertura de *O Estado de S. Paulo* praticamente ignorara a manifestação, dando a entender que 2 mil pessoas provocaram um tumulto a ponto de danificar o caixão do morto.

De acordo com o jornalista Raimundo Pereira, que era editor-chefe de *Movimento*, o número especial sobre a morte de Santo Dias teve capa de Elifas Andreato, o artista gráfico responsável pelo projeto visual do jornal, uma prática reservada às edições diferenciadas. *Movimento* foi um dos poucos veículos a denunciar fortemente a violência policial contra os trabalhadores, a mesma violência responsável pela morte de Santo Dias: “Fizemos uma cobertura completa, mesmo porque conhecíamos Santo Dias, sua família, seu trabalho. Em 1978, Movimento fez uma matéria especial com Santo e Ana sobre o *Movimento* do Custo de Vida. Ele era nosso amigo...”.

A jornalista Jan Rocha chegara da Inglaterra em 1964, como voluntária da Associação das Nações Unidas (UNA), ONG vinculada à ONU. Passou dois anos no Rio de Janeiro e em Belém, no Pará. Em 1969, foi morar em São Paulo. A BBC de Londres convidou-a para ser sua correspondente no país. Desta forma ela acompanhou os vários assuntos em pauta, inclusive a questão dos direitos humanos, e, mais tarde, até fez parte da comissão arquidiocesana que tratava desse tema. Suas lembranças:

Eu era correspondente da BBC, e quase todo dia enviava reportagens sobre os acontecimentos, as greves, as manifestações, a violência da repressão, a situação política. Quando ouvi a notícia da morte de Santo Dias, fui para o Sindicato dos Metalúrgicos onde tinha uma multidão de operários na rua, chocados e revoltados. No dia do enterro, fui para a Igreja da Consolação e vi o Santo no caixão aberto, cercado de flores. Acompanhei a procissão, foi uma cena emocionante, o caixão levado no meio da multidão por seus companheiros até a Catedral da Sé, e depois um sermão contundente de dom Paulo Evaristo Arns. Nos próximos dias, houve mais greves, com a

tática de “arrastão”, quando um bando de grevistas liderado por gente da Oposição ia de fábrica em fábrica na zona sul, exortando os operários a cruzarem os braços e se juntarem a eles. Acompanhei com outros jornalistas, andamos muito até que comecei a sentir terríveis dores. Um colega, Ricardo Carvalho, me ajudou a encontrar um táxi, e fui para casa onde descobri que tinha acabado de sofrer um aborto espontâneo.

O ASSASSINATO FOI PREMEDITADO?

Até hoje persiste a indagação sobre a intencionalidade ou não do assassinato de Santo Dias. Amigos e companheiros divergem quanto a isso. Alguns levantam a questão do clima imprimido pela repressão na época, o de “dar uma lição” no movimento, como Anísio Batista:

Na minha visão até hoje, acho que alguém tinha que morrer naquela greve. Ou era eu, o Santo, ou mais alguém... Eu coordenava a greve na zona oeste, Jaguaré. Trabalhava numa empresa na avenida Leopoldina. Rossi na leste e Santo na sul. Com a pressão do governo, e o movimento, tinha que dar um impacto de cor diferente. Uma lição. Na minha cabeça, Santo Dias por ser na região sul, por ser a mais organizada, que tinha mais liderança, mais metalúrgico, talvez o Santo foi um dos elementos que deu impacto na coisa aí: talvez o Santo foi sacrificado aí. Eu estava no Jaguaré, indo para uma assembleia da zona sul, e aí falaram da morte de Santo. Foi um desespero, naquele dia, enquanto movimento, foi doído na verdade. Foi muito ruim.

Outros, como Vicente Ruiz, concordam com Anísio e lembram como Santo era uma liderança muito presente nessa região: “Santo era uma pessoa conhecida pra caramba. Eu acredito nessa teoria, que do dia anterior já vinham marcando ele. Eu acho que mataram porque quiseram. Foram disparos certos”.

Aurélio Peres não acredita que a morte foi premeditada, mas sim na conjugação de uma série de circunstâncias. Mas Nelson Nakamoto menciona a importância política da figura de Santo Dias para “costurar” diferentes visões na luta sindical, bem como sua relação muito intensa com as comunidades de base e os movimentos populares: “Era o cara que era capaz de dar um outro rumo, por causa dessa visão que ele tinha... É tanto que depois que ele morreu, nós acabamos. Nós ficamos atomizados, fazendo lutas, tudo bem, mas que não tinha recepção”.

O fato é que Santo Dias foi assassinado pelas costas por um PM, em 30 de outubro de 1979. João Porrada lembra de ter saído do local em que fora espancado pelos PMs, depois dos tiros, e corrido na direção de Santo, amparando sua cabeça: “Ele já estava agonizando, seus olhos reviravam...”.

Os PMs espancaram bastante João, pisaram em seu corpo, arremessaram-no contra um poste, ele desmaiou. Ainda tonto, jogaram-no num camburão onde se encontrava Luiz Carlos Ferreira e o outro operário, Manoel. Deram muitas voltas, pararam em Santo Amaro, onde eles tiveram de passar por um corredor de PMs, antes de serem empurrados para outra viatura; os soldados levaram-nos para o DEOPS, na estação Júlio Prestes. Não foram recebidos. Os policiais passaram um rádio para outro local. Mais uma parada no quartel da avenida Tiradentes, João percebeu que os soldados conversavam com oficiais. Quase três horas depois, voltaram para o 43o Distrito Policial, para fazer os depoimentos. Como a forte mobilização de setores sociais e políticos mais diversos já pressionara a cúpula da polícia, o tratamento dispensado aos operários mudou, afirma João: “Começaram a mostrar preocupação se a gente estava ferido... No caminho, eu disse para o Luiz e o outro rapaz que a gente só podia falar alguma coisa com nosso advogado presente e assim a gente fez”.

O SENTIMENTO DE CULPA E LEMBRANÇAS

O depoimento acabou bem tarde, lá pelas dez da noite. Em seguida, João e Luiz Carlos foram com Luiz Eduardo Greenhalgh, que chegara para acompanhar os depoimentos, para a Igreja da Consolação, onde estava sendo velado o corpo de Santo Dias.

Depois de coar um café na garrafa térmica, João descansa um pouco desses comentários, contando sua história de vida, iniciada na região de Fernandópolis, o filho mais velho de um agricultor que vivia de lá para cá em busca de uma vida melhor. Mora numa casinha modesta no Taboão da Serra, nos fundos de um terreno com pés de chuchu, de fumo e limoeiros, blocos de construção e sucatas na frente, bem abaixo do nível da rua.

Recorda que veio para São Paulo no início da década de 1960, na esperança de se tornar um soldado da Força Pública. Mudou de opinião ao conviver com militantes sindicais em Utinga e Santo André. Mas conservou a cabeça quente e o voluntarismo que o caracterizam. Ficou com um sentimento de culpa durante muitos anos, pela morte de Santo Dias. Diz que seu coração ficou mais tranquilo ao consultar um velho militante comunista, calejado pelas muitas lutas e por assassinatos de vários companheiros:

Ele me disse que muitos militantes morrem na luta... mas foi difícil encarar a morte do Santo. Eu estava lá pertinho... Você sabe que, nas eleições de 1978, eu tinha encarado aquele povo do sindicato. Aí naquele dia que a massa invadiu o sindicato, e queria detonar tudo, eu estava no meio. Depois disso, o Santo me deu uma enquadrada e foi do sindicato até a praça da Sé, falando: “Companheiro, não pode fazer isso. Companheiro, você tem que ter mais calma”, eu fui ouvindo da hora que eu saí do Sindicato até chegar na Praça da Sé. Gozado que eu não fiquei com raiva do cara, simplesmente não tinha palavras para rebater: “Você não tem nada com isso”, eu não respondi nada,

fui simplesmente acatando a orientação que o companheiro estava dando. Eu tinha acertado um outro companheiro de chapa, naquele momento, na hora de abrir as portas [...] A diretoria se trancou no elevador, e eu sai gritando para os companheiros: “Esse filho da puta vai nos trair” e parti para cima, aí eu fiz... Não era só eu, tinha mais um grupo de pessoas, era uma multidão. Eu arrastei um grupo de pessoas que tinha o mesmo pensamento. Aí, depois daquele momento, o Santo falou: “Não se resolvem as coisas por aí, companheiro”, mas quando foi no dia seguinte, as palavras do Santo caíram por terra, porque realmente o Joaquinzão nos traiu. Pôs para votar os aposentados, aquele pessoal, e os trabalhadores, mesmo com a carteirinha do sindicato ou a profissional, muitas vezes não votava.

UMA RAIVA IMPULSIONOU A REGIÃO SUL

No dia 30 de outubro de 1979, enquanto João estava preso, muita coisa aconteceu.

Santo era uma pessoa muito conhecida na região sul e a notícia sobre sua morte se alastrou rapidamente. Junto com ela, uma indignação geral explodiu. De todos os militantes operários, ele sempre fora o mais equilibrado, o mais ponderado e também o mais firme. Sua morte revoltou os bairros e as fábricas da região sul.

O padre Pedro Curran, de Cidade Dutra, atuava no apoio aos metalúrgicos, atendendo telefonemas, recebendo e passando informações. No dia, ele estava na Capela do Socorro e dá seu depoimento sobre o que aconteceu:

Depois que a repressão fechou as sedes do sindicato, dom Paulo colocou as igrejas à disposição dos grevistas... A igreja participou bem naquela greve. Eu estava de plantão quando Santo e os outros saíram em piquete, falei com ele e os outros na saída. Daí um pouco, veio o telefonema que Santo foi baleado. Eu recebi o telefonema e estava com Aurélio, que era depu-

tado. Sabíamos que o corpo seria levado para o pronto-socorro de Santo Amaro e fomos correndo para lá. Chegando lá perguntamos e disseram que o deputado não podia entrar, mas o padre sim. Para esperar. Eu falei com o zelador e perguntei onde estava o corpo que acabou de chegar. Ele me mostrou e daí tomamos conta do corpo rezando e esperando os demais chegarem. Começamos uma ave-maria que nunca saiu do “cheia de graça”, tamanha era a nossa aflição... foi quando Irma Passoni, Ana e todo mundo chegou. Tinha um oficial militar com soldados falando em voz alta que éramos todos subversivos, mas nem demos bola para eles.

Curran informara também a Arquidiocese. Dom Paulo, os bispos auxiliares e a Comissão de Justiça e Paz estavam reunidos numa sala da Cúria Metropolitana, comentando as informações que recebiam sobre a greve. Em seu livro *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*³, o cardeal Arns escreveu sobre o episódio:

A notícia sobre o ferimento de Santo Dias chegou rapidamente à nossa reunião, na Cúria Metropolitana. Embora houvesse outros também trabalhando para socorrer os operários, pedimos aos juristas da Comissão de Justiça e Paz que se dirigissem à penitenciária de São Paulo, para defenderem os operários que chegassem presos, e pedimos aos bispos presentes que se ocupassem dos demais operários, sobretudo dos de suas regiões. O padre Paulo Link, de Carapicuíba, se ofereceu para me levar pessoalmente até a Capela do Socorro, a fim de inteirar-me da situação de Santo Dias e possivelmente da de outros operários feridos. Por informação de um médico que ali encontrei, soube que Santo Dias havia sido transportado para o Instituto Médico Legal. Seguimos com a maior pressa possível, naquela tarde chuvosa e emperrada, para a região do Hospital das Clínicas, onde se situa o IML de São Paulo. Ali chegando, entramos imediatamente na sala onde jazia Santo Dias, de bruços, morto sobre a mesa.

3. ARNS. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, p. 195-196.

O transporte do corpo para o Instituto Médico Legal fora mais um drama. Ana Maria ficou temerosa que os PMs ocultassem o cadáver, e, apesar das ofensas que ouviu, se encarapitou na cabine da viatura e acompanhou o corpo do marido até o local. Atrás e dos lados, carros de religiosos, políticos e amigos seguiram a viatura até o IML. O caminho foi muito penoso, segundo Ana: “Eles aceleravam o carro e faziam manobras bruscas, tentando despistar o pessoal que seguia na cola. Também me chamaram de nomes feios... Fiquei com muito medo!”

O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh acompanhara dom Paulo até Santo Amaro, juntamente com uma freira e depois foi para o IML com o arcebispo. Ele relata:

Chegamos em Santo Amaro e o corpo dele já tinha vindo para o IML. Voltamos para o IML, fomos em silêncio e voltamos em silêncio. Chegamos ao IML, que estava cercado pela tropa de choque. Ninguém podia entrar, aí dom Paulo desceu do carro, eu desci, a freira desceu. Dom Paulo foi na frente e os soldados foram abrindo. Ninguém ousou deter dom Paulo. Então nós entramos. Chegando lá em cima tinha uma porta fechada, vários delegados de polícia. Ninguém podia entrar, mas dom Paulo se dirigiu à porta, o delegado a abriu, nós passamos e lá estava o corpo do Santo Dias em cima de uma maca com outros cadáveres. Estava também a Ana, chorando. Dom Paulo olhou o corpo do Santo Dias, viu o orifício no corpo dele e disse: “Olha o que vocês fizeram! Olha o que vocês fizeram!”. Há momentos que não se pode esquecer nunca...

Ainda no livro *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, dom Paulo descreve a cena:

Todos se retiraram e eu me aproximei do cadáver, colocando o dedo indicador dentro da ferida e rezando o pai-nosso, olhando ao mesmo tempo para Deus e pra mais ou menos uma dúzia de delegados que me assistiam

naquele momento. Ao ver Ana, a esposa, entrando, falei aos funcionários da polícia: “Vejam o que vocês fizeram!”, ela se lançou nos meus braços, chorando: “Olhe, dom Paulo, o que fizeram com o meu Santo!”

Antes disso, o padre Luiz Giuliani fora à escola de Luciana e de Santo Dias Filho, para comunicá-los sobre o que acontecera. Santinho recorda como foi:

Quando o padre Luiz foi na escola e nós fomos chamados até a secretaria para ser avisados da morte do meu pai, eu já tinha um entendimento de que se fosse uma coisa simples eles não nos tirariam da sala de aula... A minha irmã chegou e indagou: “Ele está bem, padre?”. Foi aí que eu falei: “Luciana, nosso pai morreu”. Eu entrei num estado de choque, não tinha reação, foi como se o mundo tivesse desabado em cima da gente. Fui começar a chorar quando eu vi a minha mãe no IML. Então, foi que eu desabei, só queria chorar e abraçar a minha mãe. Foi uma situação difícil, a minha mãe foi hostilizada, nossa família estava sendo xingada de todos os palavrões que a polícia utilizava. Os palavrões todos só mudaram após a chegada de dom Paulo. Meu pai era xingado de vagabundo, agitador, baderneiro, de tudo quanto é nome. Quando dom Paulo entrou na sala do IML, foi como se uma luz tivesse entrado na sala. Ele entrou e colocou o dedo na ferida do meu pai e disse: “Olha só o que vocês fizeram, vocês mataram um trabalhador, uma pessoa digna, um ser humano que tinha uma importância muito grande, e vocês vão sentir na pele tudo isso que vocês fizeram”. Essas palavras que dom Paulo falou transformaram na mesma hora o discurso dos policiais. Ofereceram um caixão de primeira, que colocariam o corpo em cima do carro de bombeiros e disseram que iam fazer um cortejo. Minha mãe, ouvindo aquilo, começou a revidar tudo o que os policiais haviam falado. Dom Paulo disse que o corpo do meu pai seria velado na Igreja da Consolação, pois era um homem da Igreja. Lá na Consolação, os jornalistas pareciam uns urubus. Eles diziam: “E aí, viúva, como vai ser agora, como

você vai criar os seus filhos?”. A gente no IML, minha mãe chorando. A gente pegou uma bronca de jornalistas, por causa dessa frieza...

Apesar da pouca idade, Santinho explica que tinha consciência de tudo que ocorria:

Quando ocorreu o assassinato do meu pai, eu sabia do risco de vida que ele corria. Porque toda essa visão política que estava ocorrendo no país, o meu pai deixava bem claro para a gente. Esse era um ensinamento que meu pai tinha dado para a gente. Tínhamos uma visão diferente das outras crianças na escola e no bairro.

A verdadeira via sacra do padre Luiz Giuliani, pároco de Vila Remo, não parou por aí. Ele e Greenhalgh foram, a pedido de dom Paulo, cobrar providências das polícias. O então delegado Romeu Tuma, diretor do DEOPS na época (hoje senador da República⁴), os recebeu e disse estar surpreso com a notícia. Começou a levantar o que acontecera junto à delegacia de polícia responsável pela área em que ocorreu a morte e ao Comando da Polícia Militar. As respostas chegadas ao seu diretor eram negativas.

O delegado Romeu Tuma conseguiu localizar os policiais que levaram o corpo de Santo ao PS de Santo Amaro. Estavam machucados e tinham escoriações, mas como registrou o jornal Movimento, “nada porém que tivesse qualquer semelhança com o que disse o secretário de Segurança pelo rádio e tevê, quando apresentou os policiais como vítimas de uma tentativa de agressão”. Vicente Ruiz lembra a tentativa de incriminar os metalúrgicos pela morte de Santo:

O que foi levantado naquela época, inclusive o Gil Gomes [radialista muito ouvido na época e que apresentava fatos policiais, com grande sensacionalismo] deu outra versão ao caso: “no meio tinha um Espanhol, que

4. Refere-se a 2004.

“tinha uma arma, com o qual Santo Dias tinha diferenças políticas” dando a entender que eu havia disparado os tiros.

Assim que a morte de Santo Dias foi confirmada, Giuliani “passou uma verdadeira descompostura no delegado geral do Dops”, ainda segundo os repórteres do *Movimento* que registraram mais: “‘Vocês não sabem o que fizeram’, dizia o padre Luís. ‘Esta morte terá graves consequências para o país’. ‘Não fomos nós’, desculpava-se Tuma. ‘Nós somos da Polícia Civil. Quem fez isso foi da PM’”.

No IML, a autópsia do corpo foi acompanhada por um médico do Comitê Brasileiro pela Anistia: era a primeira vez que isso ocorria com uma vítima da repressão. Depois, o corpo foi liberado e levado para a Igreja da Consolação.

Durante a noite, revezaram-se amigos e companheiros de Santo Dias na vigília ao seu corpo. A irmã Cecília Hansen, que fora presa pela manhã e levada ao DEOPS, ao ser liberada, ficou sabendo da morte e foi primeiro para o IML e em seguida, para a Consolação: “Encontramos Ana aos prantos e ficamos com ela o tempo todo. Depois, também nos revezávamos para dormir com ela, na sua casa, até o final do ano, quando ela foi para o interior com as crianças”.

Na Assembleia Legislativa, uma reunião de numerosos representantes de partidos, movimentos, sindicatos, comunidades cuidava de centralizar as informações e delegar tarefas para que a morte de Santo fosse o mais amplamente divulgada. Nas comunidades da periferia sul de São Paulo, os mimeógrafos trabalharam a noite inteira para imprimir panfletos, distribuídos na madrugada nas portas de fábricas e pontos de ônibus, convocando para o acompanhamento do enterro.

PERMANECEU O PODER DE COESÃO

Assim, no dia 31 de outubro, mesmo morto, o poder de coesão que Santo Dias tivera em vida continuou a se manifestar. Carregaram

seu caixão até a praça da Sé representantes de todas as tendências de pensamento da Oposição Sindical Metalúrgica, bem como seus amigos de luta e comunidade mais chegados. A partir das dez horas da manhã uma multidão de 30 mil pessoas seguiu pela rua da Consolação até a Catedral. Homens e mulheres. Adultos, jovens e crianças. Negros e brancos. Trabalhadores, estudantes, donas de casa, jornalistas, políticos, religiosos e religiosas, militantes e dirigentes de todos os partidos políticos clandestinos que mobilizaram suas bases para o cortejo, sindicalistas, artistas.

O cortejo cantava a canção *Pra não dizer que não falei das flores*, do compositor Geraldo Vandré, tomada como hino por todos aqueles que se opunham à ditadura militar. À frente seguiam os bispos auxiliares de São Paulo e de outros estados, centenas de padres e religiosos, bem como representantes de outras religiões. Logo atrás, vinha o carro de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, que transportava também os filhos de Santo, Luciana e Santinho. Estavam representados os estudantes, por meio da União Nacional de Estudantes e por centenas de jovens que naquela quarta-feira não foram às aulas para ir ao enterro. Lá estavam Miguel Arraes, Hélio Bicudo, Clarice Herzog, dom Clemente Isnard (representando a CNBB), Perseu e Lélia Abramo, entre tantos outros.

O MDB de São Paulo enviara Fernando Henrique Cardoso e, entre os representantes de centenas de sindicatos de trabalhadores, estava Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Todas as entidades mais atuantes se mobilizaram para participar: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Profissionais em Educação do Estado de São Paulo (Apeoesp), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), associações estudantis e tantas outras. Ana Maria seguiu o cortejo a pé, amparada pelos caminhantes. Faixas e cartazes se destacavam na multidão: “Companheiro, você será vingado”, “Abaixo a repressão”, “Abaixo a ditadura”.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais da área central fechou as portas em sinal de luto. De alguns edifícios, papéis picados e flores caíam sobre a multidão. Na periferia, principalmente na região sul, nenhum metalúrgico foi trabalhar.

O cortejo chegou à praça da Sé às 12h40. A catedral já estava lotada quando entrou o caixão. Do lado de fora, milhares de pessoas. Dom Paulo presidiu a missa de corpo presente. Ele disse na homilia:

Não está certo. Quase nada está certo entre nós. Que andem munidos com armas de fogo, os que irão encontrar-se com o povo de braços cruzados. Quase nada está certo, quando milhões que constroem a riqueza de uma cidade apanham porque querem dar pão aos seus filhos. Pão, só pão e paz. Quase nada está certo nesta cidade, enquanto houver duas medidas: uma para o patrão, outra para o operário.

Depois da missa, à uma e meia da tarde, o caixão foi colocado num carro funerário, que seguiu pela avenida 23 de Maio, acompanhado por incontáveis veículos até o cemitério do Campo Grande. Ali, 15 mil pessoas acompanharam o enterro, às três da tarde. Momentos antes de o caixão baixar à sepultura, Lula fez um breve discurso: “Se os patrões pensam que, com a morte de Santo, os trabalhadores iriam ficar com medo, estamos aqui para mostrar que isso não aconteceu”.

O esquema de repressão, presente até terça-feira, foi relaxado na quarta, o que denotava um recuo nas posições do governo e do secretário de Segurança do Estado, Otávio Gonzaga Júnior (o governador de São Paulo, na época, era Paulo Salim Maluf). Os policiais militares praticamente sumiram das ruas. Além disso, o inquérito que fora aberto contra os operários – os PMs apareceram como vítimas de agressão – tomou outro rumo. O secretário nomeou um corregedor para investigar a morte e este mandou abrir outro inquérito, anulando

do o primeiro. Mesmo na assembleia-geral dos metalúrgicos, na mesma quarta-feira, no Estádio do Pacaembu, em que 4 mil operários decidiram pela continuidade da greve, não havia policiamento.

Assim, na quinta-feira, dia 1º de novembro, esse afrouxamento da violência permitiu a formação de piquetões, principalmente na região sul, que paralisaram as fábricas uma a uma. “Na Brasimet, por exemplo, o gerente de fábrica pediu apenas 10 minutos para abrir os portões da fábrica e soltar todos os operários. Assim, na avenida Nações Unidas – o coração industrial da Zona sul, onde se concentram 100 mil operários –, ao longo de toda a quinta-feira, uma após a outra, todas as fábricas foram sendo paralisadas”, registrou o jornal *Movimento*. Depois de percorrerem durante todo o dia o eixo Jurubatuba, 10 mil operários se reuniram no largo 13 de Maio e depois se dispersaram. Esse movimento provocado pela raiva diante da morte de Santo impressionou Aurélio Peres:

A greve virou a página, não era econômica mais, era política. Agora, esse fato da morte do Santo marcou mesmo... Olha, coisas inéditas que não vi nem no ABC, e eu acompanhei todas as greves, de São Paulo, de Guarulhos, de Osasco e do ABC, eu não vi em lugar nenhum. A greve de São Paulo, principalmente na região sul, do pessoal chegar na porta da fábrica e dizer: “Ou abre ou nós quebramos”, e aí, então, vinha a direção da empresa: “Então vocês... Vamos acalmar os ânimos, nós soltamos”. Aí fazia o cordão, o corredor polonês, e o pessoal passava sob a custódia dos grevistas. Isso aconteceu nos dois dias seguintes, quinta e sexta.

O movimento acabou saindo do controle das lideranças. Os comandos regionais se reorganizaram nas igrejas, nas diferentes regiões. Na sul, seus integrantes retornaram à histórica Capela do Socorro, aí permanecendo até a semana seguinte.

SERMÕES, FALAÇÕES E O VAZIO

A segunda-feira, dia 5 de novembro, era a continuação do feriado de Finados. Na Catedral da Sé, dom Paulo celebrou a missa de sétimo dia com a presença de Ana Maria, dos filhos de Santo e de mais 20 mil pessoas, a maior parte de metalúrgicos que em outra assembleia-geral, com 10 mil presenças, decidiram mais uma vez continuar parados. Ana Maria falou corajosamente:

Uma coisa que eu quero que todas as pessoas saibam: o sangue que o Santo derramou foi em favor da luta operária. Que todos os operários que acham que não é certo morrer assim, pensem que só dá certo, só se consegue as coisas quando se luta. O Santo morreu pelo bem de todos. Eu sei que se ele não tivesse morrido e tivesse ficado ferido, ele não ia ter medo, ia continuar lutando, até a vitória final da classe operária.

É preciso falar bem alto, para todo mundo ouvir que a vida para ele era a luta, que a gente tem que lutar até a morte. Santo derramou seu sangue, mas não há vitória sem sangue. Muitos, muitos mais vão morrer, porque o governo está assassinando, matando também pela fome, pela exploração. O governo usa as armas, é uma luta com armas, só que essas armas estão do lado errado, estão nas mãos dos que protegem os interesses do patrão, os que tentam esmagar a classe operária.

Eu não deixei velar o corpo de Santo no Sindicato porque o Sindicato está nas mãos de um sujeito que está ali para fazer o jogo dos patrões. Os metalúrgicos precisam fazer uma coisa, que era um grande sonho do meu marido: tirar Joaquim de lá. Essa foi uma coisa pela qual ele lutou muito. E quero também que ninguém esmoreça, porque nossa luta continua. Eu continuo lutando até o fim.

Hoje, Ana Maria conta como a morte de Santo Dias criou um imenso vazio na sua vida e na dos filhos:

As pessoas achavam que eu assumi a causa depois da morte do Santo. Isso não é verdade: a gente era muito unido em tudo. As pessoas também achavam que eu era forte, mas ninguém sabia como eu me sentia. Quando ele morreu, eu ficava pensando: por quê? Por que mataram uma pessoa tão boa que nem o Santo? Ele era grande, era minha vida, meu pensamento – era tudo. Ele fez muita falta em casa. Quando eu fui pegar as coisas dele na Filtros Mann, depois que ele morreu, os operários desligaram as máquinas e mostraram onde era o armário dele. Ninguém se conformava porque uma pessoa tão boa, que dividia a marmita com quem não tinha dinheiro pra comprar uma comida no serviço, tinha sido morto daquele jeito.

Emocionada, conta o que pensou ao chegar no Jardim Santa Tereza, depois do verdadeiro furacão que avassalou a vida da família:

Depois que o enterro terminou, eu fui pra casa. Lembro muito isso, vivo isso, porque não dá pra esquecer. Um amigo meu me disse que eu nunca ia poder deixar de ser a viúva de Santo Dias, ia ser sempre isso. Quando cheguei em casa, eu não tinha dado conta desse vazio que ele deixou. Eu não consegui entrar dentro de casa, e fiquei sentada na porta da cozinha. Aí eu vi os chinelos dele, daqueles chinelos que a gente deixa em casa e fica louco pra voltar e calçar, no fim do dia. Lembrei quando a gente tinha saído no dia anterior, e ele estava vivo, eu me queixando que fazia duas noites que não dormia por causa da greve e daquela movimentação toda. Ele falou para levar uma blusa, porque se fosse esfriar de noite e a gente fosse preso, tinha de ter uma blusa pra vestir. Era uma blusa que eu mesma tinha feito de crochê. Quando cheguei e vi os chinelos, olhei e soube que nunca mais ele ia pôr o pé naquele chinelo. Vi os sapatos, a roupa, as anotações...

O apoio da Igreja Católica revelou-se fundamental para ela e a família:

Antes eu tinha saído e falado muito, pra jornal, revista, televisão, Igreja. Foi um turbilhão na minha vida e na dos meus filhos. Mudou minha vida de mãe, esposa, companheira. Me sentia debaixo de uma lona de circo que cai, e a gente tenta equilibrar sozinha com as mãos pequenas, assim.... Muitas vezes me encontrei sozinha, o pessoal da Igreja me amparou muito, foi minha família, porque minha família não apoiou – “vocês se envolveram nisso aí, veja o que deu: quem vai criar as crianças?”. Os meninos sofreram muito também, na escola, na rua. Tinha vez que a Luciana vinha e falava – “não quero que fale que sou filha de Santo Dias, não quero!”.

A lembrança do companheiro e pai atormentava Ana Dias e seus filhos:

Uma noite, eu a Luciana e o Santinho sonhamos os três com o Santo. Luciana falou que, no sonho, ela abraçava o pai e dizia da saudade que tinha dele. O Santinho sonhou com ele pedindo uma chave de fenda e ele não sabia qual o pai queria. Eu não conseguia ver o rosto dele, na frente do fogão, retirando algo do forno. Chorei muito, muitas vezes. Fiquei muito revoltada, até com Deus, uma época. Eu perguntava: por quê? E não tinha resposta. Todo mundo falava que eu era corajosa, mas eu estava carente, necessitada de apoio. Você não imagina a falta que ele faz. Ele morreu com 37 anos, se estivesse vivo, acho que ia estar participando de alguma coisa, porque ele não era de ficar quieto não. Ele tinha uma vida inteira pela frente, e ela foi cortada assim, muito cedo.

PMs INVADEM IGREJA

Na terça, dia 6 de novembro de 1979, a repressão policial voltou com força contra a greve. O Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal, o sinal para que a polícia agisse. Os dois comandos de greve da leste (Penha e Itaquera) e também o da oeste foram des-

mantelados. Na região sul, a Capela do Socorro foi invadida pela manhã. Soldados entraram batendo e atirando bombas de gás lacrimogêneo sobre as pessoas que lá estavam. Um operário perdeu um dedo na confusão que se instalou. Dezenas de pessoas foram presas. Portas foram arrombadas e, até o meio da tarde, era impossível entrar no local sem que os olhos ficassem marejados.

O padre José Resende, na época pároco da igreja do Jardim Miriam, ficara no local para avisar que a sede do comando fora transferida para a igreja Matriz de Santo Amaro, que passou a abrigar os grevistas que perambulavam na região, sem ter para onde ir. Ele mesmo fora espancado pelos PMs, pois era do grupo de apoio aos metalúrgicos e estava na igreja. Seu relato foi registrado pelo jornal *O São Paulo*⁵:

Uma tropa de choque com soldados armados com cassetetes grandes de madeira, capacete de proteção, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Entraram arrebatando as portas da igreja com pancadas e pontapés, uma violência brutal mesmo. Entraram arrebatando e dando pancadas em todos que estavam na sacristia e dentro da igreja. Eram umas 350 pessoas, fora os operários que estavam na calçada e que também apanharam. Batiam indiscriminadamente, sem perguntar por nada e por ninguém. Jogavam bombas, atiraram na cozinha da paróquia pelos menos três bombas. Uma das bombas caiu sobre o altar, espatifando vidros. Vinham bombas pelo telhado, vidros laterais e calçadas. Um bombardeamento completo. Isso durou um bom tempo. Começou às 8h20, mas desde as 6h30 eles já estavam investindo em bloco, violentos. Pessoal que estava esperando o ônibus no ponto, ninguém foi poupado.

Os grupos de apoio continuaram a sua rotina de solidariedade aos metalúrgicos, distribuindo panfletos com orientações e organiza-

5. Cf. *O São Paulo*, 9 a 15 nov. 1979, p. 6.

do a permanência dentro da igreja em Santo Amaro, fazendo lanches e divulgando informações. Em nota oficial, a Arquidiocese de São Paulo protestara contra a invasão afirmando que “a cada igreja invadida, outra será aberta, pois a igreja da Arquidiocese de São Paulo reconhece a luta dos metalúrgicos como justa”.

O secretário da Segurança Pública negou aos jornais a invasão da Capela do Socorro, afirmando que pessoas que faziam piquete haviam apreendido um ônibus com funcionários da empresa Telefunken e depois se refugiado na igreja, o que levou os policiais a perseguirem os operários, que os apedrejaram.

As lideranças ligadas à Oposição Sindical já percebiam que era um conjunto de piqueteiros apenas que mantinha a paralisação, mas nas empresas o pessoal voltara a trabalhar. Mesmo uma parcela daqueles que se encontravam mobilizados já anunciavam sinais de cansaço. Ainda no dia 7, a decisão foi pela continuidade. Mas, no dia 8, ela acabou, quando foi firmado acordo com Osasco, com extensão para Guarulhos e São Paulo.

A partir daí, as demissões se sucederam e o sindicato de São Paulo anunciou no dia 13 de novembro que entraria com ações judiciais junto à Justiça do Trabalho para pleitear os direitos trabalhistas de 344 operários demitidos por justa causa em função da greve. No entanto, mais 600 pessoas foram demitidas. Os negociadores da Fiesp “endureceram”, recusando a proposta de parcelamento do desconto dos dias parados e fim das demissões por justa causa, na reunião com representantes dos trabalhadores e do sindicato no dia 20.

Nesse mesmo dia, representantes da Oposição Sindical Metalúrgica fizeram uma avaliação pública da greve: uma derrota econômica, mas um avanço político. Essa mesma opinião é manifestada no jornal *Luta Sindical* de dezembro de 1979. Eis um trecho:

A nossa greve permitiu a participação ativa de milhares de companheiros através dos comandos regionais e um comando geral. A nossa greve enfren-

tou todo tipo de sacanagens: a imprensa calou, a televisão mentiu, a polícia matou, dirigentes sindicais se omitiram, os patrões mandaram prender, a diretoria lavou as mãos. A nossa greve mostrou uma coragem nunca vista. Foi enfrentando a polícia na frente das fábricas, nos piquetes e piquetões de até 10 mil metalúrgicos. Foi enfrentando as bombas de gás e a invasão de igrejas. Foi respondendo ao assassinato do companheiro Santo Dias.

A partir de 1980, o movimento operário não só da capital, mas também no país, iniciaria uma curva descendente, a partir dos 41 dias de paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo, sem que quaisquer das suas reivindicações fossem atendidas. Houve intervenção no sindicato, as lideranças metalúrgicas foram presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional. No País todo, em 1980, ocorreram 50 greves, envolvendo cerca de 670 mil trabalhadores de várias categorias⁶.

O 1º de Maio de 1980 reuniu milhares de pessoas no estádio de Vila Euclides, depois que um forte aparato militar cercou a Catedral, onde se reuniam os trabalhadores. De novo: tropa de choque, cães, bombas. Dessa vez, helicópteros sobrevoavam a multidão que extravasava as portas da igreja. Esse contingente só foi retirado diante da massa de gente de São Paulo, mobilizada pelas comunidades e movimentos, inclusive com presença expressiva daqueles da região sul, que abraçaram o círculo da tropa de choque em torno da catedral. Os soldados viram-se pressionados pela multidão de pessoas querendo sair do prédio e por outras milhares chegando, para levar solidariedade aos grevistas. De repente, a multidão irrompeu rumo ao estádio, numa passeata que tomou o centro de São Bernardo.

A crise econômica se aguçava, com o aumento do desemprego, que atingiu seu auge em 1983. Antes disso, os metalúrgicos do ABCD foram protagonistas de lutas e conquistas históricas, um sonho de

6. ALVES, op. cit., p. 264.

Santo Dias: o reconhecimento das comissões de fábrica, a articulação da Central Única de Trabalhadores, a criação de um partido trabalhista, uma frente de oposições, o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso tudo, no entanto, passou ao largo da diretoria sindical dos metalúrgicos de São Paulo. O pelego ficou no sindicato até 1988, apoiado por grupos que antes fechavam com a Oposição. Em 1986, participou da criação da Central Geral dos Trabalhadores, presidindo-a até 1989. Depois de findo o regime militar, caiu no anonimato. Foi abandonado pelos amigos e familiares em um asilo e morreu em 1997, depois que a imprensa o descobriu e relatou as suas precárias condições de vida.

8 OS AMIGOS DO OPERÁRIO LUTAM PELA MEMÓRIA

Os amigos e companheiros de Santo Dias iniciaram, logo após sua morte, uma outra frente de luta: a da permanência de sua memória. Primeiro, exigindo que o culpado, o PM Herculano Leonel, sofresse as penas previstas em lei pelo seu ato. Segundo, não deixando que o nome de Santo Dias fosse esquecido.

Quanto ao processo contra Leonel, José Carlos Dias, então presidente da Comissão de Justiça e Paz, o acompanhou como auxiliar da Promotoria até 1982. A partir daí, assumiu Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos, que havia sido articulada em 1976. A irmã Michael Mary Nolan, da Congregação das Irmãs de Santa Cruz, estava acabando curso de Direito na PUC, movida por uma vocação tardia e uma recomendação da Conferência de Religiosos do Brasil, quando foi para o escritório do advogado fazer um estágio. Também fazia parte da Comissão, ao lado dos padres Luiz Giuliani e Roberto Grand-Maison, entre outros. Conhecera Santo Dias pessoalmente, assim como outras religiosas da sua congregação, na época de organização das comunidades de base, e ofereceu-se para acompanhar o processo: “Foi o primeiro pro-

cesso que eu realmente peguei desde o início, que eu acompanhei, antes de me formar em 1983. Teve muitos detalhes e foi uma briga envolvendo muitos argumentos”.

Enquanto travava-se uma batalha jurídica na Auditoria Militar, a família de Santo, seus amigos e companheiros constituíram o Comitê Santo Dias, para acompanhar o processo do PM e lembrar a figura do metalúrgico, usando todos os instrumentos de divulgação possíveis. Seus integrantes passaram a se encontrar na Capela do Socorro, local simbólico da militância de Santo.

A irmã Cecília Hansen explica o motivo para o qual o Comitê – que em suas maiores reuniões chegou a juntar mais de cem representantes de comunidades não só da região sul – passou a existir:

Logo após o enterro surgiu o Comitê Santo Dias Silva. Um grupo pequeno, operários, nós, das comunidades... O objetivo era manter a memória do Santo viva entre o povo; divulgar por todo o Brasil e fora do Brasil o seu exemplo de luta; denunciar e solidarizar-se com todos que tombaram pela justiça. A primeira ação foi em torno do julgamento do assassino. O Comitê confeccionava folhetos, revista, disco, camisetas, cartazes, artigos para jornais, organizava *shows*, teatro etc. Poetas populares colocaram a memória do Santo no papel em poesias, poemas, cantos, cordel. O Comitê preparava encontros, recebeu convites de muitos lugares do Brasil todo. Assim se divulgou o fato por todo o país. Lugares, instituições, escola, praça, comunidades, organizações são denominados com o nome de Santo Dias, nosso amigo e companheiro. Através desses símbolos a memória do Santo está viva.

O psicólogo Paulo Maldos é também um dos fundadores do Comitê. Além da questão pessoal – era amigo de Santo, tinha o envolvimento da entidade da qual fazia parte, o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), que mantinha contatos com

muitos grupos, movimentos e entidades no Brasil e fora dele. Maldos explica a razão de ser do Comitê:

Acho que na cabeça da gente, ficou como uma coisa de princípio, uma indignação tão profunda que era uma questão de princípio acompanhar o processo e manter a memória. Acho que esses dois lados: acompanhar o processo até levar a julgamento e a punição do PM, e por outro lado, a questão da memória como que um esforço de manter a participação política do Santo através da gente. Manter a importância da base, a participação popular, a democracia, a transformação no geral. Era quase um compromisso de sangue, frente à indignação e à inconformidade com a morte. Não deixar que mais uma pessoa fundamental fosse assassinada ficando como vitorioso quem matou. Então essa indignação, essa sensação de compromisso que foi meio motor para a gente se dedicar integralmente.

Chacrinha, Vanda Gama e Maria José Cavalcanti são figuras iniciais do Comitê, que até agora participam das atividades que todo ano se repetem: no dia da morte, um grupo pinta em vermelho algumas palavras lembrando o assassinato, na frente da Sylvânia, em Santo Amaro e, em seguida, vai até o túmulo do operário no cemitério, a alguns metros dali, onde os religiosos amigos de Santo realizam uma celebração.

O padre Jaime Crowe assumiu o comitê depois que Luiz Giuliani e Guilherme Reinhardt, párocos de Vila Remo, saíram da região para outros locais, em 1989. Hoje, ele é um de seus coordenadores, com atividades mais restritas à região do Jardim Ângela e de Vila Remo. Crowe explica a razão da regionalização do Comitê:

Nos dez anos da morte do Santo achamos importante centralizar o Comitê na região para conservar a memória. Criamos a Semana Santo Dias, em que debatemos as questões sociais todo ano... Eu acho que nunca foi nossa

intenção de fazer um comitê metropolitano. Acho que ficou um comitê para conservar e construir a memória... Era a região dele. Já foi criada nessa época a Comunidade Santo Dias, lá embaixo, na rua Marcelino Coelho, no Jardim Ângela. Tem também a praça Santo Dias, na frente da igreja da Vila Remo, enfim... Eu acho que a pretensão do Comitê tem sido um pouco isso, conservar essa memória, na medida do possível, principalmente junto ao povo da região em que ele morava, que acompanhou todo o processo contra o PM que o matou.

O PROCESSO NA AUDITORIA MILITAR

Os advogados e o Comitê Santo Dias, a partir de 1980, tiveram muito trabalho. Dar visibilidade às ações de âmbito jurídico, com um militar sendo julgado por outros, em foro diferenciado, era um trabalho difícil, mas tinha de ser feito. Os amigos de Santo Dias se propuseram a não deixar esse episódio passar em brancas nuvens. E o processo caminhava muito mais para culpabilizar a vítima e não seus algozes.

No boletim de ocorrência registrado no 43º DP, no dia da morte do operário, constava que os componentes dos Tático-Móveis 205 e 209 chegaram à fábrica Sylvânia para atender ocorrência. Tentaram dialogar com os grevistas e foram agredidos a socos e pontapés, estabelecendo-se entrevero que resultou na morte de um operário e ferimentos generalizados em vários praças. Santo Dias era qualificado como um dos incitadores à greve. O inquérito passou para o Degran e o coronel PM Paulo Wilson Oliveira Bueno se responsabilizou por ele.

No mesmo dia, o comandante-geral da PM, Arnaldo Bastos de Carvalho, fez um informe ao secretário de Segurança, falando sobre as agressões: que o Espanhol estaria armado e teria causado o conflito; que foram presos os mais agressivos – João Pereira dos Santos, Manoel

Soares Filho e Luiz Carlos Ferreira; que ainda teriam sido apreendidos cinco cartuchos calibre 22 e um 6,35 milímetros, uma insinuação de que os trabalhadores estariam armados e poderiam também ser causadores da morte de Santo.

No dia 31 de outubro de 1979, o procurador-geral em exercício, Jackson Blandy, nomeia Ricardo G. Daunt Filho, promotor público, para acompanhar o inquérito. Em 2, 5 e 6 de novembro, são ouvidos 12 PMs, entre eles Herculano Leonel.

Em 7 de novembro, Luiz Carlos Ferreira faz o reconhecimento de Herculano Leonel na sede do Setor Disciplinar do Degran. Entre os presentes, além do advogado de defesa do réu, Antônio Cândido Dinamarco, Luiz Eduardo Greenhalgh e Luiz Antonio Fleury Filho (que futuramente seria o secretário de Segurança Pública na gestão Orestes Quércia, e o sucederia no governo seguinte), na época o promotor público designado para acompanhar o inquérito. No mesmo dia, mais dois PMs foram ouvidos.

No dia 12 de novembro, Luiz Carlos, Manoel e João prestaram novos depoimentos. Nos dias 13 e 14, funcionários da Sylvânia fizeram o mesmo. Vicente Garcia Ruiz foi ouvido em 20 de novembro. O inquérito prosseguiu com a entrevista com funcionários da Sylvânia e mais PMs. No dia 25, um dos PMs não reconheceu João Porrada.

Em 27 de novembro de 1979, Herculano Leonel é interrogado, já indiciado. Mas, no dia 28, três PMs reconhecem João Porrada como agressor. O processo contra o PM Herculano Leonel, acusado de matar Santo Dias, foi para a Justiça Militar de São Paulo, na primeira auditoria, na rua Dr. Vila Nova, em 4 de dezembro de 1979. No dia seguinte, Leonel foi preso e encaminhado ao presídio Romão Gomes, no Barro Branco, depois de reconhecido pelo operário Luiz Carlos Ferreira.

O juiz togado Otávio Leitão da Silveira, que também presidiu o julgamento final, recebeu a denúncia em 10 de dezembro. Em 11 de

dezembro, o PM foi interrogado. No dia 12, José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz, é admitido como auxiliar de acusação. Em 14 de dezembro, houve a primeira audiência na Justiça Militar. O advogado de defesa do PM é José Cândido Dinamarco, da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar.

Entre 8 e 16 de janeiro de 1980, são interrogados o operário Manoel Soares de Souza Filho, o chefe de segurança, Marco Antonio Pereira, e o gerente da Sylvânia, Célio Thomé, entre outros. É também revogada a prisão preventiva de Leonel. Foi marcado um primeiro julgamento, em fevereiro, mas o PM não compareceu. Em 20 de maio de 1980, são ouvidos três PMs como testemunhas de defesa do soldado.

Na mesma ocasião, José Carlos Dias levanta a hipótese de que o PM era ambidestro, para rebater a tese de que sendo canhoto não poderia ter feito o disparo que atingiu o operário. “Hemorragia decorrente de tiro transfixiante no terço inferior do tórax, saindo do terço inferior direito” foi a causa da morte registrada pelo legista.

Em 20 de outubro, é realizada a segunda audiência para ouvir Vicente Ruiz e outros operários. Em 25 de outubro, José Carlos Dias entra com uma petição para que seja realizada perícia médica para esclarecer se o PM era destro, canhoto ou ambidestro. Há vários registros nos autos sobre quem pagaria a perícia, num vai e vem do processo para várias instâncias. Em 25 de novembro de 1981, Dias anexa documento dizendo que a viúva e os filhos do operário, já sem seu arrimo, numa triste ironia, arcariam com esses custos.

Em 7 de janeiro de 1982, Dias subestabelece Luiz Eduardo Greenhalgh para atuar no processo em seu lugar. Greenhalgh anexa sua primeira petição no dia 11, insistindo na resolução se o PM é ou não ambidestro. A perícia é realizada em 26 de fevereiro, por José Luzio e Irene Abramovitch, dois peritos indicados pelo Conselho Regional de Medicina. A conclusão é de que era canhoto, mas fora “destrificado” desde os sete anos, sendo portanto capaz de escrever e realizar tarefas com a mão direita.

CAMISETAS COM O ROSTO DE SANTO

Nas audiências realizadas na auditoria militar, os integrantes do Comitê Santo Dias da Silva organizaram manifestações para assisti-las. Cerca de cem a duzentas pessoas se postavam na frente da auditoria, vestidas com as camisetas com a estampa do rosto do metalúrgico, entoando cânticos e palavras de ordem, e se revezavam para assistir o que ocorria no tribunal, ocupando as poucas cadeiras do auditório. Na entrada, eram sempre revistas por soldados. Greenhalgh fala da importância da ação do Comitê:

Ela foi vital para constituir no senso comum da opinião pública a necessidade de responsabilidade neste caso. A figura de Santo Dias como um militante pacífico, um homem cristão, sindicalista, ponderado ajudou nesta construção e a sociedade ficou indignada com a morte dele. O Comitê Santo Dias também ajudou na luta para a extinção da Justiça Militar, fazer com que o julgamento de PMs fosse feito na Justiça Comum, acabar com o foro privilegiado. Hoje, os crimes dolosos contra a vida praticado por policiais militares são julgados pela justiça comum, é a Lei Hélio Bicudo, Projeto de Lei Hélio Bicudo, quando ele foi eleito deputado federal.

O advogado usou o trabalho do Comitê até nos autos do processo:

O comitê foi importante para a condução, digamos assim, política do processo, nas bases da igreja, na sociedade, no campo sindical, manter informações permanentes sobre o andamento do processo. Fez essa interação. Eu me lembro que depois que eu assumi o processo, nós juntamos aos autos todas as manifestações de solidariedade que o Comitê Santo Dias e a família tinham recebido de todos os lugares do Brasil e do exterior. Nós juntamos uns três volumes de documentos de todo mundo, traduzidos do alemão, in-

glês, francês, espanhol. Nós fomos juntando e fizemos um grande dossiê da solidariedade que a família recebeu. Juntamos nos autos para mostrar para o Tribunal o quanto este crime tinha indignado a cidadania nacional e estrangeira. Também a condução técnica do processo foi um instrumento muito importante de conscientização e de luta contra a conduta da Justiça Militar.

Na condução técnica, a irmã Michael Nolan assumiu um papel essencial. Ela estava preocupada em traçar a rota da bala que matou Santo, um detalhe bastante importante no processo. Além de trabalhar com a questão de o PM ser canhoto, anteriormente, o que fora descartado com a perícia, agora a alegação da defesa era de que era impossível a bala ter trespassado o corpo de baixo para cima, se o PM era mais alto que os operários. A religiosa foi até o local do crime e posicionou todos os atores de forma “virtual”, fotografando a área minuciosamente, com o registro em *slides*, que foram usados no dia do julgamento, algo inédito, como ela relata:

Hoje, todo mundo usa esses recursos visuais, mas na época não era comum. Aí quando nós fomos preparar nossos argumentos para o julgamento mesmo, eu fui lá na Sylvania tirar fotos. Um detalhe importante era que a rua era em declive, e além do mais havia também o fato de que o asfaltamento deixava o chão assim abaulado, mais alto no centro, para as águas da chuva escorrerem do lado. Os operários correram para a parte mais alta e os soldados ficaram lá embaixo. Então, tudo coincidia: o fato de o PM ser canhoto, mas poder atirar com a mão direita, a rua ter um declive onde os operários subiram e ainda tinha o centro da rua mais alto. Tudo se encaixava e coincidia com o motivo da morte registrado pelo legista, com os depoimentos dos operários.

Em 7 de abril de 1982, o PM é julgado e condenado a seis anos de reclusão por três votos a dois. Segundo Greenhalgh, foi a primeira vez que um militar fora condenado no Tribunal de Justiça Militar do

Estado de São Paulo, no exercício da atividade policial, por crime praticado contra civil e ainda com características políticas.

UM JOGO DE RETÓRICA E DE PROVAS

O dia do julgamento foi muito tenso. O Comitê Santo Dias preparara novamente uma manifestação na frente da auditoria, que amanheceu cercada de policiais. Dela participaram muitos políticos e também dom Paulo Evaristo Arns, seus bispos, representantes de movimentos sociais e entidades de direitos humanos, como o então vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo. Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, esteve lá, para manifestar solidariedade. Como o julgamento foi demorado, cerca de duzentas pessoas passaram a noite na rua, esperando o resultado. Representantes de vários movimentos sociais acompanharam o julgamento, inclusive dos Sem-Terra de Ronda Alta, acampados que estavam à beira de uma estrada, onde morreram cinco crianças. Ana Maria se recorda:

Eles levaram uma cruz, com cinco fraldas, essa imagem não saiu da nossa cabeça, todos esses anos. Estava frio, na madrugada, Luciana, Santinho e eu nos ajeitamos com os outros por ali, até que às cinco da manhã, veio o resultado... Foi um sufoco.

Antes disso, houve revista para a entrada na auditoria, muito vexatória, e as pessoas só podiam subir à sala de julgamento com senhas, previamente distribuídas. A maior parte das cadeiras fora ocupada por policiais militares, restando meia dúzia de fileiras para os demais. Greenhalgh descreve como foi:

As pessoas nossas que iam entrando eram revistas agressivamente, as mulheres ficavam nuas como se fosse na entrada de penitenciária de segurança

máxima. A própria Ana, mulher da vítima, foi constrangida nesta fiscalização. A gente teve de engolir isso aí, o povo estava na rua, cercaram a auditoria militar, muita gente permanentemente com cânticos, palavras de ordem, reza, a gente ouvia da sala do julgamento tudo isso, irritava muito o Tribunal e os militares lá dentro. O soldado Herculano Leonel prestou depoimento e negou essas situações, reafirmando o seu depoimento inicial, negando que fosse o autor do disparo que matou Santo Dias. Aí começaram os embates.

A defesa era feita por José Cândido Dinamarco, numa situação favorável, pois tinha a simpatia do tribunal, defendendo a corporação, segundo Greenhalgh:

A prova era indiciária, porque o acusado negava ter praticado o crime, então era a soma de indícios. Num Tribunal Militar você precisa ter muitos indícios para poder ter um juízo de valor, então a defesa dele foi muito facilitada, muito retórica, muito gongórica (...) o advogado dele foi crescendo na defesa a ponto de exagerar e estabelecer um desafio e pedir para que a acusação respondesse a duas questões: como o autor do disparo, sendo mais alto que a vítima, poderia ter dado um tiro cuja trajetória, no corpo da vítima, era ascendente, de baixo para cima? Então, o maior atirando no menor, no raciocínio dele, a bala tinha que ter uma trajetória descendente e a perícia demonstrava que a bala tinha trajetória ascendente. “Como é que pode isso? Responda. Por que a acusação não responde isso? Responda, fala. Como é que explica que um homem que mede tanto, a vítima mede tanto, atira e a bala tem essa trajetória?”. E ele vai se empolgando nesse raciocínio e faz um segundo desafio: “Como é que pode uma pessoa que é canhota ter atirado na vítima na posição descrita e o tiro ter partido da direita para a esquerda numa trajetória ascendente? Responda. Inclusive na assinatura do depoimento o soldado Herculano Leonel assinou com a mão esquerda, todos viram ele assinando com a mão esquerda.

Responda. Eu espero que numa tréplica isso seja respondido”. E comenta alguma coisa no sentido de: “Se isso for respondido eu dou a minha mão à palmatória”. Foi uma besteira.

O advogado respondera e alinhara seus argumentos por conta do trabalho da irmã Michael, como assistente da Promotoria, entrou no jogo retórico da defesa, prometendo que rebateria esses argumentos, num clima crescente de que a defesa se curvaria diante das evidências, caso elas existissem. A resposta foi simples, por conta das fotos, diz Greenalgh:

Os *slides* foram projetados, mostrando que a rua era uma ladeira inclinada e que, portanto, o soldado estava numa posição mais baixa e a vítima numa posição mais alta da ladeira. Então, o trajeto da bala seria ascendente, mesmo ele sendo mais alto. Eu levei seis minutos nessa explicação, mostrava, convencia, e os militares eram obrigados a engolir isso – o Conselho de Justiça –, porque eles atiram, eles são atiradores, eles sabem dessa situação. Eu também fui crescendo, eu respondi essa e fiquei parado e não falava da segunda. Aí o cara erra pela segunda vez, o advogado, fala assim: “Tá bom, essa está respondida, mas e a outra?”, quer dizer a história de ser destro. Ele sendo canhoto como é que o tiro tinha aquela direção, aí eu fiz toda uma encenação e peguei o processo: “Essa aqui o senhor vai mostrar para os jurados” e pus em cima da mesa. Aí eu fui falando, estava se esgotando o meu tempo e eu não respondia, e o cara foi ficando nervoso, falava: “Me responde a segunda. E a segunda?”, eu falava: “Calma, eu vou responder”, fui criando um negócio que quando o cara estava desesperado eu falei: “Eu vou responder agora. Abram a página tal. O que tem aí?”. Era uma foto do soldado, recebendo uma medalha em algum momento da sua vida, com o coldre do lado direito. Ficava provado que era ambidestro. E quem juntou está foto foi a defesa, então eu começo a perguntar: “O que tem nessa foto? Quem juntou essa foto?”, “Isso, e quem juntou foi a defesa. De que lado

está a cartucheira?”. Aí acabou. Ele não respondia, aí eu peguei o processo e pus um por um nos cinco juízes. “Olha aqui, onde está a cartucheira? O coldre está do lado direito”, então ele é ambidestro, ele assina com a mão esquerda, mas ele atira com as duas mãos. Aí acabou, não tinha jeito, ficou aquele zum-zum-zum, eu encerrei e sentei.

RECURSOS: O PROCESSO É ARQUIVADO

O advogado do PM foi substituído: Cláudio Luna entrou no lugar de Dinamarco, que recorreu da sentença em junho de 1982. O procurador-geral da Justiça Militar, Ruy Cardoso de Melo Tucunduva, manteve a sentença. Em agosto, o Tribunal julgou o recurso e anulou a decisão anterior, com base no fato de haver apenas uma testemunha, que fez o reconhecimento do réu, dias depois do crime.

A promotoria recorreu da absolvição do PM, mas o juiz relator votou por ela. Ainda em 1983, o revisor Atílio Franco Chaves pede vistas. Novo julgamento ocorre em 13 de dezembro de 1983. Os juízes acabaram aceitando argumento da desqualificação da testemunha, em 15 de dezembro. A promotoria recorre novamente com embargos de declaração, mas em 26 de junho de 1984 os juízes confirmam a argumentação pela absolvição, diante da “falta de provas”. A Procuradoria-Geral do Estado entra com recurso extraordinário em 25 de agosto, para o Supremo Tribunal Federal, que arquivou o processo em setembro de 1984.

Os integrantes do Comitê Santo Dias da Silva ficaram indignados com essa decisão, diz a Irmã Cecília Hansen:

Com todas as provas que foram apresentadas, a testemunha nunca se contradizendo, no primeiro julgamento o réu condenado e no segundo absolvido, criou-se uma descrença e desconfiança na Justiça. Mostrou que o poder está acima dela.

Mesmo assim, não paralisaram suas atividades. O Comitê e as comunidades de Vila Remo são os principais responsáveis pela manutenção da memória de Santo Dias.

O primeiro ano da morte do operário foi marcado por uma passeata da Consolação à Sé, em 1º de novembro, em que estiveram presentes mais de 5 mil pessoas. Os grupos culturais da região sul se reuniram e articularam o *show* Santo Dias de Luta, no Colégio Santa Maria, apresentado pouco tempo antes da manifestação. O *show* também foi levado ao salão Beta, na PUC de São Paulo, no mesmo ano.

Em 1981, no segundo ano do assassinato de Santo Dias, o Comitê organizou manifestação na frente da Sylvânia, atitude emblemática que tornou-se uma tradição dali em diante, no dia 30 de outubro, às 14 horas. No dia 2 de novembro, uma procissão saiu do largo 13 de Maio em Santo Amaro, em silêncio, até o Cemitério do Campo Grande, onde o corpo de Santo foi enterrado. Ali, todos os padres da região celebraram missa solene. Centenas de telegramas e cartas de solidariedade foram enviadas à família de todos os cantos do país.

As atividades do terceiro ano da morte de Santo Dias contaram com a presença de Oneide, a viúva de Gringo, lavrador assassinado por jagunços no Araguaia e o lançamento do disco Santo Dias, reunindo músicas compostas por artistas populares em sua homenagem. No ano seguinte, no quarto aniversário, foi lançado o filme *Santo e Jesus Metalúrgicos*, de Cláudio Khans, na praça que recebeu o nome do metalúrgico, com missa em Vila Remo e também na Catedral da Sé. Esse filme foi exibido em todas as comunidades locais, na mesma época. O grupo de amigos e companheiros prosseguiu organizando eventos em memória de Santo Dias ano após ano.

TODO ANO, ATIVIDADES PARA LEMBRÁ-LO

Em 1984, cinco anos depois do assassinato, foi realizado o segundo festival de música, além das celebrações e de um debate sobre a

vida do trabalhador. A edição comemorativa da Revista *Proposta*, idealizada pelos integrantes da comunidade de Vila Remo, com o apoio do Comitê Santo Dias e da Federação de Órgãos para a Assistência Social (FASE), reunindo depoimentos de amigos e companheiros, foi divulgada na Casa de Oração dos Sofredores de Rua, no Centro de São Paulo.

Por ocasião do décimo ano da morte de Santo Dias, em 1989, as atividades multiplicaram-se. Em maio, houve debate na PUC, com representantes da Pastoral Operária Nacional, da CNBB e sindicalistas de outros estados. De 2 a 6 de outubro, aconteceu a Semana dos Mártires, na Comunidade São Marcos, no Jardim Santa Margarida, com celebrações e debates. No dia 19, Ana Maria acompanhou a inauguração do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito, e no dia 22, houve o lançamento da Agenda LatinoAmericana, nas dependências do Parlatino, na Capital.

Um debate com a presença de dom Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda (RJ), do ex-deputado Aloísio Mercadante e sindicalistas foi realizado no dia 24 de outubro. Dom Paulo, Frei Betto e Waldemar Rossi discutiram a contribuição da Igreja para o movimento operário, no dia 26, no ABCD. Houve um grande *show* com os grupos União Olho Vivo, Moxotó, Arribação e Cacareco, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em homenagem a Ana Maria, no dia 27. Em Campinas, no dia 29, o Setor Santo Dias da Pastoral Operária promoveu a Caminhada do Trabalhador.

Um ato litúrgico na Igreja da Consolação, presidido por dom Paulo foi acompanhado por milhares de pessoas. Depois, elas seguiram em passeata até a praça da Sé, marcando as lembranças de 1989. Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, assim se expressou nessa ocasião: “Não estamos celebrando a morte de ninguém. Celebramos a ressurreição e a vida de Santo Dias”. Afirmou ainda que Santo Dias seria o mártir mais plural da história do Brasil, pois, além

de camponês, peão, boia-fria, expulso de fazenda, foi também afro-descendente, migrante, operário, sindicalista e membro de CEB: “Simboliza em sua vida, morte e ressurreição ao povo brasileiro do campo e da cidade”.

Em 1994, quinze anos depois do assassinato de Santo Dias, além do tradicional ato na frente da Sylvânia e caminhada até o Cemitério do Campo Grande, no dia 29 de outubro, mais palestras e apresentações. No dia 30, dom Paulo celebrou a Missa dos Mártires na Sé.

Essas celebrações e atividades compuseram também a agenda dos vinte anos da morte do operário, acrescidas de debate sobre a condição feminina, em setembro; de uma caminhada ao parque Santo Dias em 23 de outubro; de um ato promovido pelo Movimento de Luta pelo Emprego, na zona sul, no dia 25 e da reconstrução da trajetória de Santo Dias, no Teatro da Universidade Católica (Tuca), no dia 28 de outubro. Nesta última, estiveram presentes: dom Cândido Padim (arcebispo emérito de Bauru), dom Angélico Sândalo Bernardino, entre outros. Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo, participou da caminhada da Igreja da Consolação à praça da Sé. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal prestou homenagem aos familiares do operário, em 1999.

9 EM NOME DE SANTO DIAS

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador.

Walter Benjamin¹

Passaram-se quatro décadas do assassinato de Santo Dias, e a roda da história continuou seu giro implacável, nesse tempo todo. Tudo mudou, e como...! A morte de Santo ocorreu num momento em que, no Brasil, as lutas operárias por melhorias salariais e pelo direito à livre organização sindical cresciam, desafiando os limites políticos da ditadura militar no poder desde 1964. O movimento dos trabalhadores se ampliava, aliando-se às demais forças sociais que clamavam pelo fim do regime ditatorial.

1. In: *Rua de mão única*. Obras escolhidas II, p. 239.

Numa onda contínua, a organização popular avançou até a queda dos governos impostos e a convocação de uma Constituinte, com a participação de amplos setores da sociedade, inclusive do movimento sindical renovado. Durante o governo de José Sarney (1985-1990), primeiro presidente civil depois da ditadura, vice de Tancredo Neves que assumiu o poder depois de sua morte, a nova Carta Magna foi promulgada em 1988, alterando todo o arcabouço legal brasileiro. Santo contribuiu para isso com sua prática política na década de 1970, mas não conseguiu ver esse resultado, silenciado que foi pela repressão.

As novas leis reorganizaram politicamente a sociedade nos padrões democráticos, com o pluripartidarismo e o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis. Depois de Sarney, a partir de 1995, seguido da eleição e *impeachment* de Fernando Collor (PRN) e do governo do vice, Itamar Franco, governaram o País, desde então, o PSDB (Fernando Henrique Cardoso em dois mandatos, governos alinhados às políticas neoliberais, campeões de edição de Medidas Provisórias) e o PT (Lula em dois mandatos e Dilma Rousseff, um mandato e meio). Os últimos governos, mais comprometidos com a exigência de cumprimento de direitos sociais, como definia a Constituição, tiveram de conciliar isso com a necessidade de crescimento econômico e a manutenção da inflação baixa, a todo custo.

Mas, para governar, tiveram que se associar – mais ou menos – às velhas raposas políticas originárias de partidos do período militar e aos integrantes da miríade de agremiações de aluguel que surgiu. Com isso, não escaparam das práticas de clientelismo e patrimonialismo, das relações promíscuas com os grandes grupos privados e seus interesses, que caracterizam a política do Estado brasileiro.

Isso até que um consórcio bizarro entre juízes de primeira instância e mídia comercial, a pretexto de expor e punir os mecanismos de corrupção, desencadeasse um processo político de massa, que re-

dundou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), no seu segundo mandato, na prisão do ex-presidente Lula e num mandato rampão do vice Michel Temer, um dos representantes políticos dos idos tempos, que nada mais fez do que empurrar as conquistas sociais dos governos anteriores para o abismo.

Trinta anos depois da Constituição Cidadã, nas eleições de 2018, a nova conjuntura política pareceu remontar aos anos de chumbo, por meio de exercício democrático que as lutas de então conquistaram. Amiga de longa data de Santo e Ana, a educadora Odete Marques não consegue se conformar com o resultado do pleito:

Quando fizemos nossa luta, acreditávamos numa mudança no país. Nunca pensamos que haveria um retrocesso político como o de agora. A nossa esperança era a que nosso país fosse diferente, incluindo mulheres, negros, índios. O pior foi que a mudança de agora não foi imposta, o povo escolheu. (...) Mas não estamos perdidos. A confiança do povo ninguém rouba. Não é qualquer um que vai acabar com nossa disposição. Se o Santo estivesse aqui, lutaria contra isso. Sobre o mundo do trabalho, fico preocupada com nossos jovens. A participação tem de crescer. Temos de contar com esse pessoal que está chegando. Temos de nos renovar também e jamais deixar de falar sobre tudo que vivemos².

Essa guinada conservadora na política acompanha tendência mundial, diante de uma profunda crise de várias naturezas e depois de décadas de políticas neoliberais, que alteraram as formas de produção e distribuição de bens, as organizações políticas da sociedade, as relações de trabalho, as comunicações e o comportamento das populações. Se em 1979, quando Santo morreu, o movimento político de oposição crescia, resultado também da resignificação do movimento

2. Leia a poesia de Odete Marques para Santo Dias, por ocasião dos 20 anos de sua morte, no Anexo 2.

sindical brasileiro rumo a um sindicalismo autêntico, cujo marco são as paralisações dos metalúrgicos do ABC e de SP (Oposição Sindical Metalúrgica), essa onda trabalhista viveu seu apogeu nos anos 1980-1990, com a criação de centrais sindicais e, desde então, está em curva descendente.

PRIMAVERA SINDICAL

Em meados da década de 1970, o enfraquecimento sindical já se fazia sentir em outras partes do mundo. Muitos países do hemisfério Norte adotaram políticas neoliberais para conter a crise econômica de então, acabando com o pleno emprego desde o Pós-Guerra. Os sindicatos ficaram mais frágeis, perderam associados, reduziram a cobertura dos contratos de trabalho, houve esvaziamento de greves, por conta do desemprego provocado pelo fraco crescimento econômico.

Segundo o economista Marcio Pochmann³, na contramão dessa tendência, nos anos 1980, Brasil, África do Sul, Polônia e Coreia do Sul, com processos econômicos diferentes entre si, assistiam ao fortalecimento de seus sindicatos. O número de greves contra a corrosão salarial provocada pela hiperinflação cresceu tanto no Brasil que, quando se completaram dez anos do assassinato de Santo Dias, o País era o segundo em número de greves no mundo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registram que a inflação anual no Brasil aumentou incrivelmente, a partir da década de 1930 (6%), passando a 40% nas décadas de 1960 a 70, 330% nos anos 80 e 764% entre 1990 e 95.⁵

3. In: *Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina: Desafios atuais do sindicalismo brasileiro*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>>.

4. Idem.

5. Cf.: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticascexxhtml.shtm>>. (Estatísticas do Século XX – IBGE).

Para o historiador Marcelo Badaró Mattos, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador que se dedica a estudos sobre os trabalhadores brasileiros e suas organizações classistas, outro fator pode explicar a onda de greves da década de 1980: o aumento acumulativo da organização sindical dos trabalhadores, desde a década anterior, que redundou no surgimento das centrais sindicais⁶. Dentre elas, se destaca a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, como ponto de aglutinação das propostas do sindicalismo “autêntico”, a partir das lutas dos metalúrgicos do ABC e das oposições sindicais, que se mobilizavam contra os pelegos nas direções dos sindicatos, a exemplo da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Marcio Pochmann, no artigo citado anteriormente, registra a curva descendente de greves entre 1990 e 92, queda de mais de 80%, simultânea ao governo Collor e suas políticas econômicas contrárias ao crescimento econômico. As paralisações voltaram com força depois do *impeachment*, mas, a partir de 1995, foram minguando também pelos efeitos do Plano Real, que reduziu a inflação para 8,6% ao ano. Houve uma exceção naquele ano: os petroleiros fizeram uma greve que marcou a entrada do sindicalismo combativo no setor estatal de produção, apesar da forte pressão governamental em contrário.

O mesmo autor, em seu artigo, relembra ainda que a negociação direta entre patrões e empregados perdeu importância, com a política dos empregadores no sentido de transferir a mediação dos conflitos para a Justiça do Trabalho, entre outros fatores. Ao mesmo tempo, as taxas de sindicalização dos trabalhadores diminuíram muito, pois outra tendência econômica se apresentava: a escassez do emprego formal, causada pelas novas formas empresariais de gestão de mão de obra, como a subcontratação e a maior rotatividade nos postos de trabalho.

6. In: *O sindicalismo brasileiro após 1930*, p. 66-67.

INVERNO DA PARTICIPAÇÃO

Mesmo assim, neste período, aumentou o número de sindicatos no País. Dados do mesmo autor: no final da década de 1980, havia menos que 5 mil sindicatos no Brasil, mas esse número cresceu para cerca de 8 mil entidades em 1991 e, mais de 11 mil, dez anos depois. Ele sugere em seu texto que o fato dessas entidades terem se multiplicado, não evidencia sua representatividade junto às bases, lembrando ainda a burocratização e o descolamento dos dirigentes sindicais dos seus representados.

Dois fatos podem ajudar a explicar esse crescimento artificial de sindicatos. Primeiro, a estrutura sindical brasileira atrelada ao Estado, que vem de 1940, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na era varguista, continua a vigorar e as normativas para legalização de centrais segue esta mesma ótica. Mesmo depois de 1988⁷, mesmo depois de governos de origem trabalhista já no novo século. Um artifício que Santo e seus companheiros da Oposição Sindical Metalúrgica tanto combateram na sua época. Segundo, a nova era das centrais sindicais, que se instalou a partir da década de 1980, pressupunha bases definidas para o embate entre as que agruparam entidades do “sindicalismo autêntico” e, outras, alinhadas aos antigos pelegos e aos governos de ocasião. Para existirem legalmente como centrais era preciso ameaçar sindicatos filiados, quer fossem representativos ou não⁸.

7. Para Marcelo Badaró de Mattos, em seu livro *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (São Paulo: Expressão Popular, 2009), a Constituição de 1988, apesar da intensa participação do novo sindicalismo na Constituinte e dos avanços conquistados (garantiu a organização dos funcionários públicos e a constituição de centrais sindicais, além de extinguir o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos), manteve as bases da estrutura sindical corporativista, da época de Vargas: “... a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical” (p.132).

8. Existem 12 centrais sindicais no Brasil, além de duas não legalizadas. São elas: Ordem dos Trabalhadores (OTB); União Sindical dos (UST); Central brasileira Democrática dos Trabalhadores (CBDT); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical (FS); Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); União Geral dos Trabalhadores do (UGT); Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); PUBLICA – Central do Servidor; Central Unificada dos profissionais Servidores Públicos do (CUPSPB). Duas centrais não são legalizadas: Intersindical – Central da Classe Trabalhadora e Central Sindical e Popular Conlutas (CSP CONLUTAS).

Em seu artigo, Pochmann, relembra uma questão política de fundo relacionada ao declínio sindical: no percurso pela organização democrática da sociedade brasileira, o movimento sindical passou a participar dos mais de 40 fóruns de políticas públicas, a exemplo do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre outros. Forma importante de participação política, mas que não deixa de ser elemento de cooptação dos sindicatos.

No plano cultural, é preciso analisar mais uma questão que pode ter contribuído para o esvaziamento do movimento sindical, um elemento que inclusive retroalimenta sua crise: a mentalidade do trabalhador mudou, na direção da noção de empreendedorismo, que é um mote disseminado pelos setores de influência do empresariado, como ONGs e fundações, pelos meios de comunicação e inclusive nas diferentes instituições religiosas protestantes, cujo crescimento foi vertiginoso nos últimos 40 anos. Não há que se reconhecer como empregado de um patrão, mas uma pessoa empreendedora de si mesma: o trabalhador, que é agora um colaborador, é o resultado do que faz por si próprio em termos de capacitações, treinamentos, cursos pela vida afora.

As formas de trabalho sem registro, com a organização de microempresas prestadoras de serviço até individuais (MEI) foram paulatinamente adentrando mercado de trabalho. Mesmo os movimentos e organizações sociais foram institucionalizados sob este mote, que muitos reproduzem sem ter a compreensão da ideologia empresarial que se esconde maliciosamente debaixo dessas categorias de pensamento.

E AGORA, JOSÉ?

Essas mudanças na classe trabalhadora e nas suas formas de organização, ocorreram num cenário multifacetado nos seus aspectos geográficos, econômicos, políticos, culturais. Recorremos a outro arti-

go do pesquisador Marcelo Badaró Mattos, para a revista digital *Outubro*, em 2015, em que menciona dados demográficos importantes para entender essas mudanças aqui no Brasil.

Ele partiu dos dados do Censo de 2010, do IBGE: eram 190.732.694 brasileiros naquela época (alguns autores trabalham hoje com a cifra de 208 milhões, apoiados nos estudos recentes do Instituto), dos quais mais de 160 milhões viviam nas cidades e pouco mais de 29 milhões nas áreas rurais. Essa divisão também operava na ocupação da População Economicamente Ativa, segundo Mattos, que partiu dos dados de 2007: a maior parte da PEA – das pouco mais de 98 milhões de pessoas, quase 83% viviam nas áreas urbanas. Mais: de todos os trabalhadores brasileiros ocupados, apenas 18,3% exerciam atividades agrícolas.

O pesquisador da UFF explicou que na década de 1940, pouco mais de 30% da população de 41 milhões estavam nas áreas urbanas, mas que nos anos 1960, a população das cidades já ultrapassara a rural, tanto que na década seguinte, época em que Santo Dias foi para a capital paulista, das 93 milhões de pessoas registradas no Censo, cerca de 56% já viviam na cidade. Essa tendência prosseguiu, nas últimas décadas do século passado, com o inchaço veloz dos grandes centros urbanos, sem que os serviços necessários a acolher esse amplo contingente se realizassem por meio de políticas públicas. Assim, a classe trabalhadora brasileira atual é eminentemente urbana, mas ainda conserva traços da vida no campo, que variam de acordo com as regiões.

Na época de Santo Dias, muitos, como ele próprio, saíam da roça, atraídos para trabalhar na indústria, situada na cidade. Hoje, este já não é mais o forte setor econômico de outrora, nem ocupa a maior parte da mão de obra: apenas 11% da PEA nacional estão alocados na indústria. Uma tendência não só brasileira, mas mundial. Os Estados Unidos, o país mais industrializado do mundo, tem apenas 10% de sua PEA neste setor e, ainda assim, metade ocupada em tarefas buro-

cráticas, segundo o economista e professor Ladislau Dowbor, em seu livro *O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil*.

TERCERIZADOS, PRECARIZADOS

Dowbor afirma que “a indústria tem um papel cada vez mais limitado nas nossas economias”¹⁰, pois além de usar a automação e a inteligência artificial para aumentar a produção de bens de consumo de massa, cujos preços caíram relativamente, comparados aos de outros períodos, modificaram a organização produtiva, para se dedicar ao chamado *core business* (atividade central), terceirizando as atividades-meio, a exemplo do que aconteceu com as grandes montadoras. “A indústria fica sendo uma atividade que pode crescer em volume de produção, mas não em emprego”, comenta o economista. “A ONU chama esse fenômeno de *jobless growth* (crescimento sem emprego), e essa é uma dinâmica que está ganhando força: mudança dos contratos do *core business*, com a tendência de formação de unidades de custo, grupos contratados por tarefas”¹¹.

Um exemplo disso é citado no trabalho de Marcelo Badaró de Mattos: a reorganização da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ). Antes de sua privatização no início da década de 1990, empregava 23 mil trabalhadores, reduzidos a 8 mil nos dias de hoje. Mas 9 mil outros são contratados por empresas terceirizadas que prestam serviços à CSN. Mattos menciona ainda os contratos de fornecimento, responsáveis por transferir para fora atividades antes realizadas no interior da empresa.

A realidade do trabalho no Brasil, além de refletir e acentuar as desigualdades sociais históricas, tem outros indicadores perversos. Um

9. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. Cf p. 38.

10. Idem.

11. Entrevista concedida às autoras em abril de 2019.

deles é a alta taxa de desemprego: hoje são mais de 12 milhões de pessoas, numa força de trabalho de 105 milhões¹². O que resulta em 93 milhões de ocupados efetivamente. Destes, no entanto, só 33 milhões têm empregos formais no setor privado, evidenciando o que vem a ser a magnitude do número de pessoas sem carteira assinada, na informalidade: 41% dos ocupados.

Vários autores já denominaram esse processo de precarização das relações trabalhistas como “uberização” do trabalho, referência ao aplicativo para alocação de condutores de automóveis, sem nenhuma relação trabalhista firmada entre partes. As empresas acionam mão de obra apenas no tempo de que necessitam, ocupando o trabalhador a seu bel prazer, sem qualquer garantia ou respeito aos direitos existentes. Aqueles que são desprezados por estes esquemas, por idade (com 33 anos, o trabalhador já é considerado velho), gênero, cor ou formação ou outra desculpa qualquer, amargam longos períodos de inatividade, fazendo bicos e outras estratégias para sobreviver.

Em 26 de março de 2019, essa realidade se estampava na longa fila de 15 mil trabalhadores no Anhangabaú, em busca de 6 mil vagas oferecidas por um mutirão organizado pelo Sindicato dos Comerciantes e a Prefeitura de São Paulo. Havia gente guardando seu lugar desde a manhã da véspera daquela terça-feira, e as imagens exibidas pelas emissoras de televisão registraram multidão semelhante à de manifestações ou shows realizados no mesmo espaço, em outras ocasiões.

Para o professor Ladislau Dowbor, o emprego estrutural se desloca para as áreas de saúde, educação, cuidados de crianças e idosos, que até agora estavam no rol das políticas sociais, pois, nestes trabalhos, não é possível substituir trabalhadores por máquinas ou tecnologia. “Nos Estados Unidos, hoje, quando há debate sobre o sistema de saúde de lá, o que se discute no fundo é o formato do negócio, não a política social”, afirma ele.

12. Dados extraídos do artigo: *Os péssimos cálculos da Previdência*, do professor Ladislau Dowbor, reproduzido no Anexo 3 deste livro.

ONDE ESTÁ O PODER?

Mas o que está acontecendo no mundo? Tudo o que foi discutido até agora é resultado das profundas mudanças globais das últimas quatro décadas, que favoreceram o controle econômico e político pelos grandes financistas e pelas megacorporações. Recorremos mais uma vez aos dados reunidos e analisados pelo professor Ladislau Dowbor¹³, que tem se dedicado ultimamente a estudar o que denominou a “era do capital improdutivo”, ou seja, como o dinheiro se multiplica sem ser investido na produção.

Ele menciona um estudo do Instituto Federal Suíço (ETH) para informar que no mundo inteiro 737 grupos controlam 80% do sistema corporativo, sendo que neste um núcleo de 147 corporações abarca 40% do total, das quais 75% são bancos. Isso quer dizer que quem manda na economia não são os produtores, e sim os intermediários financeiros: “Jamais houve no planeta tal grau de concentração de poder econômico, e jamais nesse núcleo de poder houve tal concentração numa atividade particular”¹⁴.

Este setor se apropria tanto de dinheiro público como privado e não está preocupado com as atividades produtivas, mas sim com o valor dos papéis que elas geram. Segundo Dowbor, isso se chama financeirização do sistema econômico mundial. Os grupos especulativos emitem papéis que lhes dão direito a bens e serviços, em vez de se apropriarem deles diretamente¹⁵. Ganham com papéis mais do que o que gera riqueza na sociedade e se tornaram muito poderosos para controlar governos e legislativos.

Ao poder dos financistas, se associa o poder dos intermediários comerciais – no mundo inteiro são somente 16 *traders*, isto é,

13. Op. cit.

14. Idem, p.71.

15. Ibidem p.73 a 79.

empresas que controlam o comércio vital das economias mundiais: petróleo, grãos, minerais metálicos e não metálicos, chamadas *commodities*. O poder dos financistas anda de mãos dadas com os cartéis comerciais e ambos setores impõem seus interesses junto aos governos dos países, com seus *lobbies* em congressos e financiamentos de candidaturas parlamentares.

Para isso, segundo Dowbor, se apoiam nos serviços de intermediação jurídica, que garantem a legalidade das suas transações. A expansão da máquina jurídica nos países transformou-a num setor econômico em si mesmo: nada se faz sem advogados e juízes, articulados aos setores poderosos da economia. E não podemos esquecer do braço ideológico desse complexo sistema, constituído pelos grandes grupos midiáticos, que controlam as informações em extensos territórios, por meio das telecomunicações.

A tecnologia contribuiu para a concentração de poder. O uso das comunicações via satélite integrou *real time* os mercados nos diferentes países, acoplados a computadores que não só processam dados, mas agora também produzem peças e até próteses, realizadas em impressoras 3D. A circulação de mercadorias e pessoas cresceu enormemente no globo inteiro, facilitada pela verdadeira revolução nas comunicações e nos transportes nos últimos 40 anos.

Nas áreas rurais, já há *softwares* com inteligência artificial capaz de tomar decisões a respeito de plantio, colheita ou manejo de animais. Hospitais usam equipamentos informatizados para mapear o interior do corpo dos pacientes, realizar cirurgias e escolas trabalham com ensino a distância, por meio de computadores e da sua integração via fibra ótica. Na vida de qualquer pessoa, o impacto dessas novidades se faz sentir todo dia. Basta olhar o metrô de São Paulo nas horas de pico – muita gente se movimenta e são raros aqueles que não portam um celular. É uma realidade das megalópoles do mundo.

Mas esse salto revolucionário ocorre num contexto perverso da sociedade capitalista contemporânea: a chamada sociedade de consumo. As grandes corporações estimulam o consumo não sustentável, por meio da publicidade, determinando padrões de consumo de produtos descartáveis ou que logo ficam obsoletos. Isso é muito preocupante para a classe que vive do trabalho¹⁶ e da sua parte que tem senso crítico para verificar que é preciso mudar essa rota.

Ao usarmos de forma não sustentável os recursos do planeta, consumindo mais que necessário e contaminando o meio ambiente com resíduos dessa produção, o que restará para as futuras gerações? Desastres ambientais como os de Brumadinho e outras minas de ferro em Minas Gerais são um alerta sobre o poder dos grupos de controle financeiro, que exigem dividendos num nível que drena os investimentos que seriam necessários à segurança nas barragens. Outra questão: por que só alguns consomem de modo perdulário, e parcelas inteiras de populações vivem à míngua não só em extensas regiões do planeta, como no próprio interior de países avançados, quando se sabe que hoje é possível produzir alimentos de tal forma a eliminar a fome e a miséria?

Assim, as lutas dos trabalhadores se ampliaram para além do espaço sindical. E é por isso mesmo que a memória de Santo Dias mais uma vez se atualiza, com suas múltiplas faces de inserção política: no bairro, na igreja, na comunidade, na fábrica, junto aos amigos, apoiando a luta das mulheres e dos jovens, onde houver possibilidade das pessoas se encontrarem como seres humanos e dialogarem, na busca de soluções políticas comuns a todos.

16. Conceito desenvolvido pelo sociólogo Ricardo Antunes, em seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. Neste livro, Antunes reafirma a centralidade do trabalho nas sociedades humanas e amplia o conceito de classe trabalhadora para classe-que-vive do trabalho, homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de remuneração.

UMA PESSOA, MUITAS FACES

Quarenta anos depois, o nome de Santo Dias da Silva segue inscrito na memória popular. E sua lembrança parece se renovar a cada ano, como algo inspirador para as novas gerações, ainda mais diante das atuais circunstâncias da sociedade brasileira. Talvez por evocar qualidades pessoais e características de inserção social e política difíceis de serem encontradas nesses novos tempos.

Para a professora Vanda Maria Gama, amiga de Santo e companheira dos movimentos de bairro e trabalhistas na década de 1970, durante esse longo período, Santo Dias se tornou “meio que universal”. Isso porque, além de possuir diversas marcas passíveis de identificação na sua vida pessoal – era afrodescendente, foi trabalhador rural, expulso da terra por reivindicar direitos, migrou para a cidade, participou de movimentos populares e operários, apoiou a luta das mulheres e dos jovens –, sua figura política passa ser reinterpretada nas lutas de hoje em dia, relacionando-a com os propósitos pelos quais viveu e morreu.

“O que ninguém nunca esqueceu é a memória de luta do Santo”, afirma ela. “O ideal, o projeto dele era o desejo de uma sociedade diferente – e é o que a gente ainda quer. Santo era um dos poucos que organizavam o movimento de fato, mas guiado por uma proposta coletiva, não individual. Sua vida foi arrancada pela repressão, um risco que correm todos os batalhadores por uma sociedade justa”.

“Santo não está associado apenas aos operários”, observa Cecília Hansen, religiosa que trabalhou em Vila Remo e foi amiga de Santo Dias. Para ela, que continua a participar do Comitê Santo Dias, a sua luta é de grande atualidade e, mais que nunca, precisa ser divulgada. “Ele tomava parte das Comunidades Eclesiais de Base, incentivava outros a fazerem o mesmo. A memória de Santo é como uma árvore com raízes muito profundas, para alimentar nossa esperança, o nosso ânimo, a nossa utopia”.

Propositor do Prêmio Santo Dias na Assembleia Legislativa de São Paulo em 1996, Renato Simões, professor e ex-deputado pelo Partido dos Trabalhadores, de que hoje participa como membro da Executiva Nacional, comenta a amplitude da memória de Santo Dias: “Ela se insere na luta de toda a sociedade brasileira por Memória, Verdade e Justiça para as vítimas da ditadura militar e resgata valores de luta pela dignidade humana, do trabalho e da luta social para as atuais e futuras gerações”.

Essa dimensão, no entanto, só é possível na medida em que mais características pessoais de Santo Dias se inscreveram nos movimentos dos quais participou e nas pessoas com as quais conviveu. A opinião de Santo Dias Filho sobre seu pai identifica suas habilidades muito especiais: “Meu pai agregava as pessoas, católico, ateu, evangélico, socialista, maoista, liberal. Cada uma dessas tendências queria cooptá-lo, mas ele era um articulador muito bom e não se vendia. Conversava com todos, articulava um com o outro, fazia funcionar todo mundo numa só direção. Juntava todo mundo, para que o trabalho andasse por uma causa, convencendo as pessoas, eram essas ações que meu pai fazia e fazia a diferença”.

O psicólogo Paulo Maldos, hoje integrante do Conselho Federal de Psicologia, foi amigo de Santo e se lembra do seu comportamento: “Ele tinha um tipo de prática, pensamento, atitude de certa forma universal. Apesar de circunscrito na história, a sua capacidade de escutar, respeitar, construir democracia permaneceu. E não foi em qualquer lugar: foi em São Paulo, o coração do capitalismo brasileiro. Era líder articulador e de massa com um conjunto de qualidades muito incomuns. Sua trajetória do campo para a cidade é a mesma da classe trabalhadora brasileira, latina, internacional. O conjunto da história de sua vida e a forma de atuar o tornou uma figura rara e exemplar. Ele era discreto, não chamava atenção para si, não marcava pela oratória, pelo gesto, mas pela paciência, a escuta atenta, a ponderação. Seu funeral manifestou a força da sua inserção, parou a cidade toda”.

LEMBRAR TAMBÉM É LUTAR

“Muito tem sido dito e escrito sobre o quanto seu assassinato marcou a Igreja, a classe operária, a cidade e o povo em geral. A palavra da ordem no seu enterro era: “Santo, a luta continua”, mas sabíamos muito bem que as lutas não continuam por acaso; tem que ser na organização, articulação e resistência”, afirma o padre Jaime Crowe, da Comunidade Santos Mártires, encravada nos bairros operários do Jardim Ângela, na região sul de São Paulo, há três décadas. Ele conheceu Santo Dias em 1973 nas CEBs e, junto com outros amigos do operário, representantes de movimentos populares e da Pastoral Operária, articularam o Comitê Santo Dias.

E se existe uma prática ininterrupta nesses quarenta anos, é a ação constante e paciente dos integrantes do Comitê Santo Dias. Ele foi organizado para trabalhar dois eixos de atuação: o acompanhamento do julgamento do assassino, exigindo justiça e a inscrição memorialística física, no local onde ocorreu o assassinato, na rua Quararibeia, travessa da avenida Nossa Senhora do Sabará, em que ficava a fábrica Sylvânia, região sul da capital paulista. O Comitê participa e apoia ainda outras ações como seminários, debates, participação em assembleias e eventos. A essas responsabilidades foram se somando novas atribuições, como o apoio aos grupos que rememoram outros lutadores sociais.

Tal como foi idealizado, o Comitê Santo Dias serviu de parâmetro para que comitês semelhantes surgissem nos grupos que acompanhavam processos de assassinatos de outras lideranças brasileiras, como o sindicalista Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido como “Gringo”, assassinado em 29 de maio de 1980, depois de ter sido eleito presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia (PA); Margarida Maria Alves, morta por um pistoleiro em 1983, tendo sido a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, lutando

por carteira de trabalho assinada, férias, 13º salário e jornada de oito horas; o líder kaingang Angelo Kretã, morto em 1980 (em 1976, ele se elegera o primeiro vereador indígena da região Sul, no município de Mangueirinha, no Paraná); e o guarani Marçal de Souza, fundador da União das Nações Indígenas, no Mato Grosso do Sul, assassinado em 1983, por conta da luta contra a invasão sistemática de seus territórios.

Desde então, tragicamente, muitos batalhadores sociais foram mortos, restando seus assassinos impunes como o policial militar que matou Santo Dias. O exemplo mais recente foi o da vereadora carioca Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Mas a forma de mobilização popular a ser feita por verdade e justiça, em todos esses casos, já se definira na história desde que o Comitê Santo Dias iniciou seu trabalho na frente da Justiça Militar de São Paulo, durante o julgamento do PM e, desde então, ano após ano, no exato lugar em que o líder operário tombou em 30 de outubro de 1979.

GEOGRAFIA LIBERTÁRIA

O comentário do psicólogo Paulo Maldos, uma vez mais é esclarecedor, pois relaciona a figura do amigo com a organização de um coletivo comprometido com seu ideário, para evitar o apagamento de sua memória:

A prática do Santo era muito agregadora, muito forte, para que surgisse um comitê que tivesse a mesma postura diante da realidade, com ênfase na construção de uma democracia substantiva de transformação social. Isso fez de seu nome em símbolo e memória, uma das mais significativas da classe operária. Foi no Comitê que também se manifestou um inconformismo com o assassinato de uma pessoa que poderia contribuir para a construção de uma sociedade radical, transformada, igualitária, democrática. Fez com que a memória permanecesse e ficasse também sua postura de vida. Valia a pena ser projetada no tempo.

O padre Luiz Giuliani, pároco de Vila Remo e amigo de Santo e Ana Dias, participa do Comitê desde seu início, na Capela do Socorro. Ele é enfático ao comentar como é esse exercício da memória por Santo Dias:

Lembrar o Santo é isso: fazer as coisas juntos, avançar juntos; falar o que se pensa sem medo, pois quem não fala não se compromete com nada; dar testemunho na vida das coisas que pensamos; trabalhar no passo a passo, com coisas provisórias; e nunca desistir, ter coragem para não perder a esperança, não deixar que nos roubem a esperança.

Assegurar a identidade de quem morreu na luta por um mundo mais justo. Essa atuação memorialística do Comitê Santo Dias envolve também ações de denominação de locais com o nome do operário. Um exemplo: a Escola Estadual do Jardim Guanhembu, na região Sul, em 1982, teve seu nome mudado para Escola Estadual de Primeiro Grau Santo Dias da Silva, numa cerimônia em que familiares e amigos de Santo entregaram fotografia e biografia à diretora.

Em 2016, a inscrição geográfica da memória de Santo foi objeto de estudo acadêmico, a dissertação de mestrado em Geografia Humana, da geógrafa paulistana Anaclara Volpi Antonini, pela Universidade de São Paulo¹⁷. Desde 2010, ela se interessa e pesquisa sobre patrimônio cultural, memória, urbanização e lugares de memória relacionados à ditadura militar. “Minha dissertação não foi específica sobre os lugares nomeados Santo Dias”, explica ela. Seu objetivo era analisar o sentido dos lugares de memória relacionados à repressão e à resistência à ditadura militar em São Paulo e das mobilizações pela sua identificação, preservação e/ou memorialização. Usou a noção de “lu-

17. A dissertação de Anaclara, intitulada “Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva”, está disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/pt-br.php>>.

gar de memória” formulada pelo historiador francês Pierre Nora¹⁸ e a categoria de “lugar”, própria da ciência geográfica.

Assim, analisou os lugares de memória da ditadura militar como espaços ameaçados de esquecimento, tanto físico, como simbólico. Diz Anaclara:

Isso acontece por estarem imersos nas contradições do processo de intensa transformação espacial na metrópole e de políticas de memória relacionadas à ditadura extremamente limitadas. De outro lado, eles se constituem como lugares de significação social designados por determinados grupos porque condensam experiências e práticas socioespaciais. Ou seja, são lugares onde a vida acontece em sua complexidade: experiências e lembranças de opressão e de resistência.

MAPA DE MEMÓRIA RESISTENTE

Ela fez um levantamento de 131 lugares que o Memorial da Resistência¹⁹ inventariou e, observou intervenções feitas em alguns deles, identificando 14 ligados à ditadura militar em São Paulo. Eram de diferentes tipos: tombamento em órgãos de preservação do patrimônio cultural; musealização²⁰; construção de monumento; sinalização com painéis, placas e marcações no espaço público; e realização de atos periódicos e com forte ligação com o lugar.

Segundo Anaclara, “ações como essas permitem a incorporação de outros sentidos aos lugares relacionados à repressão e à resis-

18. Pierre Nora é um historiador francês, conhecido por seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória. É associado à Nova História, terceira geração de historiadores da Escola dos Annales.

19. O Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado em 2009, é iniciativa do governo do estado de São Paulo por meio de sua Secretaria da Cultura, para preservar referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil. Está localizado em parte do edifício que sediou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), entre 1940 e 83. Para mais detalhes consulte: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>>.

20. Musealização é o processo científico e requer obrigatoriamente a realização de atividades de museu, ou seja, **preservação** (seleção, aquisição, gestão, conservação de peças, documentos), **pesquisa** (com fins de catalogação) e **comunicação** (por meio da exposição, das publicações, etc). Extraído de: <<https://historiadamuseologia.blog/terminologia/musealizacao/>>.

tência à ditadura militar”. Ela acredita que “as intervenções contrariam o apagamento simbólico e físico dos lugares relacionados à ditadura, dão visibilidade a eles e permitem sua apropriação por pessoas e grupos que não viveram diretamente a violência e a repressão daquele período”.

Dentre as intervenções listadas, Anaclara escolheu estudar o ato anual em homenagem a Santo Dias, no dia e local de seu assassinato, perto da antiga fábrica Sylvânia e a missa no Cemitério do Campo Grande. As homenagens a Santo Dias possibilitaram aprofundar sua análise:

Se, num primeiro momento, o ato em seu conjunto estava permeado pela exigência de justiça e de manter viva a memória e a luta de Santo Dias, ele se mantém ao longo do tempo como uma resistência compartilhada ao crime cometido, às dificuldades da classe trabalhadora e ao apagamento dessas memórias na cidade. Para além da pesquisa acadêmica, conhecer o ato em homenagem ao Santo Dias, as pessoas que participam do ato e os integrantes do Comitê foi e continua sendo uma experiência formativa riquíssima. Fui ao ato do dia 30 de outubro pela primeira vez em 2015 e desde 2016 comecei a participar das reuniões do Comitê Santo Dias.

E foi nessas reuniões que Anaclara foi demandada a pesquisar e mapear os lugares que receberam o nome de Santo Dias, bem como outras homenagens prestadas a ele. A geógrafa, junto com participantes do Comitê, procurou informações no Fundo Santo Dias do Centro de Documentação e Memória – Cedem, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde estão guardados os documentos sobre o líder operário, entre outras fontes.

Conseguiu mapear 41 lugares com o nome do Santo Dias por todo o Brasil, mas a cada nova pesquisa esse número tende a aumentar.

Em 2018, por exemplo, um dos conjuntos habitacionais conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em Santo André (SP), também foi nomeado Santo Dias. São lugares nas periferias das cidades, escolas, ruas, avenidas, praças, centros comunitários, associações católicas e outros equipamentos públicos que ganharam o nome de Santo Dias ao longo desses quarenta anos. Existem também homenagens como nomes de entidades de direitos humanos, de chapas de sindicatos, de rádios populares e outras. A lista abaixo faz parte do trabalho de Anaclara, mas desde que ela o concluiu, já foram acrescentados outros itens, que podem ser consultados no Anexo 4 deste livro.

Lugares e homenagens a Santo Dias da Silva

Nome	Tipo	Município/ Estado	Endereço
1. Centro Comunitário Santo Dias	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Manuel Alvarez, 228
2. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
3. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
4. Rua Santo Dias	Logradouro	São Paulo, SP	Rua Santo Dias
5. Praça Santo Dias da Silva	Logradouro	São Paulo, SP	Praça Santo Dias da Silva
6. Ponte Santo Dias da Silva	Logradouro	São Paulo, SP	Ponte do Socorro - Santo Dias da Silva
7. Parque Municipal Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Jasmim da Beirada, 71
8. Escola Estadual Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Rua Alfredo Cortês, 32
9. EMEI Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Praça Michel Mattar, s/n
10. Ecoponto Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Rosifloras, 301
11. Instituto Nacional Santo Dias	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Guarapuava, 317
12. Centro de Acolhida para Adultos I – Santo Dias da Silva	Equipamento público	São Paulo, SP	Rua Suzana Rodrigues, 135
13. Comunidade Santo Dias da Silva	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Redução de Guarambaré , 174
14. Sala Santo Dias - Verbo Filmes	Organização social	São Paulo, SP	Rua Verbo Divino, 691

15. Auditório Santo Dias - Paróquia Santos Mártires	Associação católica	São Paulo, SP	R. Luís Baldinato, 09
16. Sala Santo Dias - Casa da Solidariedade	Organização social	São Paulo, SP	Rua Gravi, 60
17. Favela Santo Dias	Habitação	São Paulo, SP	Rua Manuel Alvarez
18. Centro Social Santo Dias - Paróquia São Patrício	Associação católica	São Paulo, SP	Avenida Octacílio Tomanik, 1555
19. CECCO Santo Dias	Equipamento público	São Paulo, SP	Travessa Jasmim da Beirada, 71
20. Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos	Associação católica	São Paulo, SP	Rua Anunze, 329
21. Rua Santo Dias	Logradouro	Diadema, SP	Rua Santo Dias
22. Escola Municipal Santo Dias da Silva	Equipamento público	Diadema, SP	Rua Vinte e Seis de Abril, 301
23. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Osasco, SP	Rua Santo Dias da Silva
24. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	São Bernardo do Campo, SP	Rua Santos Dias da Silva
25. Acampamento Santo Dias (desativado)		São Bernardo do Campo, SP	(aprox) Avenida Dr. José Fornari
26. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Campinas, SP	Rua Santo Dias da Silva
27. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	São José dos Campos, SP	Rua Santo Dias da Silva
28. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Sorocaba, SP	Rua Santo Dias da Silva
29. Praça Santo Dias da Silva	Logradouro	Viradouro, SP	
30. Casa Pastoral Operária Santo Dias	Associação católica	Manaus, AM	Rua D. Pedro I, 345
31. Avenida Santo Dias	Logradouro	Manaus, AM	Avenida Santos Dias
32. Rua Santo Dias	Logradouro	Fortaleza, CE	Rua Santo Dias
33. Associação Santo Dias	Associação católica	Fortaleza, CE	Rua Maria Quintino, 650
34. Casa Santo Dias	Associação católica	Fortaleza, CE	Av. Francisco Sá, 1833
35. Rádio Comunitária Santo Dias (desativada)	Organização social	Fortaleza, CE	
36. Comunidade Santo Dias	Associação católica	Ipatinga, MG	Rua Filadélfia, 15
37. Associação Santo Dias	Organização social	João Pessoa, PB	R. Joaquim Nabuco, 36
38. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	Canoas, RS	Rua Santos Dias da Silva

39. Rua Santo Dias da Silva	Logradouro	Novo Hamburgo, RS	Rua Santo Dias da Silva
40. Avenida Santo Dias da Silva	Logradouro	Porto Alegre, RS	Avenida Santo Dias da Silva
41. Rua Santos Dias da Silva	Logradouro	Sapiranga, RS	Rua Santos Dias da Silva

Elaboração: Anaclara Volpi Antonini e Comitê Santo Dias da Silva, 2016.

O RISCO DE PERDER A HISTÓRIA

O trabalho de Anaclara seria impossível sem a documentação que existe sobre Santo Dias no CEDEM-UNESP, espaço reconhecido nacionalmente pela guarda de acervos importantes da história política brasileira desde final do século XIX até todo o século passado. Localizado em três andares do histórico edifício Palacete São Paulo, junto à Praça da Sé, no centro paulistano, o Cedem presta apoio informativo à pesquisa social e tem um conjunto de documentos relacionados aos movimentos sociais contemporâneos do Brasil. É ainda uma instituição acadêmica voltada desde 1987 para a pesquisa sobre a história do ensino superior do Estado de São Paulo.

Por conta de sua preocupação com a preservação da memória política e social, a partir de 1994, o Cedem recebeu a custódia de importantes acervos documentais sobre a História Brasileira no período que abrange. Essa linha de acervo foi inaugurada com a transferência de grandes conjuntos de documentos acumulados pelo ASMOB (Archivio Storico Del Movimento Operario Brasileiro), pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e pelo CEMAP (Centro de Estudos do Movimento Operário Mário Pedrosa).

Dessa forma, tornou-se um centro aglutinador de arquivos e coleções, de informações, estudos e pesquisas sobre a história política do Brasil. Hoje, por meio de projetos com recursos de agências financiadoras, dispõe de infraestrutura para suas atividades, inclusive com um Sistema Informatizado de Pesquisa que integra todos os acervos custodiados, disponibilizado em rede interna de computadores e na internet.

“Por esse perfil institucional que o Cedem foi escolhido, em 2004, pela família de Santo Dias, para que fosse depositada, sob custódia, a coleção de documentos, coletada por eles e por amigos”, recorda a pesquisadora Jacy Machado Barletta, que está no Cedem desde sua fundação e acompanhou seu desenvolvimento.

A coleção inicial foi reunida entre 2000 e 2004 para a redação e edição deste livro, pela historiadora Vanessa Myiashiro, e seguiu catalogado em base digital para o Cedem, em pastas sem separação de gêneros e tipos documentais. Os pesquisadores de lá, recentemente, trocaram todas as pastas, acondicionando documentos em papel neutro. Veja no Anexo 5 a relação dos documentos sobre Santo Dias depositados no Cedem.

A pesquisadora Jacy explica que o Cedem teve de desenvolver metodologia própria para tratamento dos documentos, pois várias instituições que depositaram acervos no local, além de desconhecerem os procedimentos arquivísticos internacionais, os enviaram em condições de conservação inadequadas, com risco de perda.

Perda irreparável, pois são documentos fundamentais para compreender a história política brasileira contemporânea. “Não é de hoje que o Conselho Internacional de Arquivos aponta como os documentos históricos que mais se perderam, durante o século XX, e continuam a se perder no século XXI, os arquivos de empresas e, de outro lado, os de organizações e partidos políticos, ligados às lutas sociais”, continua Jacy Barletta.

MEMÓRIA POPULAR E ESQUECIMENTO

Ela explica que, apesar de existir uma legislação brasileira sobre as políticas de preservação de arquivos públicos e privados de interesse público²¹, não há interesse político para a efetivação dessas leis, no sen-

21. Lei 8.159, de 8/01/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

tido de construir e manter espaços físicos para recolhimento, conservação e acesso a esses documentos. Outra questão está ligada à desconsideração histórica desses documentos como testemunhos da vida social e base informativa para projetos nacionais, regionais e locais. Mesmo seus produtores têm dificuldades – conjunturais ou estruturais – para considerá-los registros a serem reunidos e preservados.

Os documentos relativos a Santo Dias foram os primeiros dessa natureza – a memória de um operário militante – no Cedem. E abriram caminho para outros, como o acervo do Clube de Mães da Zona Sul, com muito material sobre o Movimento do Custo de Vida, depositado logo em seguida por Cecília Hansen, que o guardava no Convento Santíssima Trindade.

Esse conjunto de documentos é representativo do que ocorre com as fontes produzidas e acumuladas pelos movimentos sociais, segundo Jacy:

Se a irmã Cecília, uma das ativistas do movimento e também amiga de Santo Dias, não tivesse guardado essa coleção de documentos e depositado no Cedem, jamais teríamos conhecimento das ações importantíssimas das pessoas que fizeram parte dessa história. Cecília, em outro depoimento informal, disse que, quando na comunidade de Vila Remo, houve a mudança de pároco, e como ele desconhecia toda a luta das pessoas, suas histórias e necessidades, ao se deparar com uma vasta “papelada” guardada na igreja, mandou que se jogasse tudo fora. Então os participantes da comunidade correram para salvar aquilo que lhes parecia importante, cada um levou “sua parte”, ou seja, os documentos dos setores em que participavam: lutas pelas creches, saúde, alfabetização, clube de mães, movimento negro, entre os vários existentes. Se esses documentos se perdessem, essa parte da história seria contada e conhecida apenas pelas notícias da imprensa, correndo grave risco de ter no futuro apenas uma perspectiva da História. Sem a fala de seus sujeitos diretos.

De acordo com a pesquisadora, as organizações do movimento social costumam produzir muitas publicações, formal ou informalmente, pois precisam divulgar suas propostas. E elas são registradas em documentos orgânicos, programas de atuação, a definição de linhas políticas, as reflexões sobre propostas e projetos, o desenvolvimento de programas especiais, os documentos que fundamentam a entidade, as informações que servem para o debate, as resoluções das instâncias decisórias. Ela menciona a necessidade de se repensar paradigmas da própria Arquivologia para poder preservar esses registros:

Tudo é publicado, quer em periódicos, quer em edições avulsas. Mas, na maioria dos casos, não existe a preocupação com preservação e organização destes documentos e informações. Quando muito, como já foi dito, este acervo arquivístico é incorporado às bibliotecas e tratado como se fossem materiais bibliográficos, perdendo nesse processo a assimilação das informações orgânicas da entidade, a conseqüente preservação de sua memória e a escrita de sua história.

Com a perda desses registros preciosos, a visão histórica se compromete, pois os pesquisadores não podem ter acesso a eles. Para Jacy Barletta, parte importante da História do Brasil – as lutas do povo brasileiro –, são esquecidas: “Isso faz com que a história brasileira continue sendo contada somente por meio de documentos oficiais, pela fala da camada mais privilegiada socialmente”.

Não é fácil manter essa linha de trabalho no Cedem: desde sua fundação, o Centro enfrenta dificuldades como a incompreensão de administradores sobre seus objetivos e a falta de apoio financeiro para suas atividades. “Mesmo assim, conseguimos equipamentos, graças a projetos em agências financiadoras de pesquisa, já que a Reitoria só mantém uma equipe pequena de técnicos e o espaço, o que poderá estar comprometido nesses novos tempos”, finaliza a pesquisadora.

RESGATE DA PRÁTICA DOS MOVIMENTOS

O professor e historiador Thiago Monteiro, ao realizar seu mestrado em História na Universidade de São Paulo, entre 2012 a 2015, também mergulhou no acervo do Cedem para contar a trajetória do Movimento do Custo de Vida em São Paulo. Como se sabe, Santo e Ana foram protagonistas do MCV. Recuperou vários episódios dessa luta popular, suas formas de organização, instâncias de decisão e os enfrentamentos que se sucederam no seu percurso.

Sua tese de mestrado foi publicada em livro²², que menciona o fato do MCV ter eleito Santo Dias como presidente simbólico do seu 1º Congresso Estadual, realizado em novembro de 1979, com a participação de 882 representantes de 100 categorias profissionais, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco em São Paulo²³. Ele também usou informações deste livro²⁴, que foi lançado em 2004, na ocasião de 15 anos do aniversário de morte de Santo Dias (veja notícia da Carta Maior, no Anexo 6), para poder registrar os passos do MCV.

A experiência pessoal de Thiago Monteiro como pesquisador-assistente por um semestre no Memorial da Resistência em 2012, o vinculou à memória de Santo Dias:

Me orgulho bastante de ter sido o responsável pela inclusão da fábrica Sylvania no inventário e pela elaboração da primeira versão do texto. Incluímos também vários sindicatos e igrejas, que foram espaços importantíssimos de organização dos movimentos operário e popular. Destaco esta questão porque foi nesse momento que tive um contato maior com a trajetória do Santo.

22. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*.

23. Cf. p.133.

24. O livro Santo Dias: *Quando o passado se transforma em história* ganhou o 27º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 2005, como melhor livro-reportagem (Jô Azevedo). Este prêmio é atribuído anualmente, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, àqueles jornalistas defensores dos direitos humanos.

Mas quais as principais percepções de seu trabalho sobre o MCV que têm de ver com a figura de Santo Dias? Thiago faz uma longa, porém expressiva, explicação:

Percebi dois aspectos importantes ao estudar o MCV: primeiramente, que a participação no movimento nunca ocorria “no singular”, era literalmente “plural” e, nesse sentido, o caso do Santo e da Ana é exemplar. Embora a Ana se destacasse mais na luta nos Clubes de Mães/MCV e o Santo mais na Oposição Sindical Metalúrgica, ambos se ajudavam, e acredito que sequer pensassem como a luta do “outro”. Assim, o Santo também participava de algumas reuniões e recolhia assinaturas para os abaixo-assinados, enquanto a Ana também contribuía na divulgação do movimento da oposição sindical metalúrgica e era muito importante, sobretudo, no apoio ao Fundo de Greve. Portanto, é possível afirmar que havia um trânsito entre os espaços de militância que, aliás, contribuíram para a expansão dos dois movimentos citados e de muitos outros, pois o Santo e a Ana – assim como outras lideranças – também estavam envolvidos na luta pelas creches, pelo asfalto, entre outros. O segundo aspecto é que, por mais que o MCV (e até mesmo o movimento sindical do ABC) recusasse o título de movimento “político” e não adotasse explicitamente a “bandeira” da oposição à ditadura até 1978, ele foi um dos maiores movimentos populares do período e teve papel fundamental para a reocupação e repolitização do espaço público, em um momento de recrudescimento do regime, se pensarmos na quantidade de mortos e desaparecidos, durante os “governos” Médici e Geisel. É possível classificar o MCV como um movimento de oposição à ditadura, não apenas por seu resultado, mas também pelo estudo da documentação e dos depoimentos de participantes que revelam que, por mais que não se reconhecessem desta forma inicialmente, foram capazes, em pleno contexto autoritário, de elaborar respostas que atacavam frontalmente a política econômica do governo, sobretudo pelo caráter coletivo e popular de suas ações, quando o governo pregava o não associativismo/união dos trabalhadores e

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Rememorar as centelhas de esperanças do passado, mas reconhecê-las no presente, foi o caminho escolhido pelo professor Renato Simões, da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), quando de sua passagem na Assembleia Legislativa de São Paulo. Enquanto deputado estadual, na década de 1990, Simões foi o responsável pela instituição do Prêmio Santo Dias da Alesp. Era um modo de lembrar Santo Dias, valorizando outros lutadores sociais como ele.

Simões já fora impactado pelo assassinato de Santo Dias, na época em que participava das pastorais sociais na Arquidiocese de Campinas, entre 1977 e 80:

Santo Dias era uma referência muito grande da luta pelos direitos da classe trabalhadora e contra a ditadura. Chegamos a dar o seu nome a um setor das Comunidades Eclesiais de Base que organizava a periferia de Campinas nos bairros em que eu participava – o Setor Santo Dias, região além da rodovia Anhanguera, até o final do atual Distrito do Campo Grande. Santo era, portanto, para mim, um patrono ideal para um Prêmio de Direitos Humanos. Sua vida era referência na defesa dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de uma era anterior à redemocratização do país.

Mas, para que sua ideia saísse do papel e se transformasse em legislação, foi um percurso relativamente longo e que registra uma nova fase das lutas dos trabalhadores, na década seguinte, dentro das instituições brasileiras:

Em 1995, São Paulo era um dos poucos estados do Brasil que não constituiria sua Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa. O

tema era monopolizado pela bancada de policiais militares e civis contrária à causa da promoção dos Direitos Humanos. Assim que iniciamos nosso mandato, em março de 1995, passamos a priorizar a constituição de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos. Já em abril apresentamos o Projeto de Resolução 29/95, que criava a Comissão. Ao longo do ano, trabalhamos a aprovação do Projeto por meio de duas estratégias: a integração no Fórum de Comissões Legislativas de Direitos Humanos, organizado a partir da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, e a pressão da sociedade civil organizada paulista. O projeto acabou sendo aprovado no final de 1995, e a Comissão instalada sob minha presidência em 2016. Na sequência da aprovação da Comissão, apresentamos outras propostas legislativas para impulsionar um sistema de direitos humanos no Estado, entre elas a de realização da I Conferência Estadual de Direitos Humanos – que resultou na aprovação do I Programa Estadual de Direitos Humanos, PEDH, o primeiro programa estadual do País depois da aprovação do I Programa Nacional de Direitos Humanos e sua sanção pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi ratificado pelo Governador Mário Covas em 1997 (Decreto 42.209). O projeto de resolução 33/96, que instituiu o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos da Alesp, foi aprovado em dezembro, e publicado como Resolução 779/96, em 18/12/96. Sua primeira edição, em 1997, teve como premiado Dom Paulo Evaristo Arns, um grande apoiador dessas três iniciativas – a criação da Comissão, a promoção da I Conferência Estadual de DH e a criação do Prêmio.

No Anexo 7, há uma tabela contendo os nomes de todas as pessoas agraciadas com o Prêmio Santo Dias da Alesp, cuja cerimônia acontece geralmente no dia 10 de dezembro, Dia Internacional de Direitos Humanos ou próximo a essa data. Entre elas, está o poeta Sérgio Vaz, da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), autor da poesia publicada na primeira orelha deste livro, que recebeu o prêmio

em 2018, por todo seu trabalho literário e cultural. As lutas dos trabalhadores assumem as expressões mais diversas, como Santo Dias bem sabia na base de sua militância na periferia de São Paulo. “Ele adorava as peças de teatro do grupo de jovens e a produção musical e artística que existia em Vila Remo”, recorda Ana Dias.

CULTURA DE RESISTÊNCIA

Amiga de Santo, Vanda Gama participava do Grupo de Teatro de Vila Remo: “O Santo vibrava com nossas peças”. A proposta do grupo era o Teatro do Momento, segundo o engenheiro Roberto de Souza, hoje empresário. Depois de formado, junto com outros colegas dos cursos de Engenharia, Sociologia e Pedagogia da USP, foi trabalhar como voluntário na Paróquia de Vila Remo, na época de Santo Dias. Como já tinha feito teatro estudantil, foi escolhido para animar o grupo de jovens. Ele conta os detalhes:

Fazíamos trabalhos de apoio ao movimento popular, em que por meio de *sketches* nos apresentávamos em assembleias e comunidades. Eram peças curtas que provocavam a discussão sobre determinado assunto. Era um teatro de agito. Fizemos, por exemplo, uma pequena comédia sobre a questão do ônibus, para ajudar a discutir esse assunto nos grupos. Fizemos ainda três peças longas – *A Invasão*, do Dias Gomes; *As Aventuras do João Feijão* – apresentada na época do Movimento do Custo de Vida; e, por último, *A Mãe*, do Gorki, adaptada para a realidade brasileira, mais precisamente em São Paulo, durante a greve de 1917, com a morte do sapateiro José Martinez. Foi uma peça que depois acabou sendo ligada à morte do Santo.

Esse espetáculo também foi apresentado no Show Santo Dias de Luta (veja o cartaz sobre a segunda apresentação no Teatro da Universidade Católica – Tuca, no álbum de fotos deste livro), um evento

cultural promovido pelo Comitê Santo Dias, em 1980, para marcar o primeiro aniversário de sua morte. A apresentação pioneira foi feita no Colégio Santa Maria, que já fora palco da histórica manifestação do Movimento do Custo de Vida, em 1976.

Esse show reuniu grupos e artistas, não só da região Sul, mas de outros setores da capital, como relembra Eufraudísio Modesto, o Eufra, reconhecido agente cultural de São Paulo, artista popular promotor das culturas tradicionais, que trouxe para o evento a apresentação do Grupo de Capoeira Corrente Libertadora, de Vila São José, um espaço de prática de capoeira, mas também de organização popular. A produção do show foi coletiva, feita por representantes de todos os grupos, coordenados por aqueles que já participavam do Comitê Santo Dias. Som, infraestrutura, montagem, divulgação. Foi tudo na base da mobilização, pois não havia dinheiro. Eufra fazia parte da produção do show e relembra:

Vieram grupos do centro, como o dos bancários, por exemplo, pois havia muitos grupos culturais que surgiam da resistência, como os de Vila Remo e de Cidade Dutra. Os grupos Touca e Forja, do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo. O cantor e compositor Saloma Salomão, de Minas Gerais, o Cícero de Crato, enfim... Na Vila São José, tinha violeiros, mas também tinha grupo de capoeira – o Corrente Libertadora – ao qual eu representava nessas reuniões. Fizemos uma apresentação forte, contagiante, de maculelê²⁵, a maioria das pessoas não conhecia, e a gente fez o maculelê com facões. Era uma época de risco. E o facão simbolizava uma forma de resistência. Dali se organizou outro evento, com o mesmo objetivo na PUC. Lá no Tuca, foi maior, mas todo mundo achou que no Santa Maria foi muito mais forte e contagiante.

O Show Santo Dias de Luta foi um sucesso enorme de público, com plateias de um a três mil pessoas. Favoreceu o surgimento de ou-

25. Dança/luta de origem africana e indígena, em que os guerreiros se debatem com grimas (bastões de madeira), evocando lenda de combate (um guerreiro contra invasores de sua aldeia). Sua difusão contemporânea se fez por meio de mestres de Santo Amaro da Purificação, na Bahia.

tro produto cultural: o disco Santo Dias, lançado no terceiro aniversário de sua morte.

MÚSICAS DE VIDA E LUTA

A proposta surgiu no Comitê, que escolheu as músicas. O Lado A evoca a vida de Santo Dias na roça, com o *Hino da Reforma Agrária* e cantares das comunidades do campo. O outro lado traz a mudança para a cidade, as lutas operárias e o assassinato. Uma das músicas desse lado é o *Hino dos Grevistas*, canto dos operários nas paralisações da época. Foi gravado o registro do próprio Santo Dias, um depoimento dado ao sociólogo Paolo Nosella, pouco antes de sua morte. Há ainda a fala de Ana Dias sobre a morte de seu companheiro e vários poemas, na voz de João Ramos, um dos integrantes do Grupo de Teatro de Vila Remo, além das composições feitas depois do assassinato, para homenagear o líder operário.

Toda a produção ficou a cargo do psicólogo Paulo Maldos, que trabalhava no Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), do qual recebeu muito apoio, e participava do Comitê. Ele descreve a aventura para gravar o disco:

Identificamos músicas e músicos dos grupos da Zona Leste de São Paulo: Aves de Arribação, com os cantores Joãozinho Metralha, Rose e Pedro, que eram operários, Damião e Cícero de Crato, que até hoje é músico e compositor popular. Também tinha o Canta Poema, com três músicos: Arnaldo, Carlinhos Antunes (músico até hoje e que está na Espanha), Mauro Iazzi (filósofo e sociólogo). Tinha mais pessoas colaborando, percussionista, flautista, enfim... ficamos meses ensaiando com os grupos, até que chegou no limite. A produção precisava de qualidade musical. Não dava pra gravar em qualquer estúdio. Como eu trabalhava no Cepis, conhecia as irmãs do Instituto Sedes Sapientiae. Uma delas tinha um amigo músico,

o maestro Willie Correia de Oliveira. Ele abraçou a causa na hora. Qualificou o grupo, elevou dez vezes a qualidade sonora das músicas.

Correia era amigo do pessoal do estúdio Vice-Versa de Pinheiros, do qual o maestro Rogério Duprat, conhecido do tempo dos festivais de música popular brasileira, era sócio. Fez toda a intermediação para que gravação fosse feita ali. A feitura do disco provocou uma transformação de outra natureza, conforme o depoimento de Maldos:

O Willie Correia se transformou: de músico de vanguarda enfiado e sem mais objetivo com sua carreira erudita, fazia sucesso mas odiava o que fazia, ele mergulhou no disco e nas lutas operárias, deu aulas, estudou a relação música e militância, música e pensamento crítico, mudou completamente²⁶.

Enquanto isso, o cineasta Claudio Khans estava fazendo um documentário – Santo e Jesus Operários, pois Santo havia presenciado o assassinato do operário Nelson Jesus pelo patrão, Claudio Scatena, na Metalúrgica Alfa. Khans ficou sabendo de Willie e Maldos o apresentou: “Ele fez a trilha sonora do filme. Tinha dessas coisas naquele tempo”.

O disco foi gravado na madrugada, com a participação de músicos da Orquestra Sinfônica de São Paulo, que eram instrumentistas refinados e gravaram sem cobrar nada. Um deles, o flautista Toninho Carrasqueira, considerado um dos melhores do mundo, não pediu um centavo para participar da gravação do Hino da Reforma Agrária.

Foram prensados cinco mil exemplares de LP – o popular “bolachão”, pela RCA. O psicólogo foi buscar a encomenda, perto do Natal de 1982, numa kombi velha do Movimento dos Sem Terra

26. Leia mais sobre isso neste endereço eletrônico: <<https://www.novacultura.info/single-post/2018/06/17/Willy-Correia-de-Oliveira-e-homenagem-a-Santo-Dias>>.

e se deparou com o milhão de discos de Roberto Carlos, saindo da gravadora, na mesma ocasião.

Para fazer a capa foi outra história: a arte foi encomendada para um artista gráfico, mas ele não entregou. Surgiu a ideia de usar uma foto em alto contraste com fundo branco. Mas, havia pouquíssimas fotos de Santo. “O pessoal da Agência F 4 achou uma junto com outros integrantes da Chapa 3. Diminuta. E para ampliar? Eles tiveram de colocar o projetor bem alto, para conseguir uma cópia que desse para jogar em alto contraste. Lembro dos fotógrafos no alto de uma escada longa, não tinha essas facilidades digitais de hoje”, prossegue o psicólogo. O disco foi relançado em CD pela Verbo Filmes, que digitalizou a produção, por ocasião dos 21 anos da morte do Santo²⁷.

TEATRO DA PERIFERIA NO SÉCULO XXI

O show Santos Dias de Luta serviu de inspiração para tudo isso, inclusive para o Festival Santo Dias da Silva de Música Popular Brasileira, que o Comitê organizou em outubro de 1983, nas comunidades da região Sul. Mas os grupos participantes eram outros. O Grupo de Teatro de Vila Remo, por exemplo, que também integrava a coordenação do show, “foi tão impactado pelo assassinato do Santo, que se dissolveu pouco tempo depois”, segundo o empresário Roberto de Souza.

Recentemente, os seus integrantes se reuniram para lembrar aquela época. “Os tempos agora são outros, o trabalho comunitário, também. Os jovens estão em outra, não procuram se ligar tanto às estruturas existentes como igreja, sindicato e partidos”, comenta ele, que atua como voluntário no Instituto Favela, uma ONG do Jardim

27. É possível encontrar o CD nos seguintes sítios: < <https://www.discogs.com/es/artist/6203641-Santo-Dias>>; <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/santodias/audios.html>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=x7oTXyAhEPI>>.

Ângela, bem perto de Vila Remo. Os jovens da periferia estão buscando outras formas de resistência, principalmente por meio da cultura, e em especial do teatro.

Exemplo disso, não muito distante dali, no bairro de Capão Redondo, em 2018, um grupo de jovens coordenado pelo ator, diretor e arte-educador Ícaro Rodrigues da Rocha, 34 anos, montou um espetáculo referenciado na memória do líder operário: *Os Santo Dias do Capão – uma peça de aprendizagem*. Foi uma atividade do Projeto Espetáculo, do Programa Fábricas de Cultura, do governo do estado, que oferece cursos voltados para diversas linguagens artísticas, em bairros periféricos da cidade de São Paulo.

O Projeto permite a experimentação coletiva de produção artística de jovens entre 12 e 21 anos, em todos os aspectos da montagem de um espetáculo. A dramaturgia é construída de forma colaborativa, de modo que os aprendizes possam contribuir para o roteiro com suas experiências, ideias e visões de mundo.

Segundo Ícaro, desde fevereiro de 2018, o grupo passou a ensaiar três vezes por semana, começando a pesquisar assuntos, valorizar o espaço e vivenciar jogos teatrais, para exercitar os elementos básicos do jogo cênico, ou seja: qualidade de atenção e escuta, disponibilidade corporal, foco, construção coletiva e presença cênica. O grupo trouxe temas de sua preocupação e o coordenador propôs leituras do dramaturgo, poeta e encenador alemão Bertolt Brecht²⁸. Ele relata o desenvolvimento do trabalho:

Quando os aprendizes trouxeram as primeiras cenas, de um modo geral, percebíamos um desejo de falar sobre as próprias vivências no bairro do Capão Redondo. Algumas falavam de violência policial, questões religiosas, dificuldades de encontrar trabalho por dizer aonde moram, a relação

28. Bertold Brecht foi um dos mais destacados poetas e dramaturgos alemães do século XX, de postura crítica ao sistema capitalista, cujos trabalhos artísticos e teóricos muito influenciaram o teatro contemporâneo.

com a criminalidade, questões de gênero e sexualidade... A partir de então, passamos a fazer um estudo sobre a origem e história do bairro, aspectos geográficos, nome das ruas, figuras importantes, a importância dos movimentos de moradia etc. Neste período, um aprendiz trouxe uma cena sobre Santo Dias, personagem importante de nossa história, que dá nome ao único parque da região, mas que a maioria de nós, aprendizes e educadores, conhecia pouco ou quase nada sobre sua trajetória. Após alguns estudos, percebemos que a imagem de Santo Dias, no espetáculo, poderia funcionar como uma espécie de espelho para a trajetória destes jovens que todo santo dia, constroem a vida neste bairro. A estrutura da peça propõe este jogo onde todos são Santo Dias, lutando diariamente pela sobrevivência. O jovem aprendiz que enfrenta a homofobia, simplesmente por ser quem é; a jovem que quer passar no vestibular e acessar outros espaços; o jovem tratorista que se negou a derrubar as casas de seus vizinhos; o jovem rapaz que não conhece o próprio pai... Todos lidando com a presença da morte e da vida no Capão Redondo.

Junto com Ícaro, o grupo pesquisou muitas fontes: textos, reportagens e vídeos sobre o bairro e Santo Dias, inclusive este livro. Além dos jovens que estão nas cenas, muitos outros participaram da montagem (confira a sua ficha técnica no Anexo 8). O trabalho traz a marca da visão da arte da qual seus participantes compartilham:

Tenho a convicção de que a arte é um importante instrumento de transformação social. Não por acaso, governos autoritários perseguem artistas. A arte nos lembra que temos subjetividade, algo que sempre foi negado a nós da classe trabalhadora e moradores de periferia. A nossa história nos é negada, as nossas histórias não tiveram espaço nas narrativas oficiais. “Santo Dias de Capão” é uma espécie de piquete que paralisa a história oficial para que possamos refletir sobre a história do nosso país. É nosso dever como artistas, educadores e cidadãos ter consciência de nossa própria história. Todos os temas presentes no espetáculo foram debatidos em sala de traba-

lho, sempre buscamos uma pluralidade de visões de mundo, aprendemos muito uns com os outros. A intenção é auxiliar na formação de seres autônomos que têm consciência de seus direitos e deveres na sociedade, independente de sua orientação sexual, religião, cor da pele ou classe social.

O que o arte-educador pensa sobre a necessidade de manter viva a memória de Santo Dias:

Precisamos contar essas histórias, pois as estruturas de apagamento e distorção da história têm sido muito eficazes no Brasil. Não é por acaso que a maior parte das pessoas que frequenta o Parque Santo Dias não conhece a história de Santo. Não é por acaso que na mesma região temos uma estátua enorme homenageando Borba Gato, tratado pela história oficial como um herói. Santo Dias nos inspira na luta por liberdade e justiça. Santo Dias nos traz a consciência de que a classe dominante vai fazer de tudo para perseguir aqueles que lutam por dignidade. Santo Dias é mais uma prova de que houve uma ditadura civil militar que matou inocentes. Santo Dias nos faz lembrar de que pessoas comuns também escrevem a história deste país.

O espetáculo foi apresentado na Fábrica de Cultura do Capão Redondo²⁹ em 8, 9, 16, 17 e 18 de novembro de 2018 e no Teatro de Container Mungunzá³⁰, em 26 e 27 de fevereiro do ano seguinte.

OS SONHOS DOS JOVENS DE HOJE

Um ano antes, em 2017, outros jovens também lembraram Santo Dias, montando uma peça teatral na mesma região sul. Era a

29. São 12 unidades de Fábrica de Cultura na Capital. Para conhecer mais, acesse: <<http://www.fabricasdecultura.sp.gov.br>>.

30. Polo cultural construído com 11 contêineres, na região central de São Paulo (Santa Ifigênia), pela companhia teatral de mesmo nome, como polo cultural experimental. Saiba mais: <<https://www.ciamungunza.com.br/>>.

turma que participa da Vivência Teatral, projeto da Paideia Associação Cultural, de Santo Amaro. O nome da peça: *Santo Dias: da roça à fábrica*, apresentada na sede da instituição e na edição do VII Fórum Social Sul, na Comunidade Santos Mártires, em Vila Remo (veja a ficha técnica no Anexo 9).

A Paideia foi fundada em 1998 pelos agentes culturais Aglaia Pusch³¹ e Amauri Falseti³², depois de terem trabalhado 17 anos no Centro Cultural Monte Azul, da Associação de mesmo nome³³. Hoje tem sede, que se transformou em centro cultural, desde que em 2006, a prefeitura concedeu a possibilidade de a associação ocupar um galpão de 2 mil metros quadrados, antigo matadouro, que se encontrava abandonado.

31. Atriz, cenógrafa, educadora e curadora de festivais de teatro paulistana, tem 66 anos. Trabalhou durante 19 anos na Favela Monte Azul e em 1998 fundou com Amauri Falseti a Cia. Paideia de Teatro. É curadora do Festival Internacional Paideia de Teatro para a Infância e Juventude desde sua primeira edição em 2007. Em 2018 integrou a equipe de curadoria da categoria *Espetáculos para Niños e Jóvenes* no X Encontro de las Artes Escénicas (ENARTES) no México. Participou dos festivais *Augen Blickmal* na Alemanha (2007, 2005, 2009 e 2015), *Zündstoff!* também na Alemanha (2014), *April Festival* na Dinamarca (2014), *Little Ladies Little Gentleman* na Turquia (2010, 2013 e 2015), *Raising Walls, Building Bridges* na Itália (2011), *ATINA* na Argentina (2006 e 2016). Em 2017, participou da FETEN 2017 – *Feria Europea de Artes Escénicas para Niños y Niñas* na Espanha e do 19.º Festival Internacional e Congresso Mundial da Assitej Cradle of Creativity na África do Sul como delegada da CBTIJ/ASSITEJ Brasil e participando da mesa sobre Intercâmbio Cultural na Conferência do ITYARN (International Theatre for Young Audiences Research Network). É educadora formada em Berlim, Alemanha, e estudou cenografia no Centro de Pesquisa Teatral (CPT), com J. C. Serroni. Participou da implantação do projeto Teatro Vocacional da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e do Projeto Mutação, na Fundação Casa (antiga FEBEM) de Porto Alegre.

32. Fundador e diretor da Cia. Paideia de Teatro, trabalha há 37 anos com jovens em atividades teatrais. Participou de festivais nacionais e internacionais de teatro. Trabalhou com jovens em Frankfurt, a convite da Central de Teatro Jovem da Alemanha e também realizou workshop com jovens do projeto *Auf dem Weg* em Herne, Alemanha e Borgonha, França. Há 17 anos dirige espetáculos com os alunos da Escola Waldorf Rudolf Steiner e da Escola Waldorf de São Paulo além de coordenar todos os cursos oferecidos para jovens na Paideia. Os espetáculos *Pedro e Quim* e *Vamos para Escola!*, de sua autoria e direção geral, receberam em 2018, o Prêmio APCA, e são finalistas do Prêmio São Paulo de Incentivo ao Teatro Infantil e Jovem. Em 2009, recebeu os prêmios APCA e São Paulo de Incentivo ao Teatro Infantil e Jovem de melhor autor para o teatro infantil, com o espetáculo *Com o Rei na Barriga*. Também com esse espetáculo recebeu a indicação do *Prêmio São Paulo de Incentivo ao Teatro Infantil e Jovem* de melhor direção e melhor espetáculo infantil de 2009, e em 2010 foi indicado para as mesmas categorias, com o espetáculo *Na Arca às Oito*. Em 2012, foi indicado ao *Prêmio São Paulo de Incentivo ao Teatro Infantil e Jovem* nas categorias texto adaptado (pelos espetáculos *Miliuma* e *Três Fios*), direção e melhor espetáculo infantil (*Miliuma*). Seu texto, *Com o Rei na Barriga*, foi traduzido para o Espanhol, e faz parte da coletânea de livros infantis “Que Chicos tan Teatrerros!”, sob organização de Berta Hiriart, publicado pela S&M Ediciones, no México.

33. ONG orientada pelo pensamento antropológico, fundada em 1979 por um grupo liderado pela educadora Ute Craemer, na favela Monte Azul, ao lado do Terminal de Ônibus João Dias, bem perto do Morumbi. Esta organização tem pontos de trabalho no Jardim Santo Antônio, Jardim Horizonte Azul e administra várias Unidades Básicas de Saúde, em parceria com a Prefeitura de SP, na região sul.

A Cia. Paideia de Teatro tem quatro segmentos: espetáculos voltados para a infância e a juventude, um núcleo de Vivência Teatral, com a participação de cem jovens dos bairros da periferia, o Festival Internacional de Teatro, evento anual de diálogo com outros grupos e parceria de trabalho com a EMEF Carlos de Andrade Rizzini, escola pública que fica em frente à sede da associação

O Núcleo de Vivência Teatral já havia montado outras peças – *João do Vale*, *Caso Perdido*, *Vamos para Escola!* – sempre com o objetivo de envolver jovens na busca de um sentido para a vida no seu tempo, com os recursos do teatro. Segundo Amauri Falseti, a montagem do espetáculo *Santo Dias – da roça à fábrica* revelou-se um aprendizado compartilhado do grupo, pois

a partir da história de Santo Dias, descobrimo-nos como seres capazes e competentes para agir por nossa própria vontade e com uma real possibilidade de entender e de transformar nossas vidas, nosso mundo, nosso lugar, em um espaço digno e, principalmente, recuperarmos a possibilidade concreta de “sonhar” um mundo melhor para todos, assim como sonhou o protagonista Santo Dias.

A pesquisa do grupo recorreu a várias fontes: Bertold Brecht, Shakespeare, Walter Benjamim (teatro épico), o livro *Santo Dias – Quando o passado se transforma em história* e a bibliografia nele indicada. A peça recorda a época em que Santo Dias trabalhava ainda nas lidas da agricultura, em Viradouro, e sua tentativa de organização de outros trabalhadores. Também retrata seu namoro com Ana Maria e as dificuldades que o casal enfrentou para ficar junto.

Para Amauri, o fato de contar a história de uma pessoa comum que viveu perto da casa, da escola, do bairro em que esses jovens estão e que era conhecido por seus familiares, em situações cotidianas,

tem um valor imensurável para o jovem que participa da montagem de um espetáculo teatral com essas características. É difícil mesmo de entender até onde essa experiência pode chegar, no sentido de indicar valores, desenvolver reflexões, aprender e viver a própria história, ou melhor, ser protagonista assim como o herói, de sua própria vida.

Não só os jovens envolvidos na montagem foram impactados pelo espetáculo, como também os espectadores, nos bairros e na sede da associação:

Em todas as apresentações, o público que compareceu trouxe um pedaço da história vivida. Foi uma mistura de gente que conviveu com Santo, jovens que o descobriram, com depoimentos emocionantes através dos quais a história era contada, vivida e descoberta. Foram apresentações dignas de um Teatro verdadeiramente vinculado ao seu povo. Trazer a história de Santo para o palco produziu aquilo que todo artista sonha, “estar onde o povo está”; falar, mostrar e reviver todo o sonho que nos alimenta para a construção de um mundo melhor, e o sonho de estar com o povo. Foram apresentações que mostraram todo o poder e a necessidade da Arte, do Teatro.

Ele continua relatando:

Entre inúmeras razões e objetivos em trazer a história de Santo Dias na linguagem do Teatro, usamos uma frase do grande José Saramago – *“Ao perderem a memória, as pessoas tornam-se incapazes de qualquer questionamento crítico de si mesmas e do mundo à sua volta”*. Outra razão importante para nós é o fato de que a vida de Santo Dias é um exemplo para nosso jovem, desde sua origem, como ele foi importante para a sua família, comunidade, cidade e país... O jovem precisa poder sonhar, se sentir útil e necessário, precisa ver sentido em sua vida e, mais importante, precisa dar

sentido à sua própria existência. Tudo isso nós encontramos na vida de nosso protagonista.

Juntamente com o grupo, Amauri se sentiu responsável por manter viva a memória de Santo Dias:

Acreditamos que, para uma história perdurar, ela precisa ser contada e recontada; precisa ser e fazer parte da vida dos “novos” espectadores, não importa como. Infelizmente, muita gente contribui e colabora para levar esse tipo de história ao esquecimento. Assim, reafirmamos o papel e a necessidade do Teatro que fazemos com o jovem e para nosso jovem. A história de Santo Dias, sua figura, apresenta-se como um convite para uma reflexão e um estímulo para ação. É essencial refletirmos sobre as condições de vida de nosso povo, sobre a Cultura, sobre a Educação que oferecemos para nossas crianças, sobre o que queremos para o nosso povo. O estímulo para ação dá-se a partir do legado que Santo Dias nos deixou: o legado da luta por uma vida digna e justa. Nessa tarefa, ainda temos muito a fazer.

Ana Dias assistiu às apresentações do grupo, se emocionou e gostou muito do que viu.

A luta é diferente em lugares diferentes, mas não para de existir. Isso aí tem muito do Santo. Não é um dia, é sempre, é a vida inteira. Há conquistas, mas também derrotas. A luta não parou, é preciso pensar em direitos, na justiça, conquistar, a luta é constante. Cai um lutador como o Santo, a irmã Dorothy, a Marielle Franco, mas a luta não para. Porque a luta é incessante.

ANEXOS

NOTA EXPLICATIVA DA PÁGINA 297:

Em 25 de setembro de 1977, o jornal *Movimento* trazia a opinião do economista Eduardo Matarazzo Suplicy a respeito desse assunto. Foi publicada na coluna Depoimento, na página 9, a qual reproduzimos na sua íntegra, pois explica minuciosamente o que acontecera com os índices de inflação naquela época. Essas informações já estavam sendo discutidas entre as lideranças e nas bases de diferentes categorias de trabalhadores.

ANEXO 1

OS METALÚRGICOS TÊM RAZÃO

Os aumentos de 74 e 76 não foram suficientes para compensar as distorções criadas nos períodos anteriores, que não se restringiram a 1973

Eduardo Matarazzo Suplicy, professor da Fundação Getúlio Vargas, confirmou, na semana passada, as revelações de que houve manipulação nos cálculos da inflação de 1973. Em palestra na Comissão de Economia do Senado ele disse, em outras palavras, que os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo têm razão em reivindicar a reposição dos seus salários. A seguir os principais trechos de seu pronunciamento:

Alguns de nossos principais economistas, com o mais alto grau de formação técnica, deixaram, lamentavelmente, de revelar a todos a completa informação sobre o comportamento dos preços durante os últimos anos de governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. A subestimativa dos índices de preços, nesse período, é uma mostra de como um poder discricionário forte muitas vezes consegue submeter as melhores instituições e indivíduos a seus objetivos, ainda que por métodos discutíveis, e mesmo que as consequências destes atos sejam da maior gravidade sócioeconômica.

Durante os anos de 1972 e 1973 houve intensa discussão sobre os índices de preços divulgados pelos institutos de pesquisa reconhecidos oficialmente, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, em vista do que se podia observar e da disparidade existente entre aqueles índices e os que eram elaborados pelos institutos não oficiais, como o DIEESE. Nunca, entretanto, o governo admitira, publicamente, que houvesse instruído os institutos para que adotassem critérios que de certa forma levariam a subestimar o crescimento dos preços.

Nos meios acadêmicos ouviam-se rumores de que se estavam considerando indevidamente preços tabelados para o cálculo das variações nos índices, muito embora pudesse se verificar que grande parte, senão a maior parte das transações no mercado, fosse feita a preços bem acima daqueles fixados pelas autoridades governamentais. Alguns economistas responsáveis pelas pesquisas chegaram a mudar de função e mesmo deixar os institutos.

Depois que o governo Ernesto Geisel tomou posse, as variações nos índices de custo de vida tanto da FGV quanto da FIPE passaram a se aproximar mais do que era registrado pelo DIEESE.

Três fatos, porém, levantaram novamente a questão da validade dos índices. Em primeiro lugar, o relatório do Banco Mundial sobre a economia brasileira, divulgado pela *Folha de S. Paulo*, em fins de julho desse ano, diz que aquela instituição considerava válidos os índices oficiais de inflação da Fundação Getúlio Vargas para o ano de 1973. Em vez de uma variação nos preços e no custo de vida de 14,9% ou de 12,6%, respectivamente, estimava que deveria ser de 22,5%. Um diretor do Banco Mundial, em visita ao Brasil, no mês passado, disse à imprensa que obtivera este dado junto ao próprio governo brasileiro. Em segundo lugar, na primeira semana de agosto, a Fundação Getúlio Vargas publicava as contas nacionais da primeira metade dos anos 70, contendo uma nova estimativa da variação do deflator implícito para o ano de 1973: 20,5% em vez de 15,1%, anteriormente publicado.

Em terceiro lugar, a confirmação de que os índices de preços considerados oficialmente haviam perdido a sua representatividade durante 1973 foi apresentada em documento do ministro Mário Henrique Simonsen ao presidente Ernesto Geisel, em abril de 1974, início do atual governo, divulgado pela *Gazeta Mercantil* também na primeira semana de agosto de 1977.

Nesse documento, o ministro da Fazenda faz uma distinção entre os preços que denominou de “comprimidos” e os que chamou de “descomprimidos”.

Explicou o ministro ao presidente Geisel, confidencialmente, na oportunidade, que o tabelamento de alguns produtos no curso de 1973 dera margem a amplo mercado paralelo, aumento geral do custo de vida entre dezembro de 1972 e dezembro de 1973, fora de 26,6%, muito acima dos 13,7% oficialmente registrados pela FGV no Rio de Janeiro ou 14,04% pela FIPE-USP, em São Paulo. Ambos os institutos, e possivelmente outros, em outras capitais haviam considerado os preços “comprimidos”.

De acordo com o DIEESE, que pesquisa os preços dos bens comprados pelos trabalhadores, o custo de vida havia aumentado 26,68% naquele mesmo período, quase o mesmo que a estimativa para os preços “descomprimidos” feita pela FGV para o ministro Simonsen.

Os trabalhadores foram os mais prejudicados

Por que não se fez a revisão retrospectiva dos índices de preços para o critérios dos preços de mercado? Segundo Simonsen, isso acarretaria a desvantagem de “colocar alguns pigmentos na imagem do governo passado, da Fundação Getúlio Vargas e das outras instituições que sincronizadamente usam os mesmos critérios para os cálculos dos índices”. Em maio de 1974, como se pode notar pelos números de abril e maio da revista *Conjuntura Econômica*, a Fundação Getúlio Vargas fez a revisão dos índices de preços dos três primeiros meses do ano, e último trimestre do governo Médici. De dezembro de 1973 a março de 1974 o aumento do custo de vida no Rio de Janeiro foi reestimado para 11%, em vez de 9% registrados anteriormente. Os índices de 1973 não foram revisados e a revisão do primeiro trimestre não foi suficiente para compensar a defasagem do ano anterior.

Inúmeras foram as consequências da subestimativa dos índices inflacionários. De um lado, as expectativas podem ter diminuído, o que contribuiria para combater a alta de preços. O agravamento das pressões inflacionárias no período seguinte, porém, não comprova esta hipótese.

As empresas cujos preços eram controlados mais severamente pelo FIPE tiveram seus reajustes autorizados com base nos preços “comprimidos”, embora muitas vezes conseguissem usar de subterfúgios para contornar este controle. Credores de empréstimos com cláusulas de correção monetária foram

prejudicados e devedores foram beneficiados. Os orçamentos de instituições públicas e privadas foram afetados. Muitos estudos e teses de economia sofreram este viés, prejudicando o desenvolvimento do conhecimento científico. A consequência mais importante, certamente, foi para os trabalhadores, uma vez que as taxas de reajustes salariais determinadas pelo governo deveriam levar em conta os aumentos no custo de vida e de produtividade. A longo prazo, é possível que as forças de mercado corrijam parte das distorções. A curto prazo, todavia, os trabalhadores foram prejudicados de forma dificilmente reparável.

É muito provável que o Brasil dos últimos trinta anos, especialmente nos últimos treze anos, se torne um dos exemplos históricos de como a inflação pode se tornar um excepcional mecanismo de concentração da renda propício ao crescimento, especialmente em favor daqueles que possuem mais recursos, melhor informação e que procuram tirar o máximo proveito da dinâmica inflacionária.

Em nosso país, a expansão monetária e o aumento dos preços têm sido fruto das pressões dos mais diversos grupos da sociedade para obter fatias crescentes da renda nacional. Desde 1964, em vista das restrições que foram impostas aos trabalhadores no sentido de minimizar o seu poder de reivindicações, essas pressões ficaram muito mais por conta dos diversos setores empresariais. Esses foram se alternando na contínua busca pelos programas especiais de investimento, créditos subsidiados, incentivos fiscais, apoio de infraestrutura etc.

A falta de representatividade dos índices de preços em 1973, sejam os da FGV, os da FIPE ou os do Ministério do Trabalho pois os deste último estiveram muito próximos dos dois primeiros, com o diferencial de aproximadamente um ponto percentual acabaram se constituindo em mais uma forma de combinar a inflação com uma restrita política salarial, de molde a promover o crescimento, ainda que de forma desequilibrada e concentradora de renda. A situação em 1973, é preciso reconhecer, foi amainada por ter coincidido com um extraordinário ciclo de expansão da economia mundial e, em especial, da economia brasileira.

1973 foi um ano de marcas recordes. O Produto Interno Bruto cresceu 14% e o produto *per capita* 10,8%. O faturamento em termos reais das empresas listadas no “Quem é Quem” de *Visão* cresceu 40,5% enquanto os seus lucros cresceram 46%. A proporção lucro líquido/faturamento dessas

empresas também atingiu a média recorde de 11,8%. Houve uma expansão de 9% no emprego na indústria brasileira, e o índice do produto por trabalhador empregado na indústria cresceu 6,2%.

O que aconteceu com os salários de 1972 para 1973? Caso o índice de custo de vida da FGV estivesse certo e pudesse ser usado como deflator, teríamos observado um aumento real de 3,6% no salário mínimo médio no ano, e um aumento real de 9,2% no salário médio pago na indústria. Quando utilizamos o índice do DIEESE como deflator, entretanto, verificamos que nesse período o salário mínimo real médio decresceu 7,3%, e que o salário médio na indústria decresceu 2,5%.

Segundo dados do IBGE, a participação do trabalho no valor da transformação industrial, que era de 25,4% em 1972, passou a 23,3% em 1973. Quando se leva em conta apenas o pessoal ligado a produção, essa participação passou de 16,1% a 15,2%, respectivamente. É importante observar que a participação do trabalho ligado a produção no valor da transformação industrial havia sido por volta de 18% nos anos 1962-64, 21% em 1961, e 23% nos anos 50.

De 1969 a 1976, a produtividade cresceu 57,5% e o salário médio real 23,9%

Um estudo especial, “A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas”, feito pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em janeiro de 1969, já havia indicado que os salários reais na indústria brasileira haviam crescido menos do que a produtividade durante quase todo o período 1955-66, salvo nos anos de 1956 e 1963. Entre 1964 e 1966, a produtividade quase não cresceu, enquanto os salários reais decresceram 8,5%.

Enquanto o salário mínimo real médio se apresentava em 1976 com um valor 7,6% menor (tomando-se o índice de custo de vida da FGV como deflator) ou 37,6% menor (tomando-se o índice do DIEESE como deflator) do que em 1952, o produto *per capita* do país aumentou 178,4% no período 1952-76. Em 1961 o salário mínimo real médio havia atingido um valor 32% maior do que em 1952. Daí até o início dos anos 70 a sua queda foi bastante acentuada. Nos últimos três anos houve uma moderada recuperação.

Quanto aos salários médios, os dados disponíveis indicam que de 1969 a 1973, enquanto a produtividade do trabalhador na indústria bra-

sileira cresceu 38,1%, o salário médio real cresceu 27,9% (usando o índice da FGV como deflator) ou apenas 9,3% (usando índice do DIEESE como deflator). Já de 1974 a 1976, enquanto a produtividade cresceu 12,4%, o salário real médio cresceu 13,4% (usando-se como deflator FGV ou DIEESE), portanto ligeiramente mais do que o crescimento da produtividade. De 1969 a 1976, enquanto o produto do trabalhador empregado na indústria cresceu 57,5%, o salário real médio cresceu 48,3% (FGV como deflator) ou 23,9% (DIEESE como deflator).

A diferença entre o crescimento de produtividade e do salário real médio pode ser bem documentada pelo que ocorreu numa das indústrias líderes do processo de crescimento econômico, que foi a automobilística. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Anfavea, permitem mostrar que entre 1966 e 1975 a produtividade na indústria automobilística cresceu cerca de 57% enquanto o salário real médio cresceu cerca de 30%. Nessa comparação foram utilizados os índices da FIPE como deflatores. O crescimento de produtividade teria sido maior se o deflator utilizado fosse o preço dos automóveis, ou o índice de preços industriais.

Também na indústria de construção civil, que cresceu 107,5% entre 1969 e 1976, observamos que até 1973 o salário dos trabalhadores menos qualificados chegaram até a diminuir em termos reais, apesar do crescimento da produtividade. De 1974 a 1975 observamos um aumento substancial do salário nesse setor. Em 1976, todavia, houve uma baixa dos salários reais. Em 1977, devido à desaceleração do crescimento, segundo dados preliminares, estaria havendo até mesmo uma baixa nominal nos salários na construção civil em algumas regiões do país. Finalmente na agricultura, podemos observar que depois de apresentarem um crescimento muito lento durante os anos 1966-72, ou mesmo um decréscimo ao se considerar os índices do DIEESE como deflatores, os salários reais aumentaram bastante de 1973 a 1975, mesmo para os trabalhadores volantes cujas condições de emprego são ainda de grande insegurança e precariedade. É mais difícil estimar a produtividade do trabalhador no campo, em vista da não disponibilidade de dados completos a respeito do número de pessoas ocupadas.

A solução é a participação de todos

Dados reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola mostram que no

estado de São Paulo o número de pessoas ocupadas na agricultura decresceu de 1.460.000 em 1971 para 1.239.000 em 1975. Caso essa tendência tenha sido observada também nos demais estados, o crescimento da produtividade, ou seja, do produto por trabalhador empregado, foi ainda maior do que o crescimento do produto real da agricultura que foi de 68,4% entre 1966 e 1976. Podemos afirmar com certeza que de 1966 a 1972 os salários reais dos trabalhadores no meio rural não acompanharam o crescimento de produtividade. De 1973 a 1975 provavelmente o fizeram. Em 1976, diminuíram em termos reais.

Os dados acima permitem concluir que a política salarial seguida pelos governos brasileiros nos últimos quinze anos, particularmente de 1964 a 1973, não conseguiu atingir seu objetivo de garantir aos trabalhadores aumentos em suas remunerações na mesma proporção dos ganhos em produtividade. Estudos mais completos poderiam indicar que existiu durante o período um grau de mobilidade econômica e social que permitiu razoável melhoria de bem-estar a boa parte da população. Mas estes estudos não podem deixar de confirmar o que todos puderam observar com seus olhos: as crescentes disparidades de renda e riqueza.

Os dados apresentados também mostraram que nos anos 1974 e 1976 os salários passaram a acompanhar, e até com ligeira vantagem, o crescimento de produtividade. Isso não foi, entretanto, suficiente para compensar as distorções criadas nos períodos anteriores, que não se restringiram a 1973. É provável que aumentos salariais mais altos que a inflação e a produtividade, em 1977, para corrigir os efeitos da restritiva política salarial anterior viessem a provocar mais inflação e anular os efeitos que os trabalhadores achariam justo obter. Talvez haja outras formas de compensar as perdas havidas.

Com informações cada vez mais ricas que os estudos que as próprias entidades sindicais estão levantando, trabalhadores e empresários poderão sentar-se à mesa, e livremente discutir a melhor forma de corrigir as distorções do passado, e ainda estudar a forma de evitar que sejam repetidas no futuro.

Creio que a participação no processo político cada vez mais consciente de todos os setores da população certamente será a forma de acharmos a solução para a promoção de um desenvolvimento mais justo. As soluções jamais deverão ser impostas antes que todos tenham a oportunidade de serem bem informados e de opinarem a respeito.

ANEXO 2

Poema *O Santo que conheci*, de Odete Marques, escrito para o 20º ano da morte do líder metalúrgico (21/10/1999)

Há muitos anos atrás
Aqui em São Paulo cheguei
Não conhecia ninguém
Em comunidade embrenhei
e logo participei

Cheguei para conhecer
e ver o que tinha ali
Viver em comunidade
Conhecer a realidade
Tudo isso eu aprendi

Descobri uma igreja nova
de oração e ação
Também descobri ali
Santo Dias nosso irmão
que me deu muita amizade
e muita orientação

O Santo que conheci
era um homem especial
que deixou tudo no campo
e veio pra capital
trazendo muita esperança
um amor sem igual

Alegre e premeditado
fazia tudo certinho
Cuidava bem da família
Sempre com muito carinho
E pras companheiras da Ana
Tinha sempre um cafezinho

Ah! Companheiro amigo
Eu só queria dizer
Não podemos te esquecer
Eras forte na oração
Mas sempre mostrava ação
Em benefício do irmão
Por isso aqui nesse instante

Declamo esta oração
Você pra nós triunfou
não nos deu decepção
ficará sempre presente
dentro do nosso coração.

ANEXO 3

OS PÉSSIMOS CÁLCULOS DA PREVIDÊNCIA

*Ladislau Dowbor**13 de março de 2019*

Os grandes programas da nossa oligarquia são empurrados por fórmulas simples marteladas exaustivamente. É o que modernamente se chama de narrativas. Com o uso em escala industrial das redes sociais direcionadas, isso pega. Para derrubar Dilma, inventou-se um déficit que nunca foi significativo, e como ninguém entende das grandes contas, explicou-se que uma boa dona de casa só gasta o que tem. E pegou. Um discurso semelhante se faz hoje para tentar emplacar a desarticulação da previdência. A população está envelhecendo e, portanto, teremos menos pessoas em idade ativa sustentando os idosos, aumentando a “razão de dependência”. Há mais absurdos ditos sobre esta questão, aqui queremos apenas focar o fato de que temos uma gigantesca subutilização da nossa força de trabalho, e não idosos demais.

Temos 208 milhões de habitantes, dos quais 170 milhões em idade de trabalho (PIT), ou seja, com mais de 14 anos de idade. Como muita gente em idade ativa não busca trabalho, temos uma população na força de trabalho (PFT) de 105 milhões de pessoas. Aqui temos uma grande subutilização, pois a taxa de participação é de 62%. Os que estão efetivamente ocupados são 93 milhões de pessoas, porque temos um desemprego da ordem de 12 milhões. Tudo isto está claramente apresentado na Síntese de Indicadores Sociais 2018 do IBGE, acessível gratuitamente online³⁴. Não é narrativa, são dados.

Para já, são 12,7 milhões de pessoas que poderiam estar contribuindo, mas que devido à taxa de desemprego que se expandiu nos

34. Cf. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>.

últimos 4 anos, contribuem menos e custam. Vejamos, portanto, o que temos nos 93 milhões de ocupados. Em termos de empregados com carteira assinada, ou seja, aqueles que efetivamente poderiam contribuir para a previdência, os que na nossa imaginação constituem a imensa maioria da população, com empregos formais no setor privado, são apenas 33 milhões de pessoas. Compare com os 105 milhões da nossa força de trabalho: estamos falando em 31%.

Onde estão os outros? Empregados no setor privado, sem carteira assinada e, portanto, não contribuindo, somando empresas e trabalho doméstico, são 16 milhões de pessoas. E temos os 24 milhões de trabalhadores “por conta própria”, dos quais 19 milhões sem CNPJ, portanto sem contribuir. Temos também os empregadores que são 4,5 milhões, mas aqui também temos quase 1 milhão sem CNPJ, também sem contribuir.

No conjunto, o setor informal representa 37 milhões de pessoas, 41% da população ocupada (dos 93 milhões). O IBGE comenta que “o trabalho informal, tal como definido nesta publicação, alcançou 37,3 milhões de pessoas, em 2017, representando 40,8% da população ocupada. Este contingente é superior em 1,2 milhão ao observado em 2014, quando representava 39,1% da força de trabalho ocupada” (p.41). É só somar: 37,3 milhões de informais e 12,7 milhões de desocupados, são 50 milhões de pessoas. Só lembrando que, em média, os trabalhadores do setor informal ganham a metade do que se ganha no setor formal, mais precisamente 48,5% (p.45).

O que fazem os especialistas do marketing político do governo? Vão comparar a crescente massa de idosos com a frágil base de emprego formal, e martelar a “razão de dependência”, com pouca gente ativa tendo de financiar mais gente inativa. O nosso problema, evidentemente, não é acabar com a qualidade de vida dos idosos, e sim incluir a massa de trabalhadores que “se viram” (os 50 milhões do setor informal e desempregados). E mais, não só a nossa força de trabalho de 105

milhões é subutilizada, como muita gente, em particular mulheres, que estão “em idade de trabalho” gostariam de ter um emprego.

A divisão é uma operação misteriosa: você pode aumentar o resultado tanto diminuindo o divisor, como aumentando o numerador. Ou seja, aumentando a inclusão produtiva e a formalização, você equilibra a situação. Nosso problema não é que estejamos vivendo mais, pelo contrário, isso é uma maravilha (ganhamos 10 anos de expectativa de vida entre 1990 e 2010). Nosso problema é a dramática exclusão da maioria, que o governo vem agravando durante os últimos 4 anos.

Achar que o nosso problema é o aumento dos idosos, e não a imensa subutilização da nossa força de trabalho, é patológico. O IBGE deixa claro o desafio real: “A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades. Como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria” (p. 40). O nosso problema real é a gigantesca subutilização da força de trabalho, que levou inclusive o IBGE a apresentar as contas da “subutilização da força de trabalho” (p. 36).

Vocês já notaram que há 4 anos estão “consertando” a economia? Eles não estão arrumando uma crise herdada, estão gerindo a crise que construíram. As séries do IBGE permitem comparar 2007 a 2017. “Percebe-se, em geral, a ocorrência de resultados positivos tanto do PIB quanto do consumo das famílias até 2014 e quedas de ambos em 2015 e 2016. O PIB *per capita* e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas acumuladas de crescimento de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando a tênue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade” (p. 12).

O mecanismo é simples, e não exige diploma de economia: “A menor geração de renda implicou na menor produção de bens e serviços, o que tornou mais difícil a colocação dos trabalhadores no mercado, obrigando-os a buscarem ocupações informais, ou a se tornarem desocupados, ou ainda a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e a proporção de trabalhadores informais no total, mas também impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores assalariados ou autônomos” (p.12).

O que funciona é apresentado claramente pelo estudo: “Após a crise internacional de 2008 e a retração dos mercados internacionais, foram os aumentos reais do salário mínimo, a expansão de programas sociais e a elevação do crédito e dos investimentos públicos que estimularam a demanda doméstica e favoreceram o aquecimento da economia e a criação de vagas no mercado de trabalho, majoritariamente formais. Embora beneficiando o trabalhador com a maior oferta de vagas e aumentos salariais, o aquecimento do mercado interno foi também positivo para empresas e governos, pois as vendas de bens e serviços cresceram, aumentando também, em termos absolutos, o excedente operacional e a arrecadação tributária” (p.14).

A opção do parasitismo financeiro que assola o país vai rigorosamente no sentido contrário. Mas ao reduzir a renda do andar de baixo da sociedade, inclusive dos idosos, reduz-se o consumo, fragiliza-se a demanda, o que por sua vez leva as empresas à estagnação e aumenta o déficit do Estado. O mundo efetivamente produtivo não precisa de discursos ideológicos, e sim de mercado para poder vender, e crédito barato para poder consumir e investir. Ambos geram produtos, empregos e impostos. Melhoram a vida das famílias, a dinâmica das empresas e as contas públicas.

O tal “rombo” da previdência constitui essencialmente um buraco negro onde é engolido o bom senso das pessoas. Mas hoje temos excelentes antídotos: peguem a entrevista de Eduardo Fagnani, os arti-

gos de Paulo Kliass, de Maria Lúcia Fattorelli e outros autores que trazem o bom-senso de volta e evidenciam o que efetivamente funciona. E queria acrescentar a ótima nota de Humberto Lima, da UNICAMP, sobre o fato óbvio de que a razão de dependência aumenta, mas os que suportam os inativos são cada vez mais produtivos: haverá mais gente aposentada por pessoa em idade ativa, mas os ativos apresentarão produtividade mais elevada. No fundo, evidentemente, o problema não é a invasão de velhinhos, e sim a vontade dos grupos financeiros se oporem da gestão das nossas poupanças, e, portanto, do nosso futuro. Esta crise é essencialmente de política, de governança, e os banqueiros estão no poder.

■ Kliass:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/318980-1>

■ Fattorelli:

<https://www.revistaforum.com.br/maria-lucia-fattorelli-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-e-interesse-do-insaciavel-mercado-financeiro/>

■ Fagnani:

<http://dowbor.org/2019/02/eduardo-fagnani-explicitando-a-previdencia-projeto-brasil-popular-21min.html/>

■ Humberto Lima:

<http://brasildebate.com.br/previdencia-fala-se-da-idade-mas-ignora-se-a-productividade/>

Disponível em: <https://dowbor.org/2019/03/ladislau-dowbor-os-pessimos-calculos-sobre-a-previdencia-3p-marco-2019.html/>

ANEXO 4

HOMENAGENS RECENTES A SANTO DIAS DA SILVA

* Livro *Santo Dias - A Construção da Memória (1962-2005)* de Carlos Alberto Nogueira Diniz.

* Livro *Memórias Resistentes, Memórias Residentes - Lugares de Memória da Ditadura Civil- Militar no Município de São Paulo*, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, em 2017.

* Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos - Av. Pedro Álvares Cabral, em frente ao Parque do Ibirapuera, obra de Ricardo Otake inaugurada em 2014 e que contém o nome de Santo Dias.

* Publicação de artigo no Jornal Vita Trentina (23 de julho de 2017): *Santo Dias, anticipatore di futuro*.

* Publicação de artigo no Jornal Vita Trentina (6 de agosto de 2017): *La Figura di Santo Dias da Silva nelle Parolle de la Figlia Luciana*.

* Instalação da placa em homenagem a Santo Dias, na calçada da rua Quararibéia, local onde foi assassinado, em 30 de outubro de 2017.

* Placa em homenagem aos mortos pela ditadura militar, elaborada pela Comissão da Verdade do Município de São Paulo, em frente ao velório do Cemitério Campo Grande, instalada em 18 de setembro de 2017.

ANEXO 5

DOCUMENTOS SOBRE SANTO DIAS NO CEDEM-UNESP

Os interessados em consultá-los podem se orientar pelo Guia do Acervo do CEDEM <<https://www.cedem.unesp.br/#!/guia-do-acervo/>>, do qual reproduzimos a página inicial relativa ao Fundo Santo Dias.

FUNDO SANTO DIAS

Código de referência

SD

Título

Fundo Santo Dias

Datas limite

1970 – 2005

Dimensão e suporte

Documentos textuais

Pastas: 34

Caixas arquivo: 03

Documentos bibliográficos

Livros: 12 títulos

Documentos iconográficos

Fotografias: 602 (ampliações), 811 (diapositivos)

Cartazes: 34

Documentos audiovisuais

CDs: 02

Disquetes: 14

Documentos Sonoros

Fitas K7: 116

Nome do produtor

Santo Dias da Silva e familiares

Biografia

Santo Dias da Silva nasceu em 22 de fevereiro de 1942, na fazenda Paraíso, município de Terra Roxa, no Estado de São Paulo. Durante 40 anos sua família trabalhou como meeiros de diversas fazendas na mesma região. Mudou-se para São Paulo, em Santo Amaro, na região Sul da área de grande concentração de indústrias, onde inicia sua carreira como metalúrgico. Em 1965 começa sua atuação na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Em 1967, para concorrer às eleições para a direção sindical, a OSM lançou a Chapa Verde, encabeçada pelo militante cristão Waldemar Rossi.

Em outubro de 1979, os metalúrgicos começam nova campanha salarial. Uma assembleia com seis mil trabalhadores na rua do Carmo decidiu iniciar a greve. No primeiro dia da paralisação, 28 de outubro, as sedes do Sindicato, abertas para abrigar os comandos de greve, foram invadidas pela Polícia Militar.

No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, saiu da Capela do Socorro, para realizar piquete na frente da fábrica Sylvânia. Viaturas da Polícia Militar chegam e Santo Dias, ao tentar dialogar com os policiais para libertar companheiros presos, é morto.

Divulgada a notícia de sua morte pelos vários meios de comunicação, seu corpo seguiu para o velório na Igreja da Consolação. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da Capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve, e contra a ditadura.

História arquivística

O acervo é composto por documentação acumulada por Santo Dias em sua trajetória como militante político e também por

documentação produzida após sua morte e coletada por familiares e amigos.

O acervo de Santo Dias foi entregue sob custódia, por sua família, a UNESP/CEDEM em 2004. A coleção chegou organizada em pastas, sem separação de gêneros ou tipos documentais, descrita em banco de dados.

Procedência

Ana Dias, esposa, e os filhos Luciana Dias e Santo Dias.

Âmbito e conteúdo

O acervo contém documentos da militância de Santo Dias e outros colecionados após sua morte. De seu conteúdo destacam-se: Abaixo-assinados; Artigos de jornal sobre os aniversários da morte de Santo Dias e questões sindicais; Boletins informativos do Movimento do Custo de Vida, das Comunidades Eclesiais de Base, da 3ª Conferência Episcopal Latino-americana, da Oposição Sindical; Cartazes; Cartilhas sobre Movimentos populares e de bairros, direitos dos trabalhadores; Correspondência enviada; Correspondência recebida; Documentos pessoais; Fitas cassete; Fotos; Homilias; Livros; Panfletos; Poesias e Músicas (em homenagem a Santo Dias); Relatórios sobre a formação do Comitê Santo Dias e do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.

Sistema de arranjo

Realizada a etapa de identificação

Condições de acesso

Sem restrição; reprodução só com permissão da família

Instrumentos de pesquisa

Registrado no Sistema de Gestão de Acervos Permanentes

Notas de conservação

As fotografias foram digitalizadas para sua preservação e acesso remoto

ANEXO 6

O livro *Santo Dias: Quando o passado se transforma em história* (São Paulo; Editora Cortez, 2004) foi lançado como parte das lembranças do 15º aniversário da morte de Santo Dias. Transcrevemos aqui a notícia da Carta Maior sobre esses eventos.

Ato em São Paulo lembra morte e lutas do operário Santo Dias
Por Bia Barbosa 03/11/2004

São Paulo – Quando as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista ganharam força no final da década de 70 e reacenderam a esperança da classe operária por dias mais justos, o Brasil lutava por democracia, mas também já carregava as bandeiras da reforma agrária, do fim do desemprego e de condições de vida digna para todos. À frente dos metalúrgicos, um dos tantos líderes que o período fez nascer: Santo Dias da Silva, assassinado por um policial militar no dia 30 de outubro de 1979, às 14 horas, em frente à fábrica Sylvânia, região sul da capital paulista, quando pedia calma a grevistas e PMs, que ameaçavam entrar em confronto. Duas décadas depois, a luta daquela classe operária, que ganhou a nação, pode comemorar certas conquistas. Mas está longe de ser encerrada, diante de causas que até hoje permanecem. Reafirmar o compromisso com a luta por mudanças foi o objetivo do ato que lembrou, na última sexta-feira (29), os 25 anos da morte de Santo Dias.

O operário era uma liderança reconhecida nas lutas sociais da época: militante cristão, chefe da Pastoral Operária do Estado de São Paulo e integrante da Oposição Sindical dos Metalúrgicos, que organizou as greves do período, pois a direção do sindicato, presidido por Joaquim dos Santos Andrade, apoiava os militares e não a base da ca-

tegoria. Santo Dias foi morto aos 37 anos de idade, atingido pelas costas pelo policial Herculano Leonel, condenado pela Justiça Militar, mas absolvido anos depois. Cerca de 30 mil pessoas saíram às ruas do centro de São Paulo para acompanhar o cortejo fúnebre e protestar contra a violência da ditadura militar. Nesta sexta, centenas de pessoas refizeram o itinerário da Igreja da Consolação até a Sé em homenagem a Santo Dias.

“Nós o levamos até a Catedral da Sé no meio daquela multidão. Se espalhou então pelo país o entusiasmo para que o operário pudesse se manifestar e ser ouvido por todos”, lembra D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo e fundador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. “Levei um choque ao ver que o homem que tinha nomeado chefe da Pastoral Operária no Estado havia sido assassinado pelo regime militar, que deve desaparecer e nunca mais aparecer no Brasil”, disse D. Paulo no ato, pedindo a abertura dos arquivos da ditadura.

O deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que foi o advogado de acusação no processo contra Herculano Leonel, também defendeu a divulgação dos registros do regime militar. “Temos que contar a verdade dos desaparecidos e mortos, das câmaras de tortura, que recuperar a nossa história. Esta é a próxima luta que precisamos travar para que cheguemos à democracia no Brasil”, afirmou.

O combate à violência policial e à violação por parte do Estado dos direitos humanos da população e a garantia do acesso dos mais pobres à defesa contra a violência policial são os principais objetivos do Centro Santo Dias. Uma pesquisa realizada pela entidade sobre a atuação do Tribunal de Justiça Militar revelou que mais de 95% dos militares acusados pela morte de civis eram absolvidos. O estudo funcionou como fundamento para o projeto de lei que, aprovado na Câmara, levou para a Justiça comum o julgamento de casos de homicí-

dios dolosos. “Não conseguimos a transferência de todos os crimes militares para a justiça comum, mas esperamos que este passo seja seguido por outros. Não foi um passo pequeno. Só assim conseguimos condenar o responsável pelo massacre do Carandiru e pelos crimes na Favela Naval”, explica Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo e presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

Passado e presente

Nesta quinta-feira (4), a família de Santo Dias presta mais uma homenagem ao operário. Sua filha, Luciana Dias, lança, ao lado da jornalista Jô Azevedo e da fotógrafa Nair Benedicto, um livro onde conta a história do pai que perdeu quando tinha apenas 12 anos. Para Ana Dias, viúva de Santo, a obra de Luciana é uma forma a filha continuar a luta do pai e de tantos trabalhadores que batalharam ao seu lado. Emocionada, Ana, que se casou com o sindicalista em 1965, participou do ato na última sexta no plenário 1o de maio da Câmara Municipal de São Paulo. “Há 25 anos todo mundo chorava. Hoje estamos tristes, mas felizes de ver que tem tanta gente ainda acreditando na luta de Santo, que a família de Santo Dias não está sozinha. Foi bom ver que essa luta vai continuar”, disse Ana, que em dezembro recebe da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo o Prêmio Santo Dias.

No mesmo dia do lançamento do livro *Santo Dias: Quando o passado se transforma em história*, mais de 3.700 documentos que compõem o acervo da família serão doados ao Centro de Estudos, Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem-Unesp). É a primeira vez que o Cedem recebe a documentação completa de um operário. Parte dela estará aberta à consulta pública. “Assim Santo Dias vai continuar a nos dar força para termos um Brasil mais democrático. Que ele seja para nós um modelo de incentivo na

luta pela prosperidade da nossa terra”, alerta D. Paulo.

Referência de valores na esquerda católica do Brasil, Santo Dias, na opinião da Pastoral Operária Nacional, hoje certamente estaria denunciando a política econômica do governo, que continua aumentando a concentração de renda e a injustiça social. “Santo seria contra a Alca [Área de Livre Comércio das Américas], contra a submissão do governo brasileiro ao capital internacional, estaria defendendo nossa soberania, pediria uma auditoria da dívida externa, estaria engajado na luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho”, discursou Paulo César Pedrini.

Do campo, a homenagem ao trabalhador urbano veio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se sente herdeiro da luta que Santo representa. Segundo João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST, o movimento operário contra a ditadura militar deu forças para que o movimento camponês, que estava oprimido no campo, ressuscitasse. “Foi a luta operária que produziu o MST, a CUT, o PT e o presidente Lula. Esta que não é uma luta de vantagem pessoal, mas do povo, de classe. Vivemos uma crise política, econômica e ideológica. Que Santo Dias nos inspire a sair desse refluxo e a entrar numa verdadeira luta de massas e a conquistar o que nem sempre as urnas nos dão”, conclui Stédile.

O lançamento de *Santo Dias: Quando o passado se transforma em história* (Editora Cortez) acontece nesta quinta-feira (4), às 19h30, no auditório do Cedem – Praça da Sé, 108, em São Paulo.

Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ato-em-Sao-Paulo-lembra-morte-e-lutas-do-operario-Santo-Dias/5/2406>>.

ANEXO 7

Prêmio Santo Dias – Assembleia Legislativa de São Paulo

Ano	Premiado	Dados
1997	Dom Paulo Evaristo Arns	Arcebispo emérito de São Paulo
1998	Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo	Trabalho pastoral arquidiocesano junto aos encarcerados, articulado com a Pastoral Carcerária Nacional
1999	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Movimento social vinculado ao Movimento Nacional pelos Direitos Humanos, atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente
	Hélio Bicudo	Promotor público reconhecido pelo trabalho contra o Esquadrão da Morte e ex-vice prefeito de São Paulo
2000	Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos	Grupo que luta pela memória das vítimas da repressão política da ditadura militar (1964-85)
	Irmã Maria Dolores Junqueira	Religiosa com trabalho popular na periferia de São Vicente, fundadora do Centro de DH que leva seu nome, na Baixada Santista
2001	União das Mulheres	ONG com tradição na defesa dos direitos da mulheres na Capital e no Estado
	Revista Sem Fronteiras	Publicação que defende os direitos dos migrantes, mantida pelos religiosos da Ordem dos Combonianos
2002	Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo	Organização de pessoas perseguidas políticas no Estado, contempladas por lei de reparação de direitos de iniciativa do governo Mário Covas
2003	Waldemar Tebaldi	Prefeito licenciado de Americana, cassado pela ditadura, ex-presos político, defensor dos direitos humanos no interior de SP
	Grupo de teatro popular União e Olho Vivo	Grupo de teatro permanente mais antigo da América Latina, premiado nacional e internacionalmente pela sua produção cultural de resistência
2004	Ana Dias	Viúva do metalúrgico Santo Dias
2005	Valdênia Paulina	Advogada, militante dos movimentos populares de Sapopemba, região Leste de SP
1997	Dom Paulo Evaristo Arns	Arcebispo emérito de São Paulo

1998	Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo	Trabalho pastoral arquidiocesano junto aos encarcerados, articulado com a Pastoral Carcerária Nacional
1999	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Movimento social vinculado ao Movimento Nacional pelos Direitos Humanos, atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente
	Hélio Bicudo	Promotor público reconhecido pelo trabalho contra o Esquadrão da Morte e ex-vice prefeito de São Paulo
2000	Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos	Grupo que luta pela memória das vítimas da repressão política da ditadura militar (1964-85)
	Irmã Maria Dolores Junqueira	Religiosa com trabalho popular na periferia de São Vicente, fundadora do Centro de DH que leva seu nome, na Baixada Santista
2001	União das Mulheres	ONG com tradição na defesa dos direitos da mulheres na Capital e no Estado
	Revista Sem Fronteiras	Publicação que defende os direitos dos migrantes, mantida pelos religiosos da Ordem dos Combonianos
2002	Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo	Organização de pessoas perseguidas políticas no Estado, contempladas por lei de reparação de direitos de iniciativa do governo Mário Covas
2003	Waldemar Tebaldi	Prefeito licenciado de Americana, cassado pela ditadura, ex-presos político, defensor dos direitos humanos no interior de SP
	Grupo de teatro popular União e Olho Vivo	Grupo de teatro permanente mais antigo da América Latina, premiado nacional e internacionalmente pela sua produção cultural de resistência
2004	Ana Dias	Viúva do metalúrgico Santo Dias
2005	Valdênia Paulina	Advogada, militante dos movimentos populares de Sapopemba, região Leste de SP
2005	Movimento pela Defensoria Pública no Estado de São Paulo	Movimento mobiliza mais de 400 entidades pela criação da defensoria pública, conforme dispositivo constitucional de assistência jurídica gratuita à população carente
2006	Heidi Ann Cerneka	Militante da Pastoral Carcerária e integrante do grupo de trabalho com várias entidades sobre a situação prisional das mulheres encarceradas
	Josephina Bacariça	Militante histórica de DH vinculada à Arquidiocese de SP, uma das articuladoras do Condepe – Conselho Estadual de Direitos Humanos de SP

2007	Associação de Deficientes Visuais de Ribeirão Preto	Entidade voltada a complementar a educação das pessoas portadoras de deficiência visual, atende 22 municípios
2008	Antônio Marchioni Antonio	Padre Ticão, reconhecido pelo seu trabalho comunitário e nos movimentos populares na região Leste de SP
2009	Maria Madalena Figueiredo, a Irmã Lucina	Desde 1968, trabalha no amparo e resgate da população mais carente, em especial crianças e adolescentes, mais de mil pessoas mensalmente
2010	Desembargador Antonio Carlos Malheiros	Juiz notável na defesa dos direitos da criança e do adolescente, foi representante do Tribunal de Justiça do ESP no CONDEPE
	Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo (APMPDESP)	Entidade que dá visibilidade à luta dos PMs com deficiência, afastados do serviço/aposentados em decorrência de acidentes em serviço
	Pedro Fukuyei Yamaguchi Teixeira (in memoriam)	Militante dos movimentos estudantis, do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, falecido em missão no Amazonas
2011	Movimento Mães de Maio 2011/ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Movimento de mães de vítimas da repressão policial nos atentados do PCC em 2007, em que centenas de jovens inocentes foram assassinados. O Condepe se associou a essa luta
	Irmã Michael Mary Nolan	Religiosa com longa militância na área de direitos humanos, fundadora e dirigente do ITTC – Instituto Trabalho, Terra e Cidadania
	Pastor Ariovaldo Ramos dos Santos	Pastor evangélico, dirigente do movimento evangélico progressista e de várias entidades de defesa dos direitos da população negra
	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas	ONG integrante do Movimento Nacional de Direitos Humanos
2012	Mano Brown	Artista popular, defensor das causas do movimento negro
	André Caramante	Jornalista defensor dos direitos humanos, que se encontrava no exterior, por causa de ameaças do ex-comandante da Rota, coronel Telhada
	EDUCAFRO	ONG criada inicialmente pelos franciscanos, que realiza trabalho de combate ao racismo
	Leonardo Sakamoto	Jornalista dedicado à denúncia social, em especial sobre o trabalho análogo ao de escravo

2013	Raimundo Rodrigues Pereira	Jornalista e editor do semanário Movimento, um dos jornais de resistência durante a ditadura militar
	Dom Angélico Sândalo Bernardino	Bispo da Região Leste, na época de D. Paulo e responsável pelo semanário O São Paulo
	Áurea Moretti Pires	Ex-presa política em Ribeirão Preto
	Madre Maurina Borges da Silveira (in memoriam)	Foi presa política, torturada pela repressão da ditadura militar, em Ribeirão Preto
	Vanderley Caixe (in memoriam)	Advogado, defensor dos direitos humanos e ex-preso político em Ribeirão Preto
2014	Belisário dos Santos Junior	Advogado de presos políticos, foi secretário estadual de Justiça e Defesa da Cidadania, no governo Mário Covas
	Padre Luís Giuliani	Pároco de Vila Remo, responsável pelo trabalho de CEBs na época de Santo Dias
2015	Wagner Moura	Ator e diretor brasileiro
	Adriano Diogo	Ex-vereador, ex-deputado estadual, foi presidente da Comissão de DH na Alesp e secretário municipal de Meio Ambiente de SP
	Padre Paolo Parise	Representante da Missão Paz, dos Padres Scalabrinianos, que atende migrantes e refugiados de mais de 70 nacionalidades
2016	Eduardo Matarazzo Suplicy	Economista e parlamentar (deputado, senador e vereador) pelo Partido dos Trabalhadores
	José Gregori	Foi presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, advogado de presos políticos e secretário Nacional de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique
	Coletivo SP Invisível	Movimento de conscientização por meio de histórias de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo
2016	Benedito Roberto Barbosa (menção honrosa)	Advogado, defensor dos movimentos de moradia, integrante da União Nacional de Movimentos de Moradia e da Central de Movimentos Populares
	Hélio Silva Junior (menção honrosa)	Advogado especializado em combate à intolerância racial, em especial sobre as religiões de matriz africana
	Jader Freire de Macedo Junior (menção honrosa)	Advogado especializado em combate à intolerância racial, em especial sobre as religiões de matriz africana
	Laura Capriglione (menção honrosa)	Jornalista, criadora do coletivo Jornalistas Livres

	Samira Bueno Nunes	Diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
	Movimento Pimp My Carroça	Movimento pelos direitos dos catadores de materiais recicláveis
	Oscar Vilhena Vieira	Advogado, fundador da Conectas – Direitos Humanos, foi membro do Núcleo de Estudos da Violência da USP, diretor e professor de Direito Constitucional da Escola de Direito da FGV
	Lurdinha do MST	Militante e líder do Movimento dos Sem Terra, assentada na região de Promissão
	Sonia Rainho	Líder comunitária e ex-vereadora de Osasco (PT)
	Antônio Conrado Senoni Junior	Fundador da Casa de Padre Pio, instituição que, há duas décadas, visa incentivar a busca espiritual, não importa a religião da pessoa
	Guilherme Castro Boulos	Líder do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST)
2018	Sergio Vaz	Poeta, escritor, agitador cultural, idealizador da Semana de Arte Moderna da Periferia, fundador da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia)
	Patrícia Marinho	Co-fundadora e vice-presidente da Humanitas360 Brasil (ex-PDR Institute) é filantropa, ativista e empreendedora
	Roberto Kunimassa Kikawas (in memorian)	Médico, ficou conhecido por fundar a Carreta da Saúde, que levou unidades móveis a comunidades de baixa renda
	Anderson Lopes Miranda	Dirigente do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável
2018	Benedito Roberto Barbosa	Advogado dos movimentos de moradia
	Paulo Sergio Pinheiro	Fundador da Comissão Teotonio Vilela de Direitos Humanos, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, ex-secretário nacional de Direitos Humanos e relator da ONU para essa área no plano internacional
	João Pedro Augustini Stédile	Líder do Movimento dos Sem Terra (MST)
	Julio Cesar Fernandes Neves	Militante de movimentos sociais de luta pela democratização do país e advogado, em 2013, foi Ouvidor da Polícia, cargo que exerceu por quatro anos
	Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região	Entidade sindical que conduziu a histórica greve da Cobrasma, há 50 anos
	ONG Amigo de Você	Projeto social que atende comunidades carentes há 11 anos, em Guarulhos

Elaboração: Autoras, com dados da Assembleia Legislativa do Estado e do ex-deputado Renato Simões, 2019.

ANEXO 8

FICHA TÉCNICA OS SANTOS DIAS DO CAPÃO

Uma peça de aprendizagem

Direção: Ícaro Rodrigues

Dramaturgia: Alessandro Toller

Cenografia: Caio Marinho

Figurinos: Caio Franzolin

Iluminação: Fernando Melo

Provocação Corporal: Ciça Coutinho

Direção Musical: Adriano Matos, Esdras Ribeiro e Klécio Miranda

Assistente de produção: Jully Sangalo

Coordenação artística Projeto Espetáculo: Eliana Monteiro

Supervisão artístico-pedagógica Fábrica de Cultura Capão Redondo:

Gal Martins

Assistentes artístico-pedagógicos: Ana Paula Almeida e Fabiana Chiotolli

Atores e atrizes (aprendizes):

Aline Kauana

Ashiley Celeste

Beatriz Oliveira

Carolina Gama

Dener Vinícius

Douglas S. F.

Elison Alouka

Emerson dos Santos

Esther de Jesus Lima

Guilherme Vitorino

Kailany Gomes

Lucas Nascimento
Lucas Oliveira
Marcos Pereira
Matheus Bessa
Mirele Uchiha
Nayra Priscila
Renata Silva
Stephany Silva
Tamires Oliveira
Tayna Lima
Ton Martins
Ton Moura
Vitória Nascimento
João Victor Pereira
Jonathan Aníbal Pereira dos Santos
Thaís Ferreira de Araújo

Sinopse:

O espetáculo tem como personagem principal o Capão Redondo. Quase isso. O verdadeiro protagonista são os APRENDIZES que fazem o espetáculo. Isso, são eles, personagens de si mesmos. Mas não são ficção. Ficção são as cenas de uma peça que desabrocham das cenas vistas pelos aprendizes em seu bairro: o emprego difícil para quem mora no Capão. As flores recebidas do homem que te maltrata. A maquiagem e um salto alto para pisar em cima da homofobia. O encontro com o pai ausente que é uma ficção. Alguns episódios que os personagens aprendizes interpretam. Ou vivem? Há também Santo Dias, um corpo estendido no chão, operário da zona Sul que partiu de um piquete na época da ditadura e chegou no palco de hoje, na hora do samba cantado sobre o chão do Capão.

ANEXO 9

FICHA TÉCNICA SANTO DIAS – DA ROÇA À FÁBRICA

Sinopse:

Com este espetáculo a Paideia coloca no palco o resultado de processo do trabalho com os jovens participantes do Núcleo de Vivência Teatral e Coral Paideia. No último ano (2016) o escolhido foi João do Vale, compositor e poeta popular. Como forma de prestar uma singela homenagem em sua memória, agora o escolhido é Santo Dias, líder operário assassinado quando junto com seus companheiros lutava por democracia e melhores condições de vida. Texto escrito a partir do livro “Santo Dias – Quando o passado se transforma em História”, com o apoio e estímulo de sua filha Luciana Dias e da família de Santo Dias.

Duração: 80 minutos

Indicação etária: A partir de 12 anos

Apresentação: Sábado, dia 28 de outubro de 2017, 20h30

Ingresso: gratuito

Ficha técnica:

Texto, pesquisa e direção geral: Amauri Falseti

Direção de cenas: Amauri Falseti, Carolina Chmielewski, Suzana Azevedo e Valdênio José

Direção musical: Marcos Iki, Camila Amorin e Rogério Modesto

Coordenação do coral: Marcos Iki

Músicos: Integrantes do Choro da Goiabeira

Elenco: Núcleo de Vivência Teatral Paideia e Coral Paideia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1ª EDIÇÃO

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. *Impactos da reestruturação produtiva sobre a região metropolitana de São Paulo no final do século XX*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAVA, Silvio Angrisani Caccia. *Práticas cotidianas e movimentos sociais: elementos para reconstituição de um objeto de estudo*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *Santo Amaro, memória e história: da botina amarela ao chapéu de couro*. São Paulo: Scortecci, 2003.

BRAÇOS cruzados, máquinas paradas. Direção de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo. Tarumã, 1979. 1 bobina (76 min.), son., P&B, 16 mm.

CADERNOS DO CEAS. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 63, set./ out. 1979.

CALDEIRA, João Netto. *Álbum de Santo Amaro*. São Paulo, Organização Cruzeiro do Sul – Bentivegna e Netto, 1935.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. Movimento Operário: memória, identidade e dilemas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 232, jul. 1988. Edição Especial.

COLEÇÃO SANTO DIAS, contendo 3.700 documentos da família doados para o Centro de Estudos, Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral Regional Sul 1*. São Paulo: Secretariado Regional Sul 1, 1968-69.

D'INCAO, Maria Conceição de. *O "boia-fria": acumulação e miséria*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Equipe responsável, prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação Mário Covas – Governador do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

FARIA, Hamilton José Barreto de. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do Movimento Operário (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

FREI BETTO (org.). *Fé e compromisso político*. São Paulo: Paulinas, 1982. (Palestras proferidas durante a 2ª Semana do Trabalhador, promovida pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e Matriz Nossa Senhora de Boa Viagem, em julho de 1982.)

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías & PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura – memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001 (Repensando a História).
- LUTA sindical: radiografia de um jornal operário. São Paulo: Centro de Pastoral Vergeiro, 1984 (brochura).
- MANTEGA, Guido (coord.). Greves operárias (1968-1978). *Cadernos do Presente*, São Paulo, n. 2, 1978.
- MARIGHELLA, Carlos et al. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (Brasil Estudos, n. 1).
- MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NOSELLA, Paolo. *Por que mataram Santo Dias*. São Paulo: Cortez, 1980. PLEKHANOV, Guiorgui V. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2000. POMAR, Pedro E. R. *Massacre na Lapa – como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- REBELDES BRASILEIROS. *Plínio Marcos e Santo Dias*. São Paulo, Casa Amarela, v. 2, n.11, 2003.
- REVISTA CUT SÃO PAULO. São Paulo: CUT/SP, v. 1, n. 2, mar. 2004. RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- ROCHA, Guilherme Salgado. *Construtores da justiça e da paz: Santo Dias da Silva*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANT'ANNA, Sílvio Luiz. *Santo – dos nossos – Dias: um testemunho libertador*. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Construção de moradias na periferia de São Paulo: aspectos Sócioeconômicos e institucionais*. São Paulo, 1979 (Estudos e Pesquisas, 30).

SCHILLING, Paulo. Da estrutura agrária brasileira. In: MARIGHELLA, Carlos et al. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (Brasil Estudos, n. 1).

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O sindicalismo rural no Brasil: no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova*, Barcelona, n. 15, 15 jan. 1998 (Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais da Universidade de Barcelona).

TOCALINO, Luiz Carlos. *Viradouro: nossa terra, nossa gente, nossa história*. Campinas: R. Vieira, 2003.

WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2ª EDIÇÃO

BENJAMIN, W. *Rua de mão única – Obras escolhidas II*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 5 ed. 3 reimp (2000).

DOWBOR, L. *O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MATTOS, M.B. *A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico*, in *Outubro* n.21, 2º semestre 2013. Disponível em: <<http://outubro-revista.com.br/a-classe-trabalhadora-uma-abordagem-contemporanea-a-luz-do-materialismo-historico/>>.

_____. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTEIRO, T. N. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia – O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, FFLCH, 2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032016-132815/pt-br.php>>.

POCHMANN, M. *Desafios atuais do sindicalismo brasileiro*, in *Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina*. Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>

SOBRE AS AUTORAS



Professora e pedagoga, Luciana Dias, filha de Santo e Ana Maria, trabalha na rede municipal de ensino de São Paulo. Desde muito cedo, acompanhou seus pais nas lutas por direitos, na região sul. É casada com Alexandre e tem três filhas: Laura, Letícia e Lívia.

A jornalista Jô Azevedo tem 40 anos de trabalho em jornais, revistas e emissoras de rádio e tevê. Nasceu e cresceu em Santo Amaro, acompanhando os movimentos sociais na Capital, nos anos 1970 e 1980, em que conheceu Santo Dias. Atualmente trabalha como free-lancer.

Nair Benedicto é uma das fotógrafas mais conhecidas no país. Tem fotografias no Museu de Arte Moderna (Moma) de Nova York. Na época de Santo Dias, seu trabalho era ligado à Agência F-4, cujos profissionais registraram as movimentações sociais desse tempo. Hoje, divulga suas fotos por meio da N-Imagens.

POESIA DA CONTRACAPA

Sérgio Vaz, poeta e agitador cultural. Em 2001, criou a Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), que toda semana promove sarau poético no Bar do Zé Batidão, no Jardim São Luiz, região sul de São Paulo. Esses encontros se transformaram em movimento cultural, que reúne e divulga outros escritores. Reconhecido pela comunidade local, seu trabalho foi além e recebeu os prêmios Unicef (2007), Orilaxé (2010), Trip Transformadores (2011), Governador de São Paulo, nas categorias Inclusão Cultural e Destaque Cultural (2011), entre outros. Em 2018, foi agraciado com o 22º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

A tiragem foi deste livro foi de 1.000 exemplares.
O texto foi composto na fonte Adobe Garamond Pro, em corpo 12,5/16,7.
A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em Avena soft 80g.

SANTO DIAS

Quando o dia amanhece
É dia santo
Para milhões de trabalhadores e trabalhadoras
Que saem de seus lares para adorarem um deus
chamado trabalho.
Em busca de pão,
mas também querem trigo
Para não serem a massa
Que amassa para a própria desgraça.
E de tanta sede de ser feliz,
Nem desconfiam nos ônibus e trens lotados,
Que estão a caminho das máquinas de moer gente.
O livro de ponto sem direitos
é muitas vezes um livro indecente.
É desse metal pesado, o trabalho duro,
Que nasce Santo Dias,
Um homem que sonhou com as mãos
e com a dignidade dos samurais
Levar uma cruz mais leve e justa
Para os que não tem tempo de sonhar
para os que não usam black-tie.
E a vida é tão extraordinária
E tão cheia de nós
Que quando seu corpo abateram,
Ele que já era corda vocal da classe operária
Fez nascer entre nós, todo santo dia,
no desejo da carteira assinada,
Uma fábrica de criar sonhos
De liberdade.
E de luta.

Sérgio Vaz, poeta e agitador cultural

